UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DE 1865 A 1912: ANÁLISE DISCURSIVA DA ASCENSÃO AMERICANA

SÃO PAULO

2017

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DE 1865 A 1912: ANÁLISE DISCURSIVA DA ASCENSÃO AMERICANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Processos e Atores", na linha de pesquisa "Relações Exteriores dos Estados Unidos".

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira de Oliveira e Silva.

SÃO PAULO

2017

Leite, Lucas Amaral Batista.
L533 A política externa dos Estados Unidos de 1865 a 1912 : análise discursiva da ascensão americana / Lucas Amaral Batista Leite. – São Paulo, 2017.
339 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marco Aurélio Nogueira.
Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

1. Estados Unidos – Relações exteriores – Séc. XIX. 2. Estados Unidos – Relações exteriores – Séc. XX. 3. Estados Unidos – Política e Governo – 1865-1933. 4. Guerra Hispano-americana, 1898. 5. Monroe, Doutrina de. 6. Panamá, Canal do (Panamá). I. Título.

CDD 327.73

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DE 1865 A 1912: ANÁLISE DISCURSIVA DA ASCENSÃO AMERICANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Processos e Atores", na linha de pesquisa "Relações Exteriores dos Estados Unidos".
Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira de Oliveira e Silva.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Antonio Pedro Tota (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

_____

Prof. Dr. Carlos Gustavo Poggio Teixeira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

_____

Prof.ª. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

_____

Prof. Dr. Guilherme Stolle Paixão e Casarões (Fundação Getúlio Vargas)

_____

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira de Oliveira e Silva (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

São Paulo, 21 de agosto de 2017.

À minha mãe, Maria do Rosário, *in memoriam*, nossa primavera que se foi.

Ao vô Elísio Batista Leite, *in memoriam*, meu ariano e cruzeirense preferido.

Ao meu pai, Luciano, e à minha irmã, Lorena, que dão sentido a tudo mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro e especialmente aos meus pais, à minha irmã e meu cunhado, minhas tias e primas pelo apoio e compreensão dessa difícil fase. Sem a ajuda e a presença, mesmo que de longe, teria sido ainda mais difícil terminar esta pesquisa. No nosso país, fazer pesquisa significa ter que dividir esse tempo com muitas outras atividades e a despeito das bolsas existentes, o reconhecimento da sociedade e principalmente dos governos brasileiros em relação a esse ofício ainda carecem de maior atenção e financiamento.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Marco Aurélio Nogueira, pela paciência de sempre. Por ter "comprado" essa ideia e me acompanhado até o fim. A tese acaba, mas a admiração permanece.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que financiou essa pesquisa de Doutorado (2013/00591-9) entre 2013 e 2015 e também concedeu bolsa de estágio de pesquisa no exterior (BEPE 2014/22771-1) para o primeiro semestre de 2015 na Georgetown University de Washington DC, Estados Unidos.

Agradeço aos professores Margaret Hayes e Eusebio Mujal-Léon pela acolhida e suporte quando da minha pesquisa na capital americana, assim como a todos os funcionários da Library of Congress e dos National Archives de College Park em Maryland – locais onde foi feita a maior parte da pesquisa.

Nesse sentido, agradeço imensa e profundamente ao prof. Samuel Soares por ter sido o mediador de todo o processo de aceite em relação ao estágio de pesquisa no exterior e companheiro em diversos outros momentos. Agradeço também à Profa. Suzeley Mathias pela amizade e carinho de sempre e por toda a ajuda na minha trajetória acadêmica da pós-graduação. Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" pelas contribuições desde o mestrado até o final do doutorado, em especial: Clodoaldo Bueno, Cristina Pecequilo, Héctor Saint-Pierre, Luis Fernando Ayerbe, Shiguenoli Miyamoto e Tullo Vigevani.

Agradeço às das extremamente competentes secretárias do programa, sempre à disposição para ajudar: Giovana Vieira e Isabela Silvestre. Da mesma forma, agradeço à

Graziela Oliveira, bibliotecária do programa e salva-vidas de todas as horas por todos os conselhos e ajuda.

Agradeço ao apoio dos amigos professores e alunos da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e das Faculdades Integradas Rio Branco (FIRB) – eles souberam quando o estresse da tese estava "pegando" e tiveram a empatia que se espera nesses momentos. Agradeço especialmente aos coordenadores e diretores pelo apoio sempre que necessário e à Luana Mendes, por ter topado me ajudar enquanto assistente, cujo trabalho foi imprescindível para o resultado final.

Agradeço especialmente à Fernanda Magnota pelo carinho desde que cheguei a São Paulo. Sem você isso tudo não teria a mesma graça. Também a todos os amigos de alguma forma acompanharam e ajudaram nessa pesquisa: Arthur Murta, Carlos Gustavo Poggio, David Magalhães, Eduardo Café, Erica Resende, Fernando Brancoli, Guilherme Casarões, João Ricardo Filho, Juliano Aragusuku, Laís Azeredo, Lucas Rezende, Luiza Mateo, Neusa Bojikian, Raquel Rocha, Sabrina Fantoni, Tainá Dias, Tatiana Teixeira, Thalyta Ferraz, Vanessa Matijascic e William Daldegan. Agradeço ainda à paciência e dedicação de Katiuscia Moreno na revisão deste trabalho.

Por fim e não menos importante agradeço aos meus quatro filhos: Pepe Mujica, Rosa Luxemburgo, Olga Benário e Antonio Gramsci. A companhia deles encheu a casa de alegria e me ajudou a encontrar a sanidade para terminar essa pesquisa.

I wanted real adventure to happen to myself. But real adventures, I reflected, do not happen to people who remain at home: they must be sought abroad. Dubliners, James Joyce.

RESUMO

Esta tese de doutorado tem o objetivo de explicar a ascensão dos Estados Unidos no sistema internacional, por meio de análise os discursos presidenciais do State of the Union, no período correspondente aos anos de 1865 e 1912. Buscaremos compreender o papel da ideia de singularidade, especialmente presentes no chamado Destino Manifesto e nos marcos conhecidos como Doutrina Monroe e Corolário Roosevelt. Ademais, daremos ênfase às construções que relacionam a construção da identidade norte-americana em contraponto à do "Outro" a ser delimitada, como na adoção de uma leitura darwinista das relações sociais e dentre nações pelos presidentes norte-americanos. Igualmente, trabalharemos com a ideia de uma fronteira que se expande de acordo com a necessidade e os interesses do país dentro de um projeto de ordem e estabilidade hemisférica que corresponderia a um projeto similar de forma interna. Nossa análise será conduzida por referenciais teóricos considerados pós-estruturalistas, auxiliada particularmente pelas obras de autores como David Campbell (1992) e Robert Walker (1993), para os quais a linguagem é objeto de estudo na disciplina de Relações Internacionais.

Palavras-chave: Estados Unidos da América. Reconstrução. Imperialismo. Guerra Hispano-Americana. Pós-Estruturalismo. Doutrina Monroe. Corolário Roosevelt.

ABSTRACT

This dissertation aims to illustrate the rise of the United States in the international system through presidential speeches of the State of the Union analysis, from 1865 to 1912. We seek to understand the role played by perceptions of singularity, especially in the so-called Manifest Destiny and the Roosevelt Corollary's of Monroe Doctrine. Additionally, we emphasize the narratives that relate the construction of American identities as opposed to the "Other", usually approached under a Darwinian perception of social relations between the nations and the U.S. presidents, including the idea of a border that expands according to the needs and interests of the country - in an order and hemispheric stability that would correspond to a similar project internally. Our analysis will be conducted poststructuralist theory, mainly in the works of authors such as David Campbell (1992) and Robert Walker (1993), that consider the language as an subject of study in the discipline of International Relations.

Keywords: United States of America. Reconstruction. Imperialism. Spanish-American War. Post-Structuralism. Monroe Doctrine. Roosevelt Corollary.

RESUMEN

Esta tesis de doctorado tiene el objetivo de analizar el ascenso de Estados Unidos en el sistema internacional a través de los discursos presidenciales del State of the Union en el período correspondiente a los años 1865 y 1912. Buscaremos comprender el papel de la idea de singularidad, especialmente presentes en el llamado "Destino Manifiesto" y en los hitos conocidos como "Doctrina Monroe" y "Corolario Roosevelt". Además, daremos énfasis a las construcciones que relacionan la construcción de la identidad norteamericana en contrapunto a la del "Otro" a ser delimitada, como en la adopción de una lectura darwinista de las relaciones sociales y entre las naciones por los presidentes norteamericanos, y la idea de Una frontera que se expande de acuerdo con la necesidad y los intereses del país, dentro de un proyecto de orden y estabilidad hemisférica que correspondería a un proyecto similar de forma interna. Nuestro análisis será conducido por referenciales teóricos considerados post-estructuralistas, auxiliada particularmente por las obras de autores como David Campbell (1992) y Robert Walker (1993) - los cuales colocan el lenguaje como objeto de estudio en la disciplina de Relaciones Internacionales.

Palabras clave: Estados Unidos de America. Reconstrucción. Imperialismo. Guerra Hispano-Americana. Post-Estructuralismo. Doctrina Monroe. Corolario Roosevelt.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Johnson..... 52

Gráfico 2 – Exportações americanas para países selecionados..... 60

Gráfico 3 – Produto Nacional Bruto durante o governo Grant..... 66

Gráfico 4 – Construção de ferrovias nos Estados Unidos..... 69

Gráfico 5 – Exportações americanas para países selecionados..... 86

Gráfico 6 – Exportações totais dos Estados Unidos no governo Hayes..... 98

Gráfico 7 – Efetivo das forças armadas dos Estados Unidos no governo Hayes..... 99

Gráfico 8 – Entrada de imigrantes nos Estados Unidos em anos selecionados..... 104

Gráfico 9 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Arthur..... 125

Gráfico 10 – Imigração asiática para o Havaí em anos selecionados..... 137

Gráfico 11 – Efetivo militar dos Estados Unidos nos governos Cleveland e Harrison..... 146

Gráfico 12 – Exportações americanas para Cuba no governo Cleveland..... 176

Gráfico 13 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Cleveland..... 183

Gráfico 14 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo McKinley..... 206

Gráfico 15 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Roosevelt..... 243

Gráfico 16 – Efetivo militar dos Estados Unidos em período selecionado..... 316

Gráfico 17 – Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos em período selecionado..... 317

Gráfico 18 – Entrada e saída de imigrantes nos Estados Unidos (1870-1912)..... 318

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **18**
1.1 A estrutura de pesquisa **31**
2 O CONTEXTO POLÍTICO PÓS-GUERRA CIVIL **35**
2.1 O negro na sociedade americana pós-Guerra Civil **39**
2.2 O governo Johnson **41**
2.3 As relações exteriores do governo Johnson **55**
3 O GOVERNO DE ULYSSES GRANT **67**
3.1 Atuação contra a KKK **68**
3.2 O contexto econômico do governo Grant **71**
3.2.1 O Pânico de 1873 73
3.3 A política externa de Grant **78**
3.3.1 A República Dominicana 81
3.3.2 A insurgência em Cuba 87
3.3.3 Os interesses americanos na Ásia e no Pacífico 93
4 O PERÍODO DA ACOMODAÇÃO **99**
4.1 O governo Hayes **99**
4.1.1 A política externa de Hayes 103
4.1.1.1 As relações na Ásia e no Pacífico 108
4.2 A imigração chinesa **110**
4.2.1 Os chineses nos Estados Unidos 113
4.2.2 As restrições 118
4.3 A política externa do governo Chester Arthur **126**
4.3.1 A busca pelo canal ístmico 128
4.3.2 A renovação da Marinha 130
5 OS GOVERNOS DE GROVER CLEVELAND E BENJAMIN HARRISON **134**
5.1 O governo Cleveland **134**
5.1.1 A política externa para o Pacífico 137
5.1.2 As relações entre os Estados Unidos e os países asiáticos 139
5.1.3 O papel da Marinha 144
5.2 A política externa de Benjamin Harrison **145**

5.2.1 A Conferência de Washington e as relações hemisféricas 146
5.2.2 O Caribe e o Pacífico 149
5.2.3 O fortalecimento da Marinha 151
5.3 O contexto ideológico americano 153
5.3.1 O darwinismo social 153
5.3.2 Mahan e o poder marítimo 158
5.4 A crise de 1893 e suas consequências 162
5.5 O segundo governo Cleveland 165
5.5.1 A primeira crise da Venezuela 170
5.5.2 A nova insurgência cubana 177
5.5.3 A renovação da Marinha americana 187
6 O GOVERNO MCKINLEY E A FORMAÇÃO IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS 190
6.1 A crise cubana 191
6.2 A Guerra Hispano-Americana 201
6.3 Os espólios da guerra 217
6.4 A Política de Portas Abertas e as relações com os países asiáticos 225
6.5 A hesitação do novo império 231
6.6 As consequências da expansão imperial 236
7 A CONSOLIDAÇÃO IMPERIAL 243
7.1 O império no governo de Theodore Roosevelt 243
7.1.1 O “novo” relacionamento com Cuba 256
7.1.2 O “experimento” das Filipinas 260
7.1.3 A Política de Portas Abertas no contexto das disputas imperiais 268
7.1.4 As relações com os japoneses 273
7.1.5 O “surgimento” do Panamá 277
7.1.6 A segunda crise da Venezuela 284
7.1.7 A intervenção na República Dominicana 289
7.2 O império consolidado 291
7.3 O governo Taft e a Diplomacia do Dólar 295
7.3.1 A atuação americana no Caribe 298
7.3.2 A política americana para a Ásia e o Pacífico 301
7.3.3 A Libéria enquanto ponto fora da curva 305
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 307

REFERÊNCIAS **323**
APÊNDICE 1 – ELEIÇÕES AMERICANAS ENTRE 1868 E 1908 ..... **336**

1 INTRODUÇÃO

A capital dos Estados Unidos é a representação concreta de uma ideia traduzida em nação. Washington DC (Distrito de Colúmbia) impressiona por sua arquitetura e grandeza. Memoriais, edifícios do governo federal, avenidas largas e belos parques cortam a cidade de norte a sul, leste a oeste – uma divisão geográfica facilmente vista por meio da organização de ruas e esquinas da cidade.

Entretanto, mais importante é perceber de onde vem a influência para essas edificações; uma conexão que poderia ser feita diz respeito à grandeza de impérios como o romano e o de Alexandre, o Grande. O estilo neoclássico presente cria a impressão de uma cidade que se coloca no centro do mundo: onde as mais importantes instituições se unem como o poder econômico e político em um mesmo local. O Capitólio, a Biblioteca do Congresso e vários outros lugares têm características similares aos edifícios levantados por outros impérios e civilizações que, em outros momentos, foram responsáveis pela ascensão de correntes filosóficas e instituições políticas que influenciaram diretamente o pensamento ocidental ao longo dos séculos.

Isso não é uma coincidência. Mais ainda, esses comentários não são aleatórios. Buscam criar a imagem de como a arquitetura e a criação de uma cidade pode representar a ascensão de uma nova e grande civilização que pode e busca influenciar o pensamento político, especialmente no que diz respeito ao desenrolar de eventos internacionais.

Nossa pesquisa, que busca entender a ascensão dos Estados Unidos no final do século XIX e o começo do século vinte, foca nos valores ideacionais e empíricos construídos nesse período. Assim, residindo e trabalhando na capital desse país nos pareceu e provou ser essencial a coleta de documentos na Biblioteca do Congresso e no Arquivo Nacional – duas das mais importantes instituições em termos de História Americana e documentação da época. Tivemos a oportunidade de acessar a base de dados de documentos históricos entre 1865 e 1913 (período selecionado para análise desta pesquisa).

O objetivo desta tese foi a análise da ascensão norte-americana no final do século XIX e início do século XX. Para tanto, usamos de discursos e fontes secundárias para compreender como determinadas narrativas – como a do Destino Manifesto e da "superioridade racial" – auxiliaram na construção da ideia de nação e do "outro" entre 1865 e 1913.

A atuação dos Estados Unidos no cenário internacional como superpotência é algo reconhecido nos dias atuais. Sua importância em conflitos como as Grandes Guerras Mundiais, o embate leste/oeste da Guerra Fria e em questões mais contemporâneas como a "Guerra ao Terror" oferece a impressão de que o país assumiu um papel grandioso há muito tempo, posição quase inata ou indiscutível.

Por isso, não é difícil compreender a razão de tantos trabalhos desenvolvidos recentemente por pesquisadores em Relações Internacionais sobre o papel que o país assume após o fim da Guerra Fria e a emergência de uma suposta unipolaridade – a inexistência de outro pólo de poder que não os Estados Unidos. Mas como qualquer outra nação, os norte-americanos também têm uma história de surgimento, instabilidade, conflitos e, mais peculiarmente, ascensão.

O foco deste projeto está justamente no período em que o país passou a se enxergar de forma mais coesa e permitiu-se dar novos passos na condução de sua política externa, com maior estreitamento de laços com seus vizinhos latino-americanos e alguns países asiáticos, além da formulação de doutrinas que estabelecessem um parâmetro de atuação em questões fronteiriças e outras dimensões de relações exteriores.

Seguimos a opinião de pesquisadores (KAGAN, 2007; LAFEBER, 1994; PECEQUILO, 2005) que associam o fenômeno da formação identitária dos Estados Unidos ao processo de Reconstrução no período pós-Guerra Civil, a partir de 1865, que permitiu ao país perseguir seus interesses de maneira mais unificada, com ênfase no restabelecimento de uma entidade que privilegiasse todas as suas regiões, a fim de alcançar aquilo que era expresso como um destino nato: uma terra e um povo especiais, selecionados divinamente e fadados a liderar um "novo mundo". Tal ideia de que existiria um "excepcionalismo" norte-americano ficou conhecida como o "Destino Manifesto" e influenciou o imaginário social e político da nação que começaria a se erguer no século XIX (HUNT, 2009; ORTEGA Y MEDINA, 1989).

Com a aceleração do crescimento econômico e da estabilidade política, os Estados Unidos estabeleceram novos parâmetros de comércio com outros países, além de perceberem a necessidade de maior atuação internacional a fim de garantir seus interesses. Assim, surgiu um debate específico sobre o papel da nação: de um lado, aqueles que defendiam a ideia do exemplo, em que os Estados Unidos seriam como um "farol" para os demais países; de outro, os que incentivavam o país a um engajamento maior em questões internacionais e a um

investimento em garantias da projeção de poder, como uma marinha forte e um exército mais qualificado (AYERBE, 2002; HUNT, 2009).

Seguindo a lógica de uma divisão periódica, podemos pensar em duas fases de constituição da política externa estadunidense: a primeira de 1865 a 1898 e a segunda dentre 1898 e 1913. É importante lembrar que a expansão territorial norte-americana havia praticamente terminado com a aquisição dos últimos territórios a oeste, caracterizando a primeira fase de assentamento no sentido de estabilização do território e dos interesses nacionais. Depois de 1865, o governo central passou a evitar novos acordos com os povos indígenas, inclusive com o incentivo de novos assentamentos em terras consideradas em litígio. Nesse período, os povos indígenas passaram de "nações" para "comunidades locais dependentes", o que continha um caráter de dominação e subserviência (LAFEBER, 1994). O período entre 1865 e 1898 pode não ter privilegiado a expansão territorial e uma proeminência de questões conflituosas com outros países, mas foi essencial na delimitação de fronteiras e preparou o país para os desafios que viriam a seguir.

Especialmente a partir de 1898, com o advento da Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos parecem ter assumido de fato esse segundo lado do debate (engajamento maior em questões internacionais e investimento em garantias da projeção de poder), privilegiando uma presença mais forte em regiões como a América Central e o Oceano Pacífico. O conflito com a Espanha tornou-se um marco do período que viria a ser conhecido como o da expansão imperial, em que Estados Unidos agiram de forma firme e intrusiva em países vizinhos para garantir seus interesses e demonstrar ao mundo quem era de fato o "protetor" da América Latina, vista nesse contexto como área de influência exclusiva. A anexação de novos territórios, a criação de protetorados e a intervenção militar direta nessa segunda fase caracterizaria uma nova forma de enxergar a expansão do país: como não havia mais território a ser conquistado na forma de ocupação, a exemplo do Oeste, seria necessário estender a ideia de fronteira [1] (HUNT, 2007; 2009). É nesse contexto que a política externa dos Estados Unidos se projeta no fim do século XIX e início do século XX:

[1] Frederick Jackson Turner (2008) é um autor norte-americano que relaciona a expansão territorial norte-americana a um processo de consolidação da nação – a ideia de sempre existir um "Oeste" a ser dominado e desbravado faria parte da afirmação de povo predestinado a cumprir determinada missão. Esse discurso será importante quando adaptado à expansão dos Estados Unidos para fora de suas fronteiras continentais.

> Começando como uma ideologia de crescimento nacional, representada pelo Destino Manifesto, a expansão das fronteiras ocupa um lugar especial no imaginário norte-americano, tendo sido sistematizada inicialmente por Frederick Jackson Turner, sendo retomada em toda a literatura. Segundo Turner, observando o processo de consolidação continental e defendendo a necessidade da expansão como uma prioridade da política norte-americana no início do século XX, os Estados Unidos percebem a fronteira e a sua conquista como um processo inevitável e necessário para a plena realização da energia e da capacidade do país. Ou seja, os Estados Unidos têm um grande destino no mundo, que é o de disseminar a excelência dos seus princípios, ampliando os domínios do experimento norte-americano, das virtudes da democracia, da república e da liberdade (PECEQUILO, 2005, p.63).

Neste momento, o discurso da Doutrina Monroe[2] aparece com mais força, reafirmando a necessidade de afastamento dos europeus em questões do hemisfério ocidental, como era chamado o continente americano pelos presidentes e secretários de Estado dos Estados Unidos. Mais que a contemplação da diferença entre o "Novo" e "Velho" mundo, estaria a possibilidade de os Estados Unidos atuarem decisivamente na garantia dessa "gerência" continental.

No governo de Theodore Roosevelt, o "Corolário Roosevelt" dá uma nova dimensão à Doutrina Monroe: ficam explícitos os interesses norte-americanos em destacar que seriam eles os garantidores do cumprimento de contratos, dos pagamentos e da estabilidade no continente, assumindo para si o papel de interventor sempre que achassem necessário. O lema deixa de ser a estabilidade e passa a ser garantia da ordem, entendida sempre com viés dos interesses norte-americanos (LAFEBER, 1994; PECEQUILO, 2005; SEXTON, 2011). Assumir uma posição mais firme em política externa permitiu ao país explorar também um misto de vaidade e sensação de grandeza. Existiria uma ideia de que o país era grande demais para ficar circunscrito apenas às decisões políticas e econômicas internas. Seria necessário expandir a sua influência para que se cumprissem todos os desígnios de um país do tamanho dos Estados Unidos (HUNT, 2009).

É também a partir dessa ascensão mais acentuada que os Estados Unidos passam a perceber a necessidade de investir nas suas forças armadas. Mesmo que tivessem ultrapassado os europeus em produção industrial e em crescimento econômico na virada para o século XX, os norte-americanos ainda não tinham superioridade no que dizia respeito à Marinha e ao

---

[2] Doutrina que determinaria boa parte da política externa dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental, surgida a partir da proclamação do presidente James Monroe (1817-1825) e do seu Secretário de Estado à época, John Quincy Adams (1767-1848). A Doutrina previa o afastamento dos europeus das questões relacionadas ao continente americano como forma de evitar intervenções e o retorno às práticas colonialistas. Para mais detalhes sobre o surgimento da Doutrina Monroe, sugerimos a leitura de Sexton (2011) e Teixeira (2012).

Exército. Em uma obra que defendia os investimentos para expansão da Marinha, Alfred Mahan (1840-1914) escreveu, em 1987, sobre a associação da emergência norte-americana com o papel que a Grã-Bretanha teria ocupado como potência naval – sua projeção de poder viria, essencialmente, da capacidade de garantir os recursos relacionados ao interesse nacional pela defesa de sua Marinha.

> A abordagem de Mahan combina a noção de Destino Manifesto que inspirou a expansão territorial da primeira metade do século, centrada na ideia de missão civilizadora dos povos anglo-saxões, com uma visão estratégica que considera o poderio naval e o controle dos mares como principais atributos do status de grande potência. Suas ideias terão grande influência entre políticos e intelectuais do país. Um dos seus discípulos mais ilustres será Theodore Roosevelt, que, como presidente, enuncia, em dezembro de 1904, o Corolário para a Doutrina Monroe, manifesto precursor dos argumentos culturais do atraso latino-americano e da missão civilizadora dos Estados Unidos. (AYERBE, 2002, p.52-53)

O presente projeto privilegiará a análise desses acontecimentos pelo espectro da linguagem. Buscaremos entender como certos formuladores de política externa dos Estados Unidos – aqui considerados os presidentes e seus secretários de Estado –, assumiram determinadas narrativas como parte de uma ideologia que estabelecia distinções entre aquele que poderia ser considerado cidadão do país e o "outro", considerado muitas vezes como inferior, bárbaro ou constantemente dependente de ajuda especialmente dos Estados Unidos (CAMPBELL, 1992; HUNT, 2009).

Nesse período surgiu também uma interpretação preconceituosa com base nas ideias chamadas de "darwinistas sociais": o pressuposto de que, assim como entre as espécies, os seres humanos também poderiam ser divididos entre raças. Essa divisão privilegiava claramente a noção de que os povos colonizados e as ex-colônias europeias não seriam intelectualmente avançados para constituir sociedades "avançadas", instituições políticas e ordem (HUNT, 2007, 2009; KAGAN, 2007; KING, 2005).

Queremos, portanto, analisar como fatores históricos e sociais influenciam os fatores políticos por meio de narrativas que se perpetuam ao longo do tempo. É o caso da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, que mesmo não tendo surgido no período estabelecido para a pesquisa, ocupam um papel fundamental para a análise proposta. Para isso, assumimos o papel da linguagem não apenas como ponte de significados, mas como um fenômeno essencialmente

político, no qual diferenças e preconceitos são estabelecidos – posteriormente demonstraremos o papel da linguagem na constituição e diferenciação de identidades.

Estudar a história e a política externa dos Estados Unidos é fundamental para o entendimento das relações atuais entre esse país e as demais nações. Mesmo que o período aqui delimitado esteja um século de "distância", é possível estabelecer paralelos na constituição atual dos problemas sociais e políticos dos Estados Unidos quando se tem maior conhecimento de como determinados conceitos e temas foram construídos no desenvolvimento do país como uma potência. Entender a ascensão norte-americana, tão peculiar pela sua rapidez e forma, contribui no entendimento de debates contemporâneos como os que acontecem entre os Partidos Democrata e Republicano, as políticas de imigração e o prisma sob o qual os Estados Unidos enxergam o que consideram novas áreas de influência e interesse.

Todo o contexto histórico supracitado abarca narrativas específicas que combinam, por exemplo, figuras de linguagem a resgates no modo da fala que permitem ao público (os norte-americanos, outros países etc.) assimilar o que é proposto em um discurso, ou seja, a construção de significado(s). De acordo com as questões e objetivos apresentados, nossa hipótese pressupõe a noção de que identidades são construídas por meio da diferença e da alteridade. Isso significa que a identidade dos Estados Unidos enquanto nação é estabelecida por noções de amizade/inimizade, superioridade/inferioridade, dentro/fora etc. Essas características são exaltadas no caso norte-americano pela ideia de tratar-se de um país "especial", com uma missão divina a ser cumprida e, por isso, seus objetivos seriam automaticamente certos e universais.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar, por meio de discursos e documentos, como os Estados Unidos emergiram como um dos principais atores no cenário internacional no final do século XIX e início do século XX (mais especificamente, dentre 1865 e 1913). Dentre os objetivos secundários, estão: compreender como a narrativa da singularidade ajudou a moldar a identidade nacional no período; demonstrar como são construídas no período as relações de oposição e assimilação entre o que seriam as "raças" anglo-saxônica, latina e asiática; apontar a importância de discursos anteriores como o da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto de forma a conectá-los à atuação norte-americana na América Latina e na Ásia; entender como a ideia de fronteira esteve presente nas construções discursivas de pertencimento e identidade.

Nossa hipótese é que o discurso da superioridade racial dos anglo-saxões, uma ligação e herança dos britânicos, sustentaria a tese de um povo especial, com instituições melhores e, por isso, fadadas a serem transmitidas às demais nações, especialmente aquelas que são construídas como inferiores: os Latinos (por uma herança colonial portuguesa, italiana, francesa e espanhola) e os Asiáticos (que usufruem de uma fluidez maior nessas construções, de acordo com os interesses norte-americanos em propagá-las em contextos e conflitos específicos).

Dessa forma, a expansão da influência norte-americana estaria ligada à necessidade de manter a expansão das fronteiras, por dominação direta e aquisição de territórios ou pela ingerência em assuntos internos de outros países. Os Estados Unidos acreditam que possuem o direito e a responsabilidade de agir no intuito de garantir ordem e estabilidade em regiões consideradas estratégicas, tidas como pré-requisito para a ordem e a estabilidade do próprio país. Nesse ínterim é que se reforçam a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt, além do Destino Manifesto, como ideias que legitimam narrativas de dominação e interesse nacional, inclusive nos dias atuais.

Neste trabalho, o enfoque teórico será dado ao arcabouço teórico pós-estruturalista. Os autores que defendem esse viés sustentam que a linguagem permite estabelecer novas perguntas e, assim, expandir o campo de atuação das Relações Internacionais (RESENDE, 2012). Essa tese é corroborada por Buzan e Hansen (2009), os quais afirmam que o pós-estruturalismo permite estudos na área de Segurança que privilegiam a análise de identidades conflitantes e reciprocamente constituídas por meio do discurso. Dessa forma, buscaremos compreender como o discurso e a identidade se relacionam no que é entendido como estrutura nessas proposições teóricas e como são definidas nas Relações Internacionais (RI)[3], especialmente na área de Segurança Internacional.

Nas RI, a discussão sobre o papel das identidades e a crítica a pressupostos mais positivistas ganhou peso com o que se chamou de "Terceiro Debate". Segundo Resende (2012) e Lapid (1989), esse debate proporia novas formas de análise do sistema internacional, especialmente com a reavaliação das perspectivas racionalistas e estado-cêntricas comuns nas teorias Realista e Liberal.

---

[3] O termo Relações Internacionais, em maiúsculas, refere-se à disciplina e área de estudos acadêmicos. Em minúsculas, relações internacionais referem-se às ações de um determinado ator no cenário internacional, fala-se, portanto, dos agentes das Relações Internacionais.

O papel do discurso como construtor das ideias sempre esteve presente na corrente construtivista das Relações Internacionais (em sentido amplo, incluindo desde positivismo ao pós-estruturalismo), para a qual o que diferencia a proposição de um autor para outro é a forma como o discurso é apresentado metodologicamente: se dentro de uma estrutura fixa ou relacionado diretamente à desconstrução da realidade, inseparável e instável na sua estrutura ao mesmo tempo (BUZAN; HANSEN, 2009). Essa primeira visão, mais estruturalista, pode ser corroborada no seguinte argumento:

> Language is not reality, but it is our only means of apprehending reality so as to make it socially comprehensible and useful. Because human beings are social animals, the reality in which we exist and act every day is largely a social reality and to the extent that it is, it requires language. (SCHONBERG, 2009, p.10).

Nesse sentido, a construção das identidades se dá dentro de uma estrutura fixa e os elementos discursivos ajudam a compreender como essas construções são feitas a partir do que é apresentado dentro dessa própria estrutura. Não há, portanto, algo fora da estrutura ou dos discursos apreendidos, mas sim uma relação entre eles de auto-referenciação e construção baseada no contexto, nos atores, nos objetivos, interesses e etc. (SCHONBERG, 2009). Há, ainda, a percepção de que é necessário compreender como as identidades de atores distintos se relacionam entre si e são construídas em contrapontos ou correlações. Um exemplo disso é a construção apresentada por Dijk (2008): "Semântica e lexicalmente, os Outros são então associados não apenas com a diferença, mas também com o desvio ("ilegitimidade") e a ameaça (violência, ataques)".

Isso é importante para que se consiga compreender como o "Eu" é construído em relação ao "Outro", num processo de alteridade ou complementaridade, expresso nos estudos de Segurança, por exemplo, na construção de aliados ou inimigos (ROJO, 2004). "Those who deploy language when examining the construction of threat, danger, and identities claim that we gain a better understanding of the complexity and construction itself." (AGIUS, 2010, p.63).

Uma abordagem considerada pós-estruturalista parte do pressuposto de que a percepção da realidade é baseada no que um agente apreende dos discursos que lhe são emitidos. Isso significa dizer que não é possível apreender o conceito de identidade sem que se entenda todo

o processo em que ela foi construída discursivamente – nesse ponto, remetendo à própria construção da realidade como um ato discursivo (BUZAN; HANSEN; 2009). Nesse sentido,

> […] language has a structuring and influencing capacity that provides it with "social power". […] The central claim was that the choice of different metaphors, euphemisms or analogies had fundamental consequences for how "reality" was understood, and hence also for which policies should be adopted. (BUZAN, HANSEN, 2009, p.141).

O papel das figuras de linguagem como a metáfora, a hipérbole e a metonimia, por exemplo, é central no entendimento de como um discurso se relaciona à construção da realidade para os pós-estruturalistas. Essas figuras de linguagem configurariam desvios ou instabilidades nessas construções e permitem analisar o que estaria "por trás" do que é enunciado, o que demonstraria a fluidez da própria estrutura, uma vez que não são independentes entre si (RICOUER, 1992). De acordo com Campbell, "[…] synonymy, metonymy, metaphor are not forms of thought that add a second sense to a primary, constitutive literality of social relations; instead, they are part of the primary terrain itself in which the social is constituted." (1992, p.7).

Para compreender como as identidades são construídas em determinado discurso, é preciso apreender os elementos que fazem com que os atores representados se contraponham ao "Outro", em relações do que está dentro/fora, no interior/exterior e que são manipulados como bem/mal, civilizados/bárbaros, etc. "'Security' thus became an ontological double requirement the state needed to be secure, but it also needed the threatening Other to define its identity, thereby giving it ontological security." (BUZAN; HANSEN, 2009, p.218).

Uma importante referência nos estudos pós-estruturalistas de Relações Internacionais é a obra de Robert Walker, "*Inside/outside: international relations as political theory*". O autor procura demonstrar como a narrativa do Estado-nação moderno está ligada à construção de um espaço físico atemporal, especialmente sob a ideia de que a soberania em determinado território

provém de tradições incontestáveis e universais. Ao discorrer sobre o assunto, Walker traz ao debate o discurso das fronteiras como delimitadoras da própria identidade estatal (WALKER, 1993).

Por isso mesmo, Walker tenta demonstrar criticamente como as teorias de relações internacionais corroboram e perpetuam o discurso de comunidades fechadas sob constante ameaça, principalmente ao colocar as relações entre os Estados como privilegiadas em detrimento de uma visão holística das relações de poder. Para tanto, não seria positivo determinar apenas as questões históricas do processo de construção dos Estados, mas como o discurso da soberania estatal se constituiu enquanto universal e emancipatório.

> Simply put, then, the principle of state sovereignty expresses an historically specific articulation of the relationship between universality and particularity in space and time. As such, it both affirms a specific resolution of philosophical and political options that must be acknowledge everywhere and sets clear limits to our capacity to envisage any other possibility. (WALKER, 1993, p.176)

A análise pós-estruturalista de Walker busca compreender a constituição de determinados discursos enquanto determinantes na formulação de identidades que se contrapõem entre o interno e o externo, representados de diversas formas: eu e o outro; nós e eles; desenvolvido e atrasado; civilização e barbárie; etc. Essa dicotomia busca delimitar não apenas contornos ideológicos na condição identitária, mas também materiais enquanto ligados a territórios, populações e a história de como uma narrativa comum se desenvolve.

Dentro do que é constituído como espaço fixo e demarcado, as aspirações assumem tons universais e comuns: existe um pressuposto de ordem, identificação de valores e do que espera o futuro. Tudo que se encontra além desse espaço torna-se "estranho", incomum. As leis não se aplicam da mesma forma, surge o imponderável e o imprevisível, características que rodeiam o caos e a desordem. Dessa forma, o princípio da soberania estatal firma-se na negação do Outro como alguém de fora, o estrangeiro, o *alien*, o desconhecido. A demarcação interna e a identificação do *self* só se tornam possíveis quando o seu contrário é bem delimitado – a exclusão do Outro é que permite a criação do espaço interno e, conseguinte, da ideia de soberania (WALKER, 1993).

> There, we must beware. The outside is alien and strange, mysterious or threatening [...]. Knowing the other outside, it is possible to affirm identities inside. Knowing identities inside, it is possible to imagine the absences outside. These routines, too, are familiar. They affirm the codes of nationalism and patriotism, the play of sanctimony and projection, the implausibility of strangers in a world of friend and foe and the impossibility of any real choice between tradition and modernity. (WALKER, 1993, p.174).

Para tanto, metáforas e analogias cumprem um papel essencial. A construção de imagens negativas do Outro é mais facilmente assimilada quando associada a possíveis ameaças existenciais – daí a importância da linguagem como fonte de construção identitária, de onde os significados cumprem o papel de estabelecer pontes entre o enunciador e o público e, ademais, de convencê-lo da existência de riscos, perigos e ameaças. De acordo com Walker (1993), do uso da linguagem se apreende a construção de mitos, heróis e tradições que perpetuam uma narrativa de defesa da moral e da ética de uma comunidade específica, ligada pelo pressuposto de uma racionalidade comum acerca do passado e da previsibilidade do futuro.

A distinção que David Campbell (1992) faz entre risco e perigo é uma forma interessante de perceber como os termos podem ser usados de forma a tentar convencer uma plateia acerca de "necessidades" que um ator tenha sobre o que é construído em relação ao "Outro" – por exemplo, na legitimação de uma intervenção ou da nomeação de um grupo como terrorista. Riscos pressupõem ameaças objetivas, enquanto perigos devem ser construídos para que possam ser entendidos como ameaças – são, portanto, subjetivos.

> Para Campbell [...], a relação entre identidade e política externa resulta da própria noção de segurança, pois que "o perigo não é uma condição objetiva" e sim "um efeito de interpretação". Se nem todos os riscos são iguais, e nem todos os riscos são interpretados como perigo, argumenta ele, é preciso então dar conta do papel da subjetividade na articulação do perigo. Daí a importância de elementos linguísticos dispersos no campo discursivo com os quais significados e representações são produzidos e transformados na articulação de discursos de perigo de forma a construir reflexivamente ameaças, (re)produzir identidades coletivas, além de privilegiar o Estado como espaço e ator capaz de gerar segurança e sentimento de pertencimento ao coletivo. (RESENDE, 2012, p.25)

Esse autor afirma que a interpretação tem papel essencial na conformação de algo como "perigoso" e, portanto, passível de se tornar uma ameaça objetiva e transportada para a

materialidade da ação estatal. O "outro", identificado como ameaça por Campbell, não é pré-determinado. Pelo contrário, sua identificação parte da noção de risco à existência material, mas é construída de forma ideal – por meio de contrapontos e oposições. Dessa forma, não existiriam identidades fixas da mesma forma que não existem inimigos e ameaças delimitadas no espaço e no tempo; estes podem ser apagados e reconstituídos de acordo com a própria identidade do ator contraposto.

O discurso serve como ligação entre a percepção do seu autor com seu interesse, aqui entendido como a prática ou os meios para atingir determinados objetivos. O processo de construção do ator responsável pelo discurso passa diretamente pelo processo de apagamento ou construção do outro a que se refere (como amigo ou inimigo e, neste caso, os inimigos). Apesar disso, não se trata de uma prioridade ao discursivo em detrimento do não-discursivo, mas de entender que não há possibilidade de construção de significado fora da linguagem.

De acordo com o autor, essas são "[...] all those practices of differentiation implicated in the confrontation between self and other, and their modes of figuration." (CAMPBELL, 1992, p.99*)*. O risco é entendido como a condição material, aquilo que de fato pode causar dano ou agir objetivamente. Perigo, no entanto, é a condição subjetiva, aquilo que é entendido e construído como perigo, não porque necessariamente o é, mas por ser discursivamente expresso como tal.

> To poststructuralism, language is ontologically significant: it is only through the construction in language that "things" – objects, subjects, states, living beings, and material structures – are given meaning and endowed with a particular identity. Language is not a transparent tool functioning as a medium for the registration of data as (implicitly) assumed by positivist, empiricist science, but a field of social and political practice, and hence there is no objective or "true meaning" beyond the linguistic representation to which one can refer. (HANSEN, 2006, p.18).

Os significados em um discurso, portanto, não são desconectados da realidade que ele procura construir. São parte intrínseca e sem a qual não se pode compreender como uma estrutura é construída e na qual as identidades se relacionam, positiva ou negativamente. Daí a conclusão de Campbell de que "[…] the world exists independently of language, but we can never know that (beyond the fact of its assertion), because the existence of the world is literally inconceivable outside of language and our traditions of interpretation." (CAMPBELL, 1992,

p.6). Nesse processo, a identidade de um ator é construída em contraponto ao "Outro" pela diferenciação.

Novamente, as relações de identidade entre "Eu" e "Outro" construídas pela diferença não são dadas pela estrutura, mas constantemente adaptadas e apagadas de acordo com os interesses e percepções envolvidos (idem). Para Campbell (1992) as construções negativas de "perigo" e "ameaça" dependem não apenas da exaltação do "Eu", mas da construção de um espaço ou posição em que o "Outro" possa ser percebido como "mal/mau" ou "inferior".

Nesse contexto, a política externa é representada como "a political practice central to the constitution, production, and maintenance of [...] political identity" (CAMPBELL, 1992, p.8). A identidade, neste contexto, é entendida como extremamente fluida e mutável, passível de modificação com o tempo e reescrita pela diferenciação na percepção do que é "outro" – "Moreover, the constitution of identity is achieved through the inscription of boundaries which serve to demarcate an 'inside' from an 'outside,' a 'self from an 'other,' a 'domestic' from a 'foreign'." (CAMPBELL, 1992, p.8).

Por isso, a noção de perigo é aqui entendida como condição de possibilidade da própria identidade. A conformação desta mudança ocorre de acordo com a percepção e a clareza que se tem em relação ao que é essencialmente "outro". A identidade ganha significado por meio do estabelecimento das fronteiras e não do que é pré-estabelecido como nacional ou comum. Aoo contrário, depende do que é estranho e distinto: "Most importantly, just as the source of danger has never been fixed, neither has the identity which it was said to threaten. The contours of this identity have been the subject of constant (re)writing […]." (CAMPBELL, 1992, p.33).

Em um sentido mais amplo, fazer política no sistema internacional é contrapor identidades que se deduzem pela diferenciação. A política externa, nesse sentido, atua como o filtro de ordenação do "eu" em relação ao "outro".

> While dependent upon specific historical contexts, we can say that for the state identity can be understood as the outcome of exclusionary practices in which resistant elements to a secure identity on the 'inside' are linked through a discourse of 'danger' with threats identified and located on the 'outside.' The outcome of this is that boundaries are constructed, spaces demarcated, standards of legitimacy incorporated, interpretations of history privileged, and alternatives marginalized. (CAMPBELL, 1992, p.75).

A política externa torna-se prática reprodutiva da identidade para a qual opera e sua prática é constituída, como afirmamos, pela diferença. Mais que isso, a referenciação espacial de dentro/fora torna possível também a possibilidade de referenciação moral do que é superior em relação ao que é inferior. Dessa forma, a construção discursiva da identidade de um determinado ator não é apenas a delimitação do seu espaço de atuação, mas a marcação do "eu" moralmente superior ao "outro". Perigo, portanto, não é apenas uma condição externa, mas inerente ao relacionamento de identidades diametralmente opostas que se colocam o tempo todo em contradição.

Ainda em relação à fronteira, a demarcação do território de atuação do "interno" em contraponto ao "externo" no referencial moral abrange a distinção dos que são civilizados e do que é a barbárie. A fixação em um território específico carrega consigo a prática da exclusão ao território alheio, local em que o princípio regente não é o costume considerado civilizado e compartilhado pelos semelhantes, mas práticas e técnicas que configuram em si a identidade do "diferente" e, portanto, não-civilizado. Essa separação é o que permite a emergência de novas percepções de perigo. Para concluir esse argumento, é possível apreender da obra de Campbell que segurança e subjetividade estão intrinsecamente conectados. A conformação do que é "cabível" de se tornar um assunto de segurança para o Estado depende exatamente da delimitação que a política externa faz por meio da identidade e da diferenciação, alocando o discurso do perigo como força criadora. A realidade, portanto, não é dada por uma natureza específica de identidades fixas e inter-relacionadas, mas pela construção constante das diferenças não-estabelecidas previamente e em cujas "rachaduras", reescritas e "apagamentos" o perigo é delimitado.

1.1 A estrutura de pesquisa

Essa pesquisa foi estruturada em 8 capítulos (incluindo a introdução e a conclusão) de forma a dar maior sentido cronológico e analítico ao que é apresentado. Por isso, após essa introdução, que buscou apresentar nosso tema, objetivos, hipótese e marco teórico, parte-se para o segundo capítulo: "O contexto político pós-Guerra Civil", que aborda o período da Reconstrução. Por isso, é dado maior destaque às questões domésticas no debate político dos Estados Unidos do governo Andrew Johnson (1865-1869). São apresentados os principais

atores do processo decisório e discutidas algumas questões de política externa, fortemente relegadas ao segundo plano em virtude das disputas internas e a dissonância entre os poderes Executivo e Legislativo.

Em relação ao terceiro capítulo, "O governo Grant", é percebida a permanência das questões internas enquanto definidoras da ordem do dia. Assim como no governo Johnson, durante o governo de Ulysses Grant (1869-1877), o grande debate nacional gravitava em torno do sufrágio aos negros, das emendas constitucionais e da violência no Sul. Ainda assim, a despeito de as questões externas não ocuparem a centralidade das discussões, algumas iniciativas específicas chamaram a atenção e foram desenvolvidas.

O quarto capítulo, "O período da acomodação" é responsável por apresentar as características de um país razoavelmente "normalizado" com o fim do período da Reconstrução, sem grandes empreitadas no cenário externo, mas que passa a entender expansionismo enquanto política externa voltada às relações comerciais. Dessa forma, neste capítulo são abordados os governos de Rutherford Hayes (1877-881), Chester Arthur[4] (1881-1885), e Grover Cleveland (1885-1899). Com o "fim" da questão dos negros no debate político interno, as principais questões diziam respeito aos meios para superar as crises econômicas. Nesse sentido, a conexão mais recorrente é a da presença de imigrantes no país, especialmente chineses, acusados de "roubar" os empregos dos americanos brancos no oeste do país. Por essa razão, as restrições aos chineses ganha destaque nesse capítulo.

No quinto capítulo, "Os governos de Benjamin Harrison e Grover Cleveland", como o próprio título já aponta, trata dos governos Harrison (1889-1893) e Cleveland (1893-1897). O período ainda diz respeito à ideia de uma "acomodação" nacional dos interesses, dos princípios e das ações em política externa, tendo essas administrações e seus gabinetes correspondentes atuado a partir de ideias já estabelecidas e consideradas tradicionais. Entretanto, o segundo governo de Cleveland e uma nova insurgência em Cuba marcam o fim desse período de acomodação, em que o debate entre imperialistas e anti-imperialistas ganha forma e surgem novas interpretações sobre o papel dos Estados Unidos e a sua identidade.

O sexto capítulo, "O governo McKinley e a formação imperial dos Estados Unidos" refere-se aos acontecimentos decorrentes da crise cubana e a Guerra Hispano-Americana

---

[4] Que assume o governo após o assassinato de James Garfielf em 19 de setembro de 1881.

durante o governo de William McKinley (1897-1901). A partir desse momento, passamos para a terceira e última das fases analisadas nesta pesquisa, a imperial, em que os Estados Unidos assumem uma política expansionista e de maior assertividade em relação às conquistas da guerra contra a Espanha. O ímpeto imperial é retratado e descrito enquanto parte de uma nova ideologia que corrobora a atuação dos americanos como parte de seu "Destino Manifesto" e, por isso, legítima aos olhos dos formuladores das políticas e tomadores de decisões. É também nesse capítulo que surgem novos elementos de análise, como o aprofundamento das relações com Cuba e o debate acerca dos territórios e povos a serem incorporados em virtude da expansão imperial.

Em relação ao sétimo e último capítulo, "A consolidação imperial", exploramos as políticas dos governos de Theodore Roosevelt[5] (1901-1909) e William Taft (1909-1913), que têm de lidar com um país muito diferente daquele anterior ao governo McKinley. Roosevelt, entusiasta de muitas das ideias de expansão e conquista, mas também conhecedor e estudioso da política de poder tradicional europeia, busca empreender ações para consolidar o poder dos Estados Unidos enquanto grande potência e lidar com as questões referentes aos povos conquistados e a identidade que o país assume após as conquistas no governo anterior. Taft persegue a mesma política imperial, mas por outros meios, tendo privilegiado as relações comerciais e financeiras, no que ficou conhecido por Diplomacia do Dólar.

Por fim, nas considerações finais retomamos os principais pontos dos capítulos em um balanço geral dos princípios e das políticas dos governos analisados e apresentamos apontamentos sobre a construção das identidades e a relação entre Estados Unidos e os demais povos. É importante ressaltar que há um recorte prévio das análises que serão empenhadas, por isso algumas áreas ganharam maior destaque que outras, a saber: a região do Caribe, o Pacífico e o Extremo Oriente. Nessas regiões, os discursos e a empiria se mostraram mais fortemente conectados com os objetivos de política externa do país. Assim, o nosso foco foi direcionado aos países e eventos correlacionados em termos de política externa. Os primeiros capítulos terão maior destaque ao cenário doméstico em razão das construções identitárias próprias do período em questão, em que diversos autores convencionaram chamar de "período da Reconstrução". Após esse período, a ênfase às questões domésticas perde força para as discussões relacionadas à política externa durante o que resolvemos chamar de "período da acomodação", que

[5] Roosevelt assume após McKinley ser assassinado em 14 de setembro de 1901.

corresponde ao período entre o governo Hayes e o segundo Cleveland. Por fim, do governo McKinley ao governo Taft denominamos de "período imperial", em maior destaque devido aos eventos próprios desse momento.

2 O CONTEXTO POLÍTICO PÓS-GUERRA CIVIL

De acordo com Fradera (2009), a divisão norte-sul do país, especialmente no que dizia respeito à escravidão, mostrava-se como exemplo de situação excepcional de conquista "interna" ao final da Guerra Civil, uma vez que em determinados momentos se poderia falar em duas nações ou em situação colonial clássica: existiam relações sociais divergentes, uma cultura de diferenciação no aspecto geral republicano e apoio jurisprudencial pela Suprema Corte. Por essa razão, a Guerra Civil representou ao mesmo uma enorme crise constitucional e o momento de refundação do país; significou o fim de três décadas de um poderoso nacionalismo sulista e das diferentes concepções sobre a formação nacional entre Norte e Sul.

Segundo Williams (2011), os brancos sulistas inicialmente estiveram divididos acerca da questão dos negros. Os líderes das classes mais altas se juntaram aos Republicanos (e ganharam o apelido de Scalawags), ou tentaram organizar novos partidos baseados no voto dos negros. Apesar de seu preconceito racial, estavam dispostos a trocar uma significante conta de igualdade por liderança econômica e política.

Apesar das atitudes de cunho racial dos brancos pobres terem se dirigido em grande parte à oposição da colaboração com os negros recém-libertos, não se deve ignorar as considerações práticas das divisões econômicas e de classe a respeito. Durante o período imediatamente após a Guerra Civil, um grande número de brancos pobres enxergava os negros como cidadãos de segunda-classe que os ultrapassavam enquanto competidores que tinham vantagens especiais e desleais. Por isso, parece mais provável que os antagonismos raciais, econômicos e de classe tenham se reforçado uns aos outros. Junto a governantes das classes mais altas, eles formariam uma aliança política que derrotaria os negros e os Republicanos na região.

Hyman (1966) aponta que mesmo antes da Guerra Civil as instituições americanas buscaram criar formas de lidar com estrangeiros e as levas de imigração para o país. A secessão foi a admissão pública de que os Estados Unidos de então fora incapaz de lidar com a questão da escravidão de forma racional e negociada – ao contrário dos considerados "atrasados" países latino-americanos.

Segundo Craven (1969) e LaFeber (1994), o Norte, apesar de sua riqueza industrial e melhores condições de infraestrutura, não tinha condições imediatas de arcar com as

necessidades militares que o conflito exigia. Esse fato se devia à própria ideia de nação, substancialmente distinta da percepção pós-Guerra Civil, com os estados ocupando muito mais fortemente a noção de administração burocrática – não se pensava, por exemplo, em procurar departamentos ou funcionários públicos dos Estados Unidos, mas sim da unidade federada competente ou da municipalidade envolvida.

Para Keyssar (2014), a Guerra Civil foi essencial para que o país se debruçasse sobre questões de constitucionalidade das leis vigentes e matérias até então pouco discutidas ou inexistentes. A formação de um exército nacional de prontidão, o recolhimento de impostos específicos para o plano nacional e outras formas de atuação direta do Estado ganharam destaque após o conflito. A guerra ainda foi responsável por forçar os americanos a entenderem melhor seu próprio país, ou seja, estudar sua sociedade, suas instituições políticas e sua Constituição.

Mais que isso, a Guerra Civil não foi apenas uma disputa de parte dos indivíduos do país acerca de quem deveria comandá-lo ou da possibilidade ou não da permanência da escravidão. Foi principalmente o clímax de uma disputa não resolvida sobre o caráter do próprio governo e suas instituições. Tratou-se de uma guerra entre duas formas de ver o mundo, de duas ideologias incapazes de coexistir. De mesma importância, a Guerra Civil marcou o fim de uma era econômica e social nos e o começo de outra nos Estados Unidos Estados Unidos. Com as demandas da guerra, o Norte se adequou à produção moderna e industrial, por meio de organizações sociais e foco na produtividade e na eficiência (CRAVEN, 1969).

Williams (2011) aponta que os sulistas conheciam bem sua realidade e talvez por isso a sua formação identitária tenha sido mais rapidamente forjada, especialmente no que diz respeito à posição quanto à escravidão. O desejo desses representantes era manter o status quo, garantir que as mesmas instituições se perpetuassem e as relações econômicas e sociais provenientes desse processo se mantivessem iguais. Quando os Estados Confederados são formados, essa forma de organização torna-se patente pela institucionalização da escravidão, oportunidade em que as relações raciais permaneceriam estanques, tendo os brancos o controle de todos os processos políticos e econômicos.

De acordo com Craven (1969), para a maioria dos sulistas a escravidão era ao mesmo tempo garantia de propriedade e parte vital da ordem social vigente. Argumentavam, no sul, que o sistema de trabalho livre era cruel, impessoal e resultava na exploração de homens da

mesma “raça”. A região era percebida como notadamente rural, de visão religiosa ortodoxa, distante das problemáticas teorias sociais, livres das disputas entre capital e trabalho e digna de usufruto do bem-estar a partir dessas premissas.

No final de sua vida, Lincoln falou de compensação aos proprietários de escravos e da deportação dos negros para um clima “mais agradável”, fora dos Estados Unidos. Mesmo que a guerra tenha usado o argumento da escravidão, para a maioria dos americanos, do Norte ou do Sul, o fim do conflito não significaria necessariamente a ideia de que todos os homens fossem realmente iguais. A questão racial proveniente da vitória do Norte provaria que os americanos lutaram por diversas razões, mas que a igualdade plena não era uma delas (CRAVEN, 1969; CRAPOL; SCHONBERGER, 1972; WILLIAMS, 2011).

O abismo entre os interesses do Norte e do Sul ficou mais evidente a partir da década de 1840. O crescimento industrial e urbano do nordeste do país evidenciou uma revolução nos meios de transporte e nas comunicações, permitindo o surgimento de grandes industriais e capitalistas. Enquanto o Norte mudava a sua sociedade de forma rápida, a exemplo das grandes cidades europeias, o Sul permanecia rural e afeito às tradições religiosas e sociais, incluindo a valorização da escravidão.

Woodward (1966) afirma que a discriminação contra o negro era um fato nacional e que o Norte, apesar de apoiar o fim da escravidão no país, pautava sua vida política e social em torno de questões raciais da mesma forma que o Sul, a despeito de suas visões sobre a escravidão. Os Estados Unidos, portanto, eram formados por uma sociedade extremamente segregada e devotada à supremacia branca e inferioridade negra. O autor lembra que, em 1860, 93% dos 225.000 negros que viviam em estados nortistas tinham seus direitos ao voto negados e apenas 7% deles viviam nos cinco estados na Nova Inglaterra em que seu voto era legal.

Em muitos dos estados nortistas haviam leis discriminatórias contra negros que os proibiam de contrair matrimônio com brancos, juntar-se às forças policiais, constituir júri ou servir como testemunha quando houvessem brancos envolvidos. Assim, mesmo nos estados em que a população negra era considerada “livre” haviambarreiras de difícil transposição quanto ao exercício de cidadania e à busca por oportunidades de trabalho.

Ainda segundo esse autor, quando a guerra pela União começou a tomar forma e ganhar o escopo de uma guerra pela liberdade, as ações dos estados nortistas paradoxalmente endureceram a forma como tratavam os negros. Esse endurecimento das ações e das leis

aconteceu principalmente no nordeste e centro do país, locais considerados "invadidos" a partir do movimento dessa população em direção ao norte. A possibilidade de uma imigração plena que se transformasse na ideia de vizinhos e trabalhadores negros pautou o cenário dos brancos com alarme e tensão.

Portanto, o argumento da emancipação no Sul trouxe em seu bojo uma lógica paradoxalmente racista, em que a libertação dos negros nos estados sulistas interromperia a vinda de ex-escravos aos estados do Norte e a volta dos que lá estavam ao Sul para fugir da discriminação e viver em um ambiente mais "próximo e natural". Ainda nesse sentido, uma das tentativas do governo Republicano à época para interromper o que consideravam uma "invasão" de negros no Norte foi a deportação de negros libertos para fora do país – o que foi em parte impedido e sofreu críticas de diversos grupos de também Republicanos da região da Nova Inglaterra por considerarem o processo desumano e impraticável. Com o apoio do presidente Lincoln e de parte dos republicanos do Congresso o governo realmente buscou esse curso de ação como provável solução para a questão racial. (WOODWARD, 1966).

Keyssar (2014) afirma que durante os dois últimos anos da guerra os estados nortistas começaram a modificar ou revogar algumas das suas leis discriminatórias. Ainda assim, o partido que surgiria triunfante da cruzada para salvar a União e libertar os escravos não podia afirmar categoricamente estar em posição política e moral elevada a ponto de garantir a igualdade de fato entre toda a população do país. O partido Republicano permaneceu dividido quanto à questão da igualdade racial, inclusive chegando a atrapalhar parte dos planos do futuro presidente Johnson no programa de Reconstrução.

Segundo Silber (1993), os nortistas pensavam que os negros não haviam ainda sido "testados", mas emergidos de um degredado estado decorrente da escravidão e, portanto, deveriam provar seu valor como homens. A maioria dos homens brancos do Norte suspeitava que os antigos escravos ainda carregavam sinais da escravidão, especialmente, para eles, caráter fraco e senso inferior de moralidade.

Ainda de acordo com Woodward (1966), nos anos que se seguiram imediatamente após a guerra, o eleitorado e as legislaturas de todos os estados nortistas expressaram sua tônica conservadora no que dizia respeito às questões raciais. Práticas discriminatórias incluíram, por exemplo, desde estados que reafirmaram a política de excluir negros das eleições até a negação de inclusão dessa população no sistema judiciário ou de matrícula de crianças em determinadas

escolas. Apesar do fim da guerra e do discurso pró-emancipação, o Norte continuava uma sociedade dividida racialmente e separada em termos de privilégio para os brancos e discriminação para os negros.

Segundo Craven (1969), quando o conflito terminou e a escravidão foi abolida, a questão racial ainda permanecia. Enquanto o negro não tivesse determinado seu lugar na sociedade americana, a guerra não chegaria ao fim definitivo. Agora, com o Norte vitorioso e nas mãos dos Republicanos, deveria-se assumir a responsabilidade de pensar a reconstrução do país e o papel do negro nos Estados Unidos.

2.1 O negro na sociedade americana pós-Guerra Civil

De acordo com Hyman (1966), o fim da guerra impôs a necessidade de se revisar parte da Constituição, mesmo que as transformações viessem apenas em forma de emendas constitucionais. Mais que isso, seria necessário pensar o pós-guerra e a forma de garantir que os antigos líderes não voltassem ao poder e retomassem suas propriedades. Para isso, a solução foi militarizar os estados do Sul com representantes Republicanos, ligados fortemente à Lincoln e à sua luta anti-escravagista e pró-Unionista – os chamados governos militares provisórios, sob os quais o próprio Andrew Johnson serviu como governador do Tennessee.

Segundo Franklin (1966), a questão da inserção do negro na sociedade americana pós-Guerra Civil pautou boa parte do debate político à época. Muitos brancos, especialmente os sulistas, questionavam quais qualificações permitiriam aos recém-libertos serem empregados e competir com os brancos. Os negros sabiam que a dúvida era irrelevante para boa parte das questões propostas e que o foco residia principalmente no aspecto racial, especialmente porque o debate da inserção foi acompanhado do questionamento acerca do poder de voto que esses negros teriam a partir de então.

Os negros tinham participação nula no processo decisório que envolvia questões políticas, econômicas e sociais antes da Guerra Civil, mas esse panorama mudou muito pouco com o fim do conflito. Sem participar das principais decisões ou incapazes de manifestar diretamente suas vontades, muitos deles tiveram que aceitar posições de trabalho similares às que ocupavam anteriormente, em condições insalubres e com pagamentos irrisórios. Isso não

significa dizer que a população negra dos Estados Unidos não se manifestou contrariamente ou não tentou se organizar, mas a injustiça e o controle do aparato estatal pelos brancos eram tamanha que grande parte de suas ações eram tolhidas ou ineficazes (WILLIAMS, 2011).

Ainda segundo Franklin (1966), a falta de proteção aos recém-libertos nos primeiros anos após a Guerra Civil marcou o início da era da Reconstrução. Quando a Secretária da Guerra notificou a ordem de desmobilização de 28 de abril de 1865, as tropas deveriam ser reunidas na ordem de 300 mil homens ao mês, o que era uma tarefa hercúlea à época, mas realizada com sucesso. Seis meses após o conflito, mais de 800.000 dos 1.034.064 oficiais e soldados do Exército dos Estados Unidos já haviam sido desmobilizados e, ao final de 1865, o governo americano tinha ao todo apenas 150.000 soldados para todas as demandas, que incluíam um leque de questões amplo, como vigiar fronteiras, lutar contra os indígenas e controlar as operações do pós-guerra no Sul.

LaFeber (1994) aponta que ao final da Guerra Civil aproximadamente 186.000 negros haviam servido no exército americano, mas estes não foram desmobilizados na mesma taxa que os soldados brancos. O governo sabia que negros não tinham experiência ou empregos prévios que os esperassem para retornar. Portanto, não havia razão para a retomada da vida civil tão cedo. Muitos sulistas, especialmente os que serviram no exército Confederado, chegaram a afirmar que a permanência dos negros no exército e o seu deslocamento para o Sul tinha o único propósito de humilhar os ex-combatentes; mas os negros ali estacionados tinham pouca ou nenhuma razão para executar atos que violassem a dignidade dos presentes na região.

Em relação aos Republicanos Radicais, estes já estavam conectados com a causa anti-escravidão há décadas. Uma das razões práticas era a necessidade dos votos da população negra a fim de ter os votos necessários para controlar o Congresso e a Casa Branca. Publicamente, o partido se colocava como o garantidor da União e da liberdade e que a garantia do voto aos negros seria a melhor forma de promover seu bem-estar. (TINDALL, 2004; CRAVEN, 1969). Segundo Williams (2011), os Republicanos Radicais queriam estabelecer uma predominância de longo prazo pelo seu partido na política do Sul e do Norte e, para isso, desejavam libertar os negros e estabelecê-los como elementos centrais da política econômica do país. A concessão de terras a essa população encarnava esse desejo, além de garantir o apoio eleitoral nas eleições futuras.

Para conseguir e manter a força eleitoral necessária, os Radicais ofereceram uma alta tarifa para os manufaturados, terra gratuita para agricultores, terra e outros subsídios para a construção de ferrovias, crédito para investidores, dinheiro e terra para trabalhadores e imigrantes, controle do mercado de algodão e do comércio doméstico aos habitantes da Nova Inglaterra, e o sul como nova fronteira aos investimentos dos empresários e políticos do Norte.

2.2 O governo Johnson

De acordo com Simpson (1998), dos quatro presidentes que ocuparam o ofício durante a Reconstrução, Johnson foi o que gozou de maior liberdade de ação e as melhores oportunidades de deixar sua marca sobre acontecimentos em curso. Cansados dos pedidos de Lincoln por leniência e moderação, os Republicanos Radicais ficaram inicialmente encantados com seu sucessor, que propunha merecida punição aos traidores da União e clamava ser amigo dos recém-libertos.

Segundo Craven (1969), na véspera de sua ida a Washington para assumir como presidente, Johnson declararia, no Tennessee, que a escravidão havia chegado ao fim e que ele era o "Moisés" dos negros, guiando-os à liberdade. Pouco antes de fazer o juramento e o discurso inaugural, Johnson voltou-se ao álcool a fim de acalmar os nervos e diminuir as dores que sentia. O resultado foi um desastroso constrangimento: bêbado enquanto prestava o juramento, o presidenteproferiu um desconexo discurso sobre as glórias da democracia antes que fosse puxado para fora do púlpito. Depois disso, por quase um mês Johnson assumiria um perfil mais discreto, voltando aos olhos do público apenas na última semana de guerra na Virgínia. Entretanto, e apesar de dizer o contrário, ele não sabia o que Lincoln pensava sobre a futura reconstrução do país.

Em relação ao presidente, os Radicais insistiam na teseque Johnson havia assumido duas pedras angulares de sua abordagem sobre a Reconstrução: a punição dos traidores e a emancipação dos negros. Os radicais apontavam para os discursos de Johnson, que pregava a dispersão das plantações dos sulistas, e uma subsequente redistribuição de terra. Ele ainda havia proclamado diversas vezes que o crime de traição deveria ser punido e os traidores, empobrecidos. De forma similar, os Democratas e os Republicanos moderados olhavam para a

escolha dos secretários e conselheiros de Johnson como prova de suas tendências conservadoras.

De acordo com Kelly (1966), o programa da Reconstrução foi pautado segundo os limites de uma constitucionalidade ortodoxa, ou seja, de continuidade e reformas dentro dos limites da Constituição. Essa doutrina moldou boa parte das ações de Johnson, que, uma vez não reconhecendo a viabilidade da secessão enquanto doutrina constitucional, repetia que os estados rebeldes permaneceriam na União com todos os seus direitos, incluindo a determinação de quem exerceria os direitos eleitorais. Johnson concederia o sufrágio aos negros se isso viesse de iniciativa dos brancos sulistas – algo improvável.

Em seu primeiro discurso ao Congresso, em 4 de dezembro de 1865, Johnson já ressaltava a crença na doutrina da constitucionalidade ortodoxa:

> The American system rests on the assertion of the equal right of every man to life, liberty, and the pursuit of happiness, to freedom of conscience, to the culture and exercise of all his faculties. **As a consequence the State government is limited--as to the General Government in the interest of union, as to the individual citizen in the interest of freedom**. (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

As liberdades governamentais adviriam, portanto, de liberdades individuais. Da mesma forma que o governo federal e os estados federados não poderiam limitar as liberdades dos indivíduos, o presidente também não teria o direito ou o poder constitucional de impor ou obrigar aos estados a adoção de leis específicas contrárias ao seu próprio julgamento.

Karsten (1980) afirma que o presidente estava confiante de carregar o espírito das ideias de Lincoln consigo e usou de suas prerrogativas para empregar o exército nos estados sulistas a fim de garantir a transição pacífica e o retorno à União. Contudo,muitos americanos ficariam intrigados, especialmente no Norte, em relação às afirmações do presidente de que a guerra tinha terminado completamente para assumir, assim, que os estados sulistas estavam livres de quaisquer amarras do passado. Johnson ainda reivindicou monopólio sobre o poder de perdoar e de governar, sobre os quais acreditava que o Congresso não poderia interferir; desejava o poder presidencial ao mesmo tempo em que proferia uma doutrina de fraqueza para o governo nacional e usava o exército para submeter o Sul, mas recusava a atuação direta de soldados

nesses mesmos estados a fim de que os rebeldes e culpados pela guerra não atuassem livremente ou retornassem à vida pública.

Segundo Craven (1969), a ênfase de Johnson em juramentos e perdões adveio de sua convicção constitucional de que "não existe tal coisa como a Reconstrução", ou seja, a crença de os Estados sulistas nunca saíram da União, mas alguns indivíduos isolados que deveriam ser culpados e punidos. Para o presidente, jurar lealdade à União e receber o perdão por atos anteriores seria o passo inicial ao que chamava de "restauração". Poder-se-ia apontar que o fracasso de Johnson começou em acreditar que juramentos e perdões seriam suficientes para garantir o arrependimento dos antigos confederados.

O apego de Johnson à Constituição enquanto norteadora das futuras ações tentaria justificar a forma com que tratou a questão do sufrágio aos negros, especialmente no que diz respeito à ideia de que o governo federal não deveria impor aos estados qualquer tipo de decisão a respeito das leis eleitorais. Destarte, era reforçado, no mesmo, ligação e importância entre a União e os estados pelo modelo federativo:

> The best security for the perpetual existence of the States is the "supreme authority" of the Constitution of the United States. The perpetuity of the Constitution brings with it the perpetuity of the States; their mutual relation makes us what we are, and in our political system their connection is indissoluble. The whole cannot exist without the parts, nor the parts without the whole. **So long as the Constitution of the United States endures, the States will endure**. **The destruction of the one is the destruction of the other; the preservation of the one is the preservation of the other**. (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

O presidente assume posição intransigente sobre o status que enviaria aos estados anteriormente Confederados, propondo interpretação distinta da maioria dos Republicanos e estabelecendo legitimidade à ideia de que a inclusão dos estados sulistas deveria acontecer o quanto antes, uma vez que os atos de secessão seriam nulos desde o início:

> Besides, the policy of military rule over a conquered territory would have implied that the States whose inhabitants may have taken part in the rebellion had by the act of those inhabitants ceased to exist. **But the true theory is that all pretended acts of secession were from the beginning null and void**. The States cannot commit treason nor screen the individual citizens who may have committed treason any more than they can make valid treaties or engage in lawful commerce with any foreign power. **The States attempting to secede placed themselves in a condition where their**

> **vitality was impaired, but not extinguished; their functions suspended, but not destroyed**. (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

Os Republicanos começaram a perceber que o antigo conflito com os Democratas ainda persistia, especialmente depois que a vida política e social era restaurada no Sul com atitudes racistas e segregatórias. A partir dali, a visão dos Republicanos acerca do que deveria ser o programa da Reconstrução passou a ganhar forma, tendo parte do partido adotado a visão de que seria necessária uma revolução social que permitisse aos negros viver em segurança e com plena igualdade de direitos.

Sobre o comportamento de Johnson na presidência, Simpson (1998) afirma:

> Johnson had adopted a policy of letting people think what they wanted to think; he would be most things to most people. In fact, for all of his rhetoric, he did not come to the presidency with any well-defined thoughts on postwar reconstruction policy. He had not been privy to Lincoln´s meetings with the cabinet on the subject, and the two men had conversed but briefly on the subject. One needed only to compare Johnson's speech upon the fall of Richmond with Lincoln's final speech eight days later to measure the different concerns and temperaments of the two men. Johnson had spoken of punishing traitors; Lincoln had urged carving out a place for blacks in postwar America. Deprived of direct consultation, Johnson was left to derive what he thought Lincoln's policies would be from his wartime acts, interpreted in light of his own experiences in Tennessee. He had never heard Lincoln speak of black suffrage as anything but a state prerogative; if anything, Johnson had been more adamant on the subject of land confiscation and the need to revitalize widespread loyalty before moving forward with the restoration of civil government (p.71-72)

Para Craven (1969), Andrew Johnson era, de certa forma, um homem sem partido. Ele havia sido Democrata toda sua vida, mas naquele momento devia sua posição à lógica institucional do sistema eleitoral americano que o havia colocado no posto de presidente em um governo Republicano já estabelecido. Além disso, trata-se de um período em que os dois partidos buscaram se reinventar e traçar novas estratégias, uma vez que precisariam lidar com demandas diferentes no pós-Guerra Civil, assim como um eleitorado distinto daquele prévio à guerra.

Simpson (1998) discorre que, em parte porque as principais questões nacionais do pós-guerra permaneceram indefinidas, o legado de Lincoln se provou razoavelmente maleável para que Johnson o manipulasse. Ele escolhia o que melhor lhe convinha e invocava o nome do ex-presidente a fim de repelir críticas e, vez ou outra, ainda iria distorcer ou fabricar as palavras

de Lincoln para justificar seus próprios atos, como quando afirmou que a única mudança que seu antecessor queria na Constituição era uma emenda compelindo os estados a enviar representantes ao Congresso, uma ideia que tinha pouca evidência que a confirmasse. Johnson recriou Lincoln à sua própria imagem e usava seu nome da mesma forma que usava a Constituição – como justificativa às suas ações e nada mais. Mas essa "simulação" de Lincoln acarretaria problemas, uma vez que este fora incapaz de apresentar um programa para o pós-guerra, o que Williams (2011) afirma ter acontecido em razão de o presidente simplesmente não ter tido tal programa. Era difícil desenvolver políticas que combinassem princípios anti-escravidão e pró-brancos sob o argumento da Guerra Civil como um conflito político e econômico tradicional. A proposta de Lincoln em reconstruir o Sul apontava para o tipo de compromisso que de fato seria colocado em prática entre 1874 e 1900, mas a morte do presidente abriu caminho para os Radicais.

Em suas primeiras ações como presidente, em 29 de maio de 1865, Andrew Johnson emitiu dois decretos. O primeiro delineava sua política de anistia e perdão. Assim como Lincoln, Johnson estendeu o perdão geral à maioria dos Confederados, desde que fizessem juramento e declarassem lealdade aos Estados Unidos. Como seu antecessor, ele excluiu desse perdão ex-oficiais, funcionários, militares e líderes dos Confederados porque estes teriam que conseguir o perdão presidencial individualmente. Contudo, Johnson ainda excluiu qualquer um que possuísse mais de 20 mil dólares em propriedades tributáveis a fim de atingir diretamente os proprietários de terra. Crapol e Schonberger (1972) apontam que o problema com perdões desse tipo é seu caráter duvidoso, uma vez que juramentos podem ser feitos e não há como controlar ou supervisionar o comportamento futuro de cada indivíduo. Ainda assim, o caminho agora estava livre para Johnson remodelar a sociedade e a política sulistas ao excluir os ex-líderes e mais ricos do processo de restauração do poder, talvez até lhes confiscando suas propriedades.

O segundo decreto delineou como os norte-carolinos deveriam reconstruir seu governo estadual, modelo para decretos subsequentes relativos os outros seis estados ex-Confederados que ficaram sem governos ligados à União durante a guerra. Em cada caso, Johnson apontou um governador provisório que iria promover eleições de delegados para uma convenção constitucional do estado. O presidente não ofereceu sugestões sobre o que essas novas constituições teriam em conteúdo e definiu o eleitorado como aqueles que tinham o direito de votar no momento exatamente anterior à secessão do estado e que tivessem feito juramento pela anistia – o que excluía, portanto, os negros do processo. De acordo com Tindall (2004), a maior

parte dos governos sulistas foi designada para Republicanos brancos, a quem a oposição branca deu a alcunha de *carpetbaggers* e *scalawags*, dependendo do seu local de nascimento. O primeiro grupo recebeu esse nome devido à sua saída do Norte em direção ao Sul por um suposto oportunismo em relação aos espólios políticos da Guerra Civil e outras oportunidades econômicas – nessa viagem eles levariam seus pertences em *carpetbags*. O segundo grupo era formado por brancos nativos do Sul e Republicanos ou apoiadores do partido que teriam se oposto à secessão e apoiado a Reconstrução pós-Guerra Civil. O significado do termo é nebuloso e tende a ser pejorativo em relação à atuação prévia de grande parte do grupo, relacionado à pecuária e agricultura.

As disputas entre as visões de Johnson e dos Republicanos, em particular, foram se acentuando à medida em que estes perceberam que não teriam no presidente um aliado para aprovar as leis necessárias à concessão de direitos e garantidas aos negros. Mantell (1973) e Craven (1969) afirmam que o confronto entre Executivo e Legislativo se tornou constante. A falta de sintonia cria um ambiente em que as leis poderiam ser criadas, mas seriam vetadas em seguida. O caso mais emblemático foi o da aprovação da Lei de Direitos Civis, que concedia status legal de cidadãos a todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos, além de igualdade jurídica independente de raça e cor. O presidente tentou vetar a lei e, a despeito de tentativa anterior fracassada, o Congresso reverteu o veto e forçou aprovação.

Johnson afirma que a concessão do direito ao voto aos negros por meio do governo federal poderia ser entendida como ação em causa própria, visando garantir a maior parte do eleitorado e, assim, alterando a ordem "natural" do processo político-eleitoral especialmente nos estados sulistas, onde a maior parte dos negros recém-libertos teria capacidade de desequilibrar a eleição:

> Moreover, a concession of the **elective franchise** to the freedmen by act of the President of the United States must have been extended to all colored men, wherever found, and so must have established a change of suffrage in the Northern, Middle, and Western States, not less than in the Southern and Southwestern. **Such an act would have created a new class of voters, and would have been an assumption of power by the President which nothing in the Constitution or laws of the United States would have warranted**. (...) In my judgment the freedmen, **if they show patience and manly virtues**, will sooner obtain a participation in the elective franchise through the States than through the General Government, even if it had power to intervene. (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

Ademais, há um elemento de merecimento expresso por Johnson em que os recém-libertos não apenas deveriam ser pacientes ao aguardar pela boa-vontade dos legisladores sulistas, mas também teriam que se provar valorosos, apesar de não haver qualquer tipo de afirmação subsequente que determinaria objetivamente o seu significado.

Interessante notar a interpretação de Johnson sobre o aspecto econômico do fim da escravidão. Para ele, a adoção do trabalho livre seria uma forma de garantir que o "monopólio" representando pelo trabalho negro tivesse fim e que a sociedade sulista pudesse de fato gerar postos de trabalho amplamente competitivos, no sentido de que agora o homem branco também teria condição de pleitear função que antes lhe era "privada":

> Now that is at an end, or near its end, **the greatness of its evil in the point of view of public economy** becomes more and more apparent. **Slavery was essentially a monopoly of labor**, and as such locked the States where it prevailed against the incoming of free industry. Where labor was the property of the capitalist, **the white man was excluded from employment**, or had but the second best chance of finding it; and the foreign emigrant turned away from the region where his condition would be so precarious. (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

De forma parecida, os Democratas também atuavam contra o Presidente (e a despeito de serem do mesmo partido). Qualquer lei ou votação referente à reconstrução ou aos direitos da população negra seriam barrados e considerados inconstitucionais, tais como o direito ao sufrágio a determinação de governadores provisórios considerados ditaduras militares pelos sulistas de então. Essa definição demonstrava como o final da guerra não significou necessariamente o final do debate acerca da posição dos negros na sociedade americana. Pelo contrário, determinava justamente décadas de segregação e falta de atuação política dos governos na busca de uma inserção justa dessa população.

Por isso, Woodward (1966) aponta que a resposta do Congresso – quase totalmente Republicano – foi a aprovação da *Civil Rights Act* de 1866, mais tarde incorporada na Décima Quarta Emenda. Parte dessa ação realmente pode ser conferida a uma possível questão humanitária, mas há que se levar em conta o pragmatismo do homem branco nortista em tentar "resguardar" seus estados da massa populacional que estaria disposta a migrar para o norte caso não houvesse equivalência de determinados direitos. O autor e propositor da lei foi o senador Lyman Trumbull, o mesmo que em 1858 havia descrito o Partido Republicano como "the White man's party" e, em 1862, declarou que "our people want nothing to do with the negro". Apesar

do aparente paradoxo, ele foi um dos responsáveis pela instalação do Freedmen's Bureau e pela aprovação dos direitos civis no Sul. O paradoxo pode ser entendido pelo fato que a lei inicialmente aprovada não conferia direitos políticos aos libertos. Craven (1969) ressalta que a aprovação do *Civil Rights Act* e do Freedmen's Bureau representavam a determinação do Congresso em tentar intervir nas relações sociais sulistas, sobre as quais as legislaturas locais pareciam atuar como se não houvesse ocorrido uma guerra civil ou sido abolida a escravidão.

De acordo com Keyssar (2014), a Décima-Quarta Emenda, aprovada posteriormente, também tinha falhas a respeito das questões raciais e dos direitos dos libertos. O Congresso rejeitou pedido de sufrágio ilimitado e universal e permitiu aos estados sulistas que decidissem acerca das questões eleitorais individualmente, além de garantir aos estados nortistas que fizessem o mesmo sem pena de qualquer embargo ou multa. A preocupação maior do que se propunha na Décima Quarta Emenda era menos com a justiça para os negros e mais com justiça para o Norte, uma vez que os estados rebeldes poderiam ter doze assentos a mais na Câmara se os negros fossem parte da representação, e dezoito a menos se não fossem. Em outras palavras, a emenda buscou justamente diminuir essa diferença e fixou o grau de representação a partir de fórmulas próprias menos desproporcionais. Outro problema relacionado à Décima Quarta Emenda diz respeito à forma como ela permitiu aos estados garantir legislações discriminatórias: ao invés de obrigar a aceitação do que se previa na emenda, propunha-se que cada estado a votasse da forma que bem entendesse, podendo suprimir trechos considerados "menos" importantes.

Por isso, segundo Craven (1969), convencidos de que o Freedmen's Bureau, assim como as forças federais, deveriam se retirar, os legisladores sulistas passaram a trabalhar em torno de ideias relacionadas às relações raciais e de trabalho. A principal premissa era a de que o negro, inferior, só poderia trabalhar de forma eficiente sob a supervisão de um homem branco. Essa visão era tão comum entre os sulistas que os Black Codes foram surpreendentemente uniformes nas suas concepções racistas[6]. As novas leis aprovadas buscavam restaurar o antigo sistema de trabalho e produção agrícola para que a ordem social fosse restabelecida, o que significou tanto regular e controlar a atuação do negro enquanto mão-de-obra, quanto (re)inseri-lo nas relações de trabalho em um sistema de quase servidão e sem arcar com certos custos da escravidão. Segundo Simpson (1998) e Keyssar (2014), esses códigos variavam, em cobertura e natureza,

[6] Para mais detalhes sobre os Black Codes, que ficariam conhecidos pejorativamente como Jim Crow laws, recomenda-se a obra de Alexander Keyssar (2014).

a depender do estado, sendo os mais restritivos Mississippi e Carolina do Norte. Nem todos os códigos eram avessos aos negros, pois alguns tinham cláusulas que inclusive buscavam protegê-los. Contudo, as restrições quanto aos direitos eleitorais dos negros eram evidentes, além de proibições quanto ao porte de armas e duras penalidades por crimes de "vadiagem", entre outros. Outras legislações ainda proibiam os negros de atuar em júris ou de servir como testemunha. Mesmo Johnson entendia as fraquezas dessas propostas, mesmo que fosse menos crítico em relação aos códigos como um todo. Para um grande número de brancos nortistas, parecia que os brancos sulistas haviam restabelecido a escravidão em tudo, com exceção do nome, o que corroborava a percepção de que seria necessário diminuir o passo da restauração.

Ainda de acordo com Simpson (1998), dentro do contexto de aprovação das emendas foi considerado perturbadora a vontade de Johnson em permitir que os governos provisórios começassem a organizar milícias estatais e forças policiais. Para os brancos sulistas, essas organizações serviram para apoiar seus esforços de remoção das formas de ocupação, mas também ajudariam na manutenção da posição do negro enquanto subjugado. Em alguns momentos essas razões eram interconectadas, uma vez que os regimentos de negros formavam a maior parte da força de ocupação no Sul e os negros locais os procuravam para pedir proteção. Alguns conselheiros alertaram Johnson de que a remoção das tropas federais iria escalar a violência contra os negros, mas outros protestaram sob o argumento de que a restauração das forças policiais e milícias locais demonstrariam a vontade dos brancos sulistas em se comportar de forma ordenada e que não era mais necessária a provocativa presença dos soldados negros, pois encarnavam o sentimento de vergonha e raiva sentidos pelos brancos da região. O presidente concordou com o segundo argumento, mas para o momento encorajou a formação das forças locais enquanto mantinha a presença militar federal na região. General Grant fez o que pôde para reordenar ou exonerar as unidades de negros.

Assim, segundo Craven (1969), com a maioria do Congresso, os Republicanos passaram a desenrolar o programa da Reconstrução. Mas, nesse processo, outros objetivos surgiram: o foco estava na destruição de Andrew Johnson e na submissão do Sul às políticas do pós-guerra. A posição do negro na sociedade americana era pauta secundária, uma vez que os congressistas pareciam mais interessados em vingança e poder do que na reconstrução de fato, com possibilidades de inserção da população negra na vida cotidiana do país.

Foram estabelecidas então as regras para a formação de legislaturas estaduais e, consequentemente, suas constituições. O Sul se adequou da forma que lhe conveio a fim de

garantir um governo civil em detrimento dos governos militares apontados pelos nortistas. Exigia-se que o voto fosse conferido a todos os homens acima de 21 anos de idade; independentemente de raça, cor ou status de escravo prévio; que tivessem sido residentes por pelo menos um ano no estado; que não tivessem sido emancipados em razão de crime ou participação em rebelião. Seriam feitas convenções a partir do estabelecido, sobre as quais se poderia definir uma constituição a ser submetida à votação da população e à aprovação do Congresso, além da eleição de uma legislatura que adotaria a Décima Quarta Emenda. Até que o Congresso admitisse os eleitos de cada estado, os governos provisórios permaneceriam em vigor (KEYSSAR, 2014).

Essas regras e atos buscavam tirar o poder do presidente em um período que alguns apontam como quase-parlamentar. Johnson não tinha capacidade de impor ou negociar nenhum tipo de ação, sendo figura meramente decorativa.

Para Simpson (1998), as decisões tomadas por Johnson em seu primeiro ano de mandato moldaram fundamentalmente o curso da Reconstrução. Sua tolerância com a intransigência sulista alimentou a retórica Republicana de um Sul "não-regenerável" e moveu a população em direção aos radicais. Seu comportamento deu aos Republicanos um inimigo comum, reforçando a união do partido. Contudo, o uso do veto presidencial fez com que a reconstrução proposta pelos Republicanos assumisse, ao final, contornos mais moderados, uma vez que para derrubar esses vetos seria necessária uma margem maior de apoio dentro do partido.

Para Williams (2011), ao vetar a *Civil Rights Bill*, de 1866, Andrew Johnson estabeleceu a base da sua relação com o Congresso controlado pelos Republicanos. Ele não contaria com alianças e coalizões com os Republicanos, mas nas prerrogativas institucionais de seu cargo. Assim, a dinâmica da política da Reconstrução se delineou: os Republicanos iriam lutar para forjar super maiorias à prova do veto presidencial em suas iniciativas, enquanto a minoria Democrata e o presidente buscariam formas de obstruir esse processo. Quando se tornou claro que a vontade do presidente em obstruir o processo legislativo estava além do veto às novas leis, os Republicanos encontraram maneiras de algemar os poderes do Executivo.

Nesse sentido, os Republicanos sabiam da importância das eleições de 1866: a simples vitória não seria suficiente, pois seria necessário um triunfo completo. Eles queriam contrariar ou contornar a autoridade e a habilidade de Johnson bloquear suas iniciativas. Uma forma de conseguir isso seria através emenda constitucional como forma de colocar adiante os princípios

ligados à Reconstrução. Como as emendas não eram sujeitas ao veto, o presidente poderia, no máximo, se intrometer no processo de ratificação ao tentar garantir maiorias contrárias nas legislaturas dos estados, o que reforçava a importância das eleições daquele ano (KEYSSAR, 2014).

Após as eleições, surgiram especulações de que Johnson iria recuar de sua oposição à Décima Quarta Emenda. Um bom número de Republicanos estava disposto a readmitir os estados sulistas desde que estes ratificassem a emenda. Contudo, o presidente incitou as legislaturas sulistas a rejeitarem-na, o que foi seguido de pouca hesitação e sacrificou a chance dos brancos sulistas em definir seu futuro, apesar de alertados pelos Republicanos moderados de que a rejeição da emenda levaria a termos mais exigentes.

De acordo com Crapol e Schonberger (1972), os Republicanos nortistas tinham a intenção de levar o caso do sufrágio negro aos seus eleitores por meio de uma série de referendos e emendas constitucionais nos estados. Ao fazer isso, eles fizeram um cálculo errado: sua grande vitória em 1866 aconteceu devido à sua capacidade de jogar com a teimosia dos sulistas, mas mesmo que a maioria dos eleitores estivesse disposta a proteger os negros sulistas da violência regional, eles não estavam tão abertos à ideia do voto negro. Os Democratas permaneceram firmes contra ideia e conseguiram algumas vitórias com a deserção de alguns Republicanos. Os resultados marcaram claramente até onde os Republicanos poderiam pressionar pela promoção do direito ao voto pelos negros.

Nos anos finais de seu mandato, e em meio a disputas com o Poder Legislativo, Johnson passará a assumir um discurso mais assertivo, definindo mais firmemente sua posição em detrimento das opiniões dos congressistas. No Estado da União de 1867, o presidente reforçou seu argumento sobre a legitimidade de os estados sulistas definirem as questões do sufrágio aos negros e a respeito a imposição das emendas por meio do Legislativo, que seria uma deturpação do intuito original imaginado pelos Pais Fundadores dos Estados Unidos: "(...) candor compels me to declare that at this time **there is no Union as our fathers understood the term**, and as they meant it to be understood by us" (grifo nosso). Johnson retoma o legalismo de antes, ao reforçar que o retorno pleno dos estados sulistas ao sistema federativo e à representação no Congresso são questões puramente técnicas e que a Constituição já prevê a solução:

> **To me the process of restoration seems perfectly plain and simple**. It consists **merely in a faithful application of the Constitution and laws**. The execution of the laws is not now obstructed or opposed by physical force. There is no military or other necessity, real or pretended, which can prevent obedience to the Constitution, either North or South. **All the rights and all the obligations of States and individuals can be protected and enforced by means perfectly consistent with the fundamental law**. The courts may be everywhere open, and if open their process would be unimpeded. (JOHNSON, 1867, grifo nosso).

Nesse mesmo discurso, Johnson reitera suas diferenças com o Congresso, às quais chama de "misfortune", mas afirma que se encontra ainda mais convicto da necessidade de se restabelecer plenamente o funcionalmente político-eleitoral dos estados sulistas. Seu argumento é novamente construído em torno da ideia de que os estados Confederados eram rebeldes, mas permaneciam enquanto membros da União – o que, para o presidente, retiraria a legitimidade de intervenção federal no longo prazo por meio de governos militares provisórios. Nesse sentido, Johnson afirma que: "**To dissolve the Union is to repeal the Constitution which holds it together**, and that is a power which does not belong to any department of this government, or to all of them united" (1867, grifo nosso) – como se a aprovação das emendas constitucionais e a perpetuação dos governos provisórios significasse, comparativamente, ao próprio desvirtuamento da União.

Nesse mesmo discurso, é interessante perceber como o Congresso (e os Republicanos em especial) são retratados enquanto parte de uma vingança: "**Indiscriminate vengeance upon classes, sects, and parties, or upon whole communities**, for offenses committed by a portion of them against the governments to which they owed obedience was common in the barbarous ages of the world (...)." (JOHNSON, 1867, grifo nosso). Nesse trecho, a alusão busca colocar os brancos sulistas ou os Democratas enquanto vítimas de perseguição pelos Republicanos nortistas, que ainda seriam acusados de despotismo: "Arbitrary measures often change, but they generally change for worse. It is the curse of despotism that it has no halting place". (JOHNSON, 1867).

Sobre o sufrágio negro, ao contrário do primeiro discurso do Estado da União, Johnson assume uma posição contrária justificando-a como forma de impedir que os recém-libertos tivessem a capacidade de formar maiorias nas eleições do Sul. Essa construção é ainda acompanhada pela ideia de que o voto aos negros representaria a submissão dos estados e dos brancos a eles:

> It is manifestly and avowedly the object of these laws to confer upon Negroes the privilege of voting and to **disfranchise such a number of white citizens as will give the former a clear majority at all elections in the Southern States**. This, to the minds of some persons, is so important that a violation of the Constitution is justified as a means of bringing it about. The morality is always false which excuses a wrong because it proposes to accomplish a desirable end. We are not permitted to do evil that good may come. But in this case the end itself is evil, as well as the means. **The subjugation of the States to Negro domination would be worse than the military despotism under which they are now suffering.** It was believed beforehand that the people would endure any amount of military oppression for any length of time rather than **degrade themselves by subjection to the Negro race**. Therefore they have been left without a choice. Negro suffrage was established by act of Congress, and the military officers were commanded to superintend the process of **clothing the Negro race with the political privileges torn from white men**. (JOHNSON, 1867, grifo nosso)

Johnson constrói o voto negro como a oposição direta ao voto branco e faz isso por meio da ideia de sujeição, degradação e perda de privilégios políticos. O voto negro, segundo o trecho acima, representaria um retrocesso ainda maior que os governos militares provisórios, mas a própria negação da dignidade ao homem branco – retomando a narrativa da "vítima", que sofre com o governo federal e com as consequências do sufrágio aos negros. O presidente, de forma mais velada, questiona a capacidade dos negros em relação à atuação político-eleitoral:

> **If it were practicable at this time to give them a Government exclusively their own**, under which they might manage their own affairs in their own way, it would become a grave question whether we ought to do so, or whether common humanity would not require us to **save them from themselves**. But under the circumstances this is only a speculative point. It is not proposed merely that they shall govern themselves, but that **they shall rule the white race, make and administer State laws, elect Presidents and members of Congress**, and shape to a greater or less extent the future destiny of the whole country. **Would such a trust and power be safe in such hands?** (JOHNSON, 1867, grifo nosso).

A suposição de que um governo administrado por negros geraria a necessidade da intervenção dos brancos é colocada de forma objetiva. Outrossim, Johnson questiona diretamente a possibilidade de que os direitos políticos e civis sejam naturais aos negros ou que estes estejam aptos ao exercício da cidadania plena. Em outros comentários, a relação branco-negro ganha contornos mais racistas:

> The peculiar qualities which should characterize any people who are fit to decide upon the management of public affairs for a great state have seldom been combined. **It is the glory of white men to know that they have had these qualities in sufficient measure to build upon this continent a great political fabric and to preserve its stability for more than ninety years**, while in every other part of the world all similar experiments have failed. But if anything can be proved by known facts, if all reasoning upon evidence is not abandoned, it must be acknowledged that in the progress of nations **Negroes have shown less capacity for government than any other race of people**. No independent government of any form has ever been successful in their hands. On the contrary, wherever they have been left to their own devices **they have shown a constant tendency to relapse into barbarism**. (JOHNSON, 1867, grifo nosso).

Para além do trecho anterior, segue-se a construção do negro enquanto um "aprendiz", uma "criança", que precisa do modelo dos brancos a fim de ser guiado à plenitude da cidadania. Johnson reitera essa lógica ao apontar que os brancos do país têm uma herança política e que concedê-la aos negros significaria o abandono de um "dever" – como em uma missão ou destino próprio a esses brancos. O processo de diferenciação continua:

> The great **difference between the two races in physical, mental, and moral characteristics** will prevent an amalgamation or fusion of them together in one homogeneous mass. If the **inferior** obtains the ascendency over the other, it will govern with reference only to its own interests for it will recognize no common interest--and create such a **tyranny** as this continent has never yet witnessed. (...) Of all the **dangers** which our nation has yet encountered, none are equal to those which must result from the success of the effort now making to **Africanize the half of our country**. (JOHNSON, 1867, grifo nosso).

Essa diferenciação é a mais explícita e binária, pois coloca o negro diretamente enquanto ameaça, risco e perigo. Há uma definição objetiva de superior/inferior que se conecta diretamente com a de branco/negro. Adicionalmente, esses últimos se colocariam como responsáveis por algo ainda menos desejado, qual seja, o que Johnson chamou de "Africanização". O discurso de Johnson constrói a ideia de que um humo ordenado, republicano e de interesses "elevados" só seria possível pelos brancos naquele momento, os quais teriam as características físicas, morais e intelectuais para tal empreitada. O negro, construído reiteradamente como ignorante, precisaria do impulso e da vontade dos brancos para que, em algum momento, supostamente conseguisse demonstrar o mesmo valor e, apenas assim, pudesse desfrutar dos benefícios da vida republicana.

A piora das relações entre os poderes nos Estados Unidos levaria o presidente a passar pelo processo de impeachment em 24 de fevereiro, quando a Câmara iniciaria sua votação. Contudo, a proposta foi recusada, tendo sua sobrevivência no cargo acontecido pelos votos de sete Republicanos que se preocupavam com o equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo. A derrota do pleito não foi considerada necessariamente ruim, uma vez que muitos Republicanos eram céticos quanto às capacidades de Benjamin Wade[7] em ocupar a presidência e tinham a convicção de que recuperariam o controle da Casa Branca em menos de um ano por meio de novas eleições. O processo de impeachment de Johnson também não teve impacto na política da Reconstrução, pois ele já havia causado danos suficientes, especialmente nos seus primeiros vinte meses de mandato. Além disso, muito da fraqueza inerente ao programa dos Republicanos se dava a crescente atenção dada às ações de contenção do presidente.

Johnson sobreviveu politicamente, mas ao custo de sua habilidade em influenciar o curso das ações e eventos no Sul. Ao diminuir seu afã obstrucionista, ele afastou a necessidade de ser removido do cargo – tendo o impeachment conseguido, portanto, conter o presidente. Além de marginalizado, Johnson tornou-se irrelevante. Os Republicanos simplesmente ignoravam seus argumentos ao derrubar seu veto sempre que achassem necessário. E em sem último discurso sobre o Estado da União, logo no começo Johnson retoma a ideia de que o programa Republicano da Reconstrução e as emendas aprovadas junto à Constituição significariam a subjugação dos brancos em relação aos negros: "The attempt to place the white population under the domination of persons of color in the South has impaired, if not destroyed, the **kindly relations that had previously existed between them** (...)." (JOHNSON, 1868, grifo nosso). No trecho em destaque ainda é possível perceber um apagamento de praticamente toda a história anterior das relações entre brancos e negros nos estados do sul, que estiveram distantes de serem amistosas ou baseadas em cuidado – novamente, há na narrativa de Johnson tentativa de defender os brancos sulistas, supostamente vítimas de todo o processo da Reconstrução.

2.3 As relações exteriores do governo Johnson

[7] Presidente *pro tempore* do Senado americano, que teria assumido a presidência se o impeachment tivesse sido aprovado.

Segundo Finkelman (2008), o fim da Guerra Civil (1861-1865) alterou o cotidiano nos Estados Unidos em praticamente todos os aspectos. No Sul, durante a Reconstrução – período imediatamente após a Guerra Civil, de 1865 a 1877 – ocorreu um fluxo grande de empresários nortistas que ajudaram no processo de rápida industrialização da região. Essa corrente vinda do Norte trouxe novas tecnologias, melhorou os processos de trabalho e os transportes, mas, principalmente, ajudou a levar investimentos e capital vindos desses mesmos nortistas que buscavam fazer fortuna em uma região pobre, destruída e agrária. Com o fim da guerra e o país unido novamente, a nação se concentrou em se reconstruir baseada em um modelo industrial, exportador e conectado ao mercado internacional, não mais o anterior sulista, agrário e com pouco valor agregado.

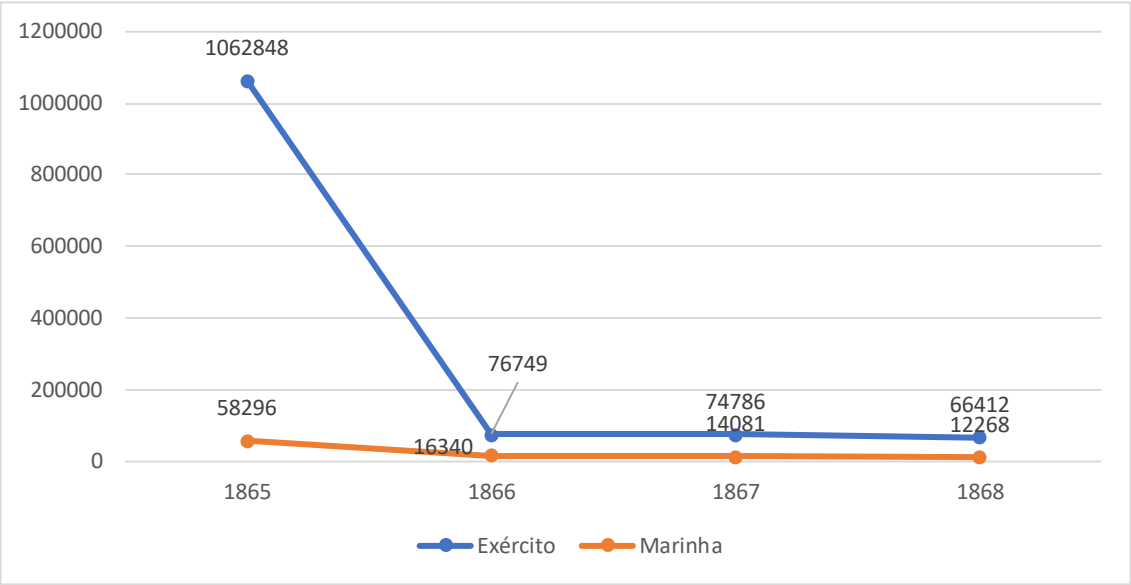
Segundo Ayerbe (2002) e LaFeber (1994), o período entre 1865 e 1900 é também chamado de Segunda Revolução Industrial, pois marca o surgimento de grandes potências industriais como Reino Unido, Alemanha e, por fim, os Estados Unidos. Os avanços eram generalizados, mas com destaque para a área de transportes com os barcos a vapor, a indústria do aço, petróleo e químicos, além de melhoras na comunicação e provimento de eletricidade. Essa revolução gerou ganhos de produtividade nunca antes imaginados, incentivando a formação de mais capital, com novos processos ainda mais ágeis – a diminuição de custos e de tempo para entregar produtos e transportar pessoas alterou radicalmente a forma como as pessoas passaram a enxergar o próprio mundo.

Em relação ao papel do Estado durante a Guerra Civil e logo após, Gerstle (2015) discorre que o conflito é frequentemente imaginado como um marco de transição na história dos Estados Unidos, com a vitória do Norte garantindo tanto o triunfo da autoridade central do Estado, quanto suas transformações acerca dos conceitos de escopo e uso dos poderes do governo central. As Décima Terceira e Décima Quarta Emendas à Constituição desafiaram as concepções dos estados sobre os direitos civis e políticos, não apenas transformando todas as leis que protegiam a escravidão em constitucionais, mas também ao transferir ao governo central o poder de conceder a cidadania americana. Mais ainda, as exigências da guerra impeliram a União a assumir tarefas que eram consideradas fora de seu escopo como: empregar um exército fixo e numeroso (conforme gráfico 1), centralizar as funções bancárias, direcionar a produção das fábricas e plantações a fim de atender as demandas governamentais de comida, munição, uniformes, armamentos e etc.

Karsten (1980) recorda que a marinha americana, durante a Guerra Civil, alcançaria a plenitude de sua força até então, sendo considerada das mais modernas do mundo – tendo sido esquecida após o conflito e se tornado obsoleta (o gráfico 1 demonstra a diminuição do efetivo após a Guerra Civil). A centralização e expansão do poder federal também pôde ser vista na produção de um sistema nacional de taxação e emissão de moeda, investimentos em universidades públicas e pesquisa, a construção da ferrovia transcontinental, e a distribuição de terras federais para colonos com objetivos de usá-las para a agricultura por meio do *Homestead Act* de 1862.

Segundo Craven (1969), esse aumento no poder do governo federal foi transferido para o período da Reconstrução, especialmente na atuação do Freedmen's Bureau, uma iniciativa federal para integrar os escravos emancipados na vida econômica, política e social do Sul em termos de igualdade com os brancos. O Congresso, nessa mesma década, ainda aprovaria um sistema de pensões para veteranos com alguma invalidez e as viúvas dos soldados mortos até 1875.

GRÁFICO 1 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Johnson



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

Mas é importante notar que o poder e as atribuições assumidos pelo governo federal durante a Guerra Civil e o período da Reconstrução não continuaram após o fim deste. Em algumas áreas, especialmente no que diz respeito às tentativas legais de controlar o tamanho e a extensão das grandes corporações, esse poder iria inclusive aumentar. Mas no aspecto social, concernentes ao casamento, sexualidade, moral, raça, liberdade de expressão, e bem-estar social, o governo central recuaria e os estados voltariam a definir sozinhos tais questões (LaFeber, 1994).

As questões externas são pouco abordadas, tendo em geral assumido características de isolacionismo, não-intervenção e distância especialmente em relação às questões de política internacional concernentes à Europa:

> Under any circumstances our great extent of territory and variety of climate, producing almost everything that is necessary for the wants and even the comforts of man, **make us singularly independent of the varying policy of foreign powers and protect us against every temptation to "entangling alliances,"** while at the present moment the reestablishment of harmony and the strength that comes from harmony will be our best security against "nations who feel power and forget right." (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

Poucos países são lembrados nominalmente, como o caso da China e da Rússia, com quem o presidente afirma manter relações harmoniosas. Ademais, o principal caso de desavença diz respeito à participação dos britânicos no auxílio de tropas Confederadas durante a Guerra Civil – com o final do conflito, o presidente ressaltou a necessidade de que fossem feitas reparações e compensações por perdas decorrentes desse suporte, o que é negado pelo Reino Unido. De qualquer forma, são questões notadamente marcadas pela linguagem diplomática e sem consequências diretas no sentido de um conflito ou piora efetiva das relações; pelo contrário, durante os discursos, o presidente Johnson parece reforçar a necessidade do restabelecimento de laços mais estreitos entre os dois países.

> Our domestic contest, now happily ended, has left some traces in our relations with one at least of the great maritime powers. **The formal accordance of belligerent rights to the insurgent States was unprecedented, and has not been justified by the issue**. But in the systems of neutrality pursued by the powers which made that concession there was a marked difference. **The materials of war for the insurgent States were furnished, in a great measure, from the workshops of Great Britain, and British ships, manned by British subjects and prepared for receiving British armaments, sallied from the ports of Great Britain** to make war on American commerce under the shelter of a commission from the insurgent States. (...) The consequences of this conduct were most disastrous to the States then in rebellion, increasing their desolation and misery by the prolongation of our civil contest. (...) (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

A contraposição da política externa americana em relação à europeia é construída de duas formas, no sentido de reafirmar os Estados Unidos enquanto promotores do republicanismo e de garantir que sistemas políticas extracontinentais – nesse caso, objetivamente, a monarquia – permaneçam afastados. Esse pensamento é corroborado pela lógica já apresentada do isolacionismo e da crença de que as questões de política internacional não devem ser objeto de atenção dos Estados Unidos a não ser que seus interesses estejam diretamente ameaçados ou envolvidos.

> From the moment of the establishment of our free Constitution the civilized world has been convulsed by revolutions in the interests of **democracy or of monarchy**, but through all those revolutions the United States have wisely and firmly **refused to become propagandists of republicanism**. It is the only government suited to our condition; but we have never sought to impose it on others, and we have consistently followed the advice of Washington to recommend it only by the careful preservation and prudent use of the blessing. During all the intervening period the policy of European powers and of the United States has, on the whole, been harmonious. Twice, indeed, rumors of the invasion of some parts of America in the interest of monarchy have prevailed; twice my predecessors have had occasion to announce the views of this nation in respect to such interference. **On both occasions the demonstrance of the United States was respected from a deep conviction on the part of European**

> **Governments that the system of noninterference and mutual abstinence from propagandism was the true rule for the two hemispheres**. Since those times we have advanced in wealth and power, but we retain the same purpose to **leave the nations of Europe to choose their own dynasties and form their own systems of government**. This consistent moderation may justly demand a corresponding moderation. We should regard it as a great calamity to ourselves, to the cause of good government, and to the peace of the world should any European power challenge the American people, as it were, to the defense of republicanism against foreign interference. We cannot foresee and are unwilling to consider what opportunities might present themselves, what combinations might offer to protect ourselves against designs inimical to our form of government. The United States desire to act in the future as they have ever acted heretofore; they never will be driven from that course but by the aggression of European powers, and we rely on the wisdom and justice of those powers to respect the **system of noninterference which has so long been sanctioned by time, and which by its good results has approved itself to both continents**. (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

O argumento utilizado pelo presidente faz alusão indireta à Doutrina Monroe enquanto justificativa ao distanciamento proposto entre Velho e Novo Mundo a fim de garantir a paz entre os mesmos. Contudo, ao contrário do que poderá ser percebido posteriormente em discursos de outros presidentes, Johnson reforça as características hemisféricas em torno das qualidades americanas e do papel que os Estados Unidos têm em razão da Doutrina Monroe, ao mesmo tempo em que recorre à garantia da não-interferência.

No discurso do Estado da União de dezembro de 1866, Johnson reitera "lamento" acerca das relações com os britânicos, com os quais os americanos não foram capazes, até então, de organizar arbitragem ou definir por outros termos possíveis reparações em relação à ajuda do Reino Unido aos Estados Confederados. O presidente fala de "violation of international law and treaty obligations" e que "goodwill and friendship between the two countries cannot be established until a reciprocity in the practice of good faith and neutrality shall be restored between the respective nations" (JOHNSON, 1866). Esse tom vai envolver parte das relações anglo-americanas nos anos seguintes, muito em razão de questões fronteiriças e da passagem não-autorizada por indivíduos dos dois países em áreas de contato entre os Estados Unidos e o Canadá.

Mas Herring (2008) ressalta que a vitória da União foi acompanhada por um acesso de nacionalismo e renascimento do Destino Manifesto, mas isso não significou uma nova onda expansionista. Argumentava-se que novas aquisições territoriais dificultariam a governança e que a nação deveria promover seus ideais, pelo exemplo. As disputas entre Andrew Johnson e os Republicanos Radicais transbordariam para a política externa, tendo os americanos permanecido relutantes em adquirir territórios povoados por raças diferentes da sua. A

construção identitária dos Estados Unidos por Johnson segue um caminho tradicional dentre os presidentes, de ressaltar qualidades consideradas inerentes a esse povo: "The preservation of the **sacred fire of liberty** and the **destiny of the republican model of government** are justly considered, perhaps, as deeply, as finally, **staked on the experiment** intrusted to the **hands of the American people**." (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

No trecho anterior é possível perceber como a ideia de um "experimento" americano é construída em torno da ideia de liberdade mas, mais que isso, em torno da ideia de uma missão, algo que foi destinado – e que é possível em razão dessa mesma liberdade proveniente do republicanismo e dos princípios decorrentes deste.

Já é possível perceber também a exaltação nacional em torno da conquista territorial no continente enquanto símbolo do valor e do trabalho dos americanos – além de corroborar a ideia de missão em um Destino Manifesto:

> Other nations were wasted by civil wars for ages before they could establish for themselves the necessary degree of unity; the latent conviction **that our form of government is the best ever known to the world** has enabled us to emerge from civil war within four years with a complete vindication of the constitutional authority of the General Government and with our local liberties and State institutions unimpaired. (JOHNSON, 1865, grifo nosso).

Ainda assim, apesar das oportunidades terem surgido, a aquisição do Alaska por Seward foi a única grande aquisição no período da Reconstrução. O presidente afirmou que a aquisição do Alaska foi feita "(...) with the view of extending national jurisdiction and republican principles in the American hemisphere" (JOHNSON, 1868), o que viria a ser o último episódio de conquista ou compra de territórios pelos Estados Unidos na porção continental do Hemisfério Ocidental.

Isso não significa que o sentimento expansionista não tenha existido ou que a política externa tenha sido relegada ao segundo plano naqueles anos. Ao contrário, a Guerra Civil confirmou a questão enquanto central na sobrevivência da república. A visão expansionista persistiria, especialmente na figura de Seward e seu sucessor, Hamilton Fish. Sobre o processo de expansão extracontinental, Johnson reforça o proposto no discurso do ano anterior:

> Comprehensive national policy would seem to sanction the **acquisition and incorporation into our Federal Union of the several adjacent continental and insular communities** as speedily as it can be done peacefully, lawfully, and without any violation of national justice, faith, or honor. Foreign possession or control of those communities has hitherto hindered the growth and impaired the influence of the United States. Chronic revolution and anarchy there would be equally injurious. **Each one of them, when firmly established as an independent republic, or when incorporated into the United States, would be a new source of strength and power**. (JOHNSON, 1868, grifo nosso).

No trecho é possível perceber o argumento da aquisição ou incorporação das ilhas em detrimento da posição de outros atores no hemisfério. Há, portanto, mesmo que de forma velada e muito sutil, referência à Doutrina Monroe no sentido de um hemisfério republicano (e que até 1889 teria o Brasil como único Estado independente e monárquico) sem afastado das influências europeias e suas instituições distintas.

Será apenas no final do mandato de Johnson que Seward iniciará negociações para uma expansão extracontinental efetiva com a possibilidade de anexação da ilha de Hispaniola, onde estariam Haiti e República Dominicana (WILLIAMS, 2011). De acordo com o presidente, os recorrentes episódios de desordem demonstrariam a necessidade de imposição de uma solução que desse conta dos problemas políticos e sociais na ilha e a anexação seria o caminho natural dos Estados Unidos no sentido de atuar enquanto "protetor" dos vizinhos republicanos do hemisfério que não têm a mesma capacidade ou os mesmos recursos que os americanos:

> The subject is commended to your consideration with all the more earnestness because I am satisfied that the time has arrived when even so direct a proceeding as a proposition for an annexation of the two Republics of the island of St. Domingo would not only receive the consent of the people interested, but would also give satisfaction to all other foreign nations. (JOHNSON, 1868).

No discurso do Estado da União, de 1867, cabe notar que o presidente Johnson já alertava da necessidade de se estabelecerem postos de carga e abastecimento, além de bases navais, em ilhas do Caribe. Ele justifica tal proposição ao apontar que os países europeus já atuam na região com o controle de arquipélagos que os permitem navegar livremente por áreas do hemisfério e que os Estados Unidos não deveriam apenas observar tais movimentos, senão buscar simulá-los de alguma forma (JOHNSON, 1867).

Entretanto, Johnson (2009) afirma que a Guerra Civil teve também papel importante na definição das políticas, dos grupos e das ideologias que dominariam o país a partir de então, tendo as décadas seguintes representado o primeiro e preparador estágio de formação do império americano. A Guerra Civil mostrou o valor que as bases navais teriam para o país, para além da costa leste, e a finalização da construção da ferrovia transcontinental em 1869 levantou a possibilidade de maior presença comercial na Ásia. Nesse sentido, o Havaí se mostrava como o local ideal entre os Estados Unidos e o continente asiático, sendo Pearl Harbor a potencial base naval que protegeria o lado ocidental de um futuro canal ístmico e a costa oeste americana. O discurso de 1868 é o primeiro em que Johnson aborda a construção de um canal ístmico, mas ainda de forma tímida e notadamente dependente de negociações entre a Colômbia e os Estados Unidos

Para LaFeber (1998), o Secretário de Estado de Johnson, Seward, representaria o ímpeto americano na política externa durante o período. Porém, para o azar do Secretário, a maior parte do seu trabalho aconteceu justamente no momento em que o país lutava para manter-se unificado e forte como nação durante a Guerra Civil. Com o final do conflito, sua busca por uma posição privilegiada dos Estados Unidos no cenário internacional pôde ser retomada a partir de um desenvolvimento contínuo e estável. A ideia de Seward quanto ao poder americano propunha uma base de poder forte e consolidada no continente americano para que pudesse depois ser projetada ao Pacífico e, posteriormente à Ásia.

Ainda de acordo com LaFeber (1994), Seward baseava seu projeto em algumas propostas a fim de garantir a consolidação da base de poder inicial. Em primeiro lugar, a aprovação de uma tarifa para proteger a pequena indústria e atrair mão-de-obra imigrante. Além disso, tarifas mais altas permitiriam planejamento e alocação de recursos mais efetivos pelo governo federal e o dotaria de recursos para melhoras internas. Em segundo lugar, Seward apontava a necessidade de oferecer terras com preços reduzidos de forma rápida e acessível ao público em geral. Isso atrairia não apenas mão-de-obra mais barata, como também incentivaria a produção agrícola. A terceira proposta dizia respeito à atração de trabalhadores asiáticos, o que de fato aconteceu com maior ênfase a partir do acordo firmado entre Estados Unidos e China no ano de 1868, momento no qual os chineses entraram quase sem restrição no país. Em último lugar, a integração do território nacional por meio de canais e ferrovias transcontinentais.

Assim, em relação à China, Link (1965) afirma que Seward tratou de aprovar o Tratado Burlingame de 1868 que previa a preservação dos direitos de viagem e residência para

americanos na China, assim como entrada livre aos trabalhadores chineses nos Estados Unidos. Apesar dessa política mais amigável com a China, o mesmo não ocorria com o Japão. Segundo Herring (2008), quando os japoneses se recusaram a oferecer liberdade de atuação aos americanos em seu país, Seward e outras potências europeias aprovaram a movimentação de navios próximos à costa japonesa a fim de demonstrar força.

De acordo com Herring (2008), em janeiro de 1866 Seward faria viagens em torno do Caribe, especialmente no Golfo do México. Ele buscava localidades que fossem aptas à construção de bases navais e estações de abastecimento e carga na região. Assim, negociou tratados para a aquisição das Ilhas Virgens, das Índias Ocidentais Dinamarquesas e de uma base naval na Baía de Samaná na República Dominicana. Ele ainda contemplava a possibilidade de aquisição de Cuba, Porto Rico, do Haiti e da Ilha dos Tigres na costa de Honduras. Além disso, negociava com a Colômbia um tratado pelo direito de construção de um canal ístmico na região do Panamá. Ademais, tinha pretensões de comprar os territórios da Islândia e da Groenlândia no Atlântico Norte e de anexar o Havaí e as Ilhas Fiji no Pacífico – onde também contemplava uma base naval na ilha de Formosa (hoje Taiwan) e uma expedição para abrir a Coreia para o comércio e a influência ocidentais.

Suas pretensões, contudo, perderam fôlego à medida que eventos aconteciam em cada umas dessas regiões. De acordo com Link (1965), o Senado colombiano se recusou a ratificar o tratado de construção do canal, uma revolução teve início em Santo Domingo, um furacão devastou as Índias Ocidentais Dinamarquesas e a oposição do General Grant ajudaram a afastar a ideia de aquisição das ilhas. Deve-se levar em conta também que parte de seus projetos perderam força ou nem foram cogitados pela falta de apoio ou interesse dos demais políticos ou da opinião pública. Enquanto Seward atuava para expandir os horizontes da nação, Johnson estava paralisado pelo conflito pelas relações com o Legislativo do país que pedia o seu impeachment. Por isso, um Senado hostil às propostas do governo Johnson pouco se importou com a apresentação do tratado de reciprocidade com o Havaí e os demais projetos do Secretário de Estado – a despeito deste ter sido último ter sido aprovado (LaFeber, 1994). Chama atenção o acordo de reciprocidade comercial estabelecido entre Estados Unidos e o Reino do Havaí, que foi justificado pelos interesses comerciais, mas aponta questões similares às do negro no Sul e das ilhas do Caribe:

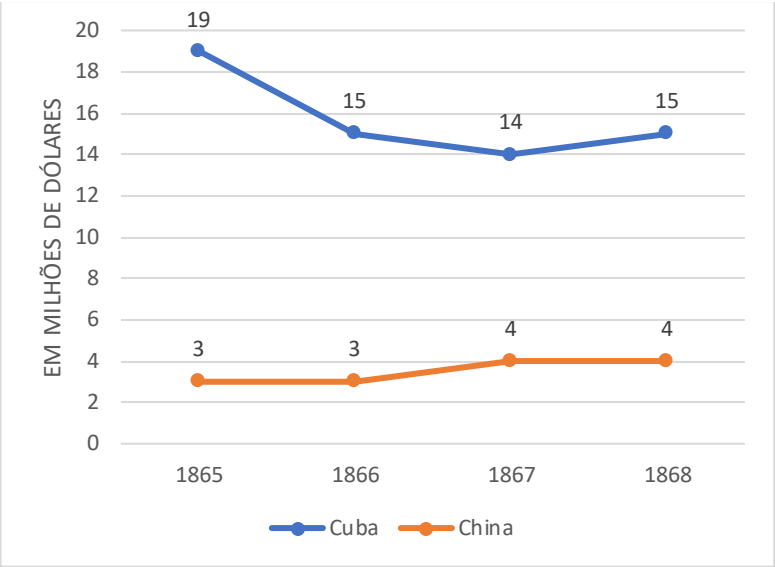
> The attitude of the United States toward these islands is not very different from that in which they stand toward the West Indies. It is known and felt by the Hawaiian Government and people that **their Government and institutions are feeble and precarious**; **that the United States, being so near a neighbor, would be unwilling to see the islands pass under foreign control**. Their prosperity is continually disturbed by expectations and alarms of unfriendly political proceedings, as well from the United States as from other foreign powers. A reciprocity treaty, while it could not materially diminish the revenues of the United States, would be a guaranty of the good will and forbearance of all nations **until the people of the islands shall of themselves, at no distant day, voluntarily apply for admission into the Union**. (JOHNSON, 1868, grifo nosso).

No discurso de Johnson é possível perceber a relação superior/inferior, construída de forma binária à ideia de americanos/havaianos, em que a debilidade institucional dos segundos necessitaria da ajuda bem-vinda dos Estados Unidos – nesse caso, por meio de tratado de reciprocidade. Nesse caso específico, a relação é também construída como forma de contraposição entre a posição americana no Hemisfério Ocidental (para onde o Havaí é transportado simbolicamente a despeito de sua distância geográfica) e os interesses de outros países em relação a essa mesma área. Ou seja, a atuação americana, para além dos ganhos comerciais, providenciaria uma forma de demonstrar às demais potências que os Estados Unidos já firmavam e demarcavam sua posição. No final do trecho há uma espécie de "profecia", ao ser levantada a possibilidade de anexação do arquipélago futuramente, o que de fato aconteceu e será explorado posteriormente.

O princípio da neutralidade e da não-intervenção, como marcas do isolacionismo americano, são reiterados em relação ao Japão, a quem Johnson chama de "long-isolated Empire", por conta do processo revolucionário que passa o país durante a instauração da Era Meiji. Esses princípios darão a base para a política externa americana durante os anos seguintes.

Em relação ao Caribe, LaFeber (1998) afirma que a região já era considerada, ainda que não de fato, simbolicamente pertencente aos Estados Unidos. Logo após a Guerra Civil, o país buscou oficializar essa dominação e a maior oportunidade surgiu em 1868, quando os cubanos se rebelaram contra a administração espanhola na ilha, a que apontavam ser corrupta. O envolvimento americano veio mais diretamente pela proximidade geográfica, mas haviam, ali, interesses do capital privado dos Estados Unidos (conforme gráfico 2), assim como a vontade de assistir a possíveis revoluções e insurgências que viessem a eliminar o poder dos europeus no hemisfério. Muitos americanos trabalharam para ajudar a já bem financiada Junta de Nova York, que chegou a gastar um milhão de dólares em seu primeiro ano para apoiar grupos rebeldes na ilha.

GRÁFICO 2 – Exportações americanas para países selecionados



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria

De acordo com Herring (2008), muitos Republicanos afirmariam que o país teria o dever de agir contra a escravidão na ilha como parte do trabalho feito na Guerra Civil. Líderes negros como Frederick Douglass iriam mais longe, requisitando ajuda aos rebeldes cubanos, a abolição da escravatura e até mesmo a anexação do Caribe. O tratamento brutal dado aos rebeldes pelos espanhóis criou um senso ainda maior de urgência moral nas demandas intervencionistas. Por outro lado, os Republicanos mais conservadores se opunham à aquisição de territórios habitados por povos de raças miscigenadas e tinham preocupação de que a anexação de áreas tropicais pudesse degradar o povo americano e suas instituições.

3 O GOVERNO DE ULYSSES GRANT

De acordo com Simpson (1998), a vitória de Grant significaria o retorno efetivo dos Republicanos à Casa Branca. Até esse momento, apenas três estados ex-Confederados – Virginia, Mississippi e Texas – não haviam cumprido com todos os requisitos de readmissão conforme os Atos de Reconstrução e outros sete estados que antes eram cobertos pelos atos já estavam livres da legislação, o que diminuiu o poder dos Republicanos em moldar os limites da Reconstrução a partir de Washington. Mais que isso, a eleição de Grant foi pautada na ideia de que a Reconstrução chegaria ao fim, ao invés de ganhar força, especialmente entre os brancos nortistas.

Segundo Craven (1969), a maioria dos eleitores americanos em 1869 queriam alguém "acima" do jogo político tradicional e que pudesse restaurar a ordem no país e muitos consideravam que Grant erra esse homem. Com a chamativa frase *Let us have peace*, o então candidato à presidência contemplava diversos aspectos da sociedade americana naquele período: paz entre Norte e Sul, paz entre brancos e negros, paz após anos de guerra e conflitos políticos. Sua campanha foi baseada na ideia de que toda sua atuação na Guerra Civil adveio de sua vontade de trabalhar pelas pessoas e que sua experiência como general atestava seu mérito e capacidade de gerir o país.

Crapol e Shonberger (1972), contudo, apontam que Grant não era um homem desconectado das questões políticas como gostaria de ser visto. Durante a Guerra Civil e os primeiros anos da Reconstrução, ele demonstrou grande conhecimento dos grandes temas da política nacional, especialmente os que diziam respeito à guerra e sua resolução; e nesse processo se relacionou com diversos políticos e oficiais civis e militares de governo.

Ainda assim, segundo King e Tuck (2007), com a vitória de Grant, o país ficou à deriva nas principais questões raciais e relativas à Reconstrução, uma vez que não havia um programa de governo. No Congresso, com os Republicanos em completo controle, os Democratas, durante o período da Reconstrução podiam fazer pouco além de criticar e se opor às medidas apresentadas. Apesar disso, eles ainda eram entendidos como uma possível ameaça, especialmente quando o apoio do Sul acompanhava qualquer ação do partido. Grant ocupou o governo no momento em que o Congresso experimentava um processo de forte confrontação com o poder executivo. As derrubadas dos vetos presidenciais, a *Army Approprations Act* de

1867, o *Tenure of Office Act*, o impeachment – tudo isso refletia o desejo de contra-atacar o poder presidencial. Seria ingênuo pensar que os Republicanos no Congresso iriam simplesmente abandonar suas preocupações em relação a uma possível liderança forte do Executivo.

De acordo com Simpson (1998), o novo presidente lutou para conciliar objetivos diversos em sua busca por uma política para o Sul. Ele buscou simultaneamente proteger os direitos políticos e civis dos negros e conciliar os brancos sulistas ao tentar estabelecer uma ordem política estável no pós-guerra. O declínio das preocupações nortistas em relação às questões sulistas e a crescente relutância dos dois lados em endossar a intervenção federal no Sul, somados a esforços que buscavam proteger os Republicanos sulistas, levaram a uma erosão da base eleitoral do partido no Norte. Assim, as ações de Grant em relação ao Sul seriam moderadas pelos limites do que era politicamente possível, o que viria a refletir seu senso de pragmatismo e ceticismo sobre a vontade dos brancos nortistas em fazer o que considerava certo.

3.1 Atuação contra a KKK

Depois que as legislaturas estaduais e suas constituições foram aprovadas, os sulistas passaram a se preocupar com a provisão de mão-de-obra nas suas fazendas, dado que os negros haviam sido libertados. Perguntavam-se como manteriam os negros trabalhando sob condições similares às de antigamente, de forma eficiente e produtiva, sem que pudessem usar dos mesmos meios. A resposta veio no formato dos Black Codes – não se tratava do retorno à escravidão, mas de esforços para submeter os negros enquanto parte permanente da estrutura laboral agrícola do sul (KEYSSAR, 2014).

O presidente lembra da limitação aos direitos dos negros nos Black Codes, ao fazer alusão a um caso na Geórgia:

> Subsequently, however, in violation of the constitution which they had just ratified (as since decided by the supreme court of the State), **they unseated the colored members of the legislature and admitted to seats some members who are disqualified by the third clause of the fourteenth amendment to the Constitution-**

> -an article which they themselves had contributed to ratify. (GRANT, 1869, grifo nosso).

Segundo Craven (1969) e King e Tuck (2007), o aparecimento da Ku Klux Khan (KKK) no Sul foi uma reação à participação dos negros na vida política e às iniciativas do projeto da Reconstrução. O grupo começou como uma sociedade secreta de proteção mútua, a fim de controlar e vigiar as fazendas durante a noite, sendo depois aprovada sua participação por generais Confederados a que se usasse a força para manter a ordem quando necessário. Posteriormente, passou a representar o embate direto entre os sulistas e as propostas do Norte de reconstrução e inserção do negro na vida política e social do país enquanto cidadãos americanos. No período da Reconstrução, a KKK surgiu como grupo de homens mascarados a cavalo durante a noite que assustavam negros e brancos considerados "ofensivos". Suas ações variavam entre assustar, colocar fogo em casas e seções eleitorais de bairros de maioria negra, a espancar e matar opositores.

Para Keyssar (2014), a pressão sulista representada pelos Black Codes e no aumento da violência na região ameaçava as conquistas garantidas nos anos anteriores, por isso o Congresso buscou aplacar a violência e a segregação por meio de leis como as *Enforcement Acts* em 1870 e 1871. A primeira lei proibia funcionários e oficiais dos estados de discriminar qualquer pessoa em razão de sua raça ou cor e determinava como ilegal qualquer tentativa de controlar o voto de algum cidadão pela força ou ameaça. A segunda lei estendia o controle federal sobre as eleições e provia maior supervisão a estas. Por fim, a terceira atacava a KKK, transformando em crime federal a conspiração para derrubar o governo dos Estados Unidos de qualquer forma ou por conspirar contra qualquer pessoa de ocupar cargos, servir em júris ou exercer seus direitos eleitorais. A legislação inicial bania o uso da força, suborno ou intimidação como formas de interferir no direito ao voto e proibia aos representantes estaduais a discriminação sobre eleitores com base na sua raça. Os acusados de violar essa lei seriam processados em cortes federais e o presidente ainda poderia enviar militares para investigar violações e garantir a ordem durante o processo eleitoral. (SIMPSON, 1998).

Grant justificará também a aprovação de leis mais rígidas quanto à discriminação e perseguição dos negros nos estados sulistas:

> Careful investigation was made, and it was ascertained that in nine counties of that State such combinations were active and powerful, embracing a sufficient portion of the citizens to control the local authority, and having, among other things, the object of **depriving the emancipated class of the substantial benefits of freedom** and of

> preventing the free political action of those citizens who did not sympathize with their own views. Among their operations were frequent sco**urgings and occasional assassinations, generally perpetrated at night by disguised persons**, the victims in almost all cases being citizens of different political sentiments from their own or freed persons who had shown a disposition to claim equal rights with other citizens. Thousands of **inoffensive and well disposed citizens were the sufferers by this lawless violence.** (GRANT, 1871, grifo nosso).

O presidente ainda emitiu outros comentários a respeito da necessidade de maior atuação do governo federal nos estados sulistas a fim de proteger os direitos dos negros e como forma de responder às acusações de tirania decorrentes das leis aprovadas anteriormente (GRANT, 1874).

Os críticos então acusaram que essas intenções eram políticas, dando força às reclamações de que Grant aspirava a criação de uma ditadura militar. As preocupações constitucionais e os rudimentares meios de execução desse plano levantaram questões sobre sua eficácia no longo-prazo. Finalmente, a paciência do público nortista chegaria ao fim, e seus interesses no destino dos recém-libertos se mostrava limitado – as pessoas queriam o fim da Reconstrução para poder seguir suas vidas. Os Democratas passariam a chamá-lo de "Kaiser Ulysses" e que este estaria ansioso em exercer um poder despótico, mas o presidente tinha a esperança de que a aprovação da lei pudesse suprimir a eclosão das atividades terroristas. Segundo Woodward (1966), historicamente, muitos chamaram tais atos de infames ou tirânicos, mas na prática foi a partir dessas ações que os governos tiveram capacidade de impor determinadas leis sobre os grupos racistas que agiam na região.

Em 1872, o apoio dos Republicanos por uma política vigorosa de intervenção diminuiu, em parte porque muitos líderes partidários entenderam que isso poderia causar danos às projeções do partido no Norte. O Congresso falhou em estender o tempo limite para a suspensão do habeas corpus proposta por Grant no *Ku Klux Act* devido à avidez dos apoiadores de Grant em privar os Republicanos dissidentes e os Democratas de razões pelas quais reclamar do governo enquanto uma tirania centralizadora; esse sentimento ainda condenaria as propostas adicionais de imposição da lei. A minoria dos Republicanos, incluindo parte dos políticos mais antigos do partido, estava insatisfeita com o presidente – reformadores e outros que almejavam cargos no governo reclamavam que Grant não atendia aos seus interesses.

De acordo com Simpson (1998), para permitir aos negros o poder de votar e decidir seu próprio futuro, Grant pressionou pela ratificação da Décima Quinta Emenda. Ele questionava

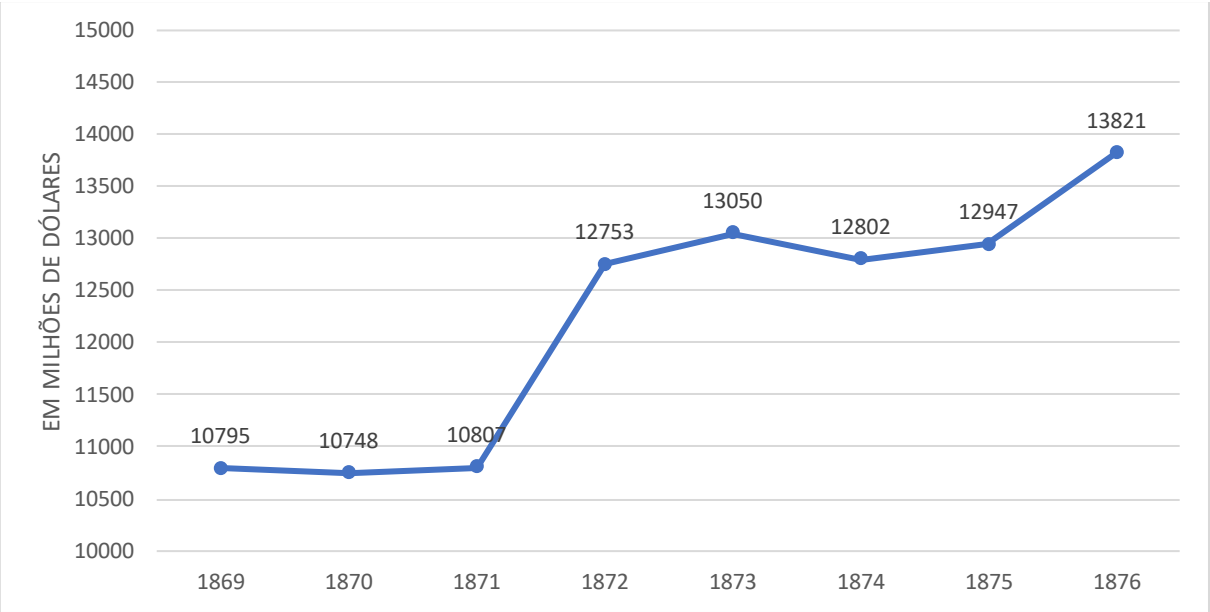
se os negros deveriam ser todos emancipados no momento imediatamente após a guerra, mas se convenceu disso em razão da teimosia dos brancos sulistas e da necessidade de os negros terem instrumentos para se defender, como o voto. Descontente com a hipocrisia inerente ao Partido Republicano em garantir o sufrágio negro no Sul, Grant percebia a Décima Quinta Emenda como um caminho para "apagar" as linhas raciais a partir do direito ao voto. Não era clara se a emenda aumentaria a capacidade eleitoral dos Republicanos em diversos estados-chave, uma vez que a repercussão disso entre os brancos poderia anular a força daqueles. Grant acreditava que com a aprovação da emenda, o debate sobre as políticas para o Sul seria deixado em segundo plano a fim de que se pudessem debater novas questões – por isso, ele trabalhou fortemente pela ratificação nos estados.

3.2 O contexto econômico do governo Grant

De acordo com Silber (1993), o período da Reconstrução testemunhou uma intensa industrialização e forte expansão capitalista. Um sistema comercial integrado se espalhou para toda a sociedade americana, além de surgir uma extensa rede de transportes que acarretou em ganhos cada vez maiores para a indústria. Contudo, a economia experimentou repetidos ciclos de expansão que não foram acompanhados da distribuição de renda, o que impôs à essa mesma sociedade um abismo entre classes sociais. Em nenhum período da história anterior os Estados Unidos experimentaram tamanha prosperidade, mas também tamanha pobreza e conflitos sociais.

Segundo Tindall (2004), o setor agrícola dos Estados Unidos era líder mundial por volta de 1870 e foi fundamental para o aquecimento da economia do país ao prover alimentos, grãos e ajudar no superávit da balança comercial. Além disso, a produção de uma série de produtos foi paulatinamente transferida para o setor industrial à medida que os produtores se enriqueciam e buscavam formas mais ágeis e lucrativas de processar os insumos. O setor agrícola foi responsável direto pelo estímulo ao setor industrial, que teve incentivo do governo após uma rede nacional de ferrovias, subsidiada pelo governo, construída país afora. O país foi cortado por ferrovias, o que incentivou o mercado interno, facilitou o escoamento de produtos e conectou diversos setores e regiões do país. Os Estados Unidos ainda contavam com recursos expressivos para gerar energia com custos reduzidos como água, madeira, carvão, petróleo etc.

GRÁFICO 3 – Produto Nacional Bruto durante o governo Grant



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

Dessa forma, as ferrovias e a indústria ligada à sua construção consolidaram-se como primeiro grande negócio e o setor industrial, que levaria o país à criação de um maciço mercado financeiro e à necessidade de consolidar a burocracia e o controle estatal sobre alguns setores da economia. As rodovias ainda conectaram o oeste dos Estados Unidos aos territórios já povoados, diminuíram as distâncias e os custos do acesso de produtos às indústrias nascentes e forjaram o mercado interno desses mesmos produtos.

Segundo Telgen (2012), o crescimento econômico sem precedentes foi acompanhado de competição desenfreada, ganância excessiva, manipulação de mercados e corrupção política. Funcionários públicos e oficiais de governo concediam subsídios, terras, isenção tarifária e outros favores em troca de contribuições de campanha, acesso a ações preferenciais, mercadorias e serviços e outras forças de suborno. Simpson (1998) recorda que, assim que foi formado uma legislatura para o Congresso em dezembro de 1872, diversos e proeminentes membros foram acusados de receber ações da Credit Mobilier para que aprovassem a construção da ferrovia transcontinental pela Union Pacific Railroad. Apesar de as transações terem ocorrido durante o governo Johnson, suas revelações no governo seguinte mancharam a imagem de Grant. Em 1873, os Estados Unidos eram novamente agitados por um escândalo envolvendo os magnatas das ferrovias, muitos dos quais estavam infiltrados nos altos escalões do governo. Dos 73 homens que serviram como funcionários de gabinete entre 1878 e 1896, 48

haviam servido como clientes pelas ferrovias, fizeram lobby por estas ou faziam parte de conselhos administrativos ou tinham alguma relação com o mercado ferroviário (TELGEN, 2012).

Segundo Barreyre (2011), a corrupção governamental existia antes da idade dourada, obviamente, mas nesse período em específico essa foi uma prática tão recorrente que é atribuída como característica das décadas correspondentes. Muito disso é devido à fraca liderança de Ulysses Grant, o primeiro presidente eleito após a Guerra Civil que, apesar de ter sido um ótimo general, tinha amizade com barões ladrões como Jay Gould e Jim Fisk, independentemente de como isso poderia soar à opinião pública. Além disso, quando chegou à Casa Branca, preencheu seu gabinete com amigos e apadrinhados, a despeito das qualificações destes existirem ou não, algo que pode também ser percebido pela alta rotatividade durante seu governo, que teve cinco procuradores-gerais, cinco secretários da guerra e quatro secretários do tesouro em dois mandatos.

A idade dourada (*Gilded Age*) criou uma nova classe de empresários que detinham grande poder e viviam luxuosamente. Esses homens vieram a ser conhecidos como os barões ladrões (*robber barons*). Fazendeiros do Kansas cunharam o termo para descrever os cruéis e implacáveis proprietários das companhias ferroviárias que controlavam as rotas de comércio e cobravam taxas exorbitantes – a expressão depois se aplicaria mais genericamente aos prósperos industriais da época (LAFEBER, 1994).

3.2.1 O Pânico de 1873

De acordo com Soennichsen (2011), o Pânico de 1873, também conhecido como a Longa Depressão, foi a versão americana da depressão econômica mundial que muitos acreditam ter começado na Rússia e outros países do centro da Europa. A diminuição econômica começou quando as exportações americanas de trigo e outros grãos prejudicaram as vendas de plantações europeias, levando o mercado de ações de Viena a quebrar – a crise se espalharia por toda a Europa e, finalmente, nos Estados Unidos.

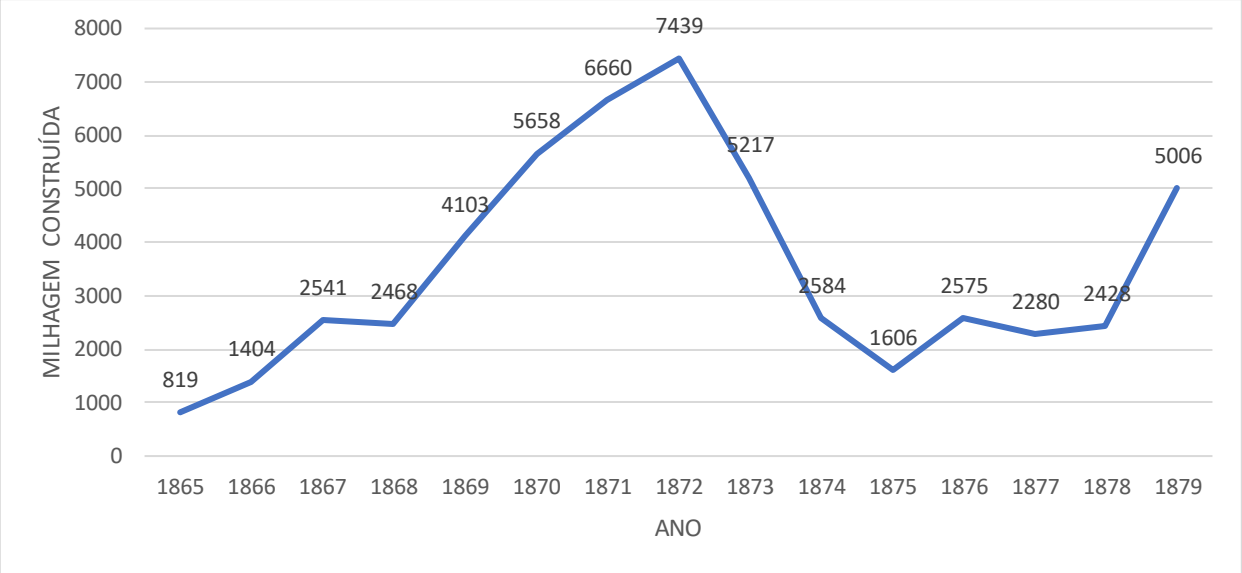
Nelson (2001) explica que nos Estados Unidos a crise começaria com a falência de um dos maiores bancos do país, chamado Jay Cooke and Company. Dentre outros projetos, Cooke

havia financiado a Northern Pacific Railroad, primeira linha a ser construída e colocada em operação depois que a ferrovia transcontinental foi concluída, em 1869. Neste ano, a construção bem-sucedida da Union Pacific havia convencido os empresários, investidores e políticos de que mais ferrovias eram necessárias nos Estados Unidos e que seriam investimentos tão sólidos como a primeira ferrovia transcontinental havia sido. De acordo com Telgen (2012), Cooke havia ganhado proeminência durante a Guerra Civil ao usar publicidade patriótica para vender títulos do governo a centenas de milhares de cidadãos comuns: chegou a vender mais de 1,6 bilhão de dólares desses títulos, que representavam mais de um quarto do tesouro nacional à época, e garantiu retornos suficientes para se tornar um milionário no processo. Quando a guerra acabou, Cooke buscou de todas as formas levar uma ferrovia transcontinental ao noroeste do país. Assim, em 1869 ele concordou em vender títulos e servir como banqueiro da Northern Pacific Railroad, que havia conseguido permissão para funcionar de Duluth, Minnesota, a Puget Sound, na costa oeste. Soennichsen (2011) afirma que logo depois que a companhia de Cooke financiou a Northern Pacific, tornou-se claro que havia uma construção além da necessidade de ferrovias no país e os investidores não estavam dispostos a arcar com os custos dessa expansão. Infelizmente, para Cooke, a empreitada mostrou-se nada lucrativa por razões como má administração, falta de mão-de-obra qualificada e corrupção, entre outras. Segundo Telgen (2012), o banco de Cooke detinha quase sete milhões em débitos da Northern Pacific em agosto de 1973 e, em 18 de setembro, quando os parceiros de Cooke não conseguiram levantar um milhão de dólares para manter o banco funcionando, tiveram que suspender suas operações no braço da firma em Nova York. Quando a firma de Cooke faliu, em setembro de 1873, diversos bancos nos Estados Unidos entraram em pânico e começaram a demandar o pagamento das dívidas contraídas por ele. Os acionistas da empresa tentaram vender às pressas suas ações para tentar reaver algum dinheiro, o que gerou a queda acentuada do preço de mercado dessas ações causando falta de liquidez generalizada.

Barreyre (2011) afirma que a falência de um dos mais conhecidos e confiáveis financistas americanos fez, similarmente aos acionistas, com que muitos investidores e cidadãos comuns com títulos recorressem imediatamente aos bancos para resgatar seu dinheiro, o que causou pânico generalizado. Cooke foi forçado a fechar as filiais da Filadélfia e de Washington DC, o que acarretou ainda maior convulsão social na costa leste, que se espalhou rapidamente em direção ao resto do país. Em Wall Street, as ações e os títulos despencaram e mais de trinta corretoras se tornaram insolventes. Foi esse o momento do primeiro fechamento da história do mercado de ações, durante dez dias, a partir de 20 de setembro daquele ano. De forma geral,

quase cinco mil bancos, corretores e casas de câmbio foram à falência e o país entrou em uma depressão econômica que duraria cinco anos: mais de seis mil negócios fecharam suas portas com aproximadamente 500.000 demissões apenas em 1874, e o setor ferroviário seria fortemente impactado nos anos seguintes (conforme gráfico 4). O desemprego nacional alcançou 20% da população economicamente ativa com outros 40% trabalhando apenas metade do ano (TELGEN, 2012).

GRÁFICO 4– Construção de ferrovias nos Estados Unidos



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

O Pânico de 1873 continuaria por mais quatro anos nos Estados Unidos e seis anos na Europa, mas os efeitos de longo prazo ainda seriam sentidos por mais tempo. Para alguns, contudo, a recessão nacional resultou no aumento de lucros e da expansão industrial. Enquanto pequenos empresários perderam todas suas reservas e recursos, os grandes industriais da época – homens como Andrew Carnegie e John D. Rockefeller – compraram as empresas dos seus competidores e aumentaram suas fortunas.

> The panic of 1873 was a period of poverty and unemployment. Idle time and ill feelings led many White Americans to seek out a villain; someone to blame for their misfortunes. The unemployment of most Americans appeared even worse to them because it always seemed that the Chinese were the last to become unemployed. In many cases, they never became unemployed at all. When they were not working for a factory or mining company, they tended gardens, farmed lands that had been unproductive to others, opened up laundries and restaurants, and offered houseworks

> services for wealthy Americans. During the depression, there was still occasional railroad construction, and the first people generally hired were the Chinese. The Chinese also had luck in finding occasional jobs in manufacturing. (SOENNICHSEN, 2011, p.49).

De acordo com Simpson (1998), com o aprofundamento da depressão econômica, os brancos sulistas se tornaram ainda mais ressentidos dos impostos que tinham que pagar pelos serviços públicos que ajudavam aos negros, culpando tanto os recém-libertos quanto ao Partido Republicano em relação às dificuldades financeiras. Grant contribuiu para essas aflições em abril de 1874, quando vetou uma medida que prometia alívio com inflação moderada. Os trabalhadores nortistas que disputavam escassos postos de trabalho se perguntavam porque o governo federal usava recursos para ajudar aos negros sulistas e não a eles. Os Democratas, capitalizando esse descontentamento, argumentavam que era hora de o governo deixar para trás as questões do Sul e dar atenção aos trabalhadores do Norte.

Por isso, Craven (1969) aponta que não é surpresa o fato de que a maior parte dos empresários à época terem atuado no sentido de pressionar pelo fim da Reconstrução e pelo retorno que consideravam a "supremacia branca" nas questões nacionais. O projeto da Reconstrução era cada vez mais visto como falido pela opinião pública e até mesmo por parte do governo. A dominância Republicana na Casa Branca e no Congresso não produziu os resultados esperados no pós-Guerra, com o aumento da corrupção e a falta de políticas capazes de resolver a questão racial. Nesse contexto, os Democratas estavam gradualmente recriando seu apoio no eleitorado americano, a partir de uma plataforma que propunha a "paz política", a defesa do livre-comércio e o apoio aos estados sulistas.

Segundo Simpson (1998) e Argersinger (1989), as projeções políticas dos Republicanos se ofuscaram em 1874. A depressão econômica, a impopularidade da reconstrução e dos direitos civis e os casos de corrupção no Congresso diminuíram a sorte do partido. Assim, a eleição seguinte seria decisiva para a política da Reconstrução. Uma Câmara de Representantes controlada pelos Democratas definitivamente não aprovaria legislações adicionais referentes à Reconstrução. Os congressistas Republicanos, preocupados em manter e recuperar o apoio dos votos do Norte, colocariam suas necessidades em primeiro lugar em detrimento de políticas consideradas favoráveis ao Sul. Ainda assim, na região os Republicanos manteriam os governos de Louisiana, Mississippi, Flórida e Carolina do Sul. No começo de 1875 apenas esses quatro estados permaneciam Republicanos e em três deles (Mississippi, Louisiana e Carolina do Sul)

os negros formavam a maioria do eleitorado do partido, demonstrando que a política estava se delineando fortemente em traços raciais (KEYSSAR, 2014).

A incapacidade dos Republicanos no poder acerca dos problemas do partido e da proposição de mudanças levou parte do partido a abandonar o governo Grant. Esse grupo afirmava que eram necessárias reformas urgentes no partido e no país e que a corrupção latente do governo federal não poderia ser ignorada como faziam os demais membros do partido.

Segundo Craven (1969), ao final do segundo mandato de Grant, a nação se mostrava cansada da corrupção no governo federal e das políticas da Reconstrução. Argumentava-se que era necessário focar nas "questões nacionais" e o resultado veio por meio da eleição de 174, em que 23 dos 35 estados americanos votaram pelos Democratas. A plataforma do partido advogava pelo fim do Grantismo a partir de uma reforma financeira e fiscal. A Reconstrução falhou pelo alto custo político e social que o país enfrentou ao tentar solucionar a questão racial. O programa pode e deve ser entendido como uma fase final da Guerra Civil, um período de reavaliação dos valores e das políticas nacionais.

O pleito da eleição de 1877 foi extremamente disputado. O Democrata Samuel Tilden venceu no voto popular, mas perdeu no colégio eleitoral após uma comissão eleitoral conceder os votos de três estados sulistas a Rutherford Hayes. Simpson (1998) afirma que, intimamente, Grant torcia para uma vitória de Hayes. Ele acreditava, sinceramente, que os Democratas estavam buscando fazer no âmbito nacional o que tinham conseguido com sucesso nos estados sulistas – subverter o processo eleitoral por meio de terrorismo. Um governo Tilden significaria o fim da proteção federal aos negros sulistas. E apesar de todo o discurso de Hayes sobre uma nova política para o Sul, ele ainda se colocava como protetor dos recém-libertos.

Segundo Crapol e Schonberger (1972), uma vitória de Hayes oferecia aos recém-libertos a única esperança que lhes restava, permitindo aos Republicanos chegar a um acordo através do qual aos Democratas seria permitido assumir o poder na Carolina do Sul e na Louisiana sob a condição de respeitar os direitos civis e políticos dos negros. Os regimes Republicanos nesses estados estavam insustentáveis, e reconhecê-los confirmaria as acusações dos Democratas de fraude eleitoral no âmbito nacional e estadual.

Grant percebeu que a não ser que a vitória fosse aceita e legitimada por todos os envolvidos, a União seria levada a outra crise de similar proporção a de 1860-1861. Assim, Grant precisaria encontrar meios para resolver a disputa de forma honesta. Ele queria que Hayes

fosse o vencedor, mas por meio de um processo em que os dois lados concordassem. Segundo Argersinger (1989), a neutralidade era a única maneira de preservar as chances de Hayes, porque reconhecer a vitória dos Republicanos levaria a acusações de fraude, enquanto reconhecer os Democratas significaria perda de influência. Por isso, Grant advogou pela criação de uma comissão eleitoral, composta por membros das duas casas do Congresso e de juízes da Suprema Corte, a fim de resolver a disputa da contagem de votos. Quando o Congresso finalmente concebeu uma lei, ele pressionou pela sua aprovação.

Sobre Grant após a vitória de Hayes ser oficializada:

> With Hayes installed as his successor, Grant could leave office satisfied that at least he had made sure that the determination of the election of 1876 had not followed the course of events over the past years in several southern states. In so doing, he had headed off the threat of a second civil war that would have torn the nation apart, regardless of the outcome. He had acted skillfully, blending a commitment to principle with due attention to Republican interests – an accomplishment overlooked by critics of his southern policy. But he remained aware that much had been sacrificed over his eight years in office. Uneasy at the result, he pondered whether he could have prevented it, but hindsight offered little help. In years to come, historians would assail his approach to southern policy, first for being too harsh on southern whites, then for neglecting black interests, and finally for being inconsistent and vacillating. But none were able to suggest how he could have forged a policy that would have achieved both sectional reconciliation and justice for black Americans. (SIMPSON, 1998, p.196).

3.3 A política externa de Grant

De acordo com Stephenson (1995), o período após 1870 foi marcado pela colonização e desenvolvimento internos sob a égide do capital nortista sancionado por um sistema judiciário complacente e apoiado pela repressão estatal. Os Estados Unidos tiveram três grandes diferenças quando comparado aos países europeus: sua infraestrutura era mais limitada; os americanos perpetuavam políticas econômicas abertamente liberais ao passo que os europeus já aplicavam políticas de maior intervenção estatal; e os objetivos de política externa americanos ainda eram muito tímidos se comparados às empreitadas europeias.

Essas discrepâncias pareciam aumentar com o passar do tempo, o que chamou a atenção de diversos americanos para a necessidade de serem feitas possíveis adequações, especialmente no aspecto geopolítico. O tradicional isolacionismo deixava gradualmente de ser enaltecido e

passava a ser visto como uma deficiência, pois seria necessário encurtar a distância que separava os americanos dos europeus em termos de poder e influência no cenário internacional.

Segundo Williams (2011), muitos liberais do século dezenove no mundo anglófono pensavam que a globalização econômica era igual à maior interdependência que resultaria, consequentemente, em civilização e paz. Na verdade, a industrialização acelerou um panorama de crescente protecionismo e fechamento das fronteiras entre os Estados-Nações. Assim, foi se concretizando uma relação cada vez mais forte com o militarismo e uma intensa corrida armamentista, especialmente no setor naval – a tecnologia industrial aumentou fortemente a letalidade potencial das novas armas, enquanto o aumento dos exércitos regulares pronunciava as implicações nacionalistas desse novo contexto.

LaFeber (1994) afirma que o antagonismo dentro da ordem europeia (junto ao Japão, que seria reconhecido como grande potência na década de 1890) acentuava-se a cada crise diplomática e formação de alianças, mas o que mais apontava para um contexto possivelmente explosivo era a expansão imperial. Entre 1875 e 1914, um quarto do planeta tinha o status de colônia e era ocupado por alguma potência – o Reino Unido sozinho era soberano sobre 4 milhões de milhas quadradas. Os impérios europeus já existiam há algum tempo, mas apenas depois de 1870 essas possessões foram transformadas em um sistema formal. O "mundo civilizado", em suma, estava desenvolvendo uma configuração de entidades nacionais – e nacionalistas – com apêndices coloniais e economias protecionistas.

Segundo Sexton (2011), deve-se levar em conta a ideia de Ocidente quando se pensa na política externa americana da segunda metade do século dezenove. Historiadores com frequência questionam a razão de os Estados Unidos não terem estabelecido um império colonial até 1898, mas essa questão ignora a conquista do Oeste em seu próprio continente, o estabelecimento do sistema colonial a fim de controlar os nativos-americanos, a colonização e a exploração desse vasto território. Poucos americanos naquele tempo percebiam a conquista do Oeste como um de colonização.

De acordo com Stephanson (1995), ideologicamente duas convicções se seguiram a esse período. A primeira, mais ampla, era a de que o Ocidente – enquanto categoria analítica e política – era visto como superior em todos os sentido,s em razão de sua dominação sobre o resto do mundo. Suposta superioridade se justificaria exatamente pelo fato de que os países ocidentais serem "superiores", mística corroborada pelas novas teorias de evolução e hierarquia

racial propagadas à época. A segunda convicção propunha a ideia de que a guerra era vista pelos círculos dominantes como uma política racional. Afinal, acreditava-se que as guerras deveriam ser curtas e decisivas, a exemplo das vitórias bismarckianas, porque uma suposta solidariedade entre os povos civilizados seriam somados à existência de quantidades maciças de armamentos no Ocidente e tornariam a hostilidade algo impensável entre esses países. Logo, os alvos deveriam ser naturalmente o mundo não-civilizado – por definição, uma área anárquica e sujeita à legítima atuação das potências.

A política externa de Ulysses Grant seria composta de elementos tradicionais isolacionistas e de iniciativas expansionistas isoladas. Essa prática pautaria boa parte das ações americanas até a Guerra Hispano-Americana, sendo reafirmada ou ignorada a partir de eventos específicos. Em relação ao Reino Unido, Herring (2008) afirma que o Tratado de Washington de 1871 ajudou a diminuir as tensões pós-Guerra Civil e firmou as bases para a crescente cooperação anglo-americana. O tratado foi importante por acertar as disputas anteriores entre Reino Unido, Canadá e Estados Unidos e teria implicações diretas no aspecto territorial da América do Norte; seu resultado era o reconhecimento tácito, pelos Estados Unidos, do status canadense como domínio britânico.

Grant ressalta a melhora nas relações entre Estados Unidos e Reino Unido a partir do Tratado de Washington: "This decision **happily disposes of a long-standing difference** between the two Governments, and (...) leaves these two Governments without a shadow upon the **friendly relations** which it is my sincere hope may forever remain equally unclouded." (GRANT, 1872, grifo nosso). De fato, a partir dali serão poucas as vezes em que os dois países terão contendas notadamente sérias. Pelo contrário, o tratado pode ser marcado como ponto de inflexão a partir do qual as relações melhorarão substancialmente nas décadas seguintes.

Em seu primeiro discurso sobre o Estado da União, Grant discorre sobre esses elementos: "We are blessed with peace at home, and are **without entangling alliances abroad to forebode trouble**." (1869, grifo nosso) – reforçando no início de seu primeiro discurso a relação entre maior envolvimento e a decorrência de problemas.

Ainda nesse discurso, Grant reforça o caráter nacional e a grandeza do país enquanto características necessariamente ligadas à ideia do afastamento, mesmo que de alguma forma o país se "sensibilize" em relação a determinados temas:

> As the United States is the **freest of all nations**, so, too, its people sympathize with all people struggling for liberty and self-government; but while so sympathizing it is **due to our honor that we should abstain from enforcing our views** upon unwilling nations **and from taking an interested part**, without invitation, in the quarrels between different nations or between governments and their subjects. (GRANT, 1869, grifo nosso).

O trecho acima ressalta a crença de que o país não deve se envolver sem ser "convidado" e que sua própria liberdade é limitadora de possíveis ações – caso contrário, qualquer envolvimento mais efetivo sem o pedido alheio significaria o rompimento dessas tradições e da liberdade do outro em decidir por si só seu governo e suas políticas.

No discurso inaugural do seu segundo mandato, Grant reforça a identidade americana em torno da ideia de "republicanismo", regime a que todo o "mundo civilizado" se dirigiria "naturalmente"; mas ressalta-se, nesse mesmo discurso, o fato de que o presidente aponta os Estados Unidos como "(...) destined to be the guiding star to all others". (GRANT, 1873). Apesar da retórica de liderança e primazia, os americanos não se eximem dos mesmos princípios isolacionistas e Grant reforça tais premissasnesse mesmo enunciado, ao afirmar que os Estados Unidos têm um exército menor que todas as demais potências e que a extensão territorial não faria parte dos planos da nação. Essa afirmação, contudo, é feita no sentido de conectar a ideia do isolacionismo com a não-expansão, entendido como não-colonialismo. A despeito dessa afirmação, Grant terá sido um dos maiores entusiastas da expansão extraterritorial no Caribe, quando do episódio da República Dominicana, o que demonstra a falta de conexão entre princípios, intenções e ações – a depender do objeto e dos atores envolvidos.

3.3.1 A República Dominicana

De acordo com Herring (2008), as ilhas de Hispaniola e Cuba já eram cobiçadas ou aguçavam o interesse dos americanos há algum tempo. Seward tinha especial interesse na Baía de Samaná, um porto natural na República Dominicana que poderia proteger o lado mais oriental de um possível canal e os interesses estratégicos e comerciais do país no Caribe. Na República Dominicana, as rivalidades internas criaram as oportunidades para a possível expansão americana: entre 1869 e 1873, diversas facções políticas dominicanas fizeram

propostas para a concessão da Baía de Samaná, a criação de um protetorado americano ou, ainda, a anexação formal pelos Estados Unidos.

William Seward havia negociado a anexação de Santo durante o governo Johnson e Grant recebeu bem a ideia, pois acreditava que a ilha ofereceria recursos naturais e locação ideal para a construção de base naval e estação de abastecimento para a marinha dos Estados Unidos proteger os interesses do país no Caribe e na América Central – incluindo um possível canal ístmico. Sem dúvida, pensavam, os habitantes da ilha ainda poderiam florescer com a estabilidade oferecida pelo controle americano.

Sexton (2011) reforça, ao afirmar que Grant queria o controle dessa estratégica ilha no Caribe, a finalidade de proteger o lado leste do futuro canal ístmico. Ainda de maior ambição; Grant ainda tinha o desejo de que os negros libertos poucos anos antes optassem por se realocarem na região. Seu secretário particular, Orville Babcock, negociou um tratado de anexação com o presidente dominicano, Buenaventura Báez, que tinha a expectativa de que esse movimento pudesse trazer maior segurança à sua posição política doméstica. Báez precipitadamente organizou um plebiscito a fim de demonstrar o apoio dos dominicanos pela anexação.

De acordo com Williams (2011), as circunstâncias envolvendo as negociações por um tratado de anexação e as políticas que envolviam questões raciais condenaram o sonho de Grant. O secretário particular do presidente, Orville E. Babcock, visitou a ilha em 1869 em uma missão para entender seu funcionamento político e suas relações sociais – o que foi acompanhado do contato com sujeitos de moral questionável e motivos egoístas em relação ao processo em andamento. Babcock voltaria aos Estados Unidos com uma proposta de tratado para anexação da ilha, mas diversos secretários de Grant não compartilhavam da mesma vontade. Ainda assim, Grant assumiu a ideia e a levou ao Comitê de Relações Exteriores do Senado, onde imaginava que teria o apoio de Charles Sumner, presidente do comitê, para descobrir futuramente que o senador era contrário ao plano.

Segundo Simpson (1998), Sumner temia que a anexação ameaçasse a soberania da "república de negros" do Haiti e vetou a proposta de anexação. O presidente se sentiria traído em razão de não ter sido consultado em conversa antes da rejeição do tratado pelo comitê. O desacordo se tornaria oposição que viraria inimizade, colocando em lados opostos dois homens que acreditavam fortemente na ideia da igualdade dos negros. Outros opositores à anexação

usaram outros argumentos, especialmente os que diziam respeito à questão racial. Os Democratas que antes da guerra haviam louvado a ideia da anexação como forma de expandir a escravidão, agora se colocavam contra e falavam dos perigos da miscigenação ao povo americano (HIERS, 2013).

Além disso, conforme aponta Sexton (2011), os críticos nos Estados Unidos argumentavam que o imperialismo levaria à corrupção das instituições americanas. A anexação de territórios no Caribe era considerada demais para os Republicanos como Charles Sumner, que já haviam se oposto a movimentos similares antes da Guerra Civil. O plebiscito dominicano, marcado por denúncias de fraudes e intimidação, ajudaram pouco a convencer os céticos quanto aos ganhos da anexação. Muitas críticas ainda foram construídas em bases racistas a partir da ideia de que os dominicanos não eram aptos do autogoverno e contribuiriam para piorar as relações raciais do país – nesse sentido, é provável que o apoio de líderes negros americanos ao projeto de anexação tenha sido catalisador de maior reprovação entre os políticos do país.

Assim, de acordo com Herring (2008), incitado por grupos que tinham investimentos na República Dominicana, Grant estava ansioso paragarantir a aquisição de pelo menos a Baía de Samaná. Ele deu prioridade à questão, tendo os dois países chegado a um tratado de incorporação da República Dominicana como território americano em 1869. O presidente faria intenso lobby pela aprovação no Senado, mas encontrou grande oposição. O Haiti, temeroso da presença americana tão perto de seu território, também acionaria seu embaixador para que fizesse lobby contrário às pretensões expansionistas. Entretando,muito da oposição viria de questões pessoas ou políticas. Mesmo assim, o presidente ainda pressionaria para que a concessão da Baía de Samaná fosse feita aos atores privados. Domesticamente, Simpson (1998) aponta que os Republicanos sulistas indicaram sua disposição em apoiar o presidente tendo como preço substituição do Procurador-Geral, Ebenezer Roar, por um Republicano do Sul – os motivos diriam respeito à uma suposta falta de vigor em combater o terrorismo sulista.

Grant imediatamente pediu a Hoar um pedido de demissão e nomeou Amos T. Akerman da Geórgia como seu novo procurador-geral, além de informar aos membros de seu gabinete que ele, dali em diante, exigiria lealdade aos senadores como preço pelo apoio às suas demandas (SIMPSON, 1998). Sexton (2011) afirma que Grant voltaria suas atenções à Doutrina Monroe enquanto forma de legitimar suas pretensões. O presidente buscou se apoiar na fórmula de uma anexação preventiva, alegando que se os Estados Unidos não tomassem a República

Dominicana, os europeus eventualmente o fariam. Grant explorou a ansiedade e o medo decorrentes das incursões francesas no México da década anterior e da malfadada tentativa espanhola de anexação de parte da ilha de Hispaniola em 1861. Ao construir a anexação como uma medida de segurança nacional, Grant buscava mobilizar o sentimento anti-colonial em favor de um empreendimento imperial. Quando o Senado fracassou em aprovar a ratificação do tratado de anexação em uma votação empatada de 28-28 em 30 de junho de 1870, ele ordenou a Hamilton Fish, seu Secretário de Estado, que pedisse a demissão de John Lothrop Motley, embaixador americano no Reino Unido e que havia sido a escolha de Sumner para a posição (SIMPSON, 1998).

Sobre a República Dominicana, o discurso de 1870 fará uma longa exposição sobre a proposta de anexação do país, que seria rejeitada pelo Congresso. O presidente, insatisfeito com a ação dos congressistas, avançou na construção de uma narrativa em torno da ideia de que os europeus aproveitariam a oportunidade supostamente perdida pelos americanos:

> I now firmly believe that the moment it is known that the United States have entirely abandoned the project of accepting as a part of its territory the island of San Domingo **a free port will be negotiated for by European nations in the Bay of Samana**. A large commercial city will spring up, to which we will be tributary without receiving corresponding benefits, **and then will be seen the folly of our rejecting so great a prize**. (GRANT, 1870, grifo nosso).

O presidente ainda ressaltaria que o governo dominicano seria fraco e não teria capacidade de garantir a proteção ou o controle de um dos "mais ricos territórios sob o sol", o que justificaria a necessidade de atuação dos Estados Unidos como provedor de segurança e boas práticas de governo. Nesse sentido, Grant afirma que a ilha teria um papel estratégico aos interesses americanos: "The acquisition of San Domingo is desirable because of its geographical position. It commands the entrance to the Caribbean Sea and the Isthmus transit of commerce." (GRANT, 1870). Reitera esse papel quando aponta para a possibilidade de invasão estrangeira: "In case of **foreign war** it will give us **command of all the islands** referred to, and thus prevent an enemy from ever again possessing himself of rendezvous upon our very coast." (GRANT, 1870) – mais ainda, o trecho faz alusão indireta à garantia da exclusão dos europeus do hemisfério e de um suposto controle americano de todo o Caribe.

Na continuação de sua exposição sobre os benefícios da anexação da República Dominicana, Grant (1870) também afirmaria que a presença americana e consequente aumento da prosperidade e do comércio na região forçariam as outras ilhas a abolirem a escravidão a fim de conseguirem competir em igualdade com as demais – essa referência é diretamente exposta a Cuba e à Porto Rico, possessões espanholas na região que ainda sofriam com o tráfico de escravos.

> **The acquisition of San Domingo is an adherence to the "Monroe doctrine;"** it is a measure of **national protection**; it is asserting our **just claim** to a controlling influence over the **great commercial traffic soon to flow from west to east by way of the Isthmus** of Darien; it is to build up our merchant marine; it is to furnish new markets for the products of our farms, shops, and manufactories; it is to make slavery insupportable in Cuba and Porto Rico at once, and ultimately so in Brazil; it is to settle the unhappy condition of Cuba and end an exterminating conflict; it is to provide honest means of paying our honest debts without overtaxing the people; it is to furnish our citizens with the necessaries of everyday life at cheaper rates than ever before; and it is, in fine, a **rapid stride toward that greatness** which the intelligence, industry, and enterprise of the citizens of the United States entitle this country to assume among nations. (GRANT, 1870, grifo nosso).

O trecho acima encerra a argumentação de Grant quanto à necessidade de aquisição da ilha de Hispaniola e é possível perceber que se trata de uma tentativa de conectar praticamente todos os temas relacionados à política externa do país no hemisfério em uma narrativa. O presidente usa a anexação da ilha como forma de promover os interesses nacionais relacionados à segurança e ao comércio, além de estabelecer que isso geraria maior estabilidade regional. Nota-se, ainda, que a Doutrina Monroe é empregada logo no começo como forma de "prefaciar" os fatores que viriam a ser levantados como justificativa, provavelmente no sentido de demonstrar que a atuação americana no Caribe é parte de um "destino maior", como proposto pela Doutrina.

Segundo Craven (1969), a ruptura entre Grant e Sumner atingiu proporções irremediáveis. O senador amaldiçoava o presidente ao afirmar que este buscava ganhos financeiros com a anexação – ato pouco digno e próximo da pirraça que aborrecia parte de seus colegas no Senado. De qualquer forma, enquanto os senadores Democratas permanecessem unidos contra a anexação, os dissidentes Republicanos fariam o papel de bloquear a ratificação. Apesar de Grant ter jogado com a ideia de uma resolução conjunta, eventualmente abandonaria a questão.

Assim, os planos de Grant de anexar Santo Domingo de fato moldaram parte da política do período da Reconstrução, embora não da forma que ele queria. Seus sonhos de oferecer aos negros uma oportunidade de ganhar poder se esvaíram quando ele foi incapaz de convencer número suficiente de Republicanos a apoiá-lo e o resultado desse processo expôs as fissuras no Partido Republicano, especialmente depois da disputa entre Grant e Sumner. Junto de outras questões, o debate sobre a anexação começou um processo de realinhamento partidário.

LaFeber (1998) aponta que nesse período uma série de argumentos foi levantada pelos anti-expansionistas contrários à anexação de novos territórios. Afirmavam que os Estados Unidos já tinham excesso de terras e a conquista de mais territórios acarretaria na renovação dos problemas sociais ligados à questão racial. Outros ainda argumentavam que políticas de cunho colonial deveriam ser evitadas a qualquer custo, haja visto que os britânicos já naquela época abriam mão de áreas não-lucrativas ou sem recursos exploráveis. Por fim, advogavam maior atenção às indústrias e à agricultura do país, onde deveriam ser investidos os recursos americanos – e não no exterior ou em territórios distantes. A maioria desses argumentos perderá sentido durante as décadas seguintes, especialmente com o fechamento da fronteira continental, a adoção da política de portas abertas e o crescimento econômico do país, o que permitiu repensar a atuação americana para além de seu próprio território com maior liberdade.

No discurso inaugural de seu segundo mandato, Grant parece retomar a questão da anexação de Hispaniola com certo rancor ao explicitar que "[it] was not a question of my seeking, but was a proposition from the people of Santo Domingo, and which I entertained" (GRANT, 1873a). Muito discretamente o presidente irá apresentar ao Congresso um pedido dos governantes de Hispaniola para que os Estados Unidos exercessem um protetorado sobre a ilha (GRANT, 1873b).

Em seu último discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1876, Grant reafirmará que seu desejo de ter visto a anexação da ilha não teria vindo de fontes egoístas, mas do interesse nacional. Contudo,é interessante perceber a ligação entre os prejuízos e perdas relacionados à forte presença dos Estados Unidos em Cuba e a possibilidade de que os mesmos fossem direcionados à Hispaniola:

> **All that is produced in Cuba could be produced in Santo Domingo**. Being a part of the United States, commerce between the island and mainland would be free. **There would be no export duties on her shipments nor import duties on those coming**

> **here**. There would be no import duties upon the supplies, machinery, etc., going from the States. The effect that would have been produced upon Cuban commerce, with these advantages to a rival, is observable at a glance. **The Cuban question would have been settled long ago in favor of "free Cuba."** Hundreds of American vessels would now be advantageously used in transporting the valuable woods and other products of the soil of the island to a market and in carrying supplies and emigrants to it. The island is but sparsely settled, while it has an area sufficient for the profitable employment of several millions of people. **The soil would have soon fallen into the hands of United States capitalists**. (GRANT, 1876, grifo nosso).

O presidente, no trecho anterior, aponta que a anexação traria benefícios similares aos dos que comerciantes no solo americano já se beneficiam, no sentido de eliminar barreiras alfandegárias e permitir a livre circulação de mercadorias. Ademais, novamente é apontada a ideia de que seria feita pressão sob os espanhóis em Cuba pelo fim do conflito e, por fim, que os capitalistas americanos teriam acesso às terras da ilha. No mesmo discurso e próximo ao seu encerramento, Grant (1876) usou de argumentos raciais para tentar promover uma eventual anexação futura; o presidente afirmou que os negros emancipados do Sul teriam um lugar mais "apropriado" para que pudessem migrar e se firmar sem a presença opressiva dos brancos. Ainda, que seriam mestres e donos do novo território a ser conquistado. A retórica da recolocação dos negros não é nova e já havia sido sustentada tanto por Lincoln quanto por Johnson, porém sem sucesso.

3.3.2 A insurgência em Cuba

Em Cuba, uma rebelião contra os espanhóis em 1868 traria o país à frente das discussões e deixaria os americanos divididos. De acordo com Herring (2008), muitos Republicanos afirmariam que o país teria o dever de agir contra a escravidão na ilha como parte do trabalho feito na Guerra Civil. Líderes negros como Frederick Douglass iriam mais longe, requisitando ajuda aos rebeldes cubanos, a abolição da escravatura na ilha e até mesmo sua anexação. O tratamento brutal dado aos rebeldes pelos espanhóis criou um senso ainda maior de urgência moral nas demandas intervencionistas. Por outro lado, os Republicanos mais conservadores se opunham à aquisição de territórios habitados por povos de raças miscigenadas e tinham preocupação de que a anexação de áreas tropicais pudesse degradar o povo americano e suas instituições.

Em relação a Cuba, Grant deixou explícito o interesse na ilha e demonstrou apoio tácito à iniciativa da busca pela independência, mas o papel americano não passaria disso. Nesse caso, o presidente ressaltou que não existiam obrigações ou expectativas de guerra e que o direito internacional deveria ser preservado e que os grupos rebeldes não seriam considerados atores legítimos, portanto estariam fora da capacidade de atuação formal de países estrangeiros no sentido de suporte de alguma forma.

> For more than a year a valuable province of Spain, and a near neighbor of ours, in whom **all our people can not but feel a deep interest**, has been **struggling for independence and freedom**. The people and Government of the United States entertain the same **warm feelings and sympathies for the people of Cuba** in their pending struggle that they manifested throughout the previous struggles between Spain and her former colonies in behalf of the latter. But the contest has at no time assumed the conditions which amount to a war in the sense of international law, or which would show the existence of a de facto political organization of the insurgents sufficient to justify a recognition of belligerency. (GRANT, 1869, grifo nosso).

Por isso, a visão inicial e que pautaria o curso de ação americano em relação a Cuba é expresso diretamente por Grant (1869): "The United States have no disposition to interfere with the existing relations of Cuba to her colonial possessions on this continente." Ressalta-se que o governo americano, contudo, não prevê a possibilidade de atuação externa nas questões cubanas, em referência tácita à Doutrina Monroe, no sentido de evitar que o território fosseocupado ou transferido a alguma das potências europeias em razão de possível saída dos espanhóis:

> These dependencies are **no longer regarded as subject to transfer from one European power to another**. When the present relation of colonies ceases, they are to become independent powers, exercising the right of choice and of self-control in the determination of their future condition and relations with other powers. (GRANT, 1869, grifo nosso).

Em 1870, Grant continua apontando a questão cubana como algo a ser resolvido pelos espanhóis, mas chama atenção a forma como o presidente se direciona aos países latino-americanos, novamente reiterando a aplicação da Doutrina Monroe enquanto princípio norteador da atuação do país e do relacionamento com os demais países:

> The time is not probably far distant when, in the **natural course of events**, the **European political connection with this continent will cease**. Our policy should be shaped, in view of this probability, so as to ally the commercial interests of the Spanish American States more closely to our own, and thus **give the United States all the preeminence and all the advantage which Mr. Monroe, Mr. Adams, and Mr. Clay contemplated** when they proposed to join in the congress of Panama. (GRANT, 1870, grifo nosso).

No trecho o processo de diferenciação retrata a questão do americano vs. o europeu, no sentido de que a dominação europeia – entendida pelo colonialismo, o despotismo e os regimes monárquicos – daria lugar, "de forma natural", à predominância americana – republicana, livre e aberta aos interesses comerciais. Nada implícito ainda é a alusão aos construtores da Doutrina Monroe no sentido de corroborar a premissa de "americano para os americanos". As discussões sobre o papel do Estados Unidos na questão cubana não se desenvolvem para além da criação de uma comissão especial para averiguar perdas de americanos em razão do conflito (GRANT, 1871).

Os políticos americanos ainda levantavam dúvidas acerca da capacidade dos cubanos se autogovernarem e temiam que o caos pudesse abater a ilha, ameaçando os interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos. Havia, naquele momento, pouco apoio à anexação formal de Cuba. Também de acordo com Herring (2008), Fish preferia a ideia de uma Cuba autônoma sob controle político e econômico informal dos americanos. LaFeber (1998) afirma que mesmo que os americanos quisessem a independência de Cuba, não acreditavam que naquele momento fossem obtê-la por meio de uma guerra contra os espanhóis. Parte desse receio se justificava pela possibilidade de o país ter que anexar a ilha após uma intervenção direta, argumento construído negativamente em base racial e pela crença de que as instituições americanas não funcionaram apropriadamente na ilha. As relações entre Espanha e Estados Unidos foramformalmente enunciadas em todos os discursos de Johnson e Grant como cordiais, mas cabe ressaltar algumas questões em análise mais dedicada. A presença espanhola no Hemisfério Ocidental, em especial nas ilhas próximas aos Estados Unidos, representa e é construída como o "último resquício da presença europeia". Nesse sentido, a instabilidade política em Cuba, onde os investimentos americanos eram numerosos, representava uma ameaça ao comércio entre a ilha e os Estados Unidos, mas também abria a chance de pressão por maior autonomia aos cubanos por meio de reformas que, futuramente, pudesse lhes conceder a independência. Assim, a Doutrina Monroe permaneceria como princípio consagrado e respeitado, desde que os interesses americanos fossem contemplados. No discurso sobre o

Estado da União de 1871, Grant fala sobre essas reformas (especialmente a abolição da escravatura), que não haviam sido colocadas em prática na Espanha, e ressalta a preocupação em relação a Cuba:

> It is to be regretted that the **disturbed condition of the island of Cuba** continues to be a **source of annoyance and of anxiety**. The existence of a protracted struggle in **such close proximity to our own territory**, without apparent prospect of an early termination, can not be other than an **object of concern** to a people who, **while abstaining from interference** in the affairs of other powers, naturally desire to see every country in the undisturbed enjoyment of peace, liberty, and the blessings of free institutions. Our naval commanders in Cuban waters have been instructed, in case it should become necessary, to **spare no effort to protect the lives and property of bona fide American citizens** and to maintain the dignity of the flag. (GRANT, 1871, grifo nosso).

No trecho anterior é possível perceber como a proximidade geográfica alude a uma maior preocupação e que os americanos aguardam uma posição mais decisiva dos espanhóis no sentido da resolução da crise. Mas cabe apontar, ainda, que o presidente ressaltou o princípio da não-intervenção enquanto marca do isolacionismo do país, especialmente no que diz respeito aos europeus.

O aumento das hostilidades e a incapacidade espanhola em lidar com a crise cubana seriam responsáveis, ainda, pelo pedido do presidente de maior atenção à Marinha do país:

> Since the commencement of the last month, however, the **distressing occurrences which have taken place in the waters of the Caribbean Sea**, almost on our very seaboard, while they illustrate most forcibly the necessity always existing that a **nation situated like ours** should maintain in a **state of possible efficiency a navy adequate to its responsibilities**, has at the same time demanded that all the effective force we really have shall be put in **immediate readiness for warlike service**. This has been and is being done promptly and effectively, and I am assured that all the available ships and every authorized man of the American Navy will be ready for whatever action is required for the safety of our citizens or the maintenance of our honor.

O trecho anterior busca conectar a ideia de que os Estados Unidos é o ator mais importante naquele contexto, tem interesses diretos na garantia estabilidade em Cuba e que estaria disposto a arcar com ações mais severas se assim fosse exigido. Demonstra também que o país precisava de grande esforço para retomar a força que a Marinha já havia demonstrado

durante a Guerra Civil. Naquele momento, contudo, não era a maior nem a mais moderna dentre as grandes potências.

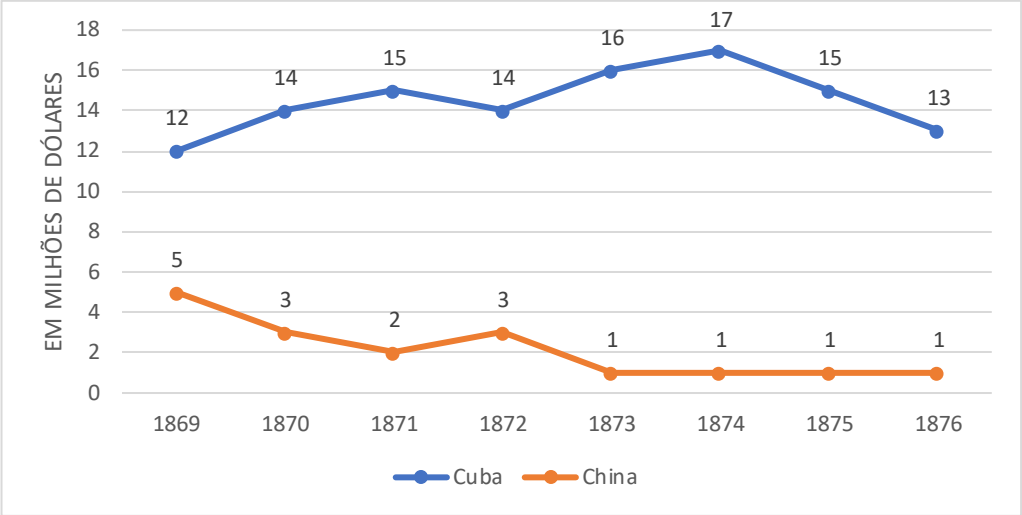
A preocupação de Grant em relação ao conflito é expressa no receio de que a perpetuação das hostilidades pudesse gerar interferência de outras potências, o que era considerado como o pior cenário naquele momento e que feriria as proposições da Doutrina Monroe. Por isso, o presidente americano ressaltava a necessidade de se chegar a um acordo e se colocava como possível interlocutor desse diálogo (GRANT, 1874).

O discurso sobre o Estado da União de dezembro de 1875 será o que Grant envidará mais esforços em torno da questão cubana. Mais um ano passaria sem uma resolução ou acordo que satisfizesse os americanos, e o presidente ressalta isso de forma mais enfática e menos objetiva como anteriormente: "The same **disregard of the laws of civilized warfare** and of the **just demands of humanity** which has therefore called forth expressions of **condemnation from the nations of Cheistendom** has continued to blacken the scene." (GRANT, 1875, grifo nosso). Nesse trecho é possível encontrar inclusive alusão às "nações cristãs" como parte do apelo à falta de civilidade dos atores em disputa. Mas o aspecto instrumental dos interesses americanos também é retomado:

> The protracted continuance of this strife **seriously affects the interests of all commercial nations, but those of the United States more than others, by reason of close proximity, its larger trade and intercourse with Cuba, and the frequent and intimate personal and social relations which have grown up between its citizens and those of the island**. Moreover, the property of our citizens in Cuba is large, and is rendered insecure and depreciated in value and in capacity of production by the continuance of the strife and the unnatural mode of its conduct. The same is true, differing only in degree, with respect to the interests and people of other nations; **and the absence of any reasonable assurance of a near termination of the conflict must of necessity soon compel the States thus suffering to consider what the interests of their own people and their duty toward themselves may demand**.

O discurso de Grant é mais incisivo que os anteriores, demonstrando impaciência e firmeza. A mesma conexão entre o povo americano e os cubanos é reforçada, no sentido de que o comércio entre as partes é prejudicado em decorrência do conflito e que propriedades e interesses americanos são violados no processo.

GRÁFICO 5 – Exportações americanas para países selecionados



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

Contudo, é no final do trecho que deve ser depositada maior atenção: há uma proposição de relação entre a incapacidade de as partes resolverem o litígio e a possibilidade de ação pelos Estados Unidos – os americanos ainda não haviam se engajado nesse sentido. H[a, ainda uma "violação" da política de não-interferência e isolacionismo. Grant, contudo, emite sinais difusos e contraditórios em relação a uma atuação mais assertiva dos Estados Unidos, porque ao contrário do que teria afirmado anteriormente, aponta que não atuará no sentido de uma intervenção:

> While conscious that the insurrection in Cuba has shown a strength and endurance which make it at least doubtful whether it be in the power of Spain to subdue it, it seems **unquestionable that no such civil organization exists which may be recognized as an independent government capable of performing its international obligations and entitled to be treated as one of the powers of the earth**. A recognition under such circumstances would be inconsistent with the facts, and would compel the power granting it soon to support by force the government to which it had really given its only claim of existence. In my judgment the **United States should adhere to the policy and the principles which have heretofore been its sure and safe guides in like contests between revolted colonies and their mother country, and, acting only upon the clearest evidence, should avoid any possibility of suspicion or of imputation**. (GRANT, 1875, grifo nosso).

O trecho anterior justifica a não-intervenção dos Estados Unidos e a continuação do seguimento pelos princípios tradicionais de neutralidade, mas não desmonta o discurso anterior de envidar todos os esforços necessários para garantir a resolução do conflito. Assim, a contradição se firma, mas Grant prefere manter o curso de ação dentro das diretrizes

consolidadas de política externa. Nesse caso, para além dessa iniciativa, o governo americano se recusava a reconhecer o status dos rebeldes em Cuba, o que excluiu a possibilidade de entendê-los como um país soberano e atuar contra a presença espanhola. Pelo contrário, Grant afirmou de forma de categórica: "A recognition of the Independence of Cuba [is] being, in my opinion, impracticable and indefensible". (GRANT, 1875).

Para resolver a questão, Fish proporia ao Congresso, em 1875, uma abordagem entre seis nações em relação à Espanha a fim de terminar com o conflito. As potências europeias tinham preocupações distintas e recusaram a proposta. Somente após dez anos de conflitos e a morte de centenas de milhares de pessoas, a rebelião cubana chegaria ao fim.

3.3.3 Os interesses americanos na Ásia e no Pacífico

Assim como no Caribe, a Guerra Civil mostrou o valor que bases navais teriam também no Oceano Pacífico. A finalização da construção da ferrovia transcontinental em 1869 levantou a possibilidade de maior presença comercial na Ásia. Nesse sentido, o Havaí se mostrava como o local ideal entre os Estados Unidos e o continente asiático, sendo Pearl Harbor a potencial base naval que protegeria o lado ocidental do futuro canal ístmico e a costa oeste dos Estados Unidos. Com as potências europeias ocupando as ilhas do Pacífico uma a uma, os Estados Unidos se sentiram pressionados a fazer o mesmo.

Segundo Herring (2008), depois da Guerra Civil os empreendedores americanos no Havaí buscavam uma maior presença naval dos Estados Unidos a fim defender o próspero comércio na região e um protegido mercado americano para seu açúcar. Esses comerciantes atuavam em contato direto com o governo havaiano e frequentemente como ponte entre o governo americano. Além disso, foram eles que formaram a delegação que iria negociar o tratado.

Ainda assim, a proposta de anexação do Havaí tinha pouco apoio em Washington e a proposta de construção de uma base naval nas ilhas gerou oposição dos próprios havaianos. Eventualmente, para conseguir o apoio americano à livre entrada de açúcar da região no mercado americano, os produtores enviariam a Washington um tratado de reciprocidade em que o Havaí se comprometeria a não firmar tratados comerciais ou a concessão de bases navais

a nenhuma outra nação, limitando sua soberania em troca da garantia de mercado aos seus produtos. Para reforçar o tratado, o Rei do Havaí, Kalakaua, visitou os Estados Unidos em 1874, o primeiro monarca a fazê-lo na história.

LaFeber (1998) afirma que quando Fish finalmente concluiu o acordo de reciprocidade com os havaianos, em 1875, algumas razões se destacavam: a necessidade de conter a crescente influência britânica na ilha e a urgência em garantir novos mercados e postos comerciais após o pânico da crise de 1873. O tratado beneficiava produtores havaianos e americanos da costa oeste de várias formas. Mas o principal era que o pacto restringia consideravelmente a política externa do Havaí, uma vez que Fish conseguiu um acordo que prometia a não-disposição do território havaiano a qualquer outro país estrangeiro.

Herring (2008) reforça que o tratado de reciprocidade proposto em 1873 conectava diretamente o Havaí aos Estados Unidos. O tratado ainda acarretou forte crescimento da produção de açúcar nas ilhas, o que aumentou a dependência de capital e mercado americanos. A demanda por trabalho no Havaí levou, ainda, à chegada de um grande fluxo de asiático nas ilhas – em um contexto em que os havaianos controlavam apenas 15% da terra e 2% do capital e foram relegados à posição de minoria em seu próprio território. Essas mudanças demográficas demandaram dos americanos um possível controle asiático, o que ajudaria futuramente a corroborar o argumento da anexação.

Ainda no que se refere à atuação americana no Pacífico, Link (1965) afirma que os Estados Unidos se envolveriam em mais uma questão. Na metade do caminho entre o Havaí e a Austrália, a ilha de Samoa – em particular o porto de Pago Pago – atraía a atenção de investidores acerca das possibilidades de comércio e transporte. De acordo com Herring (2008), estes investidores encorajaram o Comandante Richard Meade, do esquadrão do Pacífico, a reivindicar o porto aos Estados Unidos – apesar de o Senado de oposição ao governo em 1873 ter se oposto ao tratado de concessão na área. Obstinado, Grant despacharia um agente para pesquisa sobre a possibilidade de uma base naval nas ilhas e um tratado seria negociado subsequentemente, permitindo aos Estados Unidos a construção de uma base em Pago Pago e obrigando-o a usar de seus bons ofícios caso Samoa viesse a enfrentar problemas com terceiros (LAFEBER, 1998). O Senado viria a aprovar esse tratado em 1878, o primeiro de Samoa com outro país, o que talvez refletisse uma ação final antes de o presidente deixar o cargo ou a apreciação do legislativo em relação à crescente importância do Pacífico. O acordo forneceu a base para a expansão do envolvimento americano na década de 1880 e posterior anexação. Os

tratados com o Havaí e Samoa marcaram o estabelecimento dos Estados Unidos enquanto potência atuante no Oceano Pacífico.

Sobre a atuação americana na Ásia, LaFeber (1998) aponta que uma vez que os Estados Unidos tinham pouco poder militar no Extremo Oriente (contavam com um número muito limitado de navios de defesa), a defesa de sua política para a região deveria vir de outra forma. O país poderia cooperar com as demais nações para alterar o equilíbrio de poder na região a fim de que nenhum país pudesse se sobrepujar aos demais. Outra possibilidade seria trabalhar para fortalecer China, Japão ou os dois, na esperança de que uma região mais forte pudesse se defender contra possíveis invasões estrangeiras e ainda assim manter o mercado aberto igualitariamente a todos os demais povos.

A alusão de Grant no discurso de 1869 à Ásia diz respeito à necessidade de os americanos buscarem garantir seus interesses frente à expansão física e comercial europeia na região. A relação, contudo, ainda é pautada quase que exclusivamente nas questões comerciais, porém sem grande destaque, apenas apontando para a expansão das exportações americanas na América Latina e na Ásia como forma de garantir o crescimento econômico, fator que será preponderante a partir do Pânico de 1873:

> Self-interest, if not self-preservation, therefore dictates caution against disturbing any industrial interest of the country. It teaches us also the necessity of looking to **other markets for the sale of our surplus**. **Our neighbors south of us and China and Japan, should receive our special attention**. (GRANT, 1869, grifo nosso).

O discurso de 1870 também reforça a necessidade de maior estreitamento comercial entre os Estados Unidos e os países asiáticos, mas de forma mais dramática que o anterior ao ressaltar que a busca de novos mercados é mister para a garantia do crescimento econômico: "**Our depressed commerce** is a subject to which I called your special attention at the last session, and suggested that we will in the future have to look more to the **countries south of us, and to China and Japan, for its revival**." (GRANT, 1870). Em 1871, Grant vai se referir à política para os países asiáticos como "desinteressada e justa", a fim de marcar posição distinta aos países europeus, a quem os Estados Unidos estariam se referindo como "interessados" (GRANT, 1871). O presidente pedirá ao Congresso um aporte financeiro para o intercâmbio de

estudantes americanos à China e ao Japão a fim de que possam aprender as línguas nativas e ajudar na aproximação entre os países e os Estados Unidos:

> To give importance to and to add to the efficiency of our diplomatic relations with Japan and China, and to **further aid in retaining the good opinion of those peoples**, and to **secure to the United States its share of the commerce destined to flow between those nations and the balance of the commercial world**, I earnestly recommend that an appropriation be made to support at least four American youths in each of those countries, to serve as a part of the official family of our ministers there. (GRANT, 1871, grifo nosso).

Ainda de acordo com LaFeber (1998), o caminho anteriormente adotado por Seward focou principalmente na política cooperativa, e Hamilton Fish continuou essa empreitada, apesar que de forma menos assertiva. Contudo, a partir de meados da década de 1870, a política americana para a região tomou uma guinada mais unilateral. Essa nova abordagem era consistente com as tendências expansionistas exibidas pelos Estados Unidos na América Latina e em ilhas do Pacífico. A nova tática buscava libertar os americanos de uma política cooperativa que envolvia necessariamente o poder dos europeus, em especial o britânico. Muitos americanos enxergavam a proximidade com o Reino Unido de forma negativa ao entender que qualquer submissão ao país significaria um conflito de interesses. Herring (2008) afirma que o Departamento de Estado ainda esperava que ao garantir à China e, principalmente, ao Japão alguns privilégios recusados pelas demais potências, os asiáticos se sentiriam prestigiados e recompensariam os americanos com privilégios comerciais.

A justificativa foi relacionada à aproximação entre as nações asiáticas e os Estados Unidos e o presidente foi enfático ao relacionar esse estreitamento à capacidade dos americanos em garantir uma parcela do comércio "destinada" aos americanos; o discurso do ano seguinte sobre o Estado da União usaria exatamente o mesmo argumento (GRANT, 1872). Outra ação de Grant diz respeito a um pedido de apoio dos congressistas ao financiamento de iniciativas que buscaria conectar as linhas marítimas entre São Francisco, na Califórnia, e os portos asiáticos (GRANT, 1871). Nesse momento, muitos investidores americanos encontraram na mão-de-obra chinesa a oportunidade de pagar baixos salários e garantir alta produtividade, o que viria a ser incentivado pelos governos à época. Futuramente essa imigração geraria problemas para os americanos e os chineses residentes no país.

No seu discurso sobre o Estado da União em dezembro de 1873, Grant reforçará a necessidade do "infamous Chinese cooly [sic] trade. I recommend Congress to inquire whether additional legislation be not needed on this subject" (GRANT, 1873b). Esse apontamento do presidente diz respeito aos chineses que intermediavam a entrada de trabalhadores da China de forma ilegal aos Estados Unidos e que passariam a ganhar destaque e serem fortemente questionados em razão do Pânico de 1873 e consequente desemprego do país; alegava-se que a falta de emprego para os brancos nos Estados Unidos, especialmente no Oeste, estaria ligada à abundância de mão-de-obra barata proveniente da China e que teria entrado de forma ilegal. Trataremos novamente da questão mais à frente, com mais detalhes.

Em 1874, após ter início a Guerra Sino-Japonesa, Grant reforçou a política americana de neutralidade e não-intervenção (GRANT, 1874) e a atenção maior do discurso sobre o Estado da União foi a imigração ilegal de chineses aos Estados Unidos:

> In connection with this subject I call the attention of Congress to a generally conceded fact--that the great proportion of the **Chinese immigrants who come to our shores do not come voluntarily**, to make their homes with us and their labor productive of general prosperity, but come **under contracts with headmen, who own them almost absolutely**. In a **worse form does this apply to Chinese women**. Hardly a perceptible percentage of them perform any honorable labor, but they are brought for shameful purposes, to the di**sgrace of the communities were settled and to the great demoralization of the youth of those localitie**s. If this evil practice can be legislated against, it will be my pleasure as well as duty to enforce any regulation to secure so desirable an end. (GRANT, 1874, grifo nosso).

Nesse caso, Grant ressalta a atuação indevida dos *coolies* na intermediação entre o território chinês e os Estados Unidos, mas aponta para a necessidade de leis de restrição dessa imigração. Isso só acontecerá posteriormente, mas é importante ressaltar que tais práticas já eram propostas, neste caso, principalmente em decorrência de uma "degradação" da sociedade americana que adviria do aumento da prostituição de chinesas nos Estados Unidos.

Foi ainda durante esse período que os Estados Unidos incrementaram suas relações com o Japão. O país passava por um momento de modernização e reformulação das suas instituições políticas e buscava fazer isso copiando os modelos de desenvolvimento ocidentais de forma a

simular a mesma ascensão enquanto grande potência. Uma das ações nesse sentido foi o recrutamento de mais de três mil especialistas em diversas áreas e de vários países para ajudar nesse processo.

4 O PERÍODO DA ACOMODAÇÃO

Conforme apresentado na introdução desta pesquisa, o período correspondente aos governos de Rutherford Hayes e Grover Cleveland representam um período de acomodação, em que as questões domésticas parecem ter assumido um caráter mais "normalizado" no que diz respeito ao sufrágio eleitoral. Houve acomodação também no aspecto externo, em que os Estados Unidos se apegaram fortemente ao que consideravam, enquanto princípios tradicionais de uma política externa isolacionista, de não-envolvimento e não-intervenção, além do reforço às premissas da Doutrina Monroe.

4.1 O governo Hayes

O governo Hayes começaria em clima de suspeição a respeito do processo eleitoral do país. Em relação ao pleito de 1876, Williams (2011) discorre que o Partido Democrata nomearia Samuel J. Tilden, advogado corporativo que simbolizava a vanguarda do novo industrialismo do país e os Republicanos nomeariam Rutherford B. Hayes, que personificava a antiga ordem capitalista. Nenhum candidato era particularmente solidário à questão dos negros, tendo o segundo vencido a eleição de 1876. O compromisso que levaria Hayes à Casa Branca era pautado em comum acordo entre as elites políticas e econômicas, de reação à grave crise de 1873. O país enfrentava agitação no campo e nas cidades, com greves e revoltas em diversos estados – além do quase consensual desgosto em relação às políticas da Reconstrução, consideradas sem sucesso.

Segundo Telgen (2012), Barreyre (2011) e Schneirov (2006), à medida que a depressão econômica piorava, as companhias ferroviárias cortaram os salários em até 35%, mesmo que mantivessem o pagamento de 8 a 10% dos dividendos aos acionistas. Quando os líderes das maiores companhias se encontraram em 1877 para definir de forma comum os valores de transporte e as taxas correspondentes, também concordaram em revezar cortes salariais em mais 10% - esses magnatas estavam confiantes de que os trabalhadores não entrariam em greve, uma vez que havia número muito grande de desempregados, mas não foi esse o caso.

Schneirov (2006) afirma que a Grande Greve de Trabalhadores de 1877 começou em 16 de julho, quando trabalhadores na junção de uma das linhas de Martinsburg, Virgínia Ocidental, tomaram posse dos pátios ferroviários e interromperam todos os trens fretados. A polícia e a milícia local tentaram sem sucesso limpar a área, mas em dois dias a linha já estava bloqueada duas milhas em cada direção. Apesar de o governador ter chamado a Guarda Nacional para bloquear a ferrovia, uma multidão de cidadãos locais simpáticos à causa tomaram o pátio da mesma companhia em Maryland, onde tentava-se desafogar a malha. O governo de Maryland também convocou a Guarda Nacional e requisitou a presença de tropas federais – mas em Baltimore, os soldados se encontravam em número muito inferior e sem apoio da população local. Apesar de as tropas eventualmente conseguirem pacificar a situação, o exemplo da greve permaneceria.

Em uma semana a greve se espalharia para todas as grandes linhas ferroviárias ao leste do rio Mississippi e outros movimentos de trabalhadores se organizariam no Kansas, Iowa, Nebraska e Califórnia. Em diversas cidades como Buffalo, Baltimore, St. Louis, Louisville, Cleveland e Columbus as manifestações se alastrariam para outros setores além das ferrovias, com ações tanto pacíficas quanto violentas.

> The results of the strike were especially alarming in heavily industrialized Pittsburgh, Pennsylvania, a major railway crossroads with dozens of glass factories, iron and steel mills, oil refineries, and coal mines. The strike in Pittsburgh began spontaneously on July 19, when workers refused to take the Pennsylvania Railroad announced pay cuts and the use of doubleheaders. Strikers occupied the line´s Pittsburgh depot and were joined by non-railroad workers and freight crews. Local police were ineffective in their efforts to end the strike, and the Pittsburgh militia was sympathetic to the strikers. Some members even joined in the blockade. (TELGEN, 2012, p.79-80).

De acordo com Telgen (2012), a Grande Greve tornou-se, então, um grande problema para o recém-empossado Rutherford Hayes. Os executivos das companhias ferroviárias procuraram seus governos a que requeressem tropas federais para pôr fim às greves, mas o exército americano tinha apenas 25.000 soldados, muitos dos quais lutando contra grupos nativos no oeste. Hayes estava hesitante em envolver o governo federal, principalmente porque a última vez do envolvimento deste com questões de trabalho havia sido quarenta e dois anos antes. Muitos políticos tinham ligações com as ferrovias e passaram a pressionar o presidente, que eventualmente cedeu e enviou tropas às cidades com confrontos mais violentos.

De forma mais ampla, a resposta conservadora à crise de 1877 foi aceita por grande parte dos americanos. O caos e a violência cristalizaram a ansiedade da classe média de que estaria sendo cada vez mais achatada entre aqueles que gostariam de destruir suas propriedades e os que delas abusariam. Segundo Finkleman (2008) e Keyssar (2014), apesar disso, a eleição presidencial de 1876 mudou o curso das discussões no país. Após uma eleição extremamente apertada entre Rutherford Hayes e Samuel Tilden, o pleito teve que ser decidido pelos deputados. Para conseguir apoio e se tornar presidente, Hayes concordou em acabar com o programa da Reconstrução no Sul e retirar as tropas federais que ainda permaneciam na região. Essa retirada marcava o fim simbólico da Reconstrução e o início de uma sociedade baseada em segregação racial.

De acordo com Simpson (1998), uma vez no cargo, Hayes provou-se digno de sua palavra e a retirada das tropas federais dos estados da Louisiana e da Carolina do Sul marcou o fim do período da Reconstrução. Ao contrário de Grant, que cavilou entre a conciliação e a coerção sobre os estados sulistas, Hayes estava convencido de que a intervenção fora contraprodutiva e se comprometeu à conciliação com os brancos sulistas a fim de atraí-los para o Partido Republicano. Ao perseguir tal política ele abandonaria as políticas de proteção dos ex-escravos, mas o presidente argumentaria que seu objetivo era de protegê-los, ao eliminar a ideia de raça enquanto linha divisória nas políticas da região quando os brancos sulistas tivessem que buscar os votos dos negros para vencer as eleições.

Como apontado em campanha e estabelecido no Compromisso de 1877, Hayes devotaria atenção à retirada das tropas federais dos estados sulistas, marcando o fim definitivo das políticas da Reconstrução, o que é lembrado pelo presidente em seu primeiro discurso sobre o Estado da União:

> The discontinuance of the use of the Army for the purpose of upholding local governments in two States of the Union was no less a constitutional duty and requirement, under the circumstances existing at the time, than it was a **much-needed measure for the restoration of local self-government and the promotion of national harmony**. The withdrawal of the troops from such employment was effected deliberately, and with solicitous care for the peace and good order of society and the protection of the property and persons and every right of all classes of citizens. (HAYES, 1877b, grifo nosso).

Porém, de acordo com Simpson (1998), essas políticas propostas por Hayes se provaram equivocadas. Apesar de haverem sinais de um potencial realinhamento em alguns estados sulistas, o Partido Republicano não conseguiu retomar a maioria. Os brancos sulistas tomaram o que puderam nesse processo, sem se preocupar com a recíproca, e a erosão dos direitos dos negros continuou. Hayes estava relutante em admitir que sua política havia falhado, mas em 1880 os Republicanos perceberiam que não precisariam se preocupar com o Sul naquele momento, uma vez que conseguiram maioria eleitoral no âmbito nacional. Se alguns Republicanos insistiram na tentativa de reanimar a ala sulista do partido, não demoraria para que percebessem que a empreitada custaria mais do que geraria de benefícios.

Hayes concordava com o fato de que os negros eram cidadãos e tinham o direito ao voto em seus estados, mas ao mesmo tempo acreditava que esses mesmos estados é que deveriam decidir em relação ao sufrágio. Pessoalmente ele preferiria um programa de qualificação educacional para brancos e negros. Porém, rejeitava as afirmações de inferioridade dos negros e denunciava o discurso Democrata que se baseava no racismo da população. Segundo Hayes, os negros mereciam oportunidades para ascender na sociedade americana e a educação seria a melhor forma de garantir isso.

Em seu discurso inaugural, Hayes ressalta o papel que a educação teria no processo de emancipação dos negros, de forma a se conformar como etapa anterior ao direito efetivo ao voto:

> But at the basis of all prosperity, for that as well as for every other part of the country, lies the **improvement of the intellectual and moral condition of the people**. **Universal suffrage should rest upon universal education**. To this end, liberal and permanent provision should be made for the support of free schools by the State governments, and, if need be, supplemented by legitimate aid from national authority. (HAYES, 1877a, grifo nosso).

No mesmo ano, sobre o Estado da União em dezembro de 1877, o presidente novamente faria menção à sua visão do papel da educação enquanto legitimadora do direito ao voto dos negros.

Ao ganhar o controle das duas casas, em 1878, os Democratas mudaram a dinâmica de controle que Hayes exercia no Senado, que teria então que combater a maioria opositora. Além disso, os Democratas renovaram sua confiança em torno das eleições presidenciais de 1880.

Segundo Simpson (1998) e Crapol e Schonberger (1972), as declarações de Hayes de que ficaria no cargo por apenas um mandato significaram que as políticas dos seus últimos anos de governo foram moldadas para que os Republicanos tivessem chance de formar seu sucessor. Ulysses Grant e James Blaine surgiram como os principais competidores pela nomeação do partido. Nenhum, contudo, conseguiu a maioria necessária dos delegados na convenção partidária e depois de 36 tentativas James Garfield sairia vencedor como nome escolhido para disputar a eleição presidencial. Hayes acreditava que aquilo era uma demonstração do aval ao seu governo, ao entender que Garfield havia sido amigável às suas políticas.

4.1.1 A política externa de Hayes

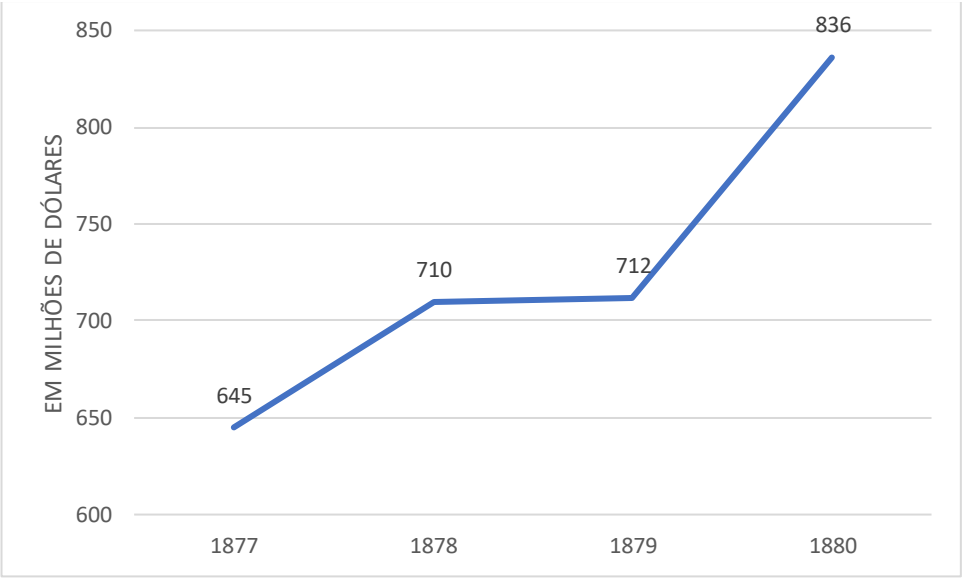
De acordo com Hunt (1987) e Barreyre (2011), fim da Reconstrução e a reconciliação seccional finalmente removeram a maior causa de controvérsia e divisão nacional. Ao mesmo tempo, a extensão dos impérios europeus no Pacífico, no leste da Ásia e nas Américas causou alarde nos Estados Unidos, de forma que o país precisaria rever sua posição em relação a uma atuação mais assertiva em termos de política externa.

O contexto econômico também foi ressaltado no discurso inaugural de março de 1877: “The depression in all our varied commercial and manufacturing interests throughout the country, which began in September, 1873, still continues” (HAYES, 1877a). A depressão econômica serviria também como forma de justificar a promoção comercial do país, que Hayes apontará como primordial, especialmente no Hemisfério Ocidental (HAYES, 1877b).

Essa questão é reafirmada pelo presidente em seu último discurso sobre o Estado da União, em dezembro de 1880, ao defender uma política externa voltada majoritariamente à abertura de novos mercados para o país:

> The prosperous energies of our domestic industries and their immense production of **the subjects of foreign commerce invite, and even require, an active development of the wishes and interests of our people in that direction**. **Especially important is it that our commercial relations with the Atlantic and Pacific coasts of South America, with the West Indies and the Gulf of Mexico,** should be direct, and not through the circuit of European systems, and should be carried on in our own bottoms. **The full appreciation of the opportunities which our front on the Pacific Ocean gives to commerce with Japan, China, and the East Indies, with Australia and the island groups which lie along these routes of navigation**, should inspire equal efforts to appropriate to our own shipping and to administer by our own capital a due proportion of this trade. Whatever modifications of our regulations of trade and navigation may be necessary or useful to meet and direct these impulses to the enlargement of our exchanges and of our carrying trade I am sure the wisdom of Congress will be ready to supply. (HAYES, 1880, grifo nosso).

GRÁFICO 6 – Exportações totais dos Estados Unidos no governo Hayes



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

É possível perceber que nessa proposição de política externa enquanto política comercial, o presidente Hayes define as principais áreas de atuação do país. Mesmo que sua política externa tenha sido tímida e de poucos resultados, essa definição pautará boa parte das iniciativas do final do século, no sentido de garantir mercados e a presença dos Estados Unidos.

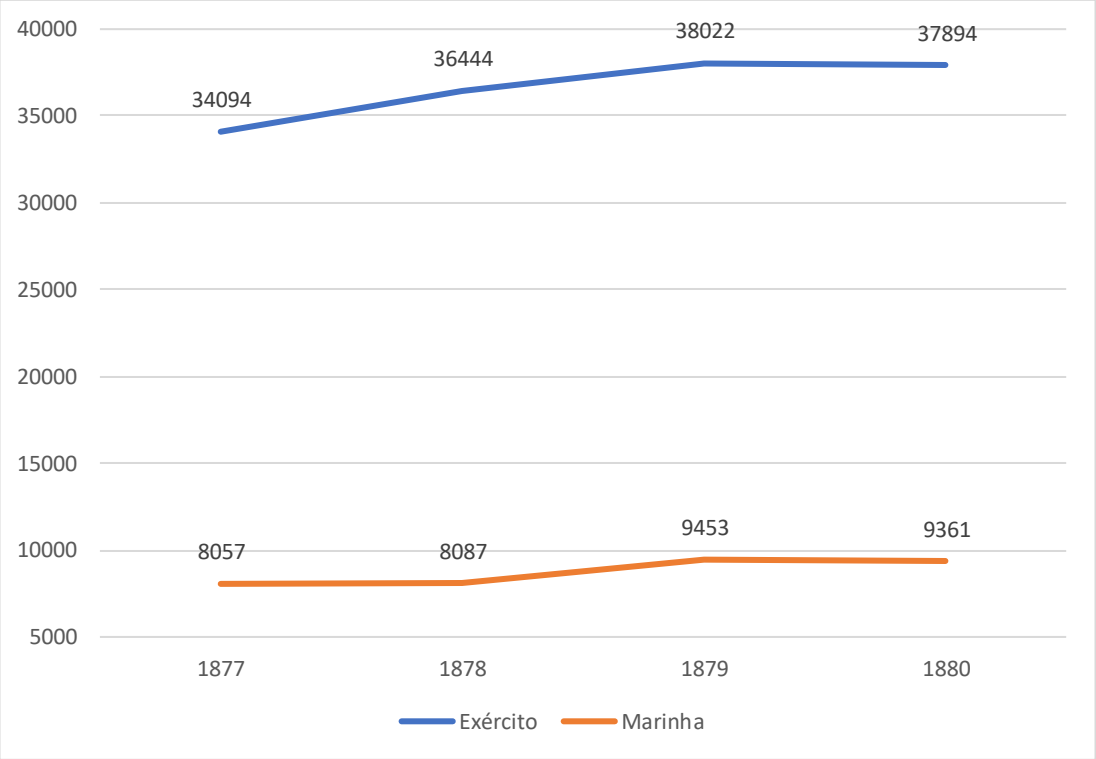
No seu último discurso, o presidente ainda fez importante conexão entre o investimento na Marinha e a garantia de proteção aos interesses comerciais do país:

> **An additional and not unimportant, although secondary, reason for fostering and enlarging the Navy may be found in the unquestionable service to the expansion of our commerce** which would be rendered by the frequent circulation of

> naval ships in the seas and ports of all quarters of the globe. Ships of the proper construction and equipment to be of the greatest efficiency in case of maritime war might be made constant and active agents in time of peace in the **advancement and protection of our foreign trade** and in the nurture and discipline of young seamen, who would naturally in some numbers mix with and improve the crews of our merchant ships. Our merchants at home and abroad reco**gnize the value to foreign commerce of an active movement of our naval vessels,** and the intelligence and patriotic zeal of our naval officers in promoting every interest of their countrymen is a just subject of national pride. (HAYES, 1880, grifo nosso).

Essa conexão entre a necessidade de estabelecer uma marinha forte e proteger os interesses americanos ganhou força na década de 1880 e foi influenciada diretamente pelas ideias de Alfred Thayer Mahan, de quem falaremos posteriormente.

GRÁFICO 7 – Efetivo das forças armadas dos Estados Unidos no governo Hayes



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

No seu discurso inaugural, Hayes reafirmou os princípios tradicionais de não-interferência e isolacionismo da política externa americana: "(...) our traditional rule of noninterference in the affairs of foreign nations has proved of great value in past times and ought to be strictly observed" (HAYES, 1877a). Nesse mesmo enunciado, o presidente recorda que seu antecessor, Ulysses Grant, fez uso recorrente do instrumento da arbitração enquanto

forma de resolução de conflitos, especialmente no Hemisfério Ocidental, e que ele também buscaria fazer. O papel dos Estados Unidos como mediador, árbitro e propositor de bons ofícios pautou boa parte da política externa americana, tendo seu auge acontecido nas décadas anteriores à Guerra Hispano-Americana, em 1898.

Um exemplo disso é a proclamação de neutralidade, não-interferência e imparcialidade quando da guerra entre Rússia e Turquia, em que Hayes garante que os interesses dos Estados Unidos permanecem o de garantir boas relações com todos os países (HAYES, 1877b). No discurso sobre o Estado da União de 1878, novamente há afirmação direta nesse sentido: "Our neutrality in contests between foreign powers has been maintained and respected." (HAYES, 1878).

De acordo com LaFeber (1998), apesar de enxergar os britânicos como competidores comerciais, Evarts se diferenciava de outros que advogavam um expansionismo comercial. Ele queria que Estados Unidos, Reino Unido e França mantivessem a paz no mundo até que as demais nações tivessem capacidade de se juntar ao "clube" como protetores de determinadas instituições. Assim, Evarts defendia um império comercial, que pudesse ser construído sem necessariamente usar da guerra: aumentando o alcance dos mercados externos para diminuir as demandas internas, apoiar empresários e industriais que quisessem expandir seus negócios, e sustentar uma aliança anglo-franco-americana que pudesse garantir a estabilidade a fim de que os interesses comerciais desses países pudessem prosperar.

Em relação à América Latina, o destaque concedido às questões relacionadas a Cuba não seria igual ao governo anterior. Ainda assim, o conflito entre rebeldes cubanos e a Espanha permaneceu na pauta das discussões de política externa do país, tendo o presidente novamente afirmado que o país não se desviaria de seus princípios tradicionais, mesmo que reiteradamente o governo americano tenha expressado seu descontentamento acerca do desenrolar do conflito: "While the United States have sedulously abstained from any intervention in this contest, it is impossible not to feel that it is attended with incidents affecting the rights and interests of American citizens" (HAYES, 1877b). Apenas no ano seguinte o presidente americano anunciaria o fim das hostilidades na ilha e a necessidade de que se estabeleçam reparações aos danos causados aos americanos na ilha (HAYES, 1878).

Segundo LaFeber (1998), Evarts sabia que a expansão comercial em direção ao sul do hemisfério poderia ser ameaçada no momento em que uma potência fora do Hemisfério

interviesse na proposta de um canal conectando os dois oceanos na América Central. O Departamento de Estado temia que esse movimento estivesse próximo quando, em 1878 Ferdinand de Lesseps, famoso por ter projetado o Canal de Suez[8], iniciou a formulação de planos concretos para a construção de uma passagem no istmo presente na região do Panamá (sob domínio da Colômbia). A partir daí o presidente enviou navios de guerra para a costa do Pacífico na área entre o Panamá e a localização proposta para um canal nicaraguense.

Em seu terceiro discurso sobre o Estado da União, Hayes apontará para a necessidade de que os Estados Unidos estabeleçam o mais breve possível um acordo a respeito da construção de um canal ístmico. O presidente ressalta o caráter positivo das consequências que resultariam desse canal, mas afirma que os americanos é que deverão se encarregar da empreitada:

> It is trusted that enlightened statesmanship on their part will see that the early prosecution of such a work will largely inure to the **benefit, not only of their own citizens and those of the United States, but of the commerce of the civilized world**. It is **not doubted that should the work be undertaken under the protective auspices of the United States**, and upon satisfactory concessions for the right of way and its security by the Central American Governments, **the capital for its completion would be readily furnished from this country and Europe**, which might, failing such guaranties, prove inaccessible. (HAYES, 1879, grifo nosso).

Contudo, é possível perceber que em seu discurso há a previsão de participação europeia no financiamento, o que decorre do Tratado Clayton-Bulwer entre Estados Unidos e Reino Unido acerca da distribuição das atribuições relacionadas à construção do canal. Hayes, no ano seguinte, aponta que as negociações para a construção do canal foram estabelecidas com a Colômbia e no sentido de que os colombianos permanecessemo soberanos e proprietários da região do istmo (HAYES, 1880) – os pontos principais da negociação para a construção do canal ainda passariam por diversas mudanças, desde a localização até a posse, que serão apresentados posteriormente.

De qualquer forma, para a sorte dos americanos naquele momento, o projeto de Lesseps foi gradualmente abandonado devido a problemas logísticos e sanitários.

---

[8] Para um histórico detalhado sobre os planos de construção de um canal ístmico na América Central até o ano de 1865, sugere-se consultar Whiteley (1897).

4.1.1.1 As relações na Ásia e no Pacífico

As relações entre os Estados Unidos e a ilha de Samoa também continuaram na ordem do dia, desde que começaram a ser feitas as primeiras aproximações durante o governo Grant. Hayes ressaltou, em discurso, que os habitantes da ilha pediram aos Estados Unidos que "(...) recognize and protect their Independence, to establish commercial relations with their people, and to assist them in their steps toward regulated and responsible government" (HAYES, 1877b). Esse pedido recorreria da incapacidade daquele povo de garantir sua própria segurança frente à possibilidade de invasão de potência estrangeira, o que de fato seria acolhido pelos americanos e pautará partia das ações voltadas ao Pacífico nos anos posteriores.

Segundo Herring (2008), o tratado firmado com Samoa foi ratificado e entrou em operação em 1878, tendo permitido, ainda, aos americanos o controle do porto de Pago-Pago enquanto estação de carga e abastecimento, se necessário. Porém, problemas de instabilidade política nas ilhas resultaria na atuação de Reino Unido e Alemanha, o que incitou a presença dos Estados Unidos a fim de garantir seus interesses na região:

> In Samoa the Government of King Malietoa, under the support and recognition of the consular representatives of the United States, Great Britain, and Germany, seems to have given peace and tranquillity to the islands. While it does not appear desirable to adopt as a whole the scheme of tripartite local government which has been proposed, the common interests of the three great treaty powers require harmony in their relations to the native frame of government, and this may be best secured by a simple diplomatic agreement between them. It would be well if the consular jurisdiction of our representative at Apia were increased in extent and importance so as to **guard American interests in the surrounding and outlying islands of Oceanica**. (HAYES, 1880, grifo nosso).

A solução encontrada teria sido a administração tripartite entre os americanos e os europeus na administração da ilha, o que só viria a ser aceito e colocado em prática nos anos seguintes e em razão de novos distúrbios políticos. Ainda assim, os americanos consideravam importante garantir o controle de parte da ilha como forma de aumentar sua presença no Pacífico.

Em relação ao continente asiático, Hayes iniciou um processo de apreciação das reformas japonesas que se estendeu por quase três seguintes. É importante ressaltar que

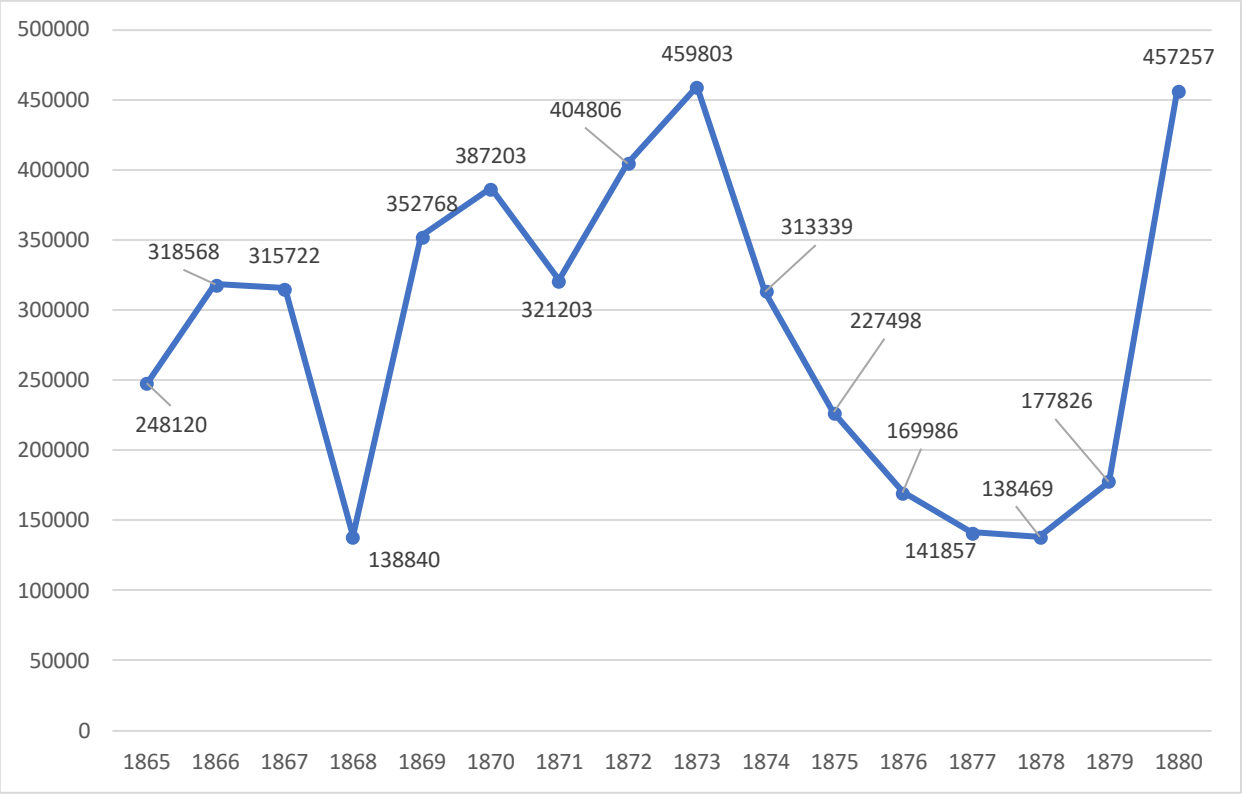
entenderiam tal apreciação como uma aproximação ao Ocidente, "no caminho do engrandecimento e do progresso" (HAYES, 1878). Em relação à China, o governo pautou parte das discussões em torno da questão dos trabalhadores que migravam para os Estados Unidos e sofriam forte perseguição pelos americanos, especialmente na costa oeste do país – tema que foi reafirmado nos seus dois discursos finais (HAYES, 1879; 1880).

Segundo Zhu (2013), a questão do trabalho chinês naturalmente se encaixou na linguagem de disputas classistas, assim como a de conflitos raciais. Quando a recessão econômica se aprofundou no final da década de 1870 na Califórnia, a classe trabalhadora ficou ainda mais agitada em reação à retórica inflamatória de que o barato trabalho chinês causara os problemas da época. Em 1879 os chineses constituíam 7,4% da população de Nevadada, 8,8% da Califórnia, 9,5% de Montana e impressionantes 28,5% de Idaho. Assim como havia sido a corrida pelo ouro, a construção da ferrovia transcontinental transformou-se no frenesi do desenvolvimento nacional, atraindo principalmente chineses entre as décadas de 1860 e 1880 ao oeste dos Estados Unidos.

Os primeiros chineses a migrarem eram na sua maioria jovens, de 20 a 40 anos, com um objetivo simples: trabalhar, ganhar dinheiro e voltar para casa. Essa força de trabalho com grande mobilidade estava disposta a oferecer seus serviços com preços mais baixos que os de outros grupos de imigrantes, o que garantiu a presença dos chineses em uma série de atividades para além das que estavam em maior abundância, como a mineração e a construção de ferrovias.

Sobre as relações com o Japão, LaFeber (1998) afirma que a Convenção de 1878 entre os Estados Unidos e o Japão foi importante na medida em que os Estados Unidos garantiram aos japoneses uma série de medidas ligadas à autonomia tarifária estadunidense. Evarts, contudo, estipulou que os termos do pacto não teriam efeitos até que as demais potências garantissem privilégios similares ao Japão. Isso buscava evitar discriminação contra os bens americanos, mas também evitou que o acordo entrasse em vigor imediatamente, uma vez que os europeus se mostravam relutantes em garantir tais regras de autonomia tarifária. De qualquer forma, as negociações mostravam às potências europeias que os Estados Unidos moviam-se de forma unilateral, em um movimento pró-Japão, na esperança de que pudessem garantir alguma liberdade de ação na Ásia, bem como a garantia de privilégios comerciais.

GRÁFICO 8 – Entrada de imigrantes nos Estados Unidos em anos selecionados



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração nossa.

Sobre as relações com o Japão, LaFeber (1998) afirma que a Convenção de 1878 entre os Estados Unidos e o Japão foi importante na medida em que os Estados Unidos garantiram aos japoneses uma série de medidas ligadas à autonomia tarifária estadunidense. Evarts, contudo, estipulou que os termos do pacto não teriam efeitos até que as demais potências garantissem privilégios similares ao Japão. Isso buscava evitar discriminação contra os bens americanos, mas também evitou que o acordo entrasse em vigor imediatamente, uma vez que os europeus se mostravam relutantes em garantir tais regras de autonomia tarifária. De qualquer forma, as negociações mostravam às potências europeias que os Estados Unidos moviam-se de forma unilateral, em um movimento pró-Japão, na esperança de que pudessem garantir alguma liberdade de ação na Ásia, bem como a garantia de privilégios comerciais.

4.2 A imigração chinesa

Segundo Herring (2008) e Hunt (1987), a imigração remodelou a sociedade americana no século dezenove e muitos dos problemas da diplomacia americana na idade dourada

deveram-se ao aumento no número, tamanho e diversidade de grupos étnicos nos Estados Unidos. O padrão da imigração nesse período mudou dos europeus ocidentais para os europeus do leste e do sul e para os asiáticos, levando aos Estados Unidos milhões de "novos" imigrantes menos familiarizados em termos de etnicidade, língua, religião e cultura. A presença de imigrantes de "raças exóticas" provocaria o aumento das tensões internas e incitaria a conflitos com outros países. O péssimo tratamento concedido a esses novos grupos provocaria crises diplomáticas com as suas nações de origem.

Atraídos aos Estados Unidos para trabalhar nas minas do Oeste do país e na construção da ferrovia transcontinental, os chineses tiveram um papel essencialmente instrumental no desenvolvimento da nação. O número crescente de imigrantes pronunciaria diferenças culturais e resistência à assimilação e a disposição em aceitar trabalhos que pagavam menos que aos brancos despertaria revoltas nativistas. Isso tudo levaria à agitação, especialmente no Oeste, pela exclusão da imigração chinesa (ZHU, 2013).

Segundo LaFeber (1994), o governo chinês havia sido indiferente ao tratamento de seus nacionais fora de seu país, mas as ações dos americanos eram consideradas tão escandalosas que não demorariam a denunciar o que consideravam como ultraje e ofensa. Apesar de protestarem, os chineses não podiam fazer muito mais que isso, uma vez que não tinham a soberania nem seu sobre seu próprio território e lhes faltavam ferramentas para pressionar mais diretamente os americanos.

De acordo com Zhu (2013), assim que os Estados Unidos atingiram seu sonho da conquista continental, o Oeste Americano se tornaria a região com maior número de conflitos raciais. A corrida pelo ouro quase instantaneamente transformou a Califórnia em umas das regiões mais diversas cultural e etnicamente dos Estados Unidos, talvez do mundo. Uma combinação da ideologia do destino manifesto com a ganância humana impediu os brancos de compartilharem suas pilhas de ouro "gratuito" do solo americano com quaisquer outros povos – era preferível o monopólio à competição, o privilégio à igualdade. Assim, usando tanto as estruturas legais quanto a violência organizada, os brancos da Califórnia organizaram uma "guerra" contra os que representassem ameaça à preponderância destes em termos econômicos – todo grupo de "não-branco" ou "não-americano" se tornaria alvo dessa campanha.

De acordo com Tyner (2006), os americanos primeiro "descobriram" os chineses por meio de relatos de comerciantes, diplomatas e missionários. Alguns dos adjetivos que os

esculpiam eram: pagãos, ardilosos e desonestos. As histórias que constituíam o imaginário acerca dos chineses de forma costumeira os caracterizavam como uma raça distinta, quase bizarra, afeita a todo tipo de aberração sexual e crueldades com mulheres e crianças. A ideia do chinês, ou seja, o conhecimento que construiu o corpo chinês e seus significantes eram baseados em sentimentos de curiosidade e exotismo.

No começo século dezenove, a imagem da China enquanto distante, refinada e exótica começou a ser substituída por adjetivos como repugnante, reacionária e pagã, especialmente após o retorno de missionários americanos no país (HUNT, 1987). Nesse sentido, a China passou a ser considerada uma "selva imoral" com seu povo "ignorante, depravado e sujo". Assim, na década de 1850 em diante, a chegada dos imigrantes chineses para trabalhar no oeste dos Estados Unidos moveu a balança decisivamente contra os chineses. Como aconteceu com outros povos que migraram ao território americano, quanto maior o contato dos estrangeiros com os habitantes locais mais negativa a avaliação destes em relação aos primeiros.

Hunt (1987) e Zhu (2013) afirmam que esse processo será ainda mais forte na segunda metade do século XIX, quando a ideia e a materialidade se encontraram pela aproximação dessa população com os americanos e forma-se uma aporia acerca do conhecimento e dos significados que os chineses causavam. Os americanos se perguntavam o que seria de fato a China, aquela contemplada pela beleza das artes e pela distância exótica do Oriente ou pelos homens comuns sujos e em condições deploráveis que chegavam aos montes para trabalhar em seu país. Destarte, a imigração chinesa mudou o significado tanto da China quanto dos Estados Unidos para os brancos americanos, uma vez que ocorreu um processo de construção sistemática do eu e do outro nesse processo.

4.2.1 Os chineses nos Estados Unidos

Segundo Tyner (2006), o início do processo de imigração chinesa data da segunda metade do século XIX, quando a população da China passou de 275 milhões em 1779 para 430 milhões em 1850. Esse aumento populacional não foi acompanhado pelo crescimento da oferta de alimentos e moradias no país, o que resultou em fome e condições de vida cada vez piores. Além disso, a imigração chinesa aproveitou justamente da necessidade de mão-de-obra em determinados países para focar suas atenções em mercados específicos, porém geralmente ilegais e conhecidos como *coolie trade*. Esse mercado de contratação baseou-se principalmente em Macau, quando uma grande quantidade de chineses foi recrutada para trabalhar em lugares como Cuba, Peru, Panamá e outro países sul-americanos.

A ligação com os Estados Unidos veio da intermediação que os americanos ofereciam na logística do processo, entre Macau e Havana em especial. Os navios utilizados eram extremamente insalubres e eram reportados diversos abusos durante as viagens e mesmo depois, pelas condições de trabalho. Isso gerou uma resposta do Congresso americano que baniu a participação de cidadãos do país no mercado de *coolies* a partir de 1863 – mas essa visão acerca dos chineses permaneceria durante muito tempo no imaginário nacional.

Tyner (2011) aponta que a imigração chinesa para os Estados Unidos começou em 1840 e era promovida pelos empregadores ou agentes de trabalho. O maior empregador dos trabalhadores chineses foi a Central Pacific Railway Company. Isso se deve à crescente expansão industrial e ferroviária pela qual passou os Estados Unidos durante o século dezenove, além da aquisição de terras e a definição do território continental. O fechamento da fronteira americana criou o desejo de uma grande ferrovia intercontinental conectando os portos dos oceanos Pacífico e Atlântico – cuja ideia é proveniente justamente de um mercador chinês, Asa Whitney, que visionava uma nova era de comércio entre a Europa e a Ásia por meio dos Estados Unidos.

Duas companhias foram selecionadas e ficaram a cargo da construção da ferrovia transcontinental: a Central Pacific e a Union Pacific, autorizadas pelo Congresso americano em 1862. Três anos depois a Central Pacific, por meio de uma subsidiária chamada Crocker and Company, começou a levar chineses para os Estados Unidos como forma de suprir a necessidade de mão-de-obra. De 1866 a 1869, a Central Pacific Railroad empregou mais de dez

mil chineses, o que pode ter gerado mais de 5.5 milhões de dólares em economia para a empresa. A a companhia pagava 31 dólares por mês para cada chinês. Se trabalhadores brancos fossem empregados, a empresa teria que pagar o mesmo valor mais alimentação e hospedagem (SCHNEIROV, 2006).

De acordo com Soennichsen (2011), o começo da imigração chinesa foi marcado por desconfianças e suspeitas dos próprios americanos. A proposta surgiu em 1865, quando Charles Crocker, um dos quatro proprietários da Central Pacific Railroad, sugeriu que 60.000 chineses que viviam na Califórnia seriam ideais para o trabalho.

Alguns repudiaram o plano, afirmando que os brancos não trabalhariam junto aos chineses. Além disso, recordavam que os chineses não tinham conhecimento sobre construção de ferrovias e que precisariam de grande treinamento. Ainda, ressaltavam a baixa estatura e porte físico como impedimentos ao trabalho pesado da construção.

Crocker conseguiu convencer os demais envolvidos a contratar 50 trabalhadores chineses e verificar o trabalho deles depois de um mês. Ao final desse mês, os contrários ao trabalho chinês mudaram de ideia ao perceberem que os chineses cumpriram com todo o demandado dentro do tempo e sem reclamar, além de ter sido verificado que tiravam menos intervalos de descanso, sabiam trabalhar bem em equipe e adoeciam menos que os brancos.

Ainda segundo Soenichsen (2011), a Central Pacific foi gradualmente incrementando sua mão-de-obra com chineses. O pagamento inicial era de 28 dólares por mês sem alimentação. Os trabalhadores brancos, em comparação, recebiam até 60 dólares por mês, com alimentação e moradia. Ainda assim, os chineses não conseguiriam a mesma quantia se trabalhassem em postos domésticos ou em lavanderias na Califórnia, por isso milhares deles se candidataram a vagas na construção de ferrovias em São Francisco e Sacramento. Por volta de 1866, mais de oito mil chineses trabalhavam na companhia, em comparação com os dois mil trabalhadores brancos.

Segundo Tyner (2006), a imigração chinesa aumentaria demasiadamente durante as décadas de 1850 e 1860, totalizando em mais de 100.000 imigrantes em apenas vinte anos. Uma das características dessa imigração é o perfil do trabalhador que chegava nos Estados Unidos, majoritariamente masculino (razão de 15 homens para 1 mulher). Esse padrão era resultado de um sistema de recrutamento feito pelas empresas, que notadamente preferiam homens por

acharem que estes seriam mais propensos que as mulheres a retornar à China após o período de trabalho.

Zhu (2013) aponta que, assim como outros grupos de imigrantes, os chineses buscaram se organizar durante sua estadia nos Estados Unidos. Eles se dividiam em associações de distritos regionais baseadas em suas províncias de origem que viriam a ser governados por uma organização chamada *Chinese Consolidated Benevolent Association*, conhecido como *Chinese Six Companies*. Essa organização buscava defender os interesses dos chineses por meio de assistência mútua (a exemplo de outros grupos migratórios), mas com o tempo passou a ser o principal organismo de controle econômico e social dentro da comunidade chinesa.

Seria de se imaginar que esses chineses permanecessem nos Estados Unidos depois do trabalho terminar, mas o governo pressionava as companhias empregadoras para que adotassem medidas que limitassem essa vontade:

> One potential solution was to construct and maintain Chinese workers as a permanently degraded caste labor force: They would be in effect a unique "industrial reserve army" of migrant laborers forced to be foreigners forever, aliens ineligible for citizenship. As so constructed, it was perhaps inevitable that settlement in the traditional sense of the term was to be discouraged. As a reserve army of migrant labor, the Chinese were to remain rootless, forever moving as employment conditions warranted. This would have significant ramifications in terms of family formation. (TYNER, 2006, p.30).

Segundo Soennichsen (2011), nenhuma tentativa de integrar os trabalhadores chineses aos brancos foi feita. Os primeiros, inclusive, trabalhavam em áreas distintas do processo de construção. Os chineses faziam trabalhos que exigiam menor conhecimento técnico ou que fosse considerado mais perigosos, como acender pavios e inserir explosivos em minas, enquanto os brancos atuavam em postos mais ligados à construção em si e que exigiam maior força. Para além das diferentes tarefas, os chineses dormiam e comiam em áreas separadas dos brancos, mas isso é decorrente provavelmente dos diferentes hábitos de cada grupo. Os trabalhadores chineses comiam arroz, peixe e uma variedade de vegetais no dia-a-dia, mas também tinham gosto por alimentos considerados exóticos como ostras, lula e sopa de macarrão. A alimentação era oferecida pela companhia ferroviária, mas os chineses tinham que pagar pela comida com seu próprio salário, ao passo que os trabalhadores brancos tinham a

alimentação oferecida como parte dos benefícios concedidos, e que se baseava principalmente em bifes, feijão, batatas e pães.

Em parte por causa das respectivas dietas, os trabalhadores brancos ficavam doentes com muito mais frequência que os chineses – estes bebiam apenas chá, enquanto os brancos bebiam água dos córregos e lagos, que muitas vezes resultava em disenteria e diarreia, condições que raramente afetavam os chineses. Estes não bebiam, brigavam ou faltavam ao trabalho por conta do excesso de bebida, além de tomarem banhos regularmente e mudar de roupas diariamente.

Zhu (2013) afirma que, em maio de 1866, os chineses pela primeira vez entraram em greve exigindo o pagamento de 40 dólares por mês. Eles ainda exigiram melhor tratamento, o que incluía o fim dos castigos e da proibição de sair da companhia e assumir outro trabalho. Depois que as negociações falharam, os proprietários da Central Pacific cortaram as provisões dos chineses, fazendo-os recuar e voltar ao trabalho. Mesmo assim, não haviam trabalhadores suficientes para manter o ritmo de construção que os donos da companhia queriam. A solução foi recrutar mais ativamente trabalhadores diretamente da China.

Para LaFeber (1994) e Williams (2011), o papel do chinês na força de trabalho dos Estados Unidos e como parte da sociedade americana mudou repentinamente quando a ferrovia transcontinental teve sua construção terminada em 10 de maio de 1869 – o que assinalou o fim do emprego dos chineses em grande número em um único grande projeto. Isso também marcou o fato de que milhares de chineses seriam deixados à própria sorte, o que os forçou a procurar emprego e meios de vida em um país de população majoritariamente branca e culturalmente distinto. Não apenas toda sua oferta de emprego durante anos havia acabado de uma só vez, como sua estrutura social se desmantelou sem qualquer aviso.

A maioria dos trabalhadores chineses preferiu retornar à costa oeste, principalmente à região de São Francisco, onde o trabalho nas ferrovias havia iniciado. Ali eles estabeleceram Chinatowns e a possibilidade de buscar emprego em outros ramos do comércio ou da indústria, inclusive abrindo pequenos negócios.

Isso gerou mudanças tanto para a população americana quanto para os chineses. Quando estes estavam nos Estados Unidos com o único intuito de trabalhar em áreas distantes e fora das cidades, eram chamados de “celestiais” por sua produtividade. Mas quando esses mesmos indivíduos começaram a se movimentar em massa e se misturar com os americanos brancos, as

reações deixaram de ser sutis e se tornaram majoritariamente antagônicas. Talvez a maior diferença entre os chineses e os demais estrangeiros, aos olhos da população branca, era a aparência física desses imigrantes asiáticos. Os americanos brancos tinham se acostumado a conviver com irlandeses, italianos, alemães, hispânicos e russos e, apesar das diferenças culturais, não haviam grandes diferenças físicas da maioria dos americanos já estabelecidos.

Soennichsen (2011) recorda que a língua falada pelos chineses era outro fator que contribuía para esse antagonismo. Da mesma forma, os povos europeus que haviam migrado para os Estados Unidos ainda falavam línguas com alguma semelhança ao inglês. No caso dos asiáticos, a diferença era mais facilmente notada e de total incompreensão ao americano. A situação começou a se complicar quando os chineses passaram a viver próximo dos brancos americanos. Em razão de restrições acerca de onde poderiam morar, a maioria dos chineses se alojou na mesma região das cidades, de onde surgiu a ideia de Chinatown. Isso enfatizava ainda mais o uso de uma língua exótica e incompreensível por estrangeiros em um mundo de falantes da língua inglesa. Quando alguns indivíduos tentavam aprender o inglês, descobriam que não podiam pronunciar certos sons e palavras sem erros, o que levou à zombaria por parte dos brancos.

Zhu (2013) afirma que outra fonte de confusão e impaciência por parte dos brancos diz respeito aos nomes dos imigrantes chineses. Primeiramente, os nomes escritos em caracteres chineses não podiam ser entendidos ou lidos pelos empregadores. Em segundo lugar, era um costume chinês se chamar inicialmente pelo nome da família e, depois, pelo nome pessoal. Por essa razão, muitos americanos concederam seus nomes mais comuns àqueles chineses que buscavam contatar como Joe, Charley ou Tom.

Além dos diferentes hábitos culinários, os chineses mantinham o uso recreacional do ópio desenvolvido durante o controle britânico do país. Essa prática era mal vista pelos brancos americanos como um péssimo hábito e algo restrito aos asiáticos, todavia mais por algum desgosto do que necessariamente por considerar como ameaça à sociedade.

Hunt (1987) aponta sobre a questão física: uma das mais infundadas, porém entranhadas, percepções acerca dos chineses dizia respeito à noção de que sua baixa estatura e a pouca barba seriam indicativos de fraqueza ou traços femininos. Não é à toa que muitos imigrantes chineses foram preteridos de trabalhos considerados “masculinos” e conseguiram empregos em áreas consideradas “femininas” como lavagem de roupas, cozinha e jardinagem.

Os esforços para envolver os chineses na sociedade americana envolveram filantropos, missionários, oficias de governo e outros homens religiosos. Existia, de fato, um sentimento de boa vontade no sentido de associar esses homens à cultura americana, mas era mais forte o desejo de diversos credos em convertê-los à sua fé como os presbiterianos, metodistas, católicos e mórmons.

4.2.2 As restrições

O nível de animosidade contra os chineses durante a década de 1850 até meados dos anos 1880 variou de leve escárnio direcionado aos hábitos e à cultura dos asiáticos até total violência, que por vezes resultava em mortes. Atos de assédio incluíam agressões físicas que poderiam variar de atirar pedras a socos e chutes, além de humilhação verbal, notícias tendenciosas pelos jornais locais, segregação pelos brancos e ameaças veladas. Atos de maior violência ainda incluiam a queima de propriedades de chineses, o que costumava ser feito em grupos.

De acordo com Herring (2008), o Tratado Burlingame, firmado na década de 1860, por Seward entre a China e os Estados Unidos, havia efetivamente protegido os chineses em território estadunidense contra discriminação, exploração e violência. Era um acordo lógico e plausível, uma vez que os americanos queriam a vinda de chineses para a construção da ferrovia transcontinental e que estes fossem bem tratados a fim de que mais chineses migrassem. Com o fim da construção da ferrovia a lógica se inverteria, pois os Estados Unidos estavam em depressão econômica e os poucos trabalhos que existiam não poderiam ser objeto de disputa entre chineses e brancos.

Segundo Tyner (2011), o sentimento anti-chineses começou nos anos 1850, quando o número de imigrantes aumentou. Ademais, a imigração chinesa coincidiu com os debates teóricos sobre classificação e hierarquização de raças – nesse contexto, o chinês foi quase que automaticamente construído como uma raça distinta (inferior) e, portanto, sem capacidade de assimilar as instituições democráticas e os valores morais dos Estados Unidos. O desgosto americano frente aos chineses variava com o nível de prosperidade econômica: quando o país crescia e precisava de mão-de-obra, poucos alardeavam a presença dos chineses, caso contrário, tornavam os asiáticos bode expiatório de todos os problemas de então. Isso foi ainda mais

evidente após a Guerra Civil, afinal, o mercado de trabalho nos anos 1870 não tinham as mesmas características das décadas anteriores – a desmobilização e a recessão do pós-guerra geraram um forte processo migratório interno de trabalhadores brancos e negros emancipados a buscar empregos exatamente nos mesmos locais que normalmente empregavam chineses.

A Califórnia foi o estado que mais dificultou a atuação de chineses na mão-de-obra local e tentou aprovar leis discriminatórias a partir da década de 1870, quando uma forte depressão econômica atingiu o país. Apesar disso, essas leis eram invalidadas por decisões judiciais, o que levou os californianos e outros estados a pressionar os representantes em Washington pela exclusão definitiva dos chineses de seus territórios. Dessa forma, a questão começou a ganhar destaque nacional, principalmente pela conexão que se fazia dos chineses com o antigo *coolie* trade, considerado ilegal. Muitos questionavam se a chegada de chineses não poderia ser comparada com a dos africanos e, se fosse o caso, em como estaria sendo instaurada uma nova forma de escravidão que iria destruir o mercado de trabalho para os brancos e os negros emancipados (TYNER, 2011).

O histórico de restrições quanto à entrada de chineses nos Estados Unidos não remete apenas à década de 1880. Zhu (2013) aponta que a imigração chinesa e o sufrágio da população negra tomaram-se o centro das discussões das eleições de 1867. Os democratas da Califórnia definiram sua posição como contrária à doutrina do sufrágio universal e à livre migração de asiáticos, denunciando tais políticas enquanto uma tentativa dos Republicanos de se manterem com os votos desses grupos. A questão do trabalho chinês tornou-se parte de um debate ainda mais amplo acerca do programa da Reconstrução, ao mesmo tempo em que os Republicanos Radicais da Califórnia endossavam a política nacional de cidadania aos demais grupos.

Argersinger (1989) aponta que a vitória democrata no estado inaugurou uma nova era de movimentos anti-chineses. Em seu discurso de posse, o governador Henry Haight garantiu aos cidadãos da Califórnia de que não permitiria a nenhuma pessoa de raça "inferior" o direito ao voto ou a que pudesse ocupar cargos públicos – uma vez que à época se entendia que o direito de eleger e ser eleito poderiam proteger grupos organizados. Além da declaração objetivamente racista, Haight enviava uma clara mensagem a todos os outros políticos e as comunidades do estado que teriam carta-branca na forma de lidar com a imigração chinesa; consequentemente, a perseguição e violência contra os asiáticos cresceram fortemente nos governos locais. Nevada seguiu caminho similar. O estado já tinha leis e estatutos que limitavam ou negavam aos chineses direitos básicos relacionadas à cidadania e outros similares

aos dos negros, como de frequentar espaços comuns aos brancos, contrair relações inter-raciais etc. Por isso, entre 1850 e 1880, Califórnia e Nevada lideraram o movimento anti-chineses.

Cabe notar que o *coolie trade* estava supostamente proibido nos Estados Unidos e apenas trabalhadores chineses livres e voluntários poderiam migrar para o país. Em 1862 o Congresso aprovou o *Prohibition of Coolie Trade Act*, vetando tal prática, o que foi seguido pelo *Suplementary Articles to the Sino-American Treaty of Tianjin*, de 1868, também conhecido como Tratado de Burlingame. Esse tratado, ao revogar as leis migratórias chinesas e reforçar o princípio americano da livre imigração, foi considerado bem-vindo por muitos nos Estados Unidos. O resultado prático foi que a China concordou em acabar com seu rígido controle de emigração e reconhecia o direito inerente e inalienável dos indivíduos de mudar seu lar e sua lealdade nacional.

Zhu (2013) ainda aponta que, durante o começo da década de 1870, a questão chinesa ainda não havia se tornado uma questão central na agenda das discussões nacionais. Quando os congressos da Califórnia e do Oregon pressionaram por maiores restrições em relação aos imigrantes chineses, Nevada e Colorado abriram oficialmente suas portas a eles. Isso demonstrava como os Democratas não tinham uma agenda nacional comum. Os sulistas evitaram discutir a questão, uma vez que em vários momentos apoiaram a imigração chinesa: chegavam a imaginar um futuro em que os chineses substituiriam totalmente a força de trabalho dos negros e, consequentemente, "essa raça".

Nelson (2011) recorda que o Pânico de 1873 inaugurou uma era de muitos conflitos laborais e étnicos e, com maior apoio dos trabalhadores e operários, os Democratas venceram os Republicanos nas eleições de meio de mandato. O congressista californiano Horace Page, republicano eleito em 1873 a partir de uma plataforma contra os chineses, introduziu uma série de resoluções e leis com o intuito de limitar a imigração chinesa. Em março de 1875, Page propôs o *Act Supplementary to the Acts in Relation to Immigration*, conhecido como Lei Page – a exemplo das provisões estabelecidas nos estatutos da Califórnia na década de 1870, a norma proibia a importação involuntária de trabalhadores asiáticos e mulheres com o intuito da prostituição – ao mesmo tempo que afirmava a ligação direta entre os *coolies* e a chegada de prostitutas chinesas.

> As the presidential campaign hit full stride, the Republican-controlled Congress authorized a joint committee to investigate Chinese immigration. (...) The resulting massive 1.300-page report was presented to Congress in February 1877. Containing a general anti-Chinese tone, the report recommended modification of the Burlingame

> Treaty. (...) During the Hayes-Tilden election controversy, however, Congress had little time to act on this matter. To Californians, the congressional investigation seemed to officially sanction the anti-Chinese cause and offered a great morale boost. (ZHU, 2013, p.44-45)

Os benefícios propostos pelo Tratado de Burlingame, contudo, pareciam ir em direção oposta aos sentimentos anti-chineses nos Estados Unidos. Em março de 1870, a Califórnia aprovou o *Act to Prevent the Kidnapping and Importation of Mongolian, Chinese, and Japanese Females For Criminal or Demoralizing Purposes*, que proibia a entrada de qualquer mulher asiática sem comprovação de que havia migrado voluntariamente e fosse de "bom caráter". Entretanto, em 1874, um tribunal americano declarou a lei inconstitucional e afirmou que somente o governo federal poderia interromper a imigração.

Segundo Williams (2011), a Lei Page, assinada em 3 de março de 1875, marcou o início da regulação federal direta sobre a imigração nos Estados Unidos. Assim, a lei estabeleceu o precedente para uma política migratória excludente baseada nos princípios de raça, sexo e gênero – e que viria a ser reforçada, por exemplo, pelo *Chinese Exclusion Act* de 1882. O discurso da lei buscava construir uma ideia particular de nação ao mesmo tempo em que construía a noção do outro como alguém a ser controlado e a quem se destinava apenas o papel do labor.

A tentativa pelo governo federal de excluir o trabalho chinês era complicada porque esbarrava em interesses diretos de muitos atores ligados aos congressistas. Os grandes industriais que controlavam as companhias de navios a vapor e ferrovias precisavam da mão-de-obra chinesa, e um antigo grupo dos abolicionistas e dos Republicanos Radicais viam a proibição como mero racismo.

Reconhecendo a dificuldade de excluir completamente a força de trabalho chinesa, Page propôs uma legislação que prevenisse parte da imigração, especialmente das mulheres chinesas levadas aos Estados Unidos com o propósito da prostituição (ZHU, 2013). O Congresso não aceitaria a proibição de todos os contratos laborais com os chineses, mas acatou os pedidos relacionados às mulheres chineses e sua entrada no país. Assim, em 1875, foi autorizada a exclusão de todas as prostitutas chinesas nos Estados Unidos, com o cuidado de atentar ao fato de que o Tratado de Burlingame ainda estava em vigor.

De acordo com Soennichsen (2011), a Page Act, de 1875, aprovada pelo presidente Ulysses Grant, pretendia reforçar a imigração de chineses "livres e voluntários", e punir qualquer um que tentasse transportar chineses, japoneses ou qualquer outro asiático sem seu consentimento. Além disso, proibia o transporte de qualquer mulher aos Estados Unidos com o intuito de se prostituir e o transporte ilegal de *coolies*. A lei ainda exigiu inspeções de todos os navios vindos da Ásia considerados suspeitos de trazer imigrantes ilegais.

Em suma, a Lei Page foi um acordo entre os congressistas para parcialmente excluir a entrada de chineses enquanto ainda permitia a entrada da imigração voltada à mão-de-obra. Objetivamente, a lei focava na questão da sexualidade e nas possíveis consequências da entrada de chinesas nos Estados Unidos – argumentava-se que as prostitutas diminuíam a produtividade dos trabalhadores e que poderiam engravidar, possibilitando a criação de laços dos chineses envolvidos com o território americano.

De acordo com Hunt (1987) e Williams (1976; 2011), as concepções ocidentais de raça, gênero e sexualidade surgiram principalmente no contexto da escravidão, da colonização e da expansão global do capitalismo. Estão ligadas diretamente à conquista imperial da África e da Ásia pelos países europeus e à dependência de recursos e consequente exploração dos territórios coloniais. Nesse sentido, a construção dos orientais edos chineses em particular como outro que ameaça e constituiu uma diferença inconciliável resgata processos anteriores e contextuais. Hunt (1987) afirma que, na década de 1880, começaram a surgir diversos grupos nativistas que exigiam a exclusão dos chineses dos Estados Unidos por meio de linchamentos e pressão política a fim de garantir seus interesses. Os propagandistas dessas políticas conseguiram convencer muitos americanos ignorantes ou indiferentes da presença dos chineses sobre a suposta necessidade de expulsá-los do país – por meio de imagens reiteradamente negativas que os retratavam como um povo semi-civilizado e intolerável que teria chegado aos Estados Unidos por meio de *coolies* que tomariam os meios de subsistência dos americanos e destruiria a dignidade do homem branco. Os *Chinamen* teriam não apenas enviado suas mulheres para se prostituir nos Estados Unidos como também eram uma ameaça às mulheres brancas.

LaFeber (1993) afirma que entre abril de junho de 1876, o senado da Califórnia criou um comitê para investigar a imigração chinesa e os avanços da Lei Page com audiências em que 42 testemunhas brancas e 18 chinesas foram ouvidas. O discurso dos chineses era similar, no sentido de retratar as condições de trabalho e a vida cotidiana, ao passo que os brancos reconstituíam visões preconceituosas e estereotipadas dos chineses. Essa construção buscava

salientar como a moralidade e o estilo de vida dos asiáticos não poderia "combinar" com a vida nos Estados Unidos, por vezes destacando que os chineses eram "sujos" e incapazes de entender as relações sociais dos americanos.

Segundo Soennichsen (2011), a eleição de 1880 elevou a questão chinesa da esfera regional para o âmbito nacional. Por levar novamente os Republicanos à vitória no Colorado, o governador Pitkin aproveitou a oportunidade e usou sua segunda posse para discursar em torno da questão da imigração chinesa. Assim, alertou sobre a possibilidade de o estado ser o próximo a ser "pacificamente invadido" por asiáticos e que os interesses públicos do Colorado estariam ameaçados caso esse "mau" adentrasse as fronteiras em grandes proporções, a exemplo da Califórnia e de Nevada. Para endossar seu argumento, Pitkin usou de uma série de estereótipos ao afirmar que os chineses eram sociais, morais e intelectualmente inferiores e que, ao contrário dos imigrantes europeus, chegaram aos Estados Unidos com o intuito de corromper a civilização que ali estava – os chineses não teriam qualquer vontade em assimilar a religião, os valores e a moral americana e não haveria qualquer motivo para a permanência de povo tão distinto.

Uma semana depois da vitória nacional, o Partido Republicano obteve a notícia do embaixador americano na China por meio de telegrama ao Secretário de Estado de que os dois países haviam acabado de concluir um novo acordo de migração que permitiria aos Estados Unidos a restrição de chineses. O presidente Hayes havia anteriormente enviado uma comissão à China na esperança de modificar o Tratado Burlingame, a fim de que um novo acordo antes da eleição pudesse aplacar os ânimos dos contrários à migração chinesa.

Sobre as negociações do novo tratado, Zhu (2013) observa:

> Although the Chinese delegates occupied the high moral ground and made more just and logical arguments, the American commissioners had the upper hand at the negotiating table by virtue of representing a great power. According to the Americans, the Chinese officials, with "friendly language" and in an "amicable spirit", expressed their sincere desire to reach an agreement. To China, American friendship superseded everything. In the late nineteenth century, China feared a possible military attack from Russia and Japan. Desperately seeking the support of some Western powers to check this potential Russo-Japanese aggression, the Qing government viewed the United States as its best friend. For its greater national interests, China had no desire to alienate the United States on the immigration issue. China had other concerns as well. Although the Chinese commissioners pretended to drive a hard bargain, they were fully prepared to accept the American demand on the opium trade between the two countries. Such an agreement could sahem Great Britain for imposing the opium trade on China, driving a wedge between the two Western nations. There was no doubt that China was playing its own Machiavellian game. Except for a few minor disputes over language and protocol, the Chinese conceded virtually everything the Americans demanded. Along with another commercial treaty, the Chinese Immigration Treaty

> (known as the "Angell Treaty") was signed on November 17, 1880, in Beijing. The Chinese officials observed that the American commissioners were very happy about their achievement. But the Americans did not know that the Chinese government was quite please with the outcome as well. A good political and commercial relationship with the United States was considered crucial for the survival of the tottering Qing Dynasty. (p.233).

De acordo com Zhu (2013), o Tratado Angell continha quatro artigos e a cláusula-chave estava no Artigo Primeiro, que delegava aos Estados Unidos total direito de regular, limitar ou suspender a imigração de trabalhadores chineses em nome de "interesses nacionais". O Artigo Segundo deixava claro que professores, estudantes, mercadores, viajantes e seus acompanhantes não estavam sujeitos às restrições de viagem. Ademais, reafirmando os princípios dos direitos civis aprovados durante a Reconstrução, o Artigo Terceiro postulava que todos os residentes chineses nos Estados Unidos seriam contemplados com proteção e privilégios iguais aos americanos. O último artigo, como forma de dar alguma satisfação aos chineses, apontava que o governo americano deveria notificar e consultar a China sobre qualquer nova legislação concernente à imigração chinesa. A comissão americana havia atingido seu objetivo: modificar o Tratado Burlingame.

Os sentimentos anti-chineses ainda permaneceriam e então o presidente Hayes apontou James B. Angell para revisar o Tratado Burlingame de forma a incluir limites à imigração chinesa. Em 1880, o Tratado Angell foi assinado e transformado em lei, permitindo aos Estados Unidos regular a futura migração de trabalhadores chineses. Apesar da nova lei não proibir completamente a imigração de chineses, ela significou o fechamento da imigração chinesa livre permitida pelo Tratado Burlingame que permitiria colocar adiante novas leis proibitivas.

Ainda de acordo com Soennichsen (2011), a renegociação do tratado já havia começado anteriormente, em 1879, por sugestão do embaixador americano na China, G. F. Seward. O entendimento era que a emigração chinesa deveria ser negada para quatro classes de chineses, tais quais: criminosos, mulheres lascivas, pessoas doentes, e trabalhadores contratados. O governo chinês não encontrou problemas a essa modificação ao tratado, mas quando o governo americano substituiu o embaixador Seward por James Angell, o verdadeiro objetivo dos americanos ficou aparente. Ao estipular quatro categorias de emigrantes chineses, sem defini-las, os Estados Unidos obteriam o direito de determinar quem poderia ou não entrar no país. Apesar disso, o governo chinês, com medo que o Tratado Burlingame fosse simplesmente descartado pelos americanos, concordou com os novos termos.

Ao invés de deixar os proponentes das restrições migratórias satisfeitos, a aprovação do Tratado Angell, em 1871, aumentou o apetite por leis mais restritas. Ao final de 1881, o Congresso americano aprovou uma lei suspendendo a imigração chinesa por vinte anos, mas vetada pelo presidente Chester Arthur por considerá-la muito extrema. Outras propostas ainda tentariam suspender a imigração por 25, 40 e até mesmo 50 anos. O veto e Arthur convenceram os membros do Congresso de que medidas muito radicais não seria aprovadas, então eles passaram os meses seguintes elaborando uma lei mais moderada, pedindo suspensão de 10 anos, que viria a ser conhecida como a *Chinese Exclusion Act*, de 1882.

Herring (2008) afirma que a aprovação do *Act to Execute Certain Treaty Stipulations Relating to Chinese*, em 1882, não foi unânime. No início de abril daquele ano, o Senado aprovou a lei por 29 a 15, com 32 senadores ausentes. A Câmara aprovou por 201 a 37, com 51 ausentes. Essa votação, contudo, diz respeito à primeira versão da lei, que incluía a suspensão da imigração por vinte anos e pareceu extrema ao presidente Chester Arthur, que a vetou. Quando a lei surgiu novamente um mês depois, em 6 de maio de 1882, com a proposta de suspender a imigração por 10 anos, foi então aprovada pelo presidente, que sabia do sentimento anti-chineses existente no país e da pressão para a resolução da questão.

A essência da lei era a proibição de qualquer imigração para os Estados Unidos de trabalhadores chineses, hábeis ou não, por dez anos. Ainda requeria aos chineses que viviam nos Estados Unidos que se registrassem junto ao governo americano, carregassem consigo passaportes válidos e fossem inelegíveis para a cidadania americana. A lei também proibiu a entrada das esposas dos trabalhadores nos Estados Unidos, com o intuito de evitar que pudessem constituir família em território americano.

> It was during the following year that the real impact of the Exclusion Act became evident. A mere 279 Chinese officially came to the United States in 1884. The numbers for the next five years – 1885 to 1889 – were, respectively, 22, 40, 10, 26, and 118. This was a mere trickle of Chinese arrivals, as compared to previous years. The Act, as these numbers show, had a definite effect on total immigration. Another tangible effect of the Act's passage was a thinning of the Chinese population is the western states, where most immigrants had traditionally arrived and settled at least for their first few years in the United States. The trend was now for Chinese to move eastward and open small businesses in the Rocky Mountain states and as far east as Boston, Chicago, and New York. (SOENNICHSEN, 2011, p.68).

De acordo Tyner (2006), um resultado inesperado, mas tangível da aprovação da *Chinese Exclusion Act*, foi a diminuição da quantidade de recursos geradas para os Estados Unidos pelo comércio com a China. Diversos incidentes foram relatados a respeito de mercadores chineses que não conseguiam desembarcar nos Estados Unidos, além da diminuição do interesse no comércio entre os países por razões burocráticas e a substituição por parceiros europeus.

Nos anos seguintes à aprovação da lei de exclusão, os chineses que viviam nos Estados Unidos estavam esperançosos acerca da sua revogação para que seus familiares e amigos também pudessem migrar. Entretanto,cinco anos se tornaram dez, que se tornaram vinte, e novas legislações só aprofundavam e estendiam as sanções originais. Isso mudaria depois do terremoto de São Francisco, em 19 de abril de 1906, quando o fogo causado pelo tremor destruiu quase toda Chinatown, assim como a maior parte da cidade. Isso significou a destruição dos registros de milhares de residentes e muitos dos chineses que ali viviam viram a oportunidade de usar isso em seu favor. O Ato de 1884 aprovado pelo Congresso e assinado pelo presidente alterava a lei de 1882 ao tornar o recém-criado Certificado de Canton de 1884 a única evidência permitida que um trabalhador chinês poderia usar para retornar aos Estados Unidos após sair do país. Os que não fossem trabalhadores poderiam ser admitidos somente se tivessem Certificados verificados por membros do consulado americano na China e, mesmo assim, os certificados poderiam ser contestados.

4.3 A política externa do governo Chester Arthur

Segundo LaFeber (1998), o Secretário de Estado de Arthur, Theodore Frelinghuysen, focou suas atenções em acordos bilaterais para obter melhores condições comerciais aos Estados Unidos e melhor acesso ao mercado de matérias-primas. Além disso, negociou tratados de reciprocidade com México, Cuba, Porto Rico, Índias Ocidentais Britânicas, Santo Domingo, El Salvador e Colômbia.

O presidente Chester Arthur retomou o princípio da não-intervenção e a política de atuar por meio da arbitragem e dos bons ofícios ao se eximir de qualquer possibilidade de que os Estados Unidos pudessem agir mais energicamente em relação à Guerra do Pacífico: “Such **interference** would almost inevitably lead to the **establishment of a protectorate** – a **result**

utterly at odds with our past policy, injurious to our present interests, and full of embarrassments for the future" (ARTHUR, 1882, grifo nosso). Nesse sentido, é possível perceber como a política externa do governo Arthur reiterou os princípios tradicionais de não-envolvimento e isolacionismo. O fato de o conflito em questão ser travado por países do próprio hemisfério retirou a necessidade de os Estados Unidos enviarem esforços maiores no sentido de garantir a integridade de qualquer um dos lados. Por isso, para além das práticas tradicionais, qualquer movimentação mais acintosa representaria um sinal de expansionismo, o que não era bem-vindo nem no governo nem entre o público em geral. A presença americana no Caribe, contudo, foi fortalecida a partir do aumento dos funcionários nos consulados da região, justificada pelo presidente em razão da proximidade geográfica e do aumento das relações comerciais e políticas entre os países (ARTHUR, 1883). Em seu último discurso sobre o Estado da União, em dezembro de 1884, Arthur afirmou que revoltas internas ao Haiti derrubaram o governo do país, mas que os Estados Unidos permaneceriam neutros, reiterando os princípios clássicos do país em política externa. Em relação à República Dominicana, seria estabelecido um tratado de reciprocidade, o que corroborou o caráter comercial das relações internacionais americanas neste e no governo anterior (ARTHUR, 1884).

Segundo LaFeber (1994), mais que isso, Frelinghuysen buscava o controle comercial sobre esses países para que pudesse atingir mais facilmente o objetivo final de canal ístmico. A ideia era aumentar paulatinamente o grau de dependência das economias latino-americanas em relação à dos Estados Unidos, para que o país pudesse exercer um controle informal cada vez maior sobre as decisões regionais. Algumas iniciativas, contudo, não foram bem-sucedidas: em 1883, o governo americano falhou na proposição de uma estação de abastecimento de carvão na Baía de Magdalena, na Baixa Califórnia, México.

Segundo Herring (2008), a política comercial de Arthur e Ferlinghuysen se baseou na ideia da reciprocidade e seu alvo foi principalmente a América Latina – considerada um mercado natural de oferta e demanda de produtos para os americanos. A esperança do presidente era a de que o estreitamento das relações comerciais com os latino-americanos afastaria os europeus e daria impulso a objetivos políticos maiores pelos Estados Unidos. Eles dispensaram grande atenção para um tratado com o México e nomearam o ex-presidente Grant como negociador de um acordo que trocaria bens manufaturados americanos por matérias-primas e produtos alimentícios dos mexicanos. Segundo Herring (2008), o diplomata americano, John W. Foster, ainda conseguiu, com ameaças, convencer a Espanha a assinar acordos que virtualmente eliminavam todo tipo de barreira tarifária e comercial em Cuba e

Porto Rico. Foster exaltaria o acordo de Cuba como um dos mais perfeitos tratados de reciprocidade já feitos pelo governo americano, que permitia a entrada livre de produtos americanos e abria o mercado sem restrições. O mesmo diplomata ainda negociaria um acordo tão favorável quanto o cubano com Santo Domingo, tornando o dólar americano a moeda oficial das trocas comerciais entre os países.

Não à toa, o presidente americano discorreu sobre a relação direta entre crescimento econômico e aumento do comércio externo: "One of the graves of the problems which appeal to the wisdom of Congress for solution is the ascertainment of the most effective means for increasing our foreign trade and thus relieving the depression under which our industries as now languishing". (ARTHUR, 1884). Essa provisão para maior investimento em relação ao comércio exterior foi pautada principalmente nas relações com os países do Hemisfério: "The countries of the American continent and the adjacent islands are for the United States the natural marts of supply and demand." (ARTHUR, 1884). Por fim, o presidente seguiu na proposição de uma política específica para os países do continente americano:

> A **series of reciprocal commercial treaties** with the countries of America which shall foster between us and them na unhampered movement of trade. (...) The establishment of an **uniform currency basis** for the countries of America, so that the coined products of our mines may circulate on equal terms throughout the whole **system of commonwealths**. This would require a **monetary union of America** (...). (ARTHUR, 1884, grifo nosso).

No final de seu mandato é possível perceber o "alargamento" da política externa americana em relação ao Hemisfério, usando as palavras que o próprio presidente proferiu em seu discurso. Esse movimento representa uma prática que irá gerar a base para movimentações mais assertivas pelos americanos, desde a proposição de área de livre-comércio comum até intervenções diretas em territórios ao redor do Caribe nas décadas seguintes.

4.3.1 A busca pelo canal ístmico

De acordo com Herring (2008), na década de 1880, a construção de um canal ístmico ganhou força no debate político dos Estados Unidos e as nações centro-americanas buscaram

explorar essa ansiedade pela construção e controle do canal. A aproximação da Nicarágua com banqueiros britânicos e o acordo da Colômbia com Ferdinand de Lesseps, construtor do Canal de Suez, para que construísse um canal no Panamá, forçaram os Estados Unidos a agir. Hayes não iria se envolver com a intromissão de de Lesseps, mas se assegurou junto ao governo francês de que se tratava de empreitada privada, sem apoio oficial da França.

De acordo com Wicks (1980), para reduzir a influência externa e aumentar a sua própria no hemisfério, os Estados Unidos reivindicaram para si um novo papel de liderança que pautaria as relações futuras na região. Blaine foi o líder desse processo, primeiro intervindo na disputa entre México e Guatemala, em 1881, porém de forma confusa, encorajando a Guatemala, que tinha a reivindicação mais fraca, o que atrasou a decisão final sobre o litígio. A intervenção na Guerra do Pacífico, no mesmo ano, também seria feita por ações atrapalhadas; atento à influência britânica por trás dos esforços chilenos em ganhar territórios disputados com o Peru, Blaine despachou dois diplomatas com pouca experiência em conflito, tendo um deles, ainda, se envolvido em esquemas locais de corrupção. O Peru contava com o apoio americano que não veio e o Chile passou a olhar para os Estados Unidos como ameaça aos seus interesses e ambições. Ferlinghuysen buscaria aplacar os ânimos, mas a ação do país deixaria um legado de suspeição e repulsa por parte dos sul-americanos.

LaFeber (1994) afirma que o Secretário de Estado entendia que o Tratado Clayton-Bulwer era um obstáculo para a realização do projeto, uma vez que tanto americanos quanto britânicos assumiram o compromisso de não fortificar ou exercer controle exclusivo sobre o canal, a fim de evitar algum tipo de litígio entre os dois países. Por isso, à medida em que os Estados Unidos aumentavam seu comércio e sua influência na região, passaram a condenar o tratado como empecilho e impedimento à segurança estratégica e comercial do país. O Secretário Blaine já havia tentado negociar diretamente com os britânicos, sem sucesso, o que gerou uma ação mais direta de Frelinghuysen. Este agiu como se o tratado de 1850 não existisse e assinou um acordo com a Nicarágua em que se previa a construção de um canal Americano-Nicaraguense. Em troca, os Estados Unidos assumiriam a proteção do país por meio de uma aliança permanente, praticamente transformando a Nicarágua em um protetorado. Quando o acordo foi enviado para aprovação no Senado, enfrentou forte oposição pelo conflito com o Tratado Clayton-Bulwer. Apesar de ter mais votos favoráveis, o acordo não teve atingida a marca de dois-terços necessários, sendo definitivamente esquecido quando Grover Cleveland assumiu a Casa Branca, em 1885 (LAFEBER, 1998).

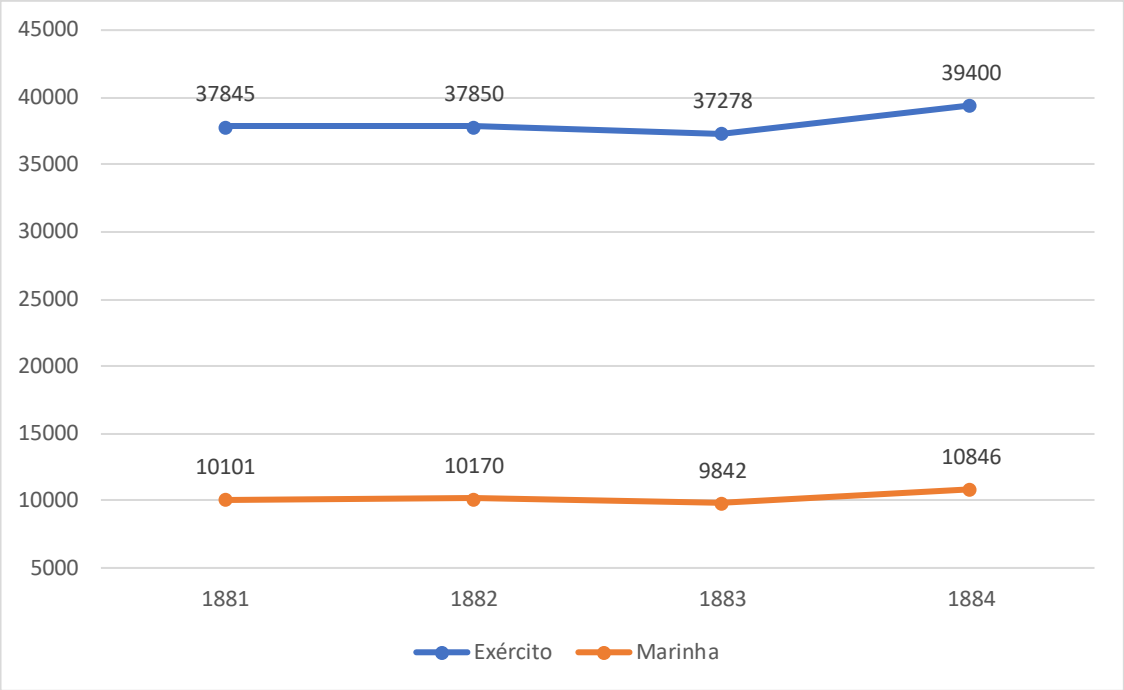
Frelinghuysen construiu um legado que seria simulado pelos seus sucessores. A atenção e aproximação da América Latina mostrou-se uma importante contribuição e os acordos de reciprocidade firmados à época constituíram-se como política padrão dos Estados Unidos para a região.

4.3.2 A renovação da Marinha

De acordo com LaFeber (1998) e Williams (2011), assim que os Estados Unidos se viram confrontados por distintos e novos desafios, foi percebida a necessidade de investimento em uma marinha forte capaz de proteger os interesses do império em formação. A grande marinha construída no período da Guerra Civil chegava aos anos 1880 ultrapassada numericamente e tecnologicamente: de 1942 navios, apenas 48 podiam disparar algum tipo de armamento. As razões para esse esquecimento foram várias, dentre elas as disputas políticas do período da Reconstrução, o declínio da marinha mercante, a necessidade de ajustes fiscais pós-Guerra Civil e a falácia de que os Estados Unidos poderiam se eximir dos acontecimentos políticos fora de seu território e evitar qualquer tipo de correlação com as forças da época.

Assim, em 1883, o que viria a ser a nova e moderna marinha americana começou a tomar forma. A força naval dos Estados Unidos só se tornaria uma das maiores e mais bem equipadas dentre as grandes potências após 1890, quando o Congresso autorizou a construção dos primeiros encouraçados e cruzadores, embora nos anos antecedentes uma série de navios foram construídos a partir de uma nova racionalidade acerca do uso da força e controle dos mares.

GRÁFICO 9 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Arthur



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

De acordo com Stephanson (2011), essa ação foi possível graças à recuperação econômica dos Estados Unidos após a depressão da década de 1870, mas também por outras duas razões. A primeira foi a criação, pelo Secretário da Marinha, William Hunt, em 1881, de um grupo de conselheiros navais que passaram a assessorá-lo em questões tecnológicas e estratégicas. A segunda razão diz respeito à política internacional e à cada vez maior necessidade de garantir os interesses americanos para além de seu próprio território – o que ganha maior proporção à medida que o país aumentava sua atuação nos países latino-americanos e no Oceano Pacífico –, além da necessidade clara de fazer frente às potências europeias que também seguiram investindo no fortalecimento e na readequação de suas marinhas. Segundo Williams (1980), entre 1885 e 1889, o Congresso autorizou a construção de mais trinta navios ao mesmo tempo em que estreitava a cooperação com o Secretário da Marinha de então, William Whitney, a fim de melhorar os processos burocráticos do departamento bem como auxiliar na contratação e treinamento de pessoal.

De acordo com Herring (2008), mesmo na idade dourada já haviam sinais das mudanças institucionais pelas quais passaram os Estados Unidos rumo à ascensão enquanto grande potência. Grandes reformas no Departamento de Estado aconteceriam apenas no século vinte, mas o serviço consular foi atualizado e concentrou suas atenções nas relações comerciais e na busca de novos mercados. O exército buscou melhorar a qualidade do pessoal e a educação dos

oficiais, mas a grande reforma seria feita na Marinha. Estimulado por almirantes navais agressivos e alarmistas e pelo receio de uma guerra contra o Chile (em decorrência da expansão do país na Guerra do Pacífico), o governo de Chester Arthur, no começo de 1880, deu início a diversos esforços no sentido de construir uma frota moderna para o país. Assim, o governo estabeleceu o Naval War College e o Office of Naval Intelligence, além de propor a construção de três cruzadores para proteger os navios mercantes em áreas mais remotas. Cleveland continuaria com o programa de construção naval que chegaria ao seu auge na década de 1890.

Karsten (1980) afirma que parte dessa mudança veio quando mais oficiais da marinha perceberam que poderiam pressionar os governantes, tornando públicas as questões que envolviam a instituição. A partir de 1880 começaram a surgir diversas publicações sobre os feitos da marinha e dos marinheiros americanos, o que foi acompanhado do aumento da presença americana em outras regiões. As publicações começaram a ganhar corpo e força quando passaram a demonstrar as possibilidades de atuação do país no cenário internacional, demonstrando, por exemplo, a importância de garantir portos e pontos estratégicos específicos como os ístmicos na América Central. Já na década de 1890 esses oficiais, velhos e novos, começaram a fazer lobby direto com a Casa Branca e o Congresso.

Arthur foi um dos presidentes que mais enfaticamente defendeu a necessidade de mais investimentos na Marinha. Assim como Hayes, ele também construiu seu argumento em torno da ideia dos interesses comerciais, porém as questões de segurança ganharam maior destaque nesse processo: "I can not too strongly urge upon you my conviction that every consideration of national safety, economy, and honor imperatively demands a thorough rehabilitation of our Navy". (ARTHUR, 1881). O presidente americano ressalta que a política externa do país de fato seguiu linhas tradicionais de atuação, mas que o contexto de disputas geopolíticas entre as grandes potências forçaria os Estados Unidos a cogitarem a possibilidade de terem que se defender no futuro:

> No danger from abroad now threatens this people, nor have we any cause to distrust the friendly professions of other governments. **But for avoiding as well as for repelling dangers that may threaten us in the future we must be prepared to enforce any policy which we think wise to adopt**. We must be ready to defend our harbors against aggression; to protect, by the distribution of our ships of war over the highways of commerce, the varied interests of our foreign trade and the persons and property of our citizens abroad; to maintain everywhere the honor of our flag and the distinguished position which we may rightfully claim among the nations of the world. (ARTHUR, 1881, grifo nosso).

O presidente se mostrou satisfeito no discurso de 1882, quando afirmou que a reconstrução da Marinha se iniciou após a autorização do Congresso à construção de mais navios (ARTHUR, 1882). No ano seguinte, novas medidas seriam tomadas para reforçar o processo de fortalecimento da Marinha americana, conforme ressalta o presidente:

> The Secretary of the Navy reports that under the authority of the acts of August 5, 1882, and March 3, 1883, **the work of strengthening our Navy by the construction of modern vessels has been auspiciously begun**. Three cruisers are in process of construction--the Chicago, of 4,500 tons displacement, and the Boston and Atlanta, each of 2,500 tons. They are to be built of steel, with the tensile strength and ductility prescribed by law, and in the combination of speed, endurance, and armament are **expected to compare favorably with the best unarmored war vessels of other nations**. A fourth vessel, the Dolphin, is to be constructed of similar material, and is intended to serve as a fleet dispatch boat. (...) **It is no part of our policy to create and maintain a Navy able to cope with that of the other great powers of the world. We have no wish for foreign conquest**, and the peace which we have long enjoyed is in no seeming danger of interruption. But that our naval strength should be made adequate for the defense of our harbors, the protection of our commercial interests, and the maintenance of our national honor is a proposition from which no patriotic citizen can withhold his assent. (ARTHUR, 1883, grifo nosso).

Interessante perceber que o presidente busca se resguardar de críticas quando discorre sobre as questões que levam à necessidade de uma marinha maior e mais moderna. Arthur ressalta que a marinha americana não buscará se igualar às das potências, questão apontada como fator positivo, porque demonstraria aos receptores do seu discurso de que suas intenções não se aproximam de empreitadas expansionistas ou de iniciativas coloniais, como as europeias, que nesse sentido usavam de grande frota naval para garantir a segurança e o controle de territórios extracontinentais. O presidente prefere dar atenção ao argumento das relações comerciais, uma vez que esse discurso tem maior receptividade e se conecta mais facilmente às políticas tradicionais de atuação americana até aquele momento.

5 OS GOVERNOS DE GROVER CLEVELAND E BENJAMIN HARRISON

Neste capítulo abordaremos a continuação do período de acomodação a partir da análise e da reconstrução histórica dos governos de Grover Cleveland e Benjamin Harrison, em um contexto de aumento das rivalidades e crescente imperialismo europeu na África e na Ásia.

5.1 O governo Cleveland

De acordo com Sexton (2011), potências europeias, assim como Estados Unidos, focaram suas atenções na América Latina a partir de crescentes interesses econômicos. Contudo, havia pouco da mesma expansão colonial no continente como havia acontecido na África e na Ásia, em parte porque parte dos Estados da região tinham força suficiente para resistir às invasões estrangeiras. Os americanos tinham a percepção de que a América Latina era ameaçada pelos interesses europeus e que a partilha da África poderia servir de exemplo para intervenções no continente americano. Os líderes americanos ainda percebiam negativamente a ascensão de determinadas nações na América Latina como ameaças a seus objetivos de controle do hemisfério. Muito dessa ideia advinha do fato de que o México buscou definir sua fronteira em disputa com a Guatemala sem recorrer inicialmente a Washington, além do grande crescimento econômico de Argentina, Brasil e Chile, entendidos como possíveis desafiadores da ordem americana no hemisfério.

Os objetivos comerciais no hemisfério levaram os estadistas americanos a se envolver mais diretamente nos assuntos latino-americanos na última década do século dezenove. Segundo Fensterwald (1958), a Doutrina Monroe continuava a representar a proibição da intervenção europeia, mas tornava-se crescentemente associada às novas políticas hemisféricas. Em seu discurso inaugural de março de 1885, Cleveland reforçou os tradicionais princípios de política externa americana em torno da ideia de neutralidade e não-intervenção:

> It is the **policy of independence**, favored by our position and defended by our known love of justice and by our power. It is the policy of peace suitable to our interests. It is the policy of **neutrality**, **rejecting any share in foreign broils and ambitions**

> **upon other continents and repelling their intrusion here**. It is the policy of Monroe and of Washington and Jefferson. (CLEVELAND, 1885a, grifo nosso).

No trecho anterior é possível perceber a afirmação dos interesses americanos em detrimento de iniciativas expansionistas ou do envolvimento com questões externas não relacionadas aos interesses diretos dos Estados Unidos, mas é importante notar também a referência direta a Monroe no sentido de afastar os interesses estrangeiros no Hemisfério, principalmente. No primeiro discurso sobre o Estado da União, Cleveland seguirá na mesma linha ao afirmar que o sucesso das empreitadas de política externa do país decorre justamente do estrito seguimento dessas políticas tradicionais, em especial "(...) the avoidance of complications with other nations." (CLEVELAND, 1885b). O presidente ainda reforça esse ponto ao ilustrar a atuação americana na crise dos estados centro-americanos daquele ano em que "(...) the United States forebore (sic) to interfere actively, but lent the aid of their friendly offices in deprecation of war and to promote peace." (CLEVELAND, 1885b) – nota-se o repúdio à ideia de intervenção direta e o apelo ao uso dos bons ofícios como costume do país. O mesmo acontece em 1888, em relação à instabilidade política e revolta no Haiti: "Our representative has been instructed to abstain from interference". (CLEVELAND, 1888).

Porém, é possível perceber como já no primeiro governo Cleveland os americanos, apesar de relutantes em adotar atitudes mais incisivas, violaram parte de seus princípios considerados tradicionais. É o caso da guerra civil na Colômbia, em que os americanos enviaram tropas para proteger a região que futuramente abrigaria o canal ístmico; Cleveland (1885b) justifica as ações em razão do Tratado de 1846, em que o país tem a prerrogativa de atuar quando seus interesses na região fossem ameaçados, mas é possível questionar em que medida a guerra civil na Colômbia de fato prejudicou as intenções de construir um canal. Nesse sentido, as justificativas buscaram enfatizar que a soberania colombiana foi respeitada e as ações foram bem vistas pelo governo da Colômbia.

Sobre a construção de um canal na América Central, Cleveland faz questão de se afastar da proposta que previa as negociações com a Nicarágua – a despeito das tratativas feitas pelo seu antecessor na presidência. Isso se deve à pressão feita naquele momento por lobistas que defendiam a construção na Colômbia em relação aos políticos nos Estados Unidos. Além disso, para muitos deles, dentre os quais se inclui Cleveland, os termos negociados com a Nicarágua não seriam satisfatórios. O presidente, nesse sentido, reforçou que as negociações para a

construção de um canal deveriam respeitar a soberania do Estado onde este for localizado e que não incorreria em alianças com países externos ao Hemisfério a fim de atingir o objetivo do país: "Maintaining, as I do, the tenets of a line of precedents from Washington's day, which proscribe entangling alliances with foreign states, I do not favor a policy of acquisition of new and distant territory of the incorporation of remote interests with our own". (CLEVELAND, 1885b).

Cleveland complementou esse discurso ao naturalizar o processo de expansão comercial dos Estados Unidos, que exaltou como necessário e próprio dos americanos, mas também como causador de possíveis problemas ao atrair a atenção dos demais:

> **The laws of progress are vital and organic**, and we must be conscious of that **irresistible tide of commercial expansion** which, as the **concomitant of our active civilization**, day by day is being urged onward by those increasing facilities of production, transportation, and communication to which steam and electricity have given birth; but our duty in the present instructs us to address ourselves mainly to the development of the vast resources of the great area committed to our charge and to the cultivation of the arts of peace within our own borders, **though jealously alert in preventing the American hemisphere from being involved in the political problems and complications of distant governments**. Therefore I am unable to recommend propositions involving paramount privileges of ownership or right outside of our own territory, when coupled with absolute and unlimited engagements to defend the territorial integrity of the state where such interests lie. (CLEVELAND, 1885b, grifo nosso).

O argumento de Cleveland é, ao mesmo tempo, a reafirmação dos princípios da Doutrina Monroe e da tradicional política de não-envolvimento: o interesse americano em construir um canal existe, mas não viria acompanhado do compartilhamento do poder de decisão ou controle, especialmente no caso dos europeus. A mensagem é uma forma de demonstrar a insatisfação com o governo da Nicarágua, que teria apresentado proposta aos europeus similar à que era negociada com os americanos.

Em seu segundo discurso sobre o Estado da União, Cleveland faz apontamentos interessantes sobre o papel que Cuba e Porto Rico ocupam nos interesses americanos:

> The profitable development of the **large commercial exchanges** between the United States and the Spanish Antilles is naturally an object of solicitude. **Lying close at our doors, and finding here their main markets of supply and demand, the welfare of Cuba and Puerto Rico and their production and trade are scarcely less important to us than to Spain**. Their commercial and financial movements are **so naturally a part of our system** that no obstacle to fuller and freer intercourse should be permitted to exist. The standing instructions of our representatives at Madrid and Havana have for years been to leave no effort unessayed to further these ends, and at no time has the equal good desire of Spain been more hopefully manifested than now. (CLEVELAND, 1886, grifo nosso).

É possível perceber que o governo Cleveland, em seus discursos, delimita objetivamente as áreas sob atenção dos Estados Unidos. Isso ocorre em relação ao canal na América Central, ao Havaí no Oceano Pacífico, ao comércio com os países asiáticos e, no caso do Caribe, especialmente em relação a Cuba. Aponta-se para a naturalização das relações como parte de um só sistema, como se as ilhas caribenhas fossem parte de um emaranhado comercial dos Estados Unidos, que a Espanha deve aceitar e facilitar. Essa relação de proximidade geográfica e os interesses que dela decorrem pautariam boa parte das questões de política externa da década seguinte.

5.1.1 A política externa para o Pacífico

Entretanto, LaFeber (1998) afirma que o Secretário de Estado, Thomas Bayard, adotou uma mudança em termos de interesse estratégico quanto aos seus antecessores: desviou as atenções do Departamento de Estado da América Latina para o Pacífico. Bayard pressionou o Senado para ratificar o acordo de reciprocidade com o Havaí. O Secretário adotava políticas consistentemente expansionistas, baseadas na política de portas abertas (para os Estados Unidos). Assim, apesar de não querer interferir ou se preocupar com as questões internas dos havaianos, sabia que o arquipélago despertava o interesse das grandes potências. Por isso, o tratado firmava que nenhuma potência estrangeira pudesse adquirir ou dominar qualquer parte do território do Havaí, bem como a determinação de que o arquipélago serviria como base americana para a exploração do mercado asiático (HAMMETT, 1976). O acordo foi aprovado após uma alteração importante proposta pelo Comitê de Relações Exteriores do Senado: os Estados Unidos tomariam posse da base naval de Pearl Harbor.

Em relação à atuação dos Estados Unidos no Pacífico, o presidente Cleveland exalta a aproximação entre o país e o Havaí como forma de alavancar a expansão comercial em relação à Ásia:

> I express my unhesitating conviction that the intimacy of our relations with Hawaii should be emphasized. As a result of the reciprocity treaty of 1875, those islands, on the highway of Oriental and Australasian traffic, are virtually an outpost of American commerce and a stepping-stone to the growing trade of the Pacific. The Polynesian

> Island groups have been so absorbed by other and more powerful governments that the Hawaiian Islands are left almost alone in the enjoyment of their autonomy, which it is important for us should be preserved. Our treaty is now terminable on one year's notice, but propositions to abrogate it would be, in my judgment, most ill advised. The paramount influence we have there acquired, once relinquished, could only with difficulty be regained, and a valuable ground of vantage for ourselves might be converted into a stronghold for our commercial competitors. I earnestly recommend that the existing treaty stipulations be extended for a further term of seven years. A recently signed treaty to this end is now before the Senate. (CLEVELAND, 1886).

Nesse sentido, o trecho anterior demonstra a importância do Havaí para os objetivos de política externa dos Estados Unidos, mas ressaltam também a presença de potências estrangeiras na região e a necessidade de os americanos estarem atentos a isso. O Havaí é tratado como território "virtualmente" americano, ou melhor, dentro da área de influência e dos interesses estratégicos do país.

Essa construção é reforçada em seu último discurso sobre o Estado da União: "The geographical position of the Havaían group in relation to our Pacific States creates a natural interdependency and mutuality of interest which our present treaties were intended to foster, and which make close communication a logical and commercial necessity" (CLEVELAND, 1888). Há uma naturalização similar à de Cuba em relação à proximidade geográfica dos Estados Unidos. Ademais, há um processo de mutualidade que o próprio governo americano busca fortalecer e que incidirá futuramente no processo de anexação formal.

Foram também mantidas e expandidas as relações com Samoa. Herring (2008) discorre que, em 1878, foi assinado um tratado no qual o cônsul americano chegaria a um acordo neutralizando a cidade de Apia e estabeleceria um governo multilateral composto por ele e pelos cônsules britânico e alemão. O acordo nunca foi submetido ao Senado, mas foi colocado em prática. Quando oficiais alemães apoderaram-se de Apia, em 1885, e depois tornaram pública sua vontade de tomar o controle de Samoa, o governo Cleveland se intrometeu para impedir. De sua própria parte, o cônsul americano atuou preventivamente, ao declarar que a Samoa era um protetorado dos Estados Unidos, fazendo com que o Secretário de Estado Bayard tivesse que recuar, desautorizando o cônsul a fim de acalmar os ânimos. Entretanto, em 1887, os alemães enviariam navios de guerra à Samoa e deportariam o rei pró-Estados Unidos do país – Cleveland e Bayard agiriam no sentido de também enviar navios de guerra e expressar repulsa às ações dos alemães, tendo o Congresso americano ainda autorizado o uso de recursos para defender os interesses do país nas ilhas.

LaFeber (1998) afirma que o governo americano alegava que os Estados Unidos tinham responsabilidade moral em manter a independência dos nativos e a soberania das ilhas. Além disso, Samoa se encontrava na rota de um comércio em direção à Ásia que se encontrava em seus estágios iniciais. Bayard construiu seu argumento a partir da logística americana: o país havia construído uma ferrovia transcontinental e buscava uma conexão entre os dois oceanos por meio de um canal, ou seja, Samoa seria um estágio natural do processo de aproximação dos Estados Unidos com o Pacífico e os mercados asiáticos. O representante alemão limitou-se a dizer que Bayard interpretava a Doutrina Monroe como se o Oceano Pacífico fosse apenas um lago americano.

Para Herring (2008), Link (1965) e LaFeber (1994), Bismarck não queria entrar em guerra contra os Estados Unidos em razão de uma ilha distante do Pacífico e convidou os americanos e os britânicos a discutirem a questão em uma conferência em Berlim. De qualquer forma, um furacão atingiria Apia em março de 1889, afundando ou incapacitando todos os navios americanos e alemães, além de matar 150 homens – isso dirimiu as atenções dos países que removeram os navios da região. Assim, uma conferência de Berlim naquele mesmo ano rapidamente chegou a um acordo de tripartição dividindo o poder entre as três grandes potências, ao mesmo tempo em que deixava Samoa nominalmente autônoma e o controle sobre o porto de Pago Pago pelos Estados Unidos.

Ainda em relação ao Pacífico, Cleveland (1886) chamou a atenção para os eventos ocorridos em Samoa, os quais chama de "considerable embarrassment", principalmente em decorrência da atuação do cônsul americano que, sem autorização, ofereceu proteção oficial à ilha na forma de um protetorado. O presidente reforçou que o cônsul foi chamado de volta aos Estados Unidos e que a neutralidade de Samoa permaneceria assegurada pelas três forças.

5.1.2 As relações entre os Estados Unidos e os países asiáticos

Em dezembro de 1886, o presidente americano chegou a afirmar que o "remédio" para os ataques sofridos pelos chineses nos Estados Unidos seria a exclusão e impossibilidade de entrada de mais indivíduos da China no país. Nesse sentido, Cleveland (1886) eximiu e culpou os americanos, ao mesmo culpados porque atacaram os chineses em razão do preconceito racial e da competição por mercado de trabalho e eximidos no mesmo sentido: seria de "se esperar"

ataques justamente **em razão** do preconceito racial e a disputa por vagas de trabalho. Assim, o presidente reforça a política de exclusão, supostamente demonstrando defender a segurança dos chineses e os interesses dos americanos ao mesmo tempo.

Soennichsen (2011) observa que, em 1888, quando Estados Unidos e China mais uma vez discutiam a revisão do Tratado de Burlingame, o Congresso se adiantou ao processo e aprovou o *Act to Prohibit the Coming of Chinese Laborers to the U.S.*, que revogava as leis de 1882 e 1884, em preparação ao novo tratado que seria firmado com a china. Antes disso, outra lei, também em 1888, *o Scott Act*, foi aprovada – introduzida pelo deputado William Scott, da Pennsylvannia, líder do Comitê de Campanha Nacional dos Democratas. A proposta bania permanentemente a imigração ou retorno de trabalhadores chineses aos Estados Unidos e acabava com o processo de certificação. A *Scott Act* ia além, ao definir que "chinês" era parte da raça chinesa, independentemente de onde nascesse, e proibia, ainda, o retorno de qualquer chinês que houvesse sido empregado nos Estados Unidos, mesmo que portasse certificados válidos (ZHU, 2013).

Cleveland adota um tom muito mais duro que seus antecessores em relação à imigração chinesa no país: "The laws should be rigidly enforced which **prohibit the immigration of a servile class** to compete with American labor, with no intention of acquiring citizenship, and **bringing with them and retaining habits and customs repugnant to our civilization**" (CLEVELAND, 1885a, grifo nosso). Há uma relação direta de diferenciação racial no sentido da civilização/barbárie, em que os chineses, supostamente "repugnantes" estariam levando aos Estados Unidos hábitos distintos dos americanos, civilizados e, portanto, superiores, sendo a solução para isso a exclusão definitiva desses indivíduos no país.

No seu primeiro discurso sobre o Estado da União, Cleveland (1885b) afirma que havia um sentimento negativo no oeste dos Estados Unidos em relação aos "Chinamen" e à "Mongolian race". A determinação dos chineses enquanto uma raça à parte faz parte do contexto da época, em que a diferenciação e hierarquização dentre "espécies humanas" ganhou força e se popularizou. Mais que isso, o presidente generaliza e aborda de forma racista o povo chinês, ao tratá-lo como parte de uma suposta raça única, proveniente da Ásia.

De acordo com LaFeber (1994), outra lei, a *Geary Act*, nomeada em razão de seu propositor, o senador Thomas Geary, democrata da Califórnia, propunha que os chineses não teriam direito à fiança em casos de habeas corpus e que deveriam requerer um certificado de

residência para permanecer no país. Aqueles que fossem apreendidos sem cumprir seriam presos e deportados.

Segundo Williams (2011), o governo chinês não ficou em silêncio nesse período. O embaixador da China nos Estados Unidos, Tsui Kuo Ying, enviou seis cartas de protesto ao Departamento de Estado entre março e novembro de 1882. Tsui finalmente recebeu uma resposta pelo Secretário de Estado em exercício, William F. Wharton, em que afirmava que *o Geary Act* havia sido proposto para proteger os chineses nos Estados Unidos e prevenir de que fossem contratados por empregadores sem escrúpulos.

De acordo com Soennichsen (2011), era de se imaginar que a lei fosse declarada inconstitucional, mas em um caso-teste, Fong Yue Ting v. the United States, o requerimento de registro foi declarado constitucional. Isso significava que mais de 85 mil chineses nos Estados Unidos que não tivessem completado e entregado a burocracia devida poderiam ser presos e deportados. Felizmente, os custos de deportar essa quantidade de imigrantes eram proibitivos ao governo, mas a prisão de centenas de chineses de fato aconteceu em diversas cidades da costa oeste, especialmente na Califórnia. A opinião pública ficou indecisa sobre os novos acontecimentos, por isso um comitê do Congresso introduziu o *McCreary Act*, a fim de estender por seis meses o período permitido aos chineses para que se registrassem.

Assim, segundo Zhu (2013), imediatamente após a aprovação do *McCreary Act*, os legisladores que advogaram maior leniência em relação aos chineses começaram a contornar os aspectos negativos do *Geary Act* e do *McCreary Act* ao considerar os tratados existentes entre China e Estados Unidos. As revisões ao Tratado Burlingame persistiram, assim como a proibição da entrada de chineses no país por dez anos, mas aqueles que tivessem certificações poderiam retornar. Foi reconhecido aos chineses o direito de viajar dentro dos Estados Unidos, mas eles ainda não estariam aptos a aplicar pedidos de cidadania americana. Em outro aspecto, positivo para os chineses, cortes americanas confirmaram que as crianças chinesas nascidas em território americano eram cidadãos americanos, o que foi reforçado pela Suprema Corte, em 1898.

De acordo com Hunt (1987), o movimento nativista conquistou o Oeste e conseguiu chamar a atenção dos políticos e tomadores de decisão, incluindo na Casa Branca. Em 1888, o presidente Cleveland pronunciaria que os chineses eram uma “ameaça à nossa paz e bem-estar”, enquanto seu adversário Republicano, Benjamin Harrison, também atacava os asiáticos

chamando-os de uma raça "alien" cuja assimilação não era nem possível, nem desejada. Assim, uma série de tratados e medidas tomadas pelo Congresso entre 1880 e 1904 permitiu que os Estados Unidos aplicassem exclusão dos chineses legalmente.

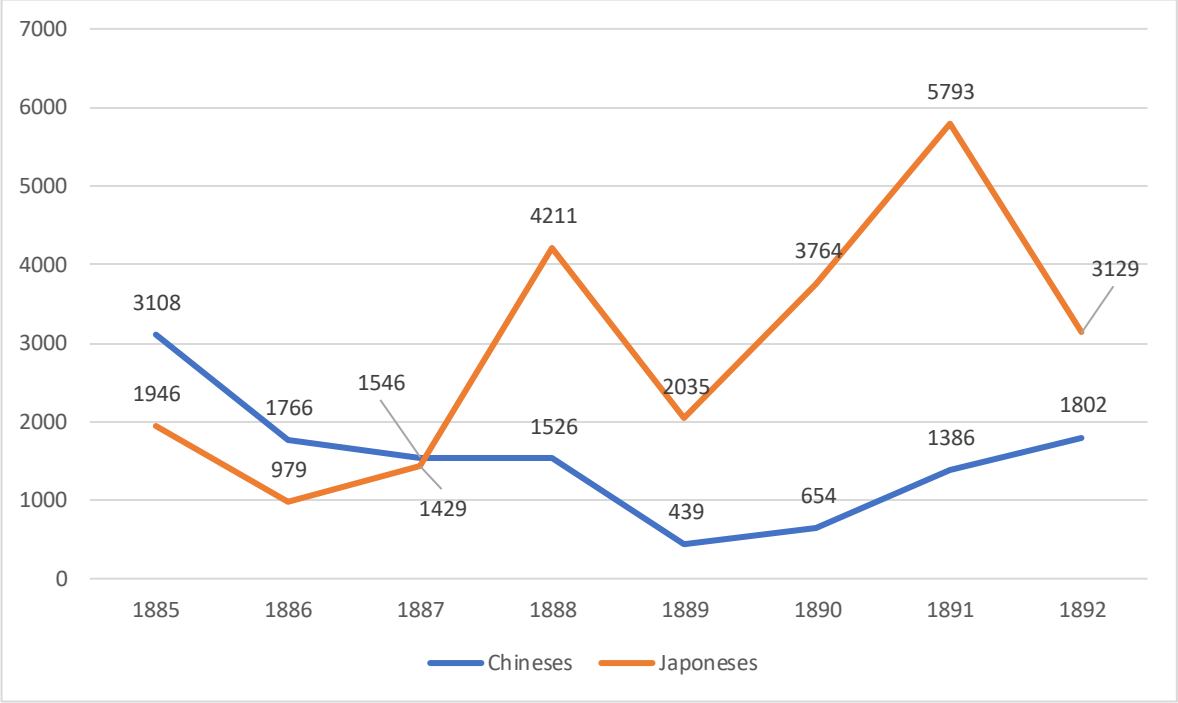
Os nativistas, porém, não eram os únicos a construir a imagem dos chineses. A comunidade americana na China, que havia crescido em número e influência durante o século dezenove, ajudava a enfatizar as qualidades negativas dos chineses como fracos, vulneráveis e atrasados, reforçando o discurso nativista. Esses americanos, contudo, tinham interesses distintos e se preocupavam com o papel que a China poderia ou deveria ter em relação à presença americana na Ásia e no Pacífico, especialmente em relação às finanças, comércio e trabalho missionário. Eles exaltavam o enorme potencial para o progresso que os povos asiáticos tinham dentro de si e acreditavam que poderiam ser plenamente civilizados. Caso acontecesse, a China deveria ser o pivô dessa mudança e os americanos seriam os provedores iniciais. Por isso, ao mesmo tempo em que esses indivíduos reforçavam o caráter negativo dos chineses, também construíam a ideia de um povo promissor que necessitava da ajuda dos Estados Unidos para que, sob essa tutela, pudessem finalmente progredir.

Assim, conforme afirma Pickus (2005), esses grupos nativistas começaram a se organizar e questionar a entrada e concessão da cidadania americana a determinados imigrantes. Nas grandes cidades existia um preconceito muito grande dos imigrantes que chegavam com pouco conhecimento técnico ou tendo trabalhado apenas no campo, considerados inaptos à modernização por que passava a sociedade americana naquele período. Além disso, surgiu ainda a *anti-Catholic American protective Association* (APA), fundada em 1887, que chegou a ter mais de milhões de membros abertamente contrária à chegada de imigrantes católicos ou que viessem de países de maioria católica sob o argumento de que não haveria como se tornar americano de fato sem compartilhar da visão própria que eles tinham da Cristandade e sem os valores "latinos" do sul da Europa.

O resultado disso foi a entrada de mão-de-obra japonesa. Tyner (2006) aponta que a mudança nessa política foi resultado da atuação de Robert Walker Irwin. Ele serviu como representante oficial do governo havaiano e ajudou a facilitar a chegada de imigrantes japoneses no Havaí. Essa conexão estabeleceu o precedente das migrações japonesas seguintes e o arquipélago havaiano ainda serviria como ponte entre a migração japonesa da Ásia para a América do Norte. Todavia, depois do *Chinese Exclusion Act*, de 1882, a imigração de trabalho entraria em decadência.

Foi estabelecida a Convenção de Irwin, que permaneceu em vigor até 1894: 29.000 trabalhadores japoneses financiados pelo governo do Japão foram trabalhar nos Estados Unidos e seus territórios em contratos de três anos. Entre 1894 e 1908, aproximadamente 125.000 japoneses migraram para o Havaí sob a tutela de companhias de migração e outros 17.000 migraram por conta própria. Depois que os Estados Unidos anexaram o Havaí, em 1898, muitos desses trabalhadores migraram novamente para a costa oeste americana. Na década de 1890 aproximadamente 27.000 trabalhadores entraram nos Estados Unido e entre 1901 e 1910 outros 130.000 fizeram-no.

GRÁFICO 10 – Imigração asiática para o Havaí em anos selecionados



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

A migração japonesa também foi marcada pela predominância de homens, que representavam praticamente 80% do montante entre 1885 e 1892. A seleção prévia que desembocou neste perfil incluía considerações em relação aos trabalhos a serem exercidos e ao fato de que a maioria dos imigrantes tinham planos de retornar ao Japão.

Segundo Hunt (1987), discursos de exclusão também surgiram em relação aos trabalhadores japoneses, muitas vezes sob o pretexto de que seria necessário proteger os americanos da competição desleal, mas também por meio de proposições racistas como a ideia de que seria necessário proteger a "pureza da raça branca" e a civilização Ocidental. Da mesma

forma que os chineses, os japoneses também eram vistos como uma raça inassimilável à moral e aos costumes americanos. Porém, ao contrário da China, o Japão se constituía enquanto um nascente poder imperial com aspirações hegemônicas sobre o leste asiático.

5.1.3 O papel da Marinha

A renovação e o aumento dos investimentos na Marinha permaneceram em seu governo, tendo o tema sido parte do discurso sobre o Estado da União, de 1885, e relembrado pelo presidente em seu último pronunciamento (CLEVELAND, 1888).

> All must admit the importance of an effective navy to a nation like ours, having such an extended seacoast to protect; and yet we have not a single vessel of war that could keep the seas against a first-class vessel of any important power. Such a condition ought not longer to continue. **The nation that can not resist aggression is constantly exposed to it. Its foreign policy is of necessity weak and its negotiations are conducted with disadvantage** because it is not in condition to enforce the terms dictated by its sense of right and justice. (CLEVELAND, 1885b, grifo nosso).

O que chama a atenção, contudo, é a forma como Cleveland se refere à necessidade de uma marinha mais forte. É possível perceber que a reclamação do presidente em relação ao efetivo disponível parece servir como justificativa para uma política externa menos assertiva e que as negociações dos americanos com os demais países seriam prejudicadas em decorrência dessa fraqueza. Há o estabelecimento de uma relação causal em forma de alerta: uma marinha fraca atrai a agressão de outros, impõe uma política externa de baixo perfil e prejudica as negociações de forma ampla; logo, o contrário deveria ser buscado e estabelecido como padrão de atuação.

5.2 A política externa de Benjamin Harrison

O presidente Benjamin Harrison, em seu discurso inaugural de março de 1889, irá reiterar parte dos princípios americanos de política externa, em especial as premissas do que propunha a Doutrina Monroe:

> **We have happily maintained a policy of avoiding all interference with European affairs**. We have been **only interested spectators** of their contentions in diplomacy and in war, **ready to use our friendly offices** to promote peace, but never obstruding [sic] our advice and never attempting unfairly to coin the distresses of other powers into commercial advantage to ourselves. **We have a just right to expect that our European policy will be the American policy of European courts** (HARRISON, 1889a, grifo nosso).

A última frase do trecho anterior demonstra como a política de não-interferência e razoável isolamento ainda permaneceria como norteadora da política externa dos Estados Unidos na década de 1880. Harrison ainda continua:

> **We have not sought to dominate or to absorb any of our weaker neighbors**, but rather to aid and encourage them to establish free and stable governments resting upon the consent of their own people. **We have a clear right to expect, therefore, that no European Government will seek to establish colonial dependencies upon the territory of these independente American States**. (1889a, grifo nosso).

Os trechos anteriormente descritos apresentam a ansiedade em demonstrar que os americanos não aceitariam interferências ou conquistas coloniais no Hemisfério Ocidental e que a região permaneceria como parte de sua zona de influência exclusiva. Essa lógica pautou boa parte das relações subsequentes, em que os Estados Unidos permaneceram atuando no sentido de garantir sua influência e expandir o comércio com os países da região.

5.2.1 A Conferência de Washington e as relações hemisféricas

De acordo com Sexton (2011), o Congresso aprovaria recursos para uma conferência hemisférica a ser realizada em Washington, no ano de 1888. O o país que era pouco afeito às reuniões hemisféricas agora tomou justamente sua dianteira e patrocínio. Cabe notar que a lei que aprovou a Conferência de Washington foi fruto da cooperação bipartidária e defendida por representantes do Norte e do Sul do país. Segundo Herring (2008) e Blakeslee (1917), o Secretário de Estado do presidente Harrison, James Blaine, estaria preocupado com a possibilidade de que conflitos inter-hemisféricos pudessem atrair a intervenção de países europeus, então propôs a conferência, em 1881, para que as nações do hemisfério pudessem encontrar maneiras de evitar a guerra entre si. Contudo, nesse primeiro momento os convites foram cancelados devido ao assassinato de James Garfield. Coincidentemente, Blaine ocuparia o mesmo cargo em 1889, quando a conferência tomaria forma.

Os Estados Unidos assumiam a liderança a fim de moldar a agenda da conferência. Parte da razão porque os americanos haviam recusado participar de conferências anteriores se devia ao fato de que foram organizadas pelos latino-americanos, cujos interesses diferiam dos americanos. A Conferência de Washington seria diferente das organizadas anteriormente justamente nesse quesito, manifesto logo no nome: *The First International Conference of the American States*. A lista de convidados também refletia os objetivos americanos, sem países europeus e até mesmo o Canadá, por sua forte conexão com a Rainha Victoria (SEXTON, 2011).

Nesse sentido, o presidente exaltará o encontro entre os líderes hemisférios em Washington: "(...) the representatives of all the independent States of North and South American met together in earnest conference touching the best methods of perpetuating and expanding the relations of mutual interest and friendliness existing among them" (HARRISON, 1889b). Benjamin Harrison demonstrou estar satisfeito com a realização da conferência, em que resume os objetivos em termos de comércio e mecanismos de segurança comuns. Nesse mesmo discurso, o presidente faz alusão ao Havaí: "I also recommend that timely provision [must] be made for extending to Hawaii an invitation to be represented in the international conference now sitting at this capital" (HARRISON, 1889b). Tal alusãodemonstra objetivamente como os Estado Unidos já consideravam o arquipélago como parte inseparável do Hemisfério e, por consequência, inseridos no sistema protegido pela Doutrina Monroe.

A continuação da conferência é lembrada e novamente apontada como motivo de orgulho da atuação americana em sua realização: "This importane convocation marks a most interesting and influential epoch in the history of the Western Hemisphere". (HARRISON, 1890). Sobre as relações hemisféricas e a perpetuação dos princípios estabelecidos da política externa americana em torno da Doutrina Monroe, Harrison (1891) demonstrou preocupação em relação à atuação britânica no que diz respeito à disputas de fronteira entre a Guiana Inglesa e a Venezuela: "This Government will continue to express its concern at any appearance of foreign encroachment on territories long under the administrative control of American States." Essa questão não se desenrolaria em crise diplomática nesse momento, mas serve de prenúncio para eventos posteriores.

Segundo Pletcher (1978) e Lake (1988), os objetivos americanos na conferência eram fortemente ligados às questões econômicas. Os principais itens da agenda buscavam promover a integração econômica hemisférica por meio de união alfandegária, moeda comum e criação de uma rede de transportes e comunicações, além de um sistema compartilhado de pesos e medidas. Os dez delegados americanos presentes na conferência tinham fortes credenciais comerciais e econômicas, mas pouco diplomáticas, o que ainda mostrava onde estavam os interesses dos Estados Unidos na reunião – ao contrário dos latino-americanos que enviaram diplomatas de carreira e especialistas em direito internacional.

Apesar de a conferência criar as fundações para futuros encontros pan-americanos, ela falhou em converter seus participantes às ideias apresentados pelos Estados Unidos. As duas maiores realizações da conferência – o endosso à reciprocidade e a Agência Comercial – não foram minadas pela provável resistência argentina e chilena, mas pela oposição doméstica. Logo após o encontro, o governo Harrison intimidou oito governos latino-americanos a assinar acordos de reciprocidade ao ameaçar impor restrições alfandegárias às suas exportações de produtos primários e alimentícios. Os poucos acordos tiveram pouca chance de entrar em vigor. O Congresso, controlado por democratas, rejeitou os acordos de reciprocidade e se contrapôs em relação à Agência Comercial, considerada pouco efetiva e de pouca participação latino-americana no que dizia respeito à sua manutenção. De acordo com Herring (2008), a conferência gerou poucos frutos, como a decisão de um novo encontro e o estabelecimento de um órgão burocrático sediado em Washington que evoluiria para a União Pan-Americana. Os esforços de Blaine trariam poucos benefícios imediatos ou tangíveis, mas deixavam clara a determinação do país em assumir a liderança hemisférica.

E em seu último discurso sobre o Estado da União, Harrison reforça a urgência em aumentar a presença comercial dos Estados Unidos como forma de amenizar os efeitos de sucessivas crises pelas quais passava o país:

> Especial care has been taken to secure markets for farm products, in order to relieve that great underlying industry of the depression which the lack of an adequate foreign market for our surplus often brings. An opening has also been made for manufactured products that will undoubtedly, if this policy is maintained, greatly augment our export trade. (...) In the case of food products, and especially with Cuba, the trade did not need to wait, and the immediate results have been most gratifying. (HARRISON, 1892).

O trecho faz referência especial à Cuba enquanto um dos principais mercados dos Estados Unidos, mas a preocupação de Harrison é principalmente com a competição europeia, encarada pelo presidente como "*alarmed attention*" em razão da perda de mercado para os americanos na América do Sul, principalmente. Harrison também busca diminuir preocupações dos próprios países latino-americanos quanto à promoção dos negócios americanos enquanto parte da política externa do país:

> **We do not covet their territory**. We have **no disposition to be oppressive** or exacting in our dealings with any of them, **even the weakest**. Out interests and our hopes form them all lie in the direction of **stable governments by their people** and of the largest development of their great commercial resources. (HARRISON, 1892, grifo nosso).

Nesse trecho, chama a atenção o reforço dos dois maiores princípios da política externa:, do não-envolvimento e a Doutrina Monroe. É possível reparar que a ideia de governos estáveis não é referência solta, mas a afirmação de que os americanos realmente incidem nessa questão como forma de evitar a presença de potências europeias na região. A instabilidade dos governos latino-americanos, em geral marcados por golpes, revoltas e revoluções, é apontado pelo presidente, de forma indireta, como causa de preocupação nesse sentido. Por isso, a ideia de que o país busca uma política de expansão comercial é construída, ao mesmo tempo, de um argumento anti-expansionista dos próprios americanos e, especialmente, dos europeus (FENSTERWALD, 1958).

O governo Harrison foi, ainda, responsável pelo reconhecimento da proclamação da República no Brasil, vista com bons olhos por acabar com o último resquício de regime monárquico em um país independente no continente. O presidente fez alusão direta à questão nos seus dois discursos iniciais (1889; 1890) como forma de exaltar o "fechamento" do hemisfério em torno do regime republicano.

5.2.2 O Caribe e o Pacífico

Herring (2008) afirma que, em relação ao canal ístmico, quanto mais os líderes americanos falavam sobre a construção de um canal, mais parecia aumentar a percepção sobre a necessidade de bases navais para protegê-lo futuramente. A região de Môle St. Nicolas, no Haiti, era especialmente atrativa e Blaine pressionou o governo do país para adquiri-la, mas quando os haitianos rejeitaram a proposta americana, os Estados Unidos enviaram carregamentos de armas a grupo insurgentes na ilha, esperando que pudessem retornar o favor. Depois que os rebeldes tomaram o poder, o governo enviou Frederick Douglass para negociar com o Haiti. Quando as negociações não avançaram, os Estados Unidos enviaram o Almirante Gherardi, que também falharia em convencer os líderes haitianos. As sucessivas rejeições levaram o governo americano a movimentar sua marinha na costa do Haiti, mas o país não se deixou coagir.

De acordo com LaFeber (1994), Santo Domingo tampouco foi "obediente". Os esforços americanos em usar a influência provida pelo tratado de reciprocidade para adquirir a Baía de Samaná não geraram resultados, o que levou Blaine a se demitir em junho de 1892 – tendo morrido no ano seguinte sem atingir seu objetivo de construir uma base naval no Caribe.

Harrison, assim como seu antecessor, fez referência à importância do comércio entre os Estados Unidos e as ilhas espanholas do Caribe, em especial Cuba e Porto Rico, propondo um estreitamento das relações, inclusive: "The importance of the commerce of Cuba and Puerto Rico with the United States, their nearest and principal market, justifies the expectation that the existing relations may be beneficially expanded" (HARRISON, 1889b). Essa preocupação residia principalmente nas barreiras alfandegárias e técnicas impostas pelos espanhóis aos navios americanos, os quais ficam impedidos de ancorar nas ilhas.

No ano seguinte Harrison reiterou que a Espanha permanecia atrasando a realização de um "special arrangement" entre Cuba e Estados Unidos, relação que é apontada como de "peculiar importance" e que exigiria maior atenção dos espanhóis, segundo o presidente americano (HARRISON, 1890).

Em relação ao Hvaí, o tratado de reciprocidade, de 1875, havia cumprido seu papel. Por isso, Herring (2008) aponta que. por volta de 1880, a região era um satélite dos Estados Unidos e toda interferência externa havia sido repelida. Quando os britânicos e os franceses buscaram defender seus interesses na ilha, o Comitê de Relações Exteriores do Senado proclamou o Havaí como parte física e geográfica dos Estados Unidos. Por essa razão, os dois países reforçaram o tratado de reciprocidade, em 1884, o renovando por mais sete anos. Contudo, em razão de oposição doméstica pelos produtores de açúcar americanos, a aprovação pelo Senado viria apenas três anos depois, quando foi apresentada uma emenda que cedia aos Estados Unidos os direitos exclusivos para a construção de uma base naval em Pearl Harbor.

Segundo LaFeber (1998), a Tarifa McKinley, de 1890, privou o açúcar havaiano de sua posição privilegiada no mercado americano e gerou queda da produção e aflição nas ilhas. Por isso, o presidente Harrison pediu aos congressistas que fizessem emendas para que os habitantes do Havaí não fossem prejudicados. O aumento das taxas alfandegárias teria acontecido, de acordo com o presidente, de forma não-intencional, uma vez que as ilhas já detinham um acordo de reciprocidade e abertura comercial e, por isso, estariam livres de cobranças do tipo. Além disso, no ano seguinte, o presidente americano lamentou a morte do Rei Kalakaua e aproveitou para afirmar que a sucessora, Rainha Liliuokolani, seguiria no mesmo sentido da promoção das relações comerciais entre as duas nações. Mais importante, porém, é o pedido de Harrison (1891): "I strongly recommend that provision be made for improving the harbor of Pearl River and equipping it as a naval station". Há, portanto, uma preocupação interessante no sentido de acentuar ainda mais a presença e o valor estratégico do arquipélago para os Estados Unidos.

Porém, conforme LaFeber (1994), os esforços da Rainha Liliuokalani foram direcionados para retomar seus poderes reais cedidos aos americanos por seu irmão e falecido rei e restaurar o "Havaí para os havaianos". No começo de 1892, alguns americanos formaram uma sociedade secreta, chamada *Annexation Club*, que instigava uma conspiração para derrubar a Rainha e, quando esta anunciou uma nova constituição, os conspiradores se movimentaram. Em janeiro de 1893, sob ordens de John Stevens, embaixador americano para o Havaí, o navio US Boston desembarcou fuzileiros para preservar a ordem, o que na prática garantiu com que

os conspiradores tomassem o poder sem conflito. Stevens então declarou o novo governo sob proteção americana, o que foi acompanhado da ida de representantes havaianos a Washington para que rapidamente um tratado de anexação fosse negociado, assinado e submetido ao Senado. Harrison eximiu-se do golpe, mas denunciou a rainha como inapta ao governo e alertou que os Estados Unidos deveriam agir de forma decisiva para que Pearl Harbor e outros territórios essenciais não caíssem sob o controle de outras potências, o que só poderia ser feito por meio da anexação formal. O Senado, contudo, não aprovou o tratado.

Em relação à China, Harrison pareceu compartilhar da visão da época a respeito dos chineses e reiterou o pedido de urgência quanto a leis mais rígidas a fim de excluir os trabalhadores asiáticos do país: "While **our supreme interests demand the exclusion of a laboring element which experience has shown to be incompatible with our social life,** all steps to compass this imperative need should be accompanied with a recognition of the claim of those strangers now lawfully among us to humane and just treatment". (HARRISON, 1889b, grifo nosso). Existe no trecho em destaque reiterada alusão à ideia de que os chineses não são aptos à vida civilizada representada pela sociedade americana. Outros presidentes já teriam atestado essa afirmação e isso pautará a tônica da relação sobre a imigração chinesa no país durante as décadas seguintes.

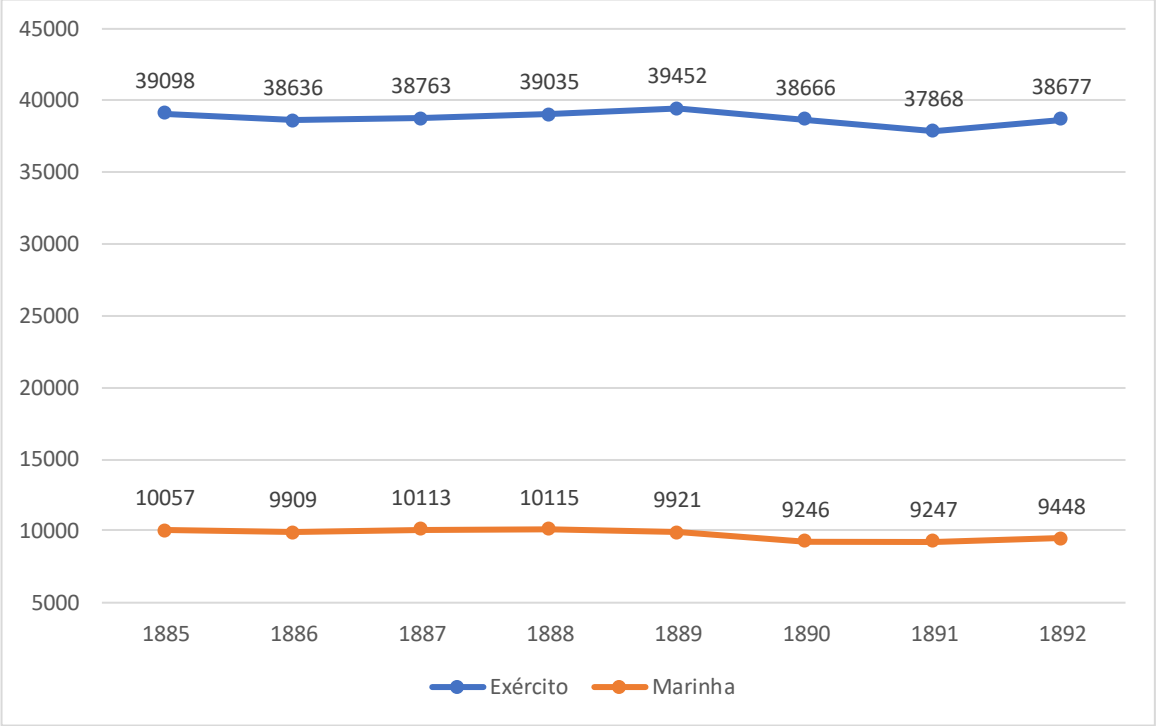
O governo Harrison ainda enviou esforços para deter a imigração chinesa aos outros países da América do Norte e propôs ao México e ao Reino Unido que também criassem regulações para a entrada dos trabalhadores chineses. Isso advinha do fato de que o território americano não receberia mais os imigrantes, por isso eles buscavam formas alternativas de chegar aos Estados Unidos e as fronteiras com os vizinhos se mostravam porosas e de fácil acesso, devido à sua extensão (HARRISON, 1890).

5.2.3 O fortalecimento da Marinha

De acordo com Rosenberg (1982), o presidente Benjamin Harrison e seu Secretário da Marinha, Benjamin Tracy, delinearam um ambicioso programa de investimento naval. Os dois haviam sido influenciados por Alfred Thayer Mahan, cujo argumento conectava a ideia de poder nacional com supremacia naval. As visões de Mahan ajudaram a concretizar os impulsos expansionistas do final do século dezenove: evangelismo protestante, "destino" anglo-saxão,

superprodução, confiança na supremacia comercial e etc. A chave para tudo, argumentava-se, era o controle dos mares. Assim, Tracy pressionou o Congresso para a necessidade de mais recursos a fim de garantir uma marinha maior e mais moderna dado o papel que os Estados Unidos deveriam ter no cenário internacional. O Congresso respondeu autorizando a construção de três grandes navios de guerra em 1890 - os primeiros de vários a partir daquele ano - e gradualmente os americanos construiriam uma marinha correspondente ao seu poder econômico crescente. De fato, conforme o gráfico 10 aponta, investimentos seriam necessários para pelo menos manter o mesmo número de homens nas forças armadas.

GRÁFICO 11 – Efetivo militar dos Estados Unidos nos governos Cleveland e Harrison



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

Em seu primeiro discurso sobre o Estado da União, há lembrança, por parte de Harrison, da necessidade de maiores investimentos na marinha: "In general, satisfactory progress has been made in the construction of the News ships of war authorized by Congress. (...) [But] the number of our ships fit for sea duty grows very slowly" (HARRISON, 1889b). É interessante o apontamento do presidente, em 1890, sobre a evolução e melhoria dos navios americanos, os quais teriam começado a chamar a atenção dos europeus: "The experiments conducted during the year to test the relative resisting power of armor plates have been so valuable as to attract great attention in Europe" (HARRISON, 1890).

LaFeber (1998) sustenta a tese de que as décadas anteriores a 1890 podem ser entendidas como um período de preparação, em que o império americano criaria suas raízes, mas ainda não daria frutos, o que ficaria mais próximo de ser realizado após a formação de um pensamento de época propício à essa ascensão a partir das proposições de Frederick Jackson Turner, Alfred Thayer Mahan e outros pensadores que viriam a ser conhecidos como darwinistas sociais.

5.3 O contexto ideológico americano

Durante as décadas de 1880 e 1890, surgiram nos Estados Unidos diversas obras e ideias que ajudaram a pautar o pensamento da época. Buscaremos, portanto, apresentar uma seleção daqueles que consideramos os principais ideólogos do período e que ajudaram a definir as políticas e a formação identitária nos Estados Unidos das décadas seguintes. São eles: Alfred Thayer Mahan, Herbert Spencer, John Fiske e Josiah Strong.

5.3.1 O darwinismo social

Segundo Gibran (2010), no começo do século dezenove começaram a surgir as primeiras tentativas de comprovação científica, dentre os europeus, de que outras raças, como os negros, eram supostamente inferiores a partir de modelos de anatomia comparada. Diversos pesquisadores, ao longo do século, se basearam nessas ideias para institucionalizar e legitimar o racismo e esse pensamento ganhou nova força quando surgiram as interpretações sociológicas acerca das obras de Charles Darwin sobre a evolução das espécies.

Para Bannister (1979), o darwinismo afetou o pensamento social de duas formas: diretamente, ao promover a ideia de que o homem deveria transcender as leis naturais ao invés de seguir seus ditames, e indiretamente, como uma arma sob o mito do darwinismo social e contra o *laissez faire* e o utilitarismo. Com a virada do século, o conceito foi importante em diversos debates sobre relações raciais e eugenia e, enquanto mito social, distorceu a realidade em razão de interesses considerados “tradicionais”, morais e religiosos.

No contexto de emergência do darwinismo social, toda evidência de dominação no contexto das sociedades (interna e externa) era vista como consequência natural da sobrevivência do mais apto em um ambiente de eterna disputa. Assim, a desigualdade, a opressão social e o status quo seriam meros resultados causais de grupos que seriam mais aptos a ocuparem o ápice da cadeia evolutiva em detrimento de outros, incapazes de dominar a sociedade devido às suas fraquezas (GIBRAN, 2010).

De acordo com Goldman (1952), as teorias da época sustentavam que os povos europeus do sul e leste europeu que migraram para os Estados Unidos não tinham o "instinto de liberdade", base da democracia americana. Esse instinto teria aparecido primeiro nas florestas teutônicas e espalhado-se como herança da raça anglo-saxã. Uma vez hereditário, não poderia ser adquirido pelos demais povos não-saxões, independentemente de viverem nos Estados Unidos ou outros ambientes democráticos. Apesar da definição de anglo-saxão ser deveras vaga, era normalmente definida em termos dos povos da Europa ocidental ou o mais afastado possível da África.

Ainda segundo o autor, o status quo proposto pelas teorias eugênicas era ainda conformado pela crença na confirmação divina. Aglutinava-se à ideia de superioridade racial a afirmação de que os cristãos carregavam consigo os valores morais das liberdades individuais. No âmbito religioso ou pseudo-científico, essas ideias compartilhavam uma importante característica: eram todas concepções absolutas, assumidas à parte do mundo material e sem relação direta com tempo, espaço ou interesses individuais ou coletivos especiais. A ideia é que fossem premissas que pudessem ser adotadas em qualquer período e por qualquer pessoa, camufladas em torno de expressões como "verdades absolutas", "leis divinas", "fatos objetivos", "leis naturais" e etc.

Segundo Jones (2001), um dos seguidos mais proeminentes de Darwin, o sociológico Herbert Spencer, transformou a concepção biológica darwinista em "leis sociais" que corroboravam o pensamento da época. O darwinismo biológico afirmava que todas as espécies haviam evoluído e continuavam evoluindo a partir de um processo de adaptação. Segundo Spencer e sua lógica do darwinismo social, as sociedades também eram organismos que evoluíram e continuavam evoluindo a partir da lógica da sobrevivência do mais apto. Assim, as instituições sociais existentes e dominantes seriam as mais "aptas" enquanto hegemônicas. Da mesma forma, os empresários e comerciantes que sobressaíssem o fariam por serem melhores e mais aptos que os demais menos evoluídos e assim por diante. Spencer defendia a regra de

que nenhum homem em sã consciência buscaria quebrar a lei natural do processo evolucionário que pautava as relações sociais, o que reforçava o fato de que se uma sociedade ou nação fosse considerada mais corrupta ou inábil comercialmente, as demais "civilizadas" e prósperas teriam a quase obrigação de exercer o direito de conquista (GOLDMAN, 1952)

Tyner (2006) afirma que a ideia de uma "classificação racial", conforme empregada por Herbert Spencer e seus seguidores, defendia a noção de que a crueldade existente nas disputas entre raças e as espécies era o método da natureza para garantir a sobrevivência do mais forte. Esse pensamento, quando readequado aos seres humano,s gerou uma nova forma de olhar as sociedades enquanto entidades que, por serem diferentes (e, por isso, também classificadas de forma distinta uma da outra), iriam em algum momento competir umas com as outras. Mais que um exercício científico de classificação racial, essa abordagem do darwinismo social para a evolução proveu o padrão normativo para as decisões morais e a tomada de decisão a partir de então.

Para Orozco (1994), o acolhimento da obra de Spencer por acadêmicos, industriais e jornalistas, entre outros, demonstra a capilaridade de seu trabalho no espectro ideológico americano do final do século XIX e começo do século XX. Suas interpretações eram usadas para legitimar práticas de monopolização de setores da economia em torno do argumento de que a sobrevivência do mais forte aplicava-se como lei de mercado. Da mesma forma, a expansão colonial ou imperial seria justificada a partir das mesmas premissas.

Nesse sentido, conforme aponta Weinberg (1935), o expansionismo americano serviria como ideologia justificadora das doutrinas de atuação em política externa. Envolveria tanto o aspecto metafísico da providência divina quanto leis e regras pseudo-científicas de como o mundo deveria funcionar. Essa ideologia de cunho moral e nacionalista legitimaria os anseios expansionistas do país como algo certo, que deve ser feita e cujos opositores seriam "irracionais" ou desprovidos da capacidade de entender.

Por isso, de acordo com os ditames do que viria a ser conhecido como anglo-saxonismo, todas as raças inferiores deveriam ser tratadas de modo distinto e particular. Apesar de cada raça ter suas fraquezas específicas, as raças "de cor" deveriam ser tratadas diferentemente das raças europeias porque as últimas já teriam alcançado o grau de civilização adequado. Os imigrantes europeus, portanto, eram como se fossem "indígenas brancos", assimiláveis não apenas cultural e economicamente, mas também no aspecto biológico (HUNT, 1987).

De acordo com Bannister (1979), as ideias de Darwin nos Estados Unidos foram traduzidas como evolução, pura e simples. Essa identificação com alguma forma de mecanismo causal, seja ele material ou espiritual, acelerou a aceitação dessas ideias no país, ao mesmo tempo em que impediu a apreciação devida das implicações teóricas advindas dessa leitura. Essa distinção refletia a tendência geral do sociólogo Herbert Spencer e seus contemporâneos em distinguir estágios superiores e inferiores em todo o tipo de desenvolvimento: barbarismo e civilização, status e contrato, militarismo e industrialismo, etc. Nesse sentido, Spencer usou a mesma divisão hierárquica ao se referir à sua ideia de raças humanas, que teriam maior ou menor grau de desenvolvimento físico e mental.

De acordo com Stephanson (1995), Josiah Strong foi central no movimento protestante dos Estados Unidos no final do século dezenove e incorporava em seus textos três elementos importantes: uma "teologia liberal", a ideia de missão doméstica e externa e um "evangelho social". O primeiro era uma reinvenção da "teologia natural", no sentido de readequar os chamados desígnios divinos em relação à crescente industrialização e crença nas verdades científicas da época. Deus, portanto, "concordaria" com a lógica da sobrevivência do mais apto e da hierarquia racial. A atividade missionária atingiu seu apogeu no final do século e ganhou força domesticamente, com a chegada de imigrantes a serem convertidos. No exterior, sua presença se justificaria com o argumento da necessidade de levar as bênçãos do mundo para os povos não-cristãos e não-civilizados. Esses missionários, portanto, tinham uma lógica consistente em relação ao movimento expansionista da época. Por fim, o evangelho social era o elemento reformista desse sistema: as coisas precisavam ser remediadas, resgatadas e regeneradas.

Rosenberg (1982) afirma que sua principal obra, *Our Country*, tinha a forma de um discurso jeremiada atualizado e de um cenário apocalíptico. Strong argumentava que o tempo caminhava rapidamente em direção ao momento final de competição entre as raças e que Deus havia dado aos anglo-saxões em geral, e aos Estados Unidos em particular, a missão de comandar e cristianizar o mundo não-civilizado. Providos e abençoados de amplos recursos e uma vigorosa população, os Estados Unidos mostravam sinais de degeneração, o que colocava o senso de liberdade dos anglo-saxões e a pureza do cristianismo em perigo. Por isso, ele acreditava que a salvação viria das recompensas divinas advindas da atuação firme e decisiva dos anglo-saxões, representados pelos americanos e britânicos, no cenário internacional em que, somados, ocupavam um terço da superfície da Terra e mais de um quarto de sua população.

Também segundo Stephanson (1995), dentro da civilização anglófona, era claro que Deus havia selecionado os Estados Unidos como seu líder. O país já havia alcançado a liderança em termos de poder material e populacional. Essa civilização, liderada pelos americanos, deveria descer em direção ao México, a América Central e Sul, conquistando as ilhas em volta até chegar ao continente africano a além. O resultado seria a extinção das raças inferiores submetidas à força maciça e pura da vitalidade e civilização e não pelo extermínio físico.

De acordo com Williams (1976) e Reed (1972), mais ou menos contemporâneo a Strong, John Fiske introduziu o similar tema do imperialismo civilizacional – apesar de que o termo "imperialismo" era frequentemente evitado. Seu vocabulário era menos apocalíptico e mais histórico, apesar de sua trama permanecer ligada ao cristianismo. Fiske era um historiador e um dos primeiros evolucionistas dos Estados Unidos, tendo escolhido a temática do "Destino Manifesto" como um dos seus principais assuntos a fim de introduzir as ideias políticas dos Estados Unidos no Reino Unido, em 1880. A história era para ele um conflito dual entre o avanço civilizatória e o retrocesso do barbarismo, um jogo de soma-zero que caminhava em direção a um fim de paz perpétua. O advento da nação americana teria sido decisivo nesse caminho, ao eliminar a presença dos inimigos continentais, como os franceses católicos, e proporcionar ao mundo um laboratório para o desenvolvimento do pensamento e das instituições anglo-saxônicas.

De acordo com Adams (2009), a estrutura da narrativa de Fiske foi tirada diretamente de seu amigo britânico, Herbert Spencer. Este acreditava que todas as sociedades deveriam evoluir do barbarismo à civilização por meio de três estágios distintos: o primeiro, a selvageria anárquica, evoluiria para um militarismo despótico, que se tornaria, por fim, capitalista e industrial. Todos esses estágios, contudo, existiam simultaneamente, uma vez que diferentes partes do mundo eram mais avançadas que as outras. A paz só reinaria quando o estágio final fosse generalizado, porque aí os Estados desapareceriam sob a eficiência política do *laissez-faire*. O militarismo, portanto, era visto como historicamente atrasado. Spencer, contudo, se opôs à Guerra dos Bôeres assim como certos americanos se opuseram à Guerra Hispano-Americana. Ao mesmo tempo, ele acreditava fortemente na virtude dos conflitos em promover a "sobrevivência do mais apto", frase marcante que criou em resposta à sua leitura de Darwin. A luta, para Spencer, era a grande essência do progresso evolutivo, biológico e histórico. Ademais, qualquer intervenção estatal no estágio mais avançado das civilizações, especialmente por meio de reformas com objetivo de gerar maior bem-estar social, seria irremediavelmente autodestrutivo porque tornaria as classes mais baixas preguiçosas e

acomodadas e evitaria o desejo constante da movimentação e do empreendimento (WILLIAMS, 1976).

Segundo Orozco (1994) e Thompson (2002), entre os anos de 1898 e 1919, o darwinismo social deixará de ser mera preferência intelectual e aristocrática para se consolidar como a filosofia e empiria do capitalismo: a ideia de confirmar e dar tons científico às práticas predatórias do capital e elevá-las ao código universal e atemporal da conduta humana e, portanto, das nações. Essa forma de pensar ajudou a forjar uma identidade militarista e racista e reforçou a divisão dos povos em classes e tipos superiores ou inferiores, da mesma forma que os capitalistas bem-sucedidos se tornaram exemplos da "sobrevivência do mais forte", ricos porque mais aptos.

Ainda assim, cabe recordar que, segundo Dickens (2000), o próprio Darwin não usa o termo "sobrevivência do mais apto" ou mesmo "darwinismo social" na sua obra "A evolução das espécies". Segundo o autor, Darwin teve dificuldades em definir de que forma as questões sociais e culturais tornavam tão distintas e peculiares as características de cada povo e até que ponto a evolução realmente teria peso nessa formação. Entretanto, os debates posteriores nas sociedades científicas preferiram focar suas atenções na comparação entre os brancos e as demais "raças" e sobre como a primeira teria evoluído para colocar-se em posição de destaque em detrimento das demais. A resposta viria pela subversão das propostas darwinistas: os brancos foram os que melhor se adaptaram a um contexto de crescimento populacional e recursos limitados com a criação de instituições e valores que o permitissem evoluir em termos tecnológicas e culturais.

Como era de se esperar, visões conservadoras do Darwinismo, especialmente as proposições darwinistas sociais de Herbert Spencer, tiveram grande apelo nos Estados Unidos. É interessante apontar que a noção darwiniana de evolução não presume necessariamente a ideia de progresso ou direção. Pelo contrário, a evolução seria algo aberto, em que a mudança poderia levar a qualquer caminho ou resultado. Sua teoria foi toda baseada na ideia da variação espontânea que ocorria nas espécies orgânicas, o que não significa objetivamente que haveria aumento da complexidade ou heterogeneidade a partir desse processo.

5.3.2 Mahan e o poder marítimo

Concomitantemente à renovação da Marinha começaram a surgir mais pesquisas sobre a necessidade de investir e entender a relação entre poder marítimo e segurança nacional. Nesse sentido, Alfred Mahan, capitão da marinha americana, expôs uma série de ideias e influenciou políticos e tomadores de decisão a respeito do que os Estados Unidos deveriam fazer para perpetuar e aumentar sua influência em um contexto de disputas imperiais e política entre grandes potências.

Stephanson (1995) afirma que Alfred T. Mahan foi o único intelectual americano de sua época a ganhar extensiva notoriedade internacional. Capitão da marinha, foi aparentemente medíocre atuando no seu ofício, mas em terra, durante sua atuação no Naval War College, ele se tornaria um dos proeminentes intelectuais do globalismo naval. Seu livro, *The Influence of Sea Power upon History*, de 1890, tornou-se referência obrigatória para a crescente comunidade naval, ao oferecer ampla justificação histórica para a vigorosa expansão das marinhas do mundo. O Kaiser alemão era um leitor devoto e a Rainha Victoria chegou a lhe convidar para uma conversa particular. Nos Estados Unidos, criou amizade com Theodore Roosevelt, o qual influenciaria diretamente.

De acordo com Mahan (1970), o povo americano viveu durante muito tempo com indiferença em relação aos acontecimentos fora de seu país, em parte por causa do isolamento esplêndido em razão dos dois oceanos que o margeiam, mas também de forma deliberada – recusavam alianças indesejadas e o envolvimento nas questões dos considerados corruptos e instáveis europeus. Tendo mudadas as condições pelas quais o mundo se encontrava e a própria influência americana ter evoluído, tornar-se-ia imperativo ao país entender e atuar melhor no que diz respeito às suas relações externas. Para Mahan (1977), o controle não dizia respeito aos entrepostos comerciais, mas à garantia de segurança e integridade. Uma força naval deveria ser capaz de projetar poder para além do que se considerava a *mainland* e os territórios contíguos. Deveria, portanto, navegar em pontos estratégicos e sob controle dos Estados Unidos.

Turk (1987) recorda que Mahan reafirmou a necessidade do poder naval ao conjecturar um cenário de derrota americana nos oceanos. O país perderia parte de seu território e teria que abdicar da Doutrina Monroe – que traria consequências diretas ao poder dos Estados Unidos no hemisfério ocidental: o afastamento do Panamá e a perda de posições estratégicas nos oceanos Atlântico e Pacífico. Ele ainda afirma que a presença das grandes potências na balança de poder

asiática forçava a necessidade de os Estados Unidos terem uma Marinha capaz de garantir seus interesses, especialmente no que dizia respeito à distribuição das áreas de influência no continente.

Sobre a abordagem de Mahan, Ayerbe (2002) aponta que:

> A abordagem de Mahan combina a noção de Destino Manifesto que inspirou a expansão territorial da primeira metade do século, centrada na idéia de missão civilizadora dos povos anglo-saxões, com uma visão estratégica que considera o poderio naval e o controle dos mares como principais atributos do *status* de grande potência. Suas idéias terão grande influência entre políticos e intelectuais do país. Um dos seus discípulos mais ilustres será Theodore Roosevelt, que, como presidente, enuncia, em dezembro de 1904, o Corolário para a Doutrina Monroe, manifesto precursor dos argumentos culturais do atraso latino-americano e da missão civilizadora dos Estados Unidos. (p.52-53).

De acordo com Karsten (1972), Mahan não era isento do racismo de sua época. Afirmou que um dos principais fatores do poder naval se encontrava na distribuição populacional, o que para ele significaria maior homogeneização da população envolvida. Sua posição, nesse caso, não trata da troca e compartilhamento cultural entre povos distintos, mas da criação de uma massa orgânica que assimilasse determinadas características da raça anglo-saxã e, assim, transmitisse ideias e instituições mais estáveis e eficientes. Essa capacidade teria existido dentre todas as nações da civilização europeia e deveria ser incentivada em direção aos Estados Unidos. Porém, que em maior escala viessem povos do norte da Europa, cujas instituições seriam mais similares às americanas e permitiriam maior assimilação. Esses povos, geralmente os anglo-saxões, seriam, de acordo com Mahan, mais aptos a internalizar certos valores e virtudes.

Sobre as disputas geopolíticas e seu caráter racial, Mahan (1970) discorre que:

> Our first necessity, therefore, it to recognize that for European civilization in its turn has now arrives an importante period, a day of visitation; that a process has begun which must end wither in bringing the Eastern and Western civilizations face to face, as opponents who have nothing in common, or else in receiving the new elements, the Chinese especially, as factors which, however they may preserve their individuality – as is desirable, and as the Latin and the Teuton still do – have been profoundaly affected by long-continued intimate contact, and in such wise assimilated that the further association many proceed quietly to work out peacefully its natural results. To effect this does not demand the merging of national characteristics, but it does require more than material development, even in indwelling of a common spirit, a gift far

> more slow of growth than the process of material advance. Thus as the Latin civilization at the moment of decisive confrontation with Teutonic vigor found its expression in the Roman law and the imperial idea, – of which the centralized Church was the natural inheritor – our own, while embodying many diverse natioal types, finds its unity in the hallowing traditions of a common Christianity; which is not the unimproved inheritance of a single generation, a talent laid up in a napkin, but an ever-swelling volume of inbred spiritual convictions, trasnmited habits of thoughts, which, by their growth from generation to generation, attest their unimpaired vitality. (p.90-91)

De acordo com Campbell (1970) e Turk (1987), a noção americana de Destino Manifesto era interpretada por Mahan enquanto a busca pela supremacia dos mares e a realização deste projeto a partir de investimentos em Defesa, em geral, e na Marinha, em particular. Assim, com uma força naval capaz de garantir os interesses americanos, esses poderiam agir livremente para expandir seus territórios em direção ao seu "destino" de grandeza.

Para Tyner (2006), as obras de Mahan influenciaram profundamente o desenvolvimento da política externa americana, especialmente no que diz respeito às Filipinas, na necessidade de expandir as trocas comerciais por meio do poder marítimo e garantir uma marinha forte para tanto. Ele ainda advogava, sobre uma "vontade nacional", o ímpeto de cada país em arcar com os custos e buscar se impor quando necessário (dentro do que ele considerava como prioridades estratégicas, obviamente) e, para tanto, usava de conceitos próximos ao darwinismo social, como a ideia de que apenas o mais apto sobrevive na disputa entre as nações e que essa aptidão seria calculada em termos de poder militar e moral de um povo. Mahan ainda alertaria que os Estados Unidos estavam se tornando complacentes em sua insularidade (a ideia de que dois oceanos os separavam de grandes ameaças), sendo Roosevelt um dos que mais defenderam essa mesma ideia: o povo americano não poderia permanecer inerte frente às disputas pelo poder na esfera internacional.

Por fim, em relação à visão de Mahan, Turk (1987) afirma que o expansionismo americano foi articulado como parte de um destino manifesto. No século dezenove, o discurso de nacionalismo dos Estados Unidos se pautava na ideia de salvação e guia para o mundo, ou seja, o país como um farol e exemplo para os demais. Essa visão misturava interesses comerciais e apelo missionário no que consideravam agentes do destino da humanidade. Não seria de espantar que esses sentimentos fossem transpostos geograficamente para além da sua própria fronteira e o hemisfério ocidental.

5.4 A crise de 1893 e suas consequências

De acordo com LaFeber (1998), assim que os Estados Unidos se tornaram mais confiantes quanto à sua preponderância na América Latina, os tomadores de decisão do país passaram a se concentrar mais diretamente no continente asiático. O que se chamava de "Oriente" e era entendido principalmente como a China atraindo a atenção dos políticos e empresários americanos e paulatinamente colocando a região como foco natural da expansão imperial dos Estados Unidos. Contudo, parte dos ideólogos da expansão americana consideravam que algumas "etapas" deveriam ser cumpridas antes que o país se aventurasse na Ásia, como a melhoria da produtividade agrícola e industrial, a construção de Forças Armadas capazes de garantir os interesses americanos, e a tomada ou conquista de ilhas no Oceano Pacífico que permitissem a sustentação de bases de apoio até o continente asiático.

Segundo Schneirov (2006) e Leuchtenburg (1952), nos anos 1890, os Estados Unidos passaram por eventos e transformações que permitiram a ascensão imperial definitiva: o consenso entre o setor público e privado acerca da necessidade de uma política externa expansionista, a disputa na Venezuela de 1895-1896 e a Guerra Hispano-Americana, sendo o primeiro o mais importante e cuja existência permitiu a consecução dos outros dois. Esse consenso derivou principalmente da depressão econômica que afetou os Estados Unidos, de 1893 a 1897. Nesses anos, diversos estudos e análises feitos pelo governo Cleveland uniram o país em torno da necessidade de garantir mercados externos para perpetuar o crescimento econômico e a prosperidade dos americanos. Os grupos responsáveis por esses estudos ainda concluíram que a disputa comercial com o Reino Unido, especialmente na América Latina, ameaçava o bem-estar econômico dos Estados Unidos e que novas práticas e mercados deveriam ser perseguidos.

LaFeber (1994) afirma que a depressão econômica dos anos 1890 reanimou a disputa entre os *goldbugs* e os *silverites*, que culminariam na campanha presidencial de Byran, em 1896. Essa disputa tinha implicações diretas para a política externa, particularmente as relações comerciais dos Estados Unidos com os demais países, uma vez que forçava o governo Cleveland e os *goldbugs* a admitirem que a superprodução, e não a falta de dinheiro, era a principal causa da depressão. Esse excedente de oferta poderia ser resolvido com a

redistribuição de produtos nos Estados Unidos ou pela busca de novos mercados externos. Quando os setores público e privado optaram pela segunda alternativa, eles alteraram definitivamente o curso da política externa do país.

Em relação aos *goldbugs*, duas coisas podem ser ditas. A primeira é que, ao definir que a superprodução era a causa da depressão econômica, o remédio poderia ser encontrado nos mercados e, assim, a questão se tornaria central para a política externa de Cleveland. Em segundo lugar, ao recusar a aproximação com um padrão-prata, os *goldbugs* diminuíram as possibilidades de aumentar de imediato as trocas com os mercados latino-americanos e asiáticos, que operavam nesse padrão.

Para Silber (1993), especialmente depois da depressão econômica de 1893, a crise industrial que havia apreendido a nação na década de 1880 se aprofundou fortemente. Agitação laboral e decadência urbana aumentaram, assim como o número de imigrantes que chegava aos Estados Unidos. Aos olhos dos trabalhadores nativos do país que buscavam desesperadamente por trabalho – assim como aos de muitos dos americanos de classe média e parte das elites – tornava-se cada vez mais difícil absorver esses novos indivíduos na economia do país.

A depressão econômica persistiu, entre 1893 e 1894, quando o governo Cleveland decidiu desafogar a superprodução exportando, o que deveria ser feito rápido para diminuir o descontentamento geral da população e aplacar os críticos. Nesse sentido, o Departamento de Estado ganhou destaque como promotor dos interesses americanos e aquele capaz de garantir os mercados externos.

De acordo com Williams (2011), não apenas os diversos pedidos de falência na década de 1890 criaram as circunstâncias favoráveis à maior consolidação e centralização dos mercados em poucas companhias, como a crise convenceu os muitos americanos de que as liberdades econômicas tão apreciadas e exaltadas não mais conseguiam lidar com as tensões e os problemas que resultavam da industrialização do país. A começar com a fatídica *Black Friday*, o Pânico de 1893 iniciou um intenso e depressivo ciclo que durou até 1898. Isso significou o fim das oportunidades de investimento fácil e grandes retornos que estavam em voga desde 1789, promovidos pela constante expansão da fronteira continental oeste.

Segundo McCormick (2009), uma mudança importante em 1890 foi a revolução na teoria econômica da época, que advogava que a expansão econômica não era apenas possível, mas essencial para a sobrevivência do capitalismo nos Estados Unidos. Essa visão

buscava entender porque o país enfrentava crises recorrentes apesar dos constantes aumentos na produção e na oferta: entre o final da Guerra Civil e os eventos de 1898, os americanos enfrentaram um período chamado de Longa Depressão, que envolveu três grandes pânicos financeiros, em 1873, 1874 e 1893, todos seguidos de depressão industrial. A resposta da elite viria por meio de um consenso, em meados de 1890, de que os Estados Unidos sofriam reiteradamente de superprodução industrial e que o excedente estrutural de oferta sobre demanda havia deprimido as taxas de lucros, o que só poderia ser revertido por meio da busca sistemática de mercados externos, apesar de que muitos economistas viriam a levantar que as verdadeiras causas eram o baixo consumo, a má distribuição de renda, e o fato de que o capital se acumulava mais rapidamente que era reinvestido.

A discussão em torno dessa questão foi chamada de Grande Debate (LAFEBER 1994; 1998; WILLIAMS, 2011; 1980; KIERNAN, 2009; FRIEDEN, 1989; GO, 2007), entre os imperialistas e os anti-imperialistas que, na prática, ainda envolvia um terceiro grupo, vencedor, chamado de imperialistas pragmáticos. Apesar das divergências, todos concordavam que existia a necessidade de buscar novos mercados, além de haver semelhanças na abordagem, em relação a outros povos, geralmente racista (contra ou a favor de práticas expansionistas). Os anti-imperialistas argumentavam que colônias eram indesejadas e desnecessárias, visão corroborada pelo presidente Grover Cleveland e seu primeiro Secretário de Estado, Walter Q. Gresham. O grupo via o colonialismo como anti-democrático, portanto, "libertar" um povo e depois submetê-lo novamente não faria sentido. Além disso, defendiam que "a Constituição segue a bandeira", ou seja, se os Estados Unidos anexassem ou colonizassem novas terras, teria que ser conferido status legal de cidadão americano aos povos correspondentes, o que não era desejado, pela crença que povos "inferiores" não deveriam compartilhar das mesmas instituições e valores que os americanos, como os não-brancos e não-anglo-saxões. Os anti-imperialistas também alertavam que uma presença maior dos Estados Unidos no exterior demandaria investimentos cada vez mais volumosos em defesa e, por fim, defendiam que os americanos deveriam agir no sentido de espalhar os princípios do livre-comércio pelo mundo, sem necessariamente arcar com os custos de ocupar ou colonizar eles mesmos outros territórios.

Os imperialistas abordaram a questão de forma distinta, tendo seu foco, em vários momentos, tangenciado as ideias de honra nacional, valor pessoal, e o "fardo do homem branco". O primeiro argumento pró-expansionismo apontava que a expansão comercial exigia estabilidade política como requisito prévio e que isso só poderia ser obtido nos países subdesenvolvidos após a imposição via uma potência externa, o que já ilustrava parte do

racismo do grupo, ao supor que nações e povos não-brancos não teriam capacidade de se autogovernar ou garantir estabilidade política. Além disso, os imperialistas defendiam que o livre-comércio, pelo menos no futuro próximo, não ente,dia as necessidades urgentes de expansão comercial do país: as demais potências já adotavam práticas contrárias à liberalização comercial com maior protecionismo, sistemas de trocas preferenciais e esferas de influência. Se os Estados Unidos quisessem garantir sua posição enquanto uma dessas potências, argumentava o grupo, deveriam jogar com as mesmas regras. Por fim, propagavam a crença de que os conflitos militares poderiam ser benéficos como forma de ressuscitar os valores marciais e a honra nacional.

Os pragmáticos concordavam com os imperialistas que o expansionismo exigiria o uso da força ou a capacidade de ameaçar possíveis inimigos e adversários – foram responsáveis por grande apoio à reconstrução da marinha americana a partir de 1890. Ainda sustentavam a tese de que acordos de livre-comércio, naquele momento, eram insustentáveis em razão das disputas comerciais e geopolíticas em questão. Por outro lado, concordavam com os anti-imperialistas sobre a necessidade de erguer um sistema colonial de larga escala e irrestrito, especialmente por causa dos altos custos envolvidos – as colônias teriam que ser administradas e defendidas, alienando parte do orçamento do país fora de suas demandas continentais. Os imperialistas pragmáticos concordavam sobre a necessidade de estabelecer protetorados ou colônias se as circunstâncias exigissem tal empreitada, especialmente quando houvessem interesses divergentes de outras potências ou a região fosse geograficamente estratégica para os Estados Unidos, como no caso do Caribe e as ilhas do Pacífico no caminho para a Ásia.

Ao final do ano de 1900, o Grande Debate havia praticamente terminado, com os pragmáticos tendo vencido por duas razões. A primeira dizia respeito à sua proximidade junto às grandes corporações e industriais da época, o que lhes garantiu apoio financeiro e ajudou na formação do consenso sobre a ideia de império nos principais círculos empresariais. A segunda concerne às questões práticas: a realidade, com a aquisição dos territórios após a Guerra Hispano-Americana, forçou os dois outros grupos a adequarem seu discurso em torno de proposições mais próximas aos pragmáticos.

5.5 O segundo governo Cleveland

Interessante notar que quando Cleveland começa a discursar sobre política externa (1893), ao invés de repetir a máxima de que a harmonia esteve presente durante todo o ano – afirmação repetida praticamente por todos os presidentes anteriores a ele depois da Guerra Civil –, ele afirmará que "while our foreign relations have not at all times during the past year been entirely free from perplexity, no embarrassing situation remains that will not yield to the spirit of fairness and love of justice which (...) characterize a truly American foreign policy". Apesar do peculiar comentário anterior, Cleveland irá reiterar os princípios da não-intervenção, do uso da arbitração e dos bons costumes como resolução de conflitos e do não-envolvimeno dos Estados Unidos em questões que não lhe dizem diretamente respeito.

O reforço ao princípio do não-envolvimento é tamanho, na visão de Cleveland, que ele irá abertamente se opor à política desenvolvida por seus antecessores em Samoa. Ele afirma que "the United States, **departing from its policy consecrated by a century of observance,** entered four years ago into the treaty of Berlin, thereby becoming jointly bound with England and Germany to establish and maintain Malietoa Laupepa as King of Samoa" (CLEVELAND, 1893, grifo nosso). No trecho anterior, o presidente já aponta haver distanciamento das tradicionais políticas de neutralidade e não-envolvimento, as quais ele chama de "consagradas". Mas vai além: "This incident and the events leading up to it signally illustrate the impolicy of entangling alliances with foreign powers" (CLEVELAND, 1893). Neste momento é perceptível seu descontentamento com a política de administração tripartite de Samoa, o que ele acusa, portanto, de ter resultado nos incidentes diplomáticos dos anos anteriores, reforçando seu apreço pelos princípios tradicionais e seu perfil anti-imperialista.

No discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1874, o presidente americano afirma que a política de envolvimento nas questões de Samoa não trouxe ganhos ou estimulou o comércio (CLEVELAND, 1894):

> In my last annual message I referred briefly to **the unsatisfactory state of affairs in Samoa under the operation of the Berlin treaty as signally illustrating the impolicy of entangling alliances with foreign powers**, and on May 9, 1894, in response to a resolution of the Senate, I sent a Special message and documents to that body on the same subject, which emphasized my previously expressed opinions. Later occurrences, the correspondence in regard to which will be laid before the Congress, further demonstrate that the Government which was devised by the three powers and forced upon the Samoans against their inveterate hostility **can be maintained only by the continued presence of foreign military force and at no small sacrifice of life and treasure**. (CLEVELAND, 1894, grifo nosso).

Pelo contrário, Cleveland retomará o argumento de que a atuação americana nas ilhas é exemplo de política a não ser seguida, que viola os princípios tradicionais da política externa do país e gera custos desnecessários. Ao final do seu comentário, no trecho anterior, é possível perceber que Cleveland aponta para a necessidade de presença militar e custos de "vidas e dinheiro", argumento notadamente anti-imperialista (FENSTERWALD, 1958).

Ainda assim, Stephanson (1995) afirma que o expansionismo voltou a ocupar a agenda política do país, mesmo que a despeito da vontade do presidente. As propostas de maior presença americana e expansão territorial já fariam um leve aceno, em 1892-1893, quando os produtores americanos de açúcar no Havaí propuseram a independência da região para que pudessem evocar a anexação pelos Estados Unidos, Contudo, Grover Cleveland negou apoio a tais pretensões – seguindo à risca seu conhecido perfil anti-expansionista e anti-imperialista.

Em 1895, Cleveland retoma sua linha narrativa e reitera que a política adotada era "inconsistent with the mission and traditions of our government, in violation of the principles we profess, and in all its phases mischievous and vexations" (CLEVELAND, 1895) – comentários que demonstram sua antipatia e descontentamento em relação à situação em que se encontrava a posição americana em Samoa.

Herring (2008) e Hammett (1976) afirmam que o segundo governo de Cleveland (1893-1897) minou completamente os esforços Republicanos para a anexação do Havaí. Anti-expansionista e anti-anexação, Cleveland retirou o acordo do Senado e enviou James Blount, da Geórgia, em uma missão secreta a fim de averiguar os fatos no Havaí. Blount também se opunha à expansão extracontinental por questões de princípio e raciais, e concluiu que os havaianos se opunham à anexação e que a mudança de governo havia sido feita por americanos a fim de proteger seus próprios interesses comerciais na ilha. Seu relatório, portanto, declinava completamente a possibilidade de anexação do Havaí pelos Estados Unidos. Face a um Congresso dividido e a um país em meio à crise econômica, Cleveland estava inclinado a restabelecer a Rainha Liliuokalani ao poder, mas temia pelo destino dos rebeldes. A rainha havia os ameaçado à pena de morte e confisco de propriedade, o que deixava o presidente frente a um dilema. Sem querer tomar partido naquele momento, enviou a questão ao Congresso novamente e depois de meses debatendo a questão, decidiu por não reconhecer o governo havaiano existente, o que foi respeitado por Cleveland.

Segundo LaFeber (1998), o Secretário de Estado, Walter Gresham afirmava reiteradamente que a anexação do arquipélago não era bem-vinda, uma vez que corromperia a noção republicana dos Estados Unidos e transformaria o país em uma potência imperial.

O posicionamento de Cleveland em relação ao Havaí, no começo de seu governo, foi similar à postura adotada em relação à Samoa: não-envolvimento e estrita observância enquanto princípios basilares da política externa americana: "It is hardly necessary for me to state that the questions arising from our relations with Hawaii have caused serious embarrassment" (CLEVELAND, 1893) – em referência à tentativa de grupos de americanos nas ilhas de derrubar o governo e propor a independência do arquipélago e subsequente pedido de anexação pelos Estados Unidos. O presidente ainda afirmou que os episódios se trataram de "injustificada interferência" e que tomou as providências necessárias à normalização das relações, o que é reforçado, no ano seguinte, quando do reconhecimento da Rainha enquanto soberana das ilhas (CLEVELAND, 1894).

Segundo Hammett (1976), quando os japoneses começaram a exercer pressão sobre o Havaí por causa de problemas de imigração, em 1896, representantes havaianos para os Estados Unidos pediram ajuda a Olney. O Secretário de Estado respondeu duvidando que o Japão pressionaria demasiadamente frente à demanda americana de prioridade nas ilhas, mas que se fosse o caso os Estados Unidos se envolveriam diretamente. O ministro havaiano, naquele momento, definiu sua nação como parte da área de influência americana ao reportar de volta a Honolulu que o Secretário havia "esticado" a Doutrina Monroe ao Pacífico, tocando diretamente o Havaí.

É interessante e demonstra um padrão que será seguido pelos demais presidentes a forma como Cleveland se refere aos japoneses:

> Apart from the war in which the Island Empire is engaged, **Japan attracts increasing attention in this country by her evident desire to cultivate more liberal intercourse with us** and to seek our kindly aid in furtherance of her laudable desire for complete autonomy in her domestic affairs and full equality in the family of nations. **The Japanese Empire of to-day is no longer the Japan of the past, and our relations with this progressive nation should not be less broad and liberal than those with other powers.** (CLEVELAND, 1894, grifo nosso).

O trecho aponta para uma exaltação do Japão enquanto em igualdade com os demais países na "família de nações". Para além dessa questão, a ideia é justamente a de contrapor construções identitárias de décadas anteriores que retratavam os japoneses como exóticos, antiquados e fechados ao mundo. O Japão do final do século XIX era de fato muito diferente daquele que sofreu com o processo de abertura às demais nações e os americanos ressaltam isso em tom de apreciação e reverência, ao contrário do que é feito com os demais povos asiáticos, em especial os chineses.

Essa construção dos japoneses como povo civilizado e tão avançado quanto os ocidentais permaneceu no discurso sobre o Estado da União, de 1895, quando presidente afirmou que o Japão já teria "coletado evidências suficientes de seus traços de grandeza", o que decorre justamente da simulação dos japoneses em relação aos métodos e aos regimes ocidentais, ou seja, a evolução japonesa teria acontecido em razão de sua modernização que, em última instância, foi uma "ocidentalização".

De acordo com Hammett (1976) e LaFeber (1994), os Estados Unidos se recusaram a anexar o Havaí, em 1893, por três razões. A primeira dizia respeito ao fato de que o governo provisório no arquipélago havia assumido o poder de forma não-democrática e com a ajuda ilegal da marinha americana. Em segundo lugar, a anexação quebraria a quase "sagrada" tradição do país de não estender as instituições americanas para territórios extracontinentais, o que se tornou ainda mais importante durante a turbulência política e social sofrida durante os anos da depressão econômica. Terceiro, o Havaí tinha pouco valor, uma vez que produzia apenas açúcar e representaria um posto avançado de defesa no Pacífico, o que já era realidade sem a necessidade da anexação direta.

Ainda assim, em cinco anos todas essas razões seriam colocadas em xeque. Já em 1894, o governo Cleveland reconheceu o governo provisório como legítimo no poder e, em 1896, com o fim da depressão econômica, a confiança nas instituições foi retomada, sendo também revisada a possibilidade de expandi-las para além das fronteiras continentais. Por fim, em 1897, o Havaí ganhou destaque como parte de uma estratégia mais ampla de atingir o maior objetivo da classe política e da comunidade empresarial do país: chegar à China.

Conforme aponta Sexton (2011), Grover Cleveland se colocou à parte de outros em alguns sentidos. Até que Woodrow Wilson vencesse as eleições de 1912, ele seria o único democrata a ocupar a Casa Branca depois da Guerra Civil. Cleveland foi o único presidente, na

história dos Estados Unidos, a servir em dois mandatos não-consecutivos (1885-1889 e 1893-1897). Sua filosofia política e visão acerca da política externa também o colocavam distantes de seus contemporâneos. Em um momento em que muitos americanos aceitavam um papel mais ativo do governo federal, Cleveland olhava para trás e insistia no seguimento estrito da Constituição e consequente delegação de poder aos estados e comunidades locais.

5.5.1 A primeira crise da Venezuela

Apesar disso, é com ironia que se pode afirmar que foi justamente em seu governo que os Estados Unidos atuaram de forma mais agressiva por meio de políticas intervencionistas, principalmente no final de seu segundo mandato. Cleveland considerava a Doutrina Monroe "problemática", mas seria quem mais a invocaria até então. Sua mudança em direção a políticas mais intervencionistas aconteceria na disputa de fronteira entre Venezuela e Reino Unido (cuja colônia da Guiana Inglesa fazia fronteira com o país sul-americano). Os presidentes antes de Cleveland buscaram se afastar da questão e assumir pequeno apoio à Venezuela na sua proposta de arbitragem internacional, mas em geral esperavam que a questão de alguma forma se resolvesse sozinha.

De acordo com LaFeber (1998) e Boyle (1978), a importância da crise da Venezuela reside nas possíveis implicações de uma política externa mais assertiva e baseada na expansão comercial como meio de garantir prosperidade e crescimento econômico. A América Latina era o destino "natural" da expansão comercial americana e a região ganhou destaque crescente na década de 1890, ressaltada principalmente pela chamada Extensão Olney à Doutrina Monroe, de 1895, enunciada pelo governo Cleveland, que afirmava que o Hemisfério Ocidental estaria sob controle político e comercial dos Estados Unidos e não dos europeus.

Os problemas relacionados à crise de fronteira na Venezuela remontam a 1841, quando um topógrafo britânico, Robert Schomburgk, mapeou os limites ocidentais da Guiana Inglesa e incluiu nos limites desta o Ponto Barima. A Venezuela imediatamente protestou, uma vez que Ponto Barima controlava a boca do Rio Orinoco, o qual era considerada a artéria comercial do norte da América do Sul. Nas décadas de 1840 e 1880 o Reino Unido propôs renunciar suas

pretensões ao Ponto Barima se a Venezuela concedesse a área restante na linha proposta por Shomburgk. O país sul-americano recusou, solicitando arbitragem para a disputa.

Segundo LaFeber (1994), os venezuelanos tentaram sem sucesso trazer os Estados Unidos para seu lado quando Fish era Secretário de Estado. No final dos anos 1880, contudo, o Secretário de Estado, Thomas F. Bayard, demonstrou interesse e reanimou a questão no país. O Ministério das Relações Exteriores britânico aumentou seu pedido, de 76.000 milhas quadradas para 108.000 milhas quadradas, e afirmou, com isso, que Ponto Barima era território britânico, o que acarretou no rompimento das relações diplomáticas da Venezuela com o Reino Unido. Por essa razão, Bayard protestou junto aos britânicos por meio de seu representante em Londres, E. J. Phelps, que preferiu não repassar tal protesto por considerar o momento inoportuno.

Os Estados Unidos pouco fizeram ou se preocuparam com o caso, até o início do governo Cleveland, de 1893. A Venezuela estava desesperada, com sua economia em frangalhos e o governo cambaleante. O país não podia retomar as relações diplomáticas com o Reino Unido pelo medo de que isso forçaria o pagamento de todos os débitos a cidadãos britânicos, os quais levariam o Tesouro venezuelano à falência. Por fim, agitações constantes e revoltas populares tomavam forma justamente na região disputada. Se o governo cedesse aos pedidos dos britânicos, provavelmente cairia logo após. Esse contexto e essas pressões levaram a Venezuela a forçar um pedido mais firme em relação aos Estados Unidos, de ajuda urgente.

Segundo Boyle (1978), vários fatores foram essenciais para permear a tomada de decisão dos americanos frente à disputa: novas incursões europeias na América Latina, a forte reação do público americano à interferência europeia nessa região, os interesses comerciais, o papel vital que o rio Orinoco tinha na questão e as entradas de Richard Olney e Lord Salisbury no Departamento de Estado americano e no Ministério de Relações Exteriores do Reino Unido, respectivamente. Mas segundo Herring (2008), sabe-se que Cleveland respondia às pressões domésticas, despertadas em parte pelo lobby de um ex-diplomata americano que trabalhava para a Venezuela. O Reino Unido parecia particularmente agressivo no hemisfério e os Estados Unidos estavam cada vez mais sensíveis a essas movimentações. Alguns americanos temiam que os britânicos usassem a disputa para controlar o rio Orinoco e o fechassem ao comércio internacional. Mas, de forma mais ampla, Cleveland estaria respondendo às possíveis ameaças do imperialismo europeu e o medo de que estes voltassem suas atenções para a América Latina,

condenando os interesses americanos na região. O presidente usaria essa disputa para afirmar a proeminência americana no Hemisfério Ocidental.

Os episódios que levaram à crise venezuelana começam a ser retratados a partir do discurso sobre o Estado da União de 1894, quando o presidente recordou que as disputas de fronteira entre Reino Unido e Venezuela não cessaram. Cabe notar que o presidente, nessa primeira consideração, já afirma que os dois atores envolvidos deveriam atuar no sentido de respeitar os princípios da Doutrina Monroe:

> The boundary of British Guiana still remains in dispute between Great Britain and Venezuela. Believing that its early settlement on some just basis alike honorable to both parties is in the line of **our established policy to remove from this hemisphere all causes of difference with powers beyond the** sea, I shall renew the efforts heretofore made to bring about a restoration of diplomatic relations between the disputants and to induce a reference to arbitration--a resort which Great Britain so conspicuously favors in principle and respects in practice and which is earnestly sought by her weaker adversary. (CLEVELAND, 1893, grifo nosso).

A preocupação dos Estados Unidos no episódio é a de garantir com que os europeus não permaneçam no hemisfério em decorrência da perpetuação de disputas como a da crise da Venezuela. Não há, portanto, nenhuma oposição entre o que propõe os Estados Unidos e o que pauta a política externa do país em relação à Doutrina Monroe. Interessante, ainda, é perceber que Cleveland seguiu prestigiando os britânicos, a despeito da crise: "Our relations with Great Britain, always intimate and important, have demanded during the past year even a greater share of consideration than is usual" (CLEVELAND, 1895).

Mesmo afirmando que as relações com os britânicos seguiam cordiais, Cleveland subiria o tom da sua retórica ao falar sobre a crise venezuelana, reafirmando os princípios estabelecidos na Doutrina Monroe, de que os europeus devem se abster de possessões ou aquisições territoriais no Hemisfério Ocidental:

> The general conclusions therein reached and formulated are in substance that the **traditional and established policy of this Government is firmly opposed to a forcible increase by any European power of its territorial possessions on this continent**; that this policy is as well rounded in principle as it is strongly supported by numerous precedents; that as a consequence **the United States is bound to protest against the enlargement of the area of British Guiana in derogation of the rights and against the will of Venezuela**; that considering the disparity in strength of Great

> Britain and Venezuela the **territorial dispute between them can be reasonably settled only by friendly and impartial arbitration**, and that the resort to such arbitration should include the whole controversy, and is not satisfied if one of the powers concerned is permitted to draw an arbitrary line through the territory in debate and to declare that it will submit to arbitration only the portion lying on one side of it. (CLEVELAND, 1895, grifo nosso).

Por fim, nesse mesmo discurso o presidente assume posição de questionamento que simula um ultimato em relação aos britânicos para que se decidissem em relação à arbitração da disputa: "(...) called upon the British Government for a definitive answer to the question whether it would or would not submit the territorial controversy (...) to impartial arbitration" (CLEVELAND, 1895). Em 1896, Cleveland assume a questão como encerrada, tendo os atores aceitado a arbitração.

Um sentimento anti-britânico, também entendido como anti-europeu, ganhou força nos círculos políticos e empresariais dos Estados Unidos quando, ao mesmo tempo em que o país buscava aumentar sua atuação na América Latina política e comercialmente, as demais potências europeias pareciam querer peitar a iniciativa americana de garantir seus interesses na região (BOYLE, 1978). Henry Cabot Lodge exemplifica esse sentimento: em dois artigos escritos na primeira metade de 1895, ele alertava que os Estados Unidos não abdicariam de sua supremacia no Hemisfério Ocidental, nem mesmo com a pressão exercida pelo Reino Unido, Alemanha e França.

De acordo com Link (1965), no caso de disputa venezuelano, os Estados Unidos tinham maior interesse na permanência na abertura do rio Orinoco, especialmente após a Venezuela fechar todas, menos uma, das entradas do rio em um dito esforço para combater o contrabando na região. Gresham pressionou para a reabertura do rio e a Venezuela finalmente concordou, no começo de 1895, em abrir um dos portos principais no Orinoco, o que levou os americanos a questionarem se as ações venezuelanas não buscavam demonstrar aos Estados Unidos o quanto eles sofreriam caso os britânicos controlassem o rio. Gresham então pressionou os venezuelanos a seguirem conforme suas orientações, sendo a primeira o restabelecimento das relações diplomáticas da Venezuela com o Reino Unido, permitindo aos Estados Unidos estar em posição de pressionar os britânicos a aceitar a arbitragem da questão. Os venezuelanos aceitaram a proposta americana, mas o processo foi interrompido pela morte de Gresham, em vinte e oito de maio daquele ano.

Segundo LaFeber (1998), quando Richard Olney assume como Secretário de Estado após a morte de seu antecessor e se depara com a crise venezuelana, sua preocupação reside principalmente na interpretação que poderia ser feita em relação à Doutrina Monroe, ou seja, qual mensagem seria transmitida às demais potências a depender do curso de ação que os Estados Unidos assumissem. Para Olney, os Estados Unidos tinham o direito de intervir na América Latina sempre que seus interesses estivessem ameaçados e, mais ainda, tinham o poder para tanto. Por isso, residia nessa interpretação a possibilidade de intervenção americana de forma legítima na disputa territorial venezuelana. O Secretário de Estado resolveu agir e, em mensagem aos britânicos, os exortou a aceitarem "arbitragem pacífica" como única forma de resolver o litígio, uma vez o Reino Unido não se qualificava enquanto um Estado do continente americano (LAFEBER, 1998).

Cleveland e Olney defendiam a Doutrina Monroe a fim de conter seus oponentes domésticos e externos. Não a apoiar significaria expor o governo à acusação de parecer fraco em questões de segurança nacional, mas, ao escrever seu despacho, Olney emergiu na história da Doutrina Monroe, percebendo os paralelos existentes entre a década de 1820 e as circunstâncias enfrentadas na década de 1890. A questão venezuelana nela mesma não preocupava Olney, mas sim o contexto geopolítico de forma ampla na qual ela havia surgido. O Secretário de Estado temia que as potências europeias estivessem na ofensiva em relação ao Hemisfério Ocidental e olhava com desconfiança as ações britânicas e alemãs na América Central, além de acompanhar com ansiedade a possibilidade de que a instabilidade no Brasil pudesse gerar uma intervenção europeia. Mais alarmante ainda era a contínua estabilidade em Cuba, onde nova rebelião aconteceria em 1895 e que poderia tentar os europeus a intervir (SEXTON, 2011).

Segundo LaFeber (1998), os britânicos tomaram nova atitude quando Lord Playfair, um ex-ministro do gabinete liberal, foi ver Bayard como intermediário de Salisbury e Joseph Chamberlain, o Secretário de Colônias. Playfair fez três propostas: uma conferência internacional seria convocada para clarificar a Doutrina Monroe, todos os assentamentos britânicos na área em disputa deveriam ser isentos de arbitragem e, por fim, a Corte de Arbitragem deveria consistir de duas ou três pessoas provenientes do Reino Unido e um número igual da Venezuela e dos Estados Unidos. Olney replicou, recusando a primeira proposta, de colocar a Doutrina Monroe como objeto de discussão frente a um número muito superior de países europeus, e afirmou que os assentamentos deveriam ser arbitrados assim como os demais territórios concernentes à linha de fronteira. Finalmente, o Secretário de Estado fez

contraproposta, ao sugerir que dois membros da comissão americana se juntassem à comissão de mesma quantidade a ser apontada pelos britânicos e esses quatro poderiam nomear um quinto membro, se necessário. A proposta de Olney não só excluiu a Venezuela como sequer a consultou acerca de sua contraproposta.

De acordo com Boyle (1978), os britânicos rapidamente abriram mão da conferência sobre a Doutrina Monroe e um acordo foi feito sobre quais áreas deveriam ser objeto de arbitragem. Assim, o tratado assinado por Pauncefote e Olney, em 12 de novembro de 1896, estabeleceu um tribunal arbitral consistindo de dois americanos, dois britânicos e uma autoridade russa em direito internacional (nenhum venezuelano). Ao final, Cleveland conseguiu o que queria, ao determinar que os interesses americanos seriam garantidos em detrimento de quaisquer outros: o Reino Unido obteve a maior parte do território disputado, mas os principais pontos desejados pelos americanos foram atingidos com sucesso, nesse caso, o controle venezuelano do rio Orinoco e a submissão dos britânicos a uma comissão arbitral. Quando os britânicos permitiram a entrada dos Estados Unidos na disputa e seguiram conforme este guiava o conflito, reconheciam que os Estados Unidos tinham de fato a predominância do Hemisfério Ocidental.

Segundo LaFeber (1994), Olney e Cleveland agiram porque temiam que os interesses americanos estivessem em risco e chegaram a essa possibilidade a partir de três possíveis ameaças. Primeiramente, o controle britânico do Orinoco poderia transformar o Caribe em um "lago britânico", conforme Lodge notou em um discurso ao Senado, de 1895. Em segundo lugar, se o Reino Unido controlasse a entrada do rio, seria capaz de regular todo o comércio do norte da América do Sul. Finalmente, se os britânicos coagissem a Venezuela militar ou diplomaticamente para aceitar suas demandas, não apenas esvaziaram de sentido a Doutrina Monroe, como desafiariam diretamente os Estados Unidos em uma região na qual o país considerava garantido o seu domínio.

Mas, segundo Sexton (2011), junto às negociações vieram uma concessão americana. Olney concordou em excluir da arbitragem quaisquer territórios colonizados pelos britânicos há mais de cinquenta anos, o que gerou revolta em Caracas. A Venezuela havia repetidamente se oposto às tentativas britânicas de impor tais exceções nas negociações anteriores entre os dois países. Agora, os Estados Unidos, apesar de tudo que já havia sido discutido, vendeu os interesses venezuelanos sem os consultar. De fato, Olney nunca discutiu as políticas americanas com os representantes venezuelanos durante os fatídicos meses da crise, apesar de a questão

envolver diretamente o território destes. A arbitragem confirmaria a maior parte das reinvindicações britânicas, com a notável exceção da parte sudeste do rio Orinoco, que foi garantida à Venezuela.

A diplomacia do governo Cleveland durante a crise da Venezuela beirou à esquizofrenia. O despacho de Olney e a mensagem de Cleveland articularam o direito dos Estados Unidos de intervir em distantes disputas fronteiriças com as quais não tinha nenhum interesse envolvido. Ademais, ao excluir os venezuelanos da negociação, Olney friamente rejeitou o espírito de cooperação hemisférico pouco antes exaltado.

De acordo com Scudder (1939), a primeira crise da Venezuela quase levou o Reino Unido e Estados Unidos a entrarem em guerra e deu à Europa uma repentina percepção do quanto os americanos estavam dispostos a "pagar" para garantir seus interesses dentro dos princípios da Doutrina Monroe. Tanto foi assim que os Estados Unidos emitiram um despacho cuja conclusão assumia a natureza de um ultimato e deixava claro a quem o lesse que o governo americano estava preparado para sustentar sua interpretação da Doutrina Monroe à força, se necessário.

Para LaFeber (1998), o reconhecimento britânico das demandas americanas no episódio venezuelano diminuiu a apreensão dos Estados Unidos quanto à possibilidade de expansão comercial britânica na América Latina, tendo o resultado do litígio fornecido forte incentivo à parceria anglo-americana. Quando Salisbury informou aos Estados Unidos que seu país estava disposto a aceitar as propostas americanas, o governo Cleveland entendeu o passo como uma vitória em garantir a predominância e hegemonia da posição americana no hemisfério.

De acordo com Boyle (1978), a relação entre Estados Unidos e Reino Unido também melhorou como resultado dos eventos no continente asiático. Lá, os britânicos percebiam seus interesses ameaçados por iniciativas russas e alemãs, que buscavam garantir mercados e posições estratégicas, a despeito da política de portas abertas defendidas pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, o qual controlava setenta por cento do comércio chinês, aproximadamente um sexto de todo seu comércio. Tomadores de decisão no Reino Unido perceberam que a aproximação aos Estados Unidos poderia beneficiar seu país e garantir um aliado forte na região com interesses similares. Apesar disso, os americanos ainda viam com certo receio algumas ações britânicas, como as incursões no Havaí, que evitaram com que os Estados Unidos aceitassem forjar política comum para o Pacífico. Apenas em 1897 o Reino Unido iria garantir

aos americanos que não seriam responsáveis por enfrentamentos com os Estados Unidos. Porém, segundo Herring (2008), foi pouco surpreendente o fato de que Estados Unidos e Reino Unido resolveram a questão sem a participação da Venezuela, a quem não deixariam opinar sobre questões de guerra e paz. Os britânicos concordaram em levar a questão à arbitragem, uma vez que os Estados Unidos aceitassem suas condições para tanto. As duas nações ainda imporiam a uma furiosa Venezuela um tratado que previa a arbitragem sem a sua participação, na qual o Reino Unido conseguiu quase tudo o que almejava, com exceção da faixa de terra que controlava o rio Orinoco e a Venezuela conseguiu muito pouco. Os Estados Unidos garantiriam o reconhecimento de sua interpretação estendida da Doutrina Monroe pelos britânicos e demonstraram ao mundo que o Hemisfério Ocidental era área de controle americana.

As relações germano-americanas ocorriam em paralelo às relações russo-americanas. Os Estados Unidos apoiavam a causa alemã na Guerra Franco-Prussiana de 1870, mas na década de 1890 esse suporte chegou ao fim, devido às pretensões de americanos e alemães em Samoa. Essa revisão fazia parte do realinhamento que acontecia junto à expansão americana na América Latina e na Ásia, que aconteciam por razões político-econômicas e ideológicas: o governo americano percebia negativamente os regimes autocráticos de Rússia e Alemanha, por exemplo. A dinâmica de atuação do novo império americano nessas regiões foi essencial para a formação do realinhamento de aliados e ameaças, especialmente a partir de 1890.

5.5.2 A nova insurgência cubana

De acordo com Williams (1980), os espanhóis conseguiram derrotar os insurgentes, mas foram incapazes de usar sua vitória militar a fim de criar um novo e viável relacionamento com os cubanos. LaFeber (1998) aponta que uma revolução teve início na província cubana de Santiago em 24 de fevereiro de 1895 e, nos dois anos seguintes, o governo Cleveland, temeroso de que as disputas pudessem afetar os interesses americanos na ilha ou gerar instabilidade no continente, moveu-se gradualmente em direção à ideia de uma intervenção direta.

Segundo Herring (2008), assim como a revolução havaiana, as políticas tarifárias americanas também teriam papel importante no conflito em Cuba. O tratado de reciprocidade com a Espanha gerou um forte crescimento econômico na ilha, mas a Tarifa Wilson-Gorman,

de 1894, que privava o açúcar cubano de sua posição privilegiada no mercado americano, geraria devastação econômica que despertaria uma revolta política de larga escala, haja visto que o sentimento revolucionário esteve sempre latente. Inicialmente havia a esperança de que a Espanha conseguisse controlar a revolta e retomar a soberania sobre a ilha, delegando maior autonomia aos cubanos. Por isso, em abril de 1896, Olney ofereceu ajuda à Espanha com o intuito de persuadir os rebeldes a aceitarem as reformas propostas. Com pouco sucesso e sem boa recepção entre os espanhóis, Cleveland, na sua mensagem anual, de 1896, alertou sobre "obrigações elevadas" dos Estados Unidos com a paz e a estabilidade no hemisfério – o que, naquele momento, significava abandonar a posição de neutralidade e assumir que o país poderia usar de outros meios para encerrar a revolta.

Como aponta LaFeber (1994), quando nova revolta teve início, em 1895, a preocupação americana sobre os rumos da ilha se intensificaram por cinco razões que se sustentariam e reforçaram o desenvolvimento imperial nos anos seguintes. A primeira diz respeito à firme expansão da atividade econômica dos Estados Unidos para além do continente e, às vezes, até mesmo do hemisfério. Em segundo lugar, os americanos recuperaram-se dos traumas emocionais e ideológicos da Guerra Civil e reviveram os mesmos objetivos de "salvar e reformar" o mundo e os demais povos "atrasados". O terceiro argumento aponta que se não fossem garantidos os mercados externos, o país poderia passar por novas crises que gerariam possíveis questões acerca das instituições e do modelo democrático e republicano e, para garantir esses mercados, os Estados Unidos precisavam garantir sua presença à mesa das grandes potências. Em quarto lugar, essa mesma crise econômica, que havia atingido o país há pouco tempo, antes havia despertado uma crise cultural pela mudança do modelo agrário-comercial das décadas anteriores para um industrial-financeiro mais recentemente; essa mudança exigia a garantia da presença americana a fim de manter o mercado interno aquecido frente às demandas de mão-de-obra, tecnologia e recursos. Por fim, todos esses processos encorajaram e demandaram dos indivíduos que passassem a pensar nos Estados Unidos enquanto um sistema integrado de mercados, que requeria uma direção centralizada, a fim de garantir com que todos fossem contemplados: era a ideia de que quanto mais expansão extracontinental ocorresse, maior a preservação individual e a garantia das liberdades (especialmente econômicas) domesticamente.

Segundo Williams (1976; 2011), a questão era como manter um "estilo de vida" imperial. No início, entre 1895 e 1896, a maioria dos americanos voltava sua atenção para Cuba e apoiava a possibilidade de embargos e sanções econômicas que ajudasse os insurgentes;

depois, passaram a sustentar o envio de assistência militar em uma curta expedição para libertar a ilha dos espanhóis. Contudo, a escalada da crise gerou pressões internas e externas em direção à guerra contra a Espanha e à liberação imediata da ilha. Nesse processo, vários líderes passaram a pensar em Cuba da mesma forma que pensavam na China: no sentido de que a libertação de Cuba poderia levar a fazer o mesmo nas Filipinas e garantir acesso facilitado ao mercado asiático. Todas essas pressões fizeram com que o presidente Grover Cleveland requisitasse da marinha um plano de guerra para os dois cenários.

De acordo com LaFeber (1998), um grupo de exilados cubanos esperava há tempos por uma oportunidade de lutar diretamente pela libertação da ilha da soberania espanhola. Essa ocasião surgiu especialmente em 1895, quando a tarifa Wilson-Gorman subitamente removeu a posição privilegiada de Cuba no mercado de açúcar americano. Os cubanos que já enfrentavam taxas abusivas dos espanhóis, corrupção generalizada e péssima infraestrutura para escoamento de seus produtos, assumiram a perda de mercado americano como estopim. Com a crise da produção na ilha, muitos trabalhadores foram dispensados e, durante os anos de 1894 e 1895, passaram a engrossar as fileiras dos revoltosos. Em fevereiro, pequenos levantes foram reportados e, em abril, os irmãos Maceo, José Martí e Máximo Gomez assumiram o controle dos grupos insurgentes. A revolta tomou tamanha proporção que inspirou um movimento revolucionário pela independência e, em 13 de setembro de 1895, delegados revoltosos adotaram uma constituição para um governo cubano independente.

No início da revolução, o governo Cleveland ainda desejava que o governo espanhol permanecesse soberano na ilha, mas que Cuba recebesse autonomia suficiente a fim de aplacar os ânimos dos revoltosos. Essa foi, durante muito tempo, a política americana para a questão, especialmente porque o governo dos Estados Unidos não queria se envolver em dois litígios ao mesmo tempo, tendo o conflito pela disputa territorial na Venezuela se pronunciado mais fortemente naquele momento. Por isso, em 12 de junho de 1895, Cleveland emitiu uma declaração em que reconhecia o estado de insurgência, mas declarou que os Estados Unidos permaneceriam neutros. Apesar de parecer ser apenas uma formalidade, o pronunciamento carregava algumas obrigações consigo, uma vez que determinava a neutralidade dos americanos para com as relações com os insurgentes. Poucos meses depois, com a piora do conflito e a maior organização das forças rebeldes que já formavam um governo provisório e expandiram suas operações militares, o governo Cleveland teve que rever sua posição. Essa reavaliação levou Olney, em 4 de abril de 1896, {a mediação do conflito, ponto de inflexão da posição americana anterior para com os seguintes.

De acordo com Herring (2008), o Departamento da Marinha respondeu com uma estratégia imperial que conectava Cuba às Filipinas. A proposta para destruir o poderio espanhol nas Filipinas, como parte integral da resolução da questão cubana, significava que os Estados Unidos adquiririam no mínimo uma base de operações próxima à China e que avisariam tacitamente às potências da região que os americanos não aceitariam passivamente a exclusão daquele mercado e região.

Conforme explica LaFeber (1998), apesar da disposição em assumir posição mais assertiva, o governo Cleveland se conteve por algumas razões. Em primeiro lugar, evitou políticas que pudessem, de alguma, forma serem entendidas como passos à anexação da ilha ao território americano. E em segundo lugar, Cleveland percebeu que a intervenção significaria ir à guerra com a Espanha, a qual ele não teria condições de finalizar por tratar-se do final de seu último ano de mandato – as glórias ficariam, portanto, com possíveis adversários, ou Democratas contrários ao seu governo, ou Republicanos.

Segundo Jones (2001), porém, a pressão vinda do Congresso, principalmente por parte dos Republicanos, era difícil de ignorar. O governo poderia reconhecer a legitimidade dos cubanos em luta, mas essa opção não agradava ao Secretário de Estado, Richard Olney, porque excluiria a possibilidade de os Estados Unidos reclamarem o pagamento de indenizações da Espanha após a guerra. Tanto o presidente Cleveland quanto o secretário Olney não consideravam os cubanos aptos a governar sob um novo regime, mas a constante instabilidade e falta de acordo poderia incitar ao intervencionismo europeu. Além disso, a declaração de guerra pela Espanha significaria a necessidade de intervenção americana por razão da Doutrina Monroe. Uma terceira opção foi considerada e adotada então: exercer pressão sobre Madri para permitir aos cubanos algum grau de autonomia que resultasse no fim da resistência destes.

A questão que mais chamou a atenção do governo americano e da opinião pública foi, definitivamente, a insurgência cubana. Cleveland deu destaque à situação em Cuba a partir do seu discurso sobre o Estado da União, de 1875, mas, no ano seguinte, quando o conflito ganha proporção ainda maior, a questão cubana pautará praticamente todo o enunciado relacionado à política externa. Cleveland começa seu discurso sobre Cuba apontando que, naquele momento, a situação já parecia ser pior que anteriormente:

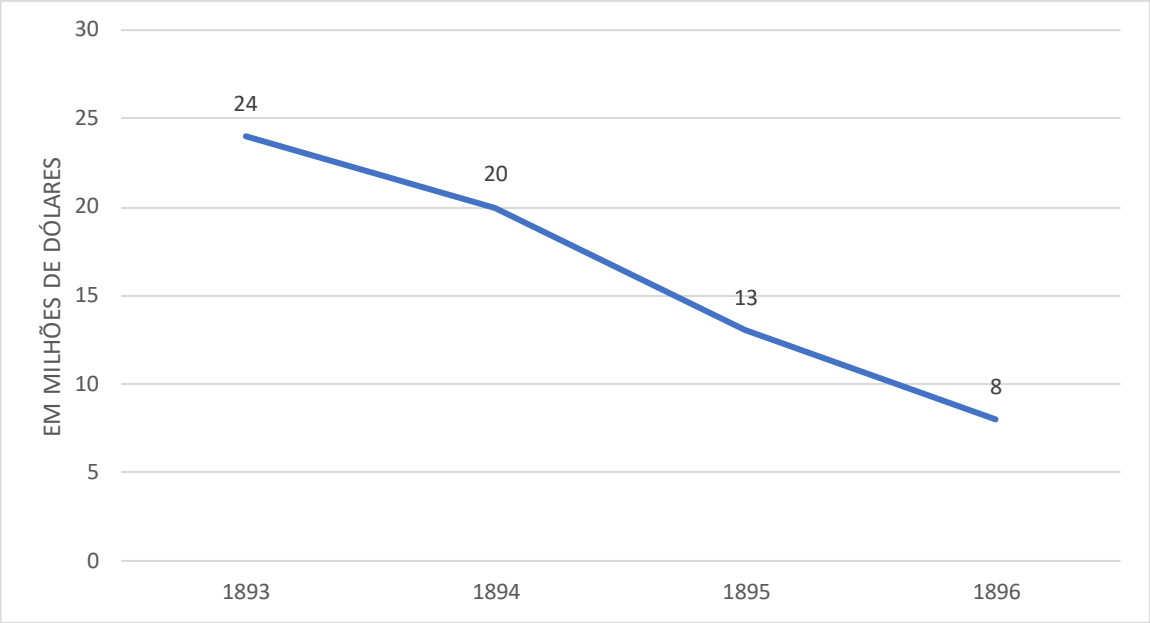
> Cuba is again gravely disturbed. An **insurrection in some respects more active** than the last preceding revolt (...). **Besides deranging the commercial exchanges of the island, if which our country takes the predominant share**, this flagrant condition of hostilities, by arouding **sentimental sympathy and inciting adventurous support among our people**, has entailed earnest effort on the part of this Government to **enforce obedience to our neutrality laws** and to prevent the territory of the United States from being abused as a vantage ground from which to aid those in arms against Spanish sovereignty (CLEVELAND, 1895, grifo nosso).

O presidente discorreu sobre as possíveis perdas econômicas dos Estados Unidos e pontuou objetivamente que o país seria – e não a Espanha – o mais prejudicado neste sentido, além de observar que, domesticamente, existia apoio e reconhecimento dos beligerantes enquanto atores legítimos.

Entretanto, Cleveland não reconheceu o status de beligerância aos insurgentes, aos quais reforçou que não apoiaria contra a soberania espanhola e afirmou que o país seguiria os tradicionais princípios de política externa, nesse caso, a partir da neutralidade e da observação imparcial. Nesse mesmo discurso, Cleveland busca novamente se distanciar da população americana em geral, que supostamente apoia os cubanos na sua luta por independência:

> Whatever may be the traditional sympathy of our countrymen as individuals with a people who seem to be struggling for larger autonomy and greater freedom, deepened, as such sympathy naturally must be, in behalf of our neighbors, **yet the plain duty of their Government is to observe in good faith the recognized obligations of international relationship**. The performance of this duty should not be made more difficult by a disregard on the part of our citizens of the obligations growing out of their allegiance to their country, which should restrain them from violating as individuals the **neutrality** which the nation of which they are members is bound to observe in its relations to friendly sovereign states. (CLEVELAND, 1895, grifo nosso).

GRÁFICO 12 – Exportações americanas para Cuba no governo Cleveland



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

No mesmo sentido que o trecho anterior, Cleveland reconheceu como legítimo o sentimento dos americanos pelos insurgentes, mas recordou que o governo deveria seguir estritamente aquilo que seus princípios o determinam como correto. Além disso, o governo deveria conter ações de seus cidadãos que pudesse violar justamente a neutralidade proposta pelo presidente. Ainda em relação à insurgência cubana, Cleveland apontou que, apesar das perdas comerciais e do apoio dos cidadãos americanos, o que mais mobilizaria atenção para o conflito seriam "[the] cruelties which appear to especially characterize this sanguinary and fiercely conducted war" (CLEVELAND, 1895), mas que, ainda assim, independentemente desses fatores, a vontade de respeitar os princípios norteadores e tradicionais de neutralidade e não-envolvimento pautariam a política do país naquele momento.

Porém, conforme aponta LaFeber (1994), a resistência cubana não diminuiu. Mais que isso, aumentou o sentimento pró-independência cubana nos Estados Unidos, o que forçou o Congresso a passar uma resolução reconhecendo os beligerantes cubanos e sua causa. A resposta espanhola veio da população, que se juntou em um ataque ao consulado americano em Barcelona e queimou a bandeira dos Estados Unidos. O governo Cleveland ainda não se sentia confortável com a ideia de uma intervenção direta, mesmo com a pressão vinda do Congresso. O presidente, inclusive, chegou a alertar que, caso os congressistas declarassem guerra aos espanhóis, se recusaria a enviar tropas à Cuba (o presidente era o Comandante-em-Chefe do país).

A situação piorou nos meses seguintes e, nesse ínterim, houve uma troca de comando espanhol na ilha, com o General Valeriano Weyler y Nicolau substituindo o General Marínez Campos, em fevereiro de 1896. A primeira declaração do novo comandante dizia respeito à paralisação de quaisquer reformas antes que fosse instaurada a paz na ilha novamente. O cônsul americano em Havana, Fitzhugh Lee, em comunicado a Washington, notificou que, naquele momento, os ânimos haviam se exaltado a tal ponto que os rebeldes não se satisfariam apenas com a autonomia e que a escalada do conflito entre as partes era certa – especialmente após a edificação de novas fortificações em torno de Havana pelos espanhóis, não só para conter ações dos rebeldes, mas também em direção ao oceano contra possíveis intervenções navais.

Williams (2011) afirma que a proposta de mediação por Olney, em abril de 1896, buscava a pacificação da ilha com a permanência da Espanha como soberana de Cuba. Os americanos queriam que a revolta acabasse antes que uma de duas possibilidades pudesse acontecer: ou a Espanha sairia da ilha e deixaria os grupos disputarem o poder em um possível conflito racial, ou os Estados Unidos teriam que intervir diretamente para evitar que isso acontecesse e, assim, assumir a responsabilidade pela ilha. Cleveland e Olney eram anti-colonialistas, portanto temiam qualquer uma das possibilidades. Torciam, assim, para que a Espanha aceitasse o plano de pacificação proposto pelo Secretário de Estado.

Apesar da vontade dos americanos em resolver a questão de forma diplomática, a Espanha ignorou boa parte das tratativas tentadas pelas chancelarias. Em outubro, o General Weyler anunciou a política do *reconcentrado*, gerando revolta no governo dos Estados Unidos e em outras nações do hemisfério. Ainda assim, o que causou espanto e apreensão, pelos americanos, foi a descoberta de que o Duque de Tetuán havia requisitado às potências europeias ajuda aos espanhóis contra uma possível intervenção dos Estados Unidos. Ao saber dessa informação por meio do embaixador britânico em Madri, Hannis Tayloy, os americanos imediatamente exigiram uma explicação do governo espanhol – que afirmaram que se tratava apenas do medo de possíveis mudanças no governo dos Estados Unidos nas próximas eleições e de como isso poderia afetar as relações entre os dois países. Após o constrangimento e após promessa de que não faria tais consultas novamente, o governo espanhol abandonou esse curso de ação formalmente, em outubro do mesmo ano.

Segundo Link (1965), a nota dos espanhóis buscava apoio nas potências europeias ao contrapor as premissas da Doutrina Monroe com os interesses dos países do Velho Continente na América Latina. A Espanha, porém, calculou mal a vontade dos europeus de entrar em

choque com os americanos: os britânicos viam nos americanos a possibilidade de garantir um aliado frente a um isolamento cada vez maior na Europa e os russos tinham todas as suas atenções voltadas para o Extremo Oriente.

No seu último discurso sobre o Estado da União, em dezembro de 1896, Cleveland devotou um espaço enorme e quase a totalidade de suas referências à política externa para a questão cubana: "The insurrection in Cuba still continues with all its perplexities" (CLEVELAND, 1896). Cleveland aponta para as características do conflito, em que os rebeldes tomaram o interior da ilha e passaram a atacar por meio de guerrilhas: "If Spain still holds Havana and the seaports and all the considerable towns, the insurgents still roam at will over at least two-thirds of the inland country". O apontamento demonstra que não há controle de qualquer uma das partes, e o status é indefinido quanto a quem poderia derrotar o adversário: "If Spain has not yet reestablished her authority, neither have the insurgentes yet made good their title to be regarded as an independent state". Este último trecho retrata a incapacidade do presidente Cleveland em assumir com convicção a possibilidade de os insurgentes tomarem a ilha e declararem para si um Estado independente. Mesmo que o fizessem, a presença dos espanhóis enquanto soberanos em Cuba eximia os americanos de atuar nesse sentido ou de reconhecer os rebeldes como força legítima.

O presidente ressaltou que os ânimos pareciam se exaltar a cada instante e que o conflito tomava proporções incontroláveis de cada parte. Adicionalmente, Cleveland apontava que os espanhóis, assim como os insurgentes, pareciam ser responsáveis pelos saques e pela destruição das propriedades de americanos na ilha, em decorrência do descontrole e do caos que lá reinava e apontava para as consequências: "The sure result would seem to be that the industrial value of the island is fast diminishing and that unless there is a speedy and radical change in existing conditions it will soon disappear altogether" (...) as is now threatened, to the entire sugar-producing territory of the island, so much time and so much money will be required to restore the land to its normal productiveness that it is extremely doubtful if capital can be induced to even make the attempt" (CLEVELAND, 1896).

Grover Cleveland ressaltava que o episódio chamava, naturalmente, a atenção dos Estados Unidos, que em razão da proximidade geográfica "lies so near to us as to be hardly separated from our territory" (1896), ou seja, não haveria como os americanos se eximirem de buscar soluções para um problema que é "praticamente em seu território".

> Our actual pecuniary interest in it is second only to that of the people and Government of Spain. It is reasonably estimated that at least from $30,000,000 to $50,000,000 of American capital are invested in plantations and in railroad, mining, and other business enterprises on the island. The volume of trade between the United States and Cuba, which in 1889 amounted to about $64,000,000, rose in 1893 to about $103,000,000, and in 1894, the year before the present insurrection broke out, amounted to nearly $96,000,000. Besides this large pecuniary stake in the fortunes of Cuba, the United States finds itself inextricably involved in the present contest in other ways, both vexatious and costly. (CLEVELAND, 1896).

O reforço recebido pelos insurgentes de exilados cubanos e de apoiadores americanos foi apontado pelo presidente como ilegal e passível de punição, que ainda lembrava da atuação da *yellow press* no fomento dos sentimentos de empatia pelo povo americano:

> Many Cubans reside in this country, and indirectly promote the insurrection through the press, by public meetings, by the purchase and shipment of arms, by the raising of funds, and by other means which the spirit of our institutions and the tenor of our laws do not permit to be made the subject of criminal prosecutions. (CLEVELAND, 1896).

Em seguida, Cleveland (1896) falou abertamente sobre as opções propostas ao governo para que chegasse a uma solução, haja visto que os Estados Unidos estariam "inevitavelmente envolvidos" em decorrência de seus interesses e de "razões humanitárias em geral". Para o presidente, haveriam três possibilidades: "that belligerent rights should be accorded to the insurgentes"; "that the United States should buy the island"; e "our intervention even at the cost of a war between the United States and Spain". Sobre as opções que Cleveland afirma ter recebido, ele afirmarou que o primeiro caso não seria possível por resultar em prejuízos aos interesses americanos; a compra seria bem-vinda desde que a Espanha oferecesse tal possibilidade aos Estados Unidos formalmente e a guerra advogaria em favor dos imperialistas americanos que não tinham, de acordo com o presidente, respeito pelos princípios de atuação do país. Por isso, o presidente buscou aplacar os ânimos e ressaltar que a permanência da soberania espanhola era possível, desde que fossem feitas mudanças na governança da ilha:

> It would seem that if Spain should **offer to Cuba genuine autonomy**--a measure of home rule which, while preserving the sovereignty of Spain, **would satisfy all rational requirements of her Spanish subjects**--there should be no just reason why

> the pacification of the island might not be effected on that basis. (CLEVELAND, 1896, grifo nosso).

O presidente americano ressaltou que a concessão de autonomia aos cubanos resultaria em um processo de pacificação quase "natural" quando os habitantes da ilha percebessem que suas demandas fossem razoavelmente atendidas. Cleveland ainda falou que isso resultaria em um "teste", a fim de verificar se os cubanos teriam condições de se autogovernar – argumento que pode ser interpretado de forma racista e etnocêntrica no sentido de que determinados povos seriam vistos pelos americanos como "menos aptos" a se autogovernarem e, por isso, precisariam da intervenção ou da "boa vontade" de outros para conseguirem garantir sua própria soberania.

Por fim, Cleveland reiterou sua política de não-intervenção: "Whatever circumstances may arise, our policy and our interests would constrain us to object to the acquisition of the island or an interference with its control by any other power" (CLEVELAND, 1896) – ou seja, independentemente de possíveis desejos de parte dos políticos americanos ou da pressão da opinião pública por uma ação mais assertiva, o presidente preferiu se manter fiel ao que considerava como um dos princípios basilares da política externa do país e não buscar a anexação ou intervir diretamente na ilha e nem permitir que outra potência o fizesse, reforçando também o caráter "protetor" da Doutrina Monroe nesse contexto. Porém, em tom de ultimato e advertência sobre a piora da situação na ilha, Cleveland alertou:

> **When the inability of Spain to deal successfully with the insurrection has become manifest and it is demonstrated that her sovereignty is extinct in Cuba** for all purposes of its rightful existence, and when a hopeless struggle for its reestablishment has degenerated into a strife which means nothing more than the useless sacrifice of human life and the utter destruction of the very subject-matter of the conflict, a situation will be presented in which **our obligations to the sovereignty of Spain will be superseded by higher obligations**, which we can hardly hesitate to recognize and discharge. (CLEVELAND, 1896, grifo nosso).

Enfim, o presidente define que "obrigações maiores" incitariam a ações mais drásticas, como ignorar a soberania espanhola, mas não define que obrigações seriam essas e de que forma isso poderia acontecer. Assim, Cleveland resguarda seu respeito aos princípios tradicionais de política externa ao mesmo tempo em que assume discurso mais enfático na sua despedida do cargo.

De acordo com LaFeber (1994), a Espanha ignorou o pedido americano e não implementou as reformas em Cuba. O cenário construía-se de forma a encurralar o presidente e seu secretário de Estado em direção a medidas que estes não queriam adotar. Cleveland via-se obrigado a garantir os interesses americanos em Cuba, o Congresso pressionava por medidas mais assertivas e o cônsul-geral dos Estados Unidos em Havana pedia repetidamente pela anexação. Essa constante indecisão do que fazer foi fundamental para a perda de coesão interna do Partido Democrata e do próprio presidente às vésperas da eleição presidencial de 1896. Cleveland ainda emitiu uma mensagem sobre a situação cubana, em 2 de dezembro daquele ano. Ele demonstrou sua esperança de que Cuba conseguisse autonomia frente aos espanhóis, mas ignorou as demandas da Junta quanto à independência da ilha. Apesar disso, concordava com os insurgentes que a demanda espanhola de pacificação para depois pensar em reformas era infundada e perigosa. No final da sua mensagem, deixou claro aos espanhóis que estes deveriam urgentemente buscar novas políticas para Cuba, em alusão à possibilidade de maior envolvimento dos americanos – ou seja, deixava-se claro que os Estados Unidos tomariam para si a defesa de seus interesses na ilha, mesmo que isso significasse, em último caso, interferência direta. Para além das ameaças, o presidente Cleveland deixou o terreno preparado para a possibilidade da guerra pelos Estados Unidos contra a Espanha, tendo Olney inclusive produzido um relatório apontando o valor das trocas comerciais entre os americanos e a ilha, com o intuito de demonstrar o que estaria em jogo.

Não à toa, o Partido Republicano venceria as eleições de novembro de 1896, com William McKinley, a partir de uma plataforma de poder que afirmava a necessidade de expandir os interesses americanos no globo.

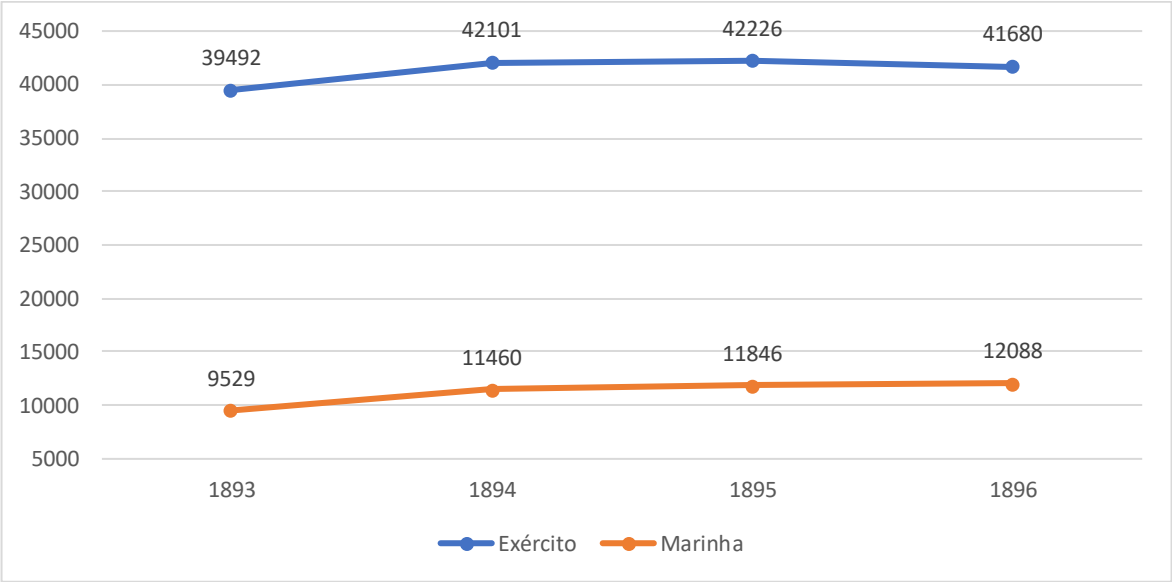
5.5.3 A renovação da Marinha americana

Em relação à Marinha, Cleveland (1893) apontará que, em decorrência de distúrbios e instabilidade política no hemisfério, navios americanos tiveram que se reposicionar em direção a diversos países: “During the past six months the demands for cruising vessels have been many and urgent.” Por essa razão, se fazia necessário direcionar mais recursos à construção de novos navios: “Progress in the construction of new vessels has not been as rapid as was anticipated”.

No pedido ao Congresso, o presidente afirmou que seu Secretário da Marinha o recomendou a construção de pelo menos mais um navio de guerra e outros seis torpedeiros.

No ano seguinte, em 1894, o presidente demonstrou seu contentamento com o programa de reconstrução da Marinha: "Attention is called to report of the Secretary of the Navy, which shows very gratifying progress in the construction of ships for our new Navy". (CLEVELAND, 1894). Os pedidos continuaram: "The Secretary presentes with much earnestness a plea for the authorization of three additional battle ships and ten or twelve torpedo boats" (CLEVELAND, 1894), nesse caso ainda é possível perceber a diferença para o ano anterior, em que é pleiteado um aumento substantivo no número de navios de guerra comparativamente.

GRÁFICO 13 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Cleveland



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

Por fim, Cleveland faz um balanço do crescimento da Marinha desde o começo de seu mandato:

> There have been authorized by Congress since March, 1893, 5 battle ships, 6 light-draft gunboats, 16 torpedo boats, and 1 submarine torpedo boat. Contracts for the building of all of them have been let. The Secretary expresses the opinion that we have for the present a sufficient supply of cruisers and gunboats, and that hereafter the construction of battle ships and torpedo boats will supply our needs. (CLEVELAND, 1896).

A renovação da marinha americana permanecou ordem do dia e será continuada no governo de William McKinley, o qual, inclusive, se beneficiou diretamente da disponibilidade da oferta de novos navios de guerra em sua empreitada contra a Espanha. É possível inclusive, perceber, a partir do gráfico 12, que houve aumento constante no efetivo da Marinha durante o governo Cleveland.

Se Grover Cleveland hesitou em assumir posição mais assertiva em relação à Espanha na questão cubana, o mesmo não poderá ser tido sobre William McKinley. No próximo capítulo analisaremos a "virada imperial" dos Estados Unidos a partir da Guerra Hispano-Americana.

6 O GOVERNO MCKINLEY E A FORMAÇÃO IMPERIAL DOS ESTADOS UNIDOS

Por meio da repentina aquisição de territórios além-mar depois de vencer a Espanha na Guerra-Hispano Americana, os Estados Unidos se encontraram em meio a questões como a pacificação de novas terras, a colonização e a necessidade de manter forças armadas prontas e capazes de proteger tanto a terra-natal, quanto as novas aquisições extracontinentais. Enquanto a expansão a oeste da América do Norte não exigiu grandes esforços financeiros para a empreitada, o mesmo não pode ser dito das conquistas de além-mar. Agora, os Estados Unidos tinham que lidar com rivalidades entre grandes potências, diferenças culturais e recursos escassos para garantir seus interesses frente a um número maior de atores.

De acordo com Stephanson (1995), Miller (2011) e Paterson (1998), as origens da Guerra Hispano-Americana remontam à rebelião cubana iniciada em 1895 contra a opressiva autoridade colonial espanhola. Assim, formou-se na ilha uma coalizão de libertação nacional com o apoio de diversas classes e grupos. O regime espanhol, de sua parte, decidiu lançar mão de um último esforço para garantir e preservar sua ocupação em sua colônia mais lucrativa. As brutalidades do conflito chamaram a atenção dos americanos que receavam as consequências para seus investimentos e negócios na ilha. Magnatas da imprensa, como William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer, pautaram boa parte de suas publicações da época em torno do conflito, transformando a crueldade espanhola em tema de debate nacional por meio de charges, reportagens e editoriais. O governo americano começou a ser pressionado a reconhecer os insurgentes cubanos como força beligerante como forma de se solidarizar, mas Cleveland não tinha interesse em envolver-se na questão, mantendo uma política de neutralidade que, em última instância, servia aos interesses espanhóis.

De acordo com LaFeber (1994), pouco ou nada era sabido a respeito da opinião de William McKinley sobre o conflito quando este assumiu a Casa Branca ou, se tinha alguma opinião, se recusava a emiti-la. Ao contrário de Cleveland, contudo, McKinley era razoavelmente favorável às políticas em prol da anexação de novos territórios. De forma geral, ele seguiu a mesma estratégia de Cleveland até que, em 1897, e de forma privada, informou ao governo espanhol que o conflito estava afetando a recuperação econômica dos Estados Unidos. Na verdade, ele estava aberto à possibilidade de anexação da ilha. A Espanha, sob novo regime liberal, respondeu com propostas de maior autonomia enquanto solução para a crise, mas sem sucesso. A guerra era provavelmente desnecessária, uma vez que o governo espanhol havia

informado a McKinley o desejo de acatar as demandas do presidente americano – algo que não tornou público. De qualquer forma, foi uma guerra imensamente popular, vista como uma ajuda humanitária dos Estados Unidos e de rápida conclusão, por isso chamada de *spledind little war*.

William McKinley, em seu primeiro discurso inaugural, de março de 1897, não demonstrará apreço por mudanças na política externa do país. Mesmo em meio à crise da insurgência cubana, o presidente reafirma o valor dos princípios tradicionais:

> It has been the policy of the United States since the foundation of the Government to cultivate relations of peace and amity with all the nations of the world, and this accords with my conception of our duty now. **We have cherished the policy of non-interference** with affairs of foreign governments wisely inaugurated by Washington, **keeping ourselves free from entanglement, either as allies or foes**, content to leave undisturbed with them the settlement of their own domestic concerns. It will be our aim to pursue a firm and dignified foreign policy, which shall be just, impartial, ever watchful of our national honor, and always insisting upon the enforcement of the lawful rights of American citizens everywhere. **Our diplomacy should seek nothing more and accept nothing less than is due us**. **We want no wars of conquest; we must avoid the temptation of territorial aggression.** War should never be entered upon until every agency of peace has failed; peace is preferable to war in almost every contingency. **Arbitration is the true method of settlement** of international as well as local or individual differences. (MCKINLEY, 1897a, grifo nosso).

É possível perceber, portanto, que em seu primeiro discurso como presidente, McKinley reforçará a busca por meios outros que não a guerra, a fim de resolver disputas ou solucionar problemas. De fato, a não-intervenção pautou todo seu primeiro ano de mandato, mas com ressalvas. À medida em que o conflito em Cuba se intensifica, o presidente americano se aproximou paulatinamente de uma ruptura em termos de política externa.

6.1 A crise cubana

Como seria de se imaginar, a questão cubana pautou a maior parte do debate sobre política externa de McKinley em seu primeiro discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1897. Logo no início de sua exposição sobre a percepção americana do conflito, o presidente assevera sobre a defesa dos princípios da Doutrina Monroe:

> The prospect from time to time that the weakness of Spain's hold upon the island and the political vicissitudes and embarrassments of the home Government might lead to

> the **transfer of Cuba to a continental power** called forth between 1823 and 1860 various emphatic declarations of the policy of the United States to permit **no disturbance of Cuba' s connection with Spain unless in the direction of independence or acquisition by us through purchase**, nor has there been any change of this declared policy since upon the part of the Government. (MCKINLEY, 1897b, grifo nosso).

McKinley deixou claro que, independentemente das turbulências políticas e da instabilidade na ilha, os Estados Unidos não aceitariam que a soberania sobre Cuba fosse transferida para outra potência, especialmente os europeus, nesse caso. Tal narrativa segue os princípios da Doutrina Monroe, que são ainda mais enfatizados no sentido de que os americanos aceitariam apenas dois cursos de ação par além da soberania espanhola: a independência cubana ou a compra do território pelos Estados Unidos.

De acordo com Hunt (1987), o movimento de independência cubana fervente preparou o palco para a grande iniciativa imperial de McKiney. As disputas da ilha com a Espanha tomaram forma, em 1895, em um movimento militar bem organizado e durante o primeiro ano de seu mandato como presidente McKinley tentou pôr fim ao que se tornou um sangrento confronto entre o exército colonial espanhol e os insurgentes cubanos.

Segundo LaFeber (1998), quando Cánovas renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro espanhol, o Departamento de Estado americano teve a esperança de que um ministro mais liberal pudesse sucedê-lo. Essa expectativa foi frustrada, em junho de 1897, quando a Rainha o renomeou Primeiro-Ministro à mesma função, demonstrando pouco interesse no relaxamento das tensões entre os dois países. Face à intransigência espanhola, Sherman e McKinley aprovaram as instruções básicas de 16 de julho a serem enviadas ao novo representante americano na Espanha, Stewart L. Woodford. A pauta residia na premissa de que a Espanha não poderia novamente subjugar a ilha e que a revolução chegasse ao fim. As ameaças aos interesses materiais americanos exigiam o fim dos conflitos. Portanto, a nota, em primeiro lugar, deixava claro que os americanos não acreditavam mais na possibilidade de que a Espanha pudesse retomar o controle da ilha e, em segundo lugar, declarava que os interesses americanos em Cuba eram grandes e estavam ameaçados, o que gerava abertura para possíveis ações mais assertivas dos Estados Unidos.

Miller (2011) aponta que quando Woodford viajou a Madri e entregou a nota as relações pioraram. A Espanha se recusou a discutir a política do *reconcentrado*, o Departamento de Estado não conseguiu libertar cidadãos americanos presos em Cuba e as autoridades espanholas

não demonstraram capacidade ou vontade em evitar que propriedades de americanos fossem destruídas durante o conflito. Em 8 de agosto, entretanto, a situação mudou, quando Woodford avisou os americanos de que Cánovas havia sido assassinado por um anarquista.

Nesse mesmo discurso, McKinley (1897b) aponta que tanto os cubanos quanto os espanhóis tinham sido responsáveis por constantes violações do "civilized code of war" e que, por essa e outras razões, os Estados Unidos demonstrariam grave apreensão. O presidente recordou que as tentativas de Cleveland de oferecer os bons ofícios dos Estados Unidos a fim de resolver o conflito foram negadas e que reiterava a condenação das políticas do *reconcentrado,* aplicadas nos camponeses cubanos: "This policy the late cabinet of Spain justified as a necessary measure of war and as a means of cutting off supplies from the insurgentes. It has utterly failed as a war measure. It was not civilizes warfare. It was extermination" (MCKINLEY, 1897b).

Por isso, o presidente americano demonstrou impaciência em relação à perpetuação do conflito e demanda um posicionamento distinto dos espanhóis. McKinley ressaltou ter recebido uma nota do governo espanhol em que se reconhecia o quanto os americanos eram afetados pela insurgência, se comprometendo a fazer reformas na ilha: "To this end Spain has decided top ut into effect the political reforms heretofore advocated by the present premier, without halting for any consideration in the path which in its judgment leads to peace." (MCKINLEY, 1897b). Mais que isso, o presidente americano afirma que os espanhóis colocarão em ação uma política de respeito aos cubanos e concessão de autonomia, desde que garantida a soberania espanhola. McKinley, por essa razão, se comprometeu a prevenir que os insurgentes fossem auxiliados por americanos, como forma de demonstrar as "obrigações de neutralidade" que o país empenhava na questão.

A fim de demonstrar que o seguimento das ações americanas deveria se pautar nos princípios tradicionais da não-intervenção e do não-envolvimento direito, McKinley explicou que as opções para os Estados Unidos eram poucas e indesejadas:

> Of the untried measures there remain only: Recognition of the insurgents as belligerents; recognition of the independence of Cuba; neutral intervention to end the war by imposing a rational compromise between the contestants, and intervention in favor of one or the other party. I speak not of forcible annexation, for that can not be thought of. That, by our code of morality, would be criminal aggression. (MCKINLEY, 1897b).

Sobre as três possibilidades, McKinley ainda discorre sobre cada uma. A respeito do reconhecimento do status de beligerantes aos insurgentes cubanos, o presidente rejeita a opção, ao apontar que estes não tinham o controle dos principais portos, não haviam sido reconhecidos por qualquer outra nação e não cumpriam um requisito principal, portanto:

> Possession, in short, of the essential qualifications of sovereignty by the insurgentes and the conduct of war by them according to the received code of war are no less importante factors toward the determination of the problem of beligerency than are the influences and consequences of the struggle upon the internal polity of the recognizing state (MCKINLEY, 1897b).

Ou seja, a incapacidade dos insurgentes em controlar a ilha de fato retirava a possibilidade do reconhecimento destes como atores legítimos no processo – tese já apresentada pelo presidente Ulysses Grant em situação similar e corroborada por Grover Cleveland. Sobre a questão, McKinley se debruçou mais longamente e afirmou que a Espanha ainda era a nação soberana na ilha, por ter uma marinha ocupando os portos e o controle das principais cidades, e que qualquer ação contra essa presença seria ilegítima e contrária ao direito internacional. Além disso, afirmou que não conseguia perceber, dentre os insurgentes, "(...) the existence of such a substantial political organization, real, palpable, and manifest to the world, having the forms and capable of the ordinary functions of government toward its own people and to other states." (MCKINLEY, 1897b).

A segunda possibilidade, a respeito da independência de Cuba, é considerada por McKinley como "impracticable and indefensible", sem qualquer delonga ou explicação do presidente. Por isso, a última possibilidade seria a intervenção americana na ilha, mas McKinley, ao invés de apontar para a plausibilidade da opção, preferiu recordar que existia a chance de se chegar a um acordo, tendo em vista que o novo governo – considerado liberal e mais aberto a reformas – assumiria na Espanha:

> A new government has taken office in the mother country. It is pledged in advance to the declaration that all the effort in the world can not suffice to maintain peace in Cuba by the bayonet; that vague promises of reform after subjugation afford no solution of the insular problem; that with a substitution of commanders must come a change of the past system of warfare for one in harmony with a new policy, which shall no longer

> aim to drive the Cubans to the "horrible alternative of taking to the thicket or succumbing in misery;" **that reforms must be instituted in accordance with the needs and circumstances of the time, and that these reforms, while designed to give full autonomy to the colony and to create a virtual entity and self-controlled administration, shall yet conserve and affirm the sovereignty of Spain** by a just distribution of powers and burdens upon a basis of mutual interest untainted by methods of selfish expediency. (MCKINLEY, 1897b, grifo nosso).

A mensagem de McKinley assumiu, ao mesmo tempo, tom de alerta às novas autoridades como de confiança de que iriam seguir o proposto pelo presidente americano. Ele ainda apontava que essas reformas pareciam estar em curso a partir das ações do primeiro-ministro e que aguardou a notificação formal dos espanhóis a respeito dessa questão, de forma que os americanos poderiam atestar que, de fato, havia concessão de autonomia aos cubanos. "It is honestly due to Spain and to our friendly relations with Spain that she should be given a reasonable chance to realize her expectations and to prove the asserted efficacy of the new order of things to which stands irrevocably committed" (MCKINLEY, 1897)" apontou o presidente americano, em um último voto de confiança aos espanhóis.

De acordo com Paterson (1998), em nova mudança de rumo, no começo de outubro, Práxedes Mateo Sagasta assumiu o poder como Primeiro-Ministro espanhol, liderando o Partido Liberal. Sagasta, que seguia seu partido em relação às promessas de reformas em Cuba, cumpriu o prometido. Ainda assim, poucos meses depois, em março de 1898, os Estados Unidos não se mostravam satisfeitos com a profundidade das reformas. Apesar da contrariedade americana, o Primeiro-Ministro não poderia ter feito reformas mais amplas mesmo que as quisesse, uma vez que enfrentava disputas internas no seu partido e dependia de uma coligação de fraco apoio no Parlamento espanhol. Desprovido de apoio interno, Sagasta ainda buscou construir uma coalizão de países europeus em torno da Espanha, pouco frutífera frente à relutância da maioria dos países em enfrentar os Estados Unidos em questões relativas ao Hemisfério Ocidental.

Por volta de fevereiro de 1898, o presidente percebeu que seus esforços foram em vão, o que significaria a permanência da ameaça aos investimentos americanos na ilha, bem como do comércio entre os Estados Unidos e Cuba. A campanha brutal de pacificação empenhada pela Espanha foi fortemente coberta pela imprensa americana como atos de violência desmedida e atuação colonial típica dos impérios europeus, exortando o governo americano a agir mais diretamente no conflito. N nesse cenário, a opinião pública e, consequentemente, o

Congresso, passaram a pressionar o presidente americano em torno da possibilidade de uma intervenção em Cuba (PATERSON, 1998).

De acordo com Williams (2011), se vista de fora, a insurgência parecia ter assumido os contornos de uma guerra brutal e teve forte impacto nos Estados Unidos. As ligações entre os cubanos e os americanos eram antigas, tendo as próprias elites de Cuba estudado em universidades americanas e criado laços durante sua permanência no país. No final do século, os americanos já dominavam a economia cubana, cujas exportações aos Estados Unidos representavam 87% do total da balança comercial e, em 1897, os investimentos americanos estimados em 50 milhões de dólares. A guerra ameaçava diretamente os estados americanos produtores de açúcar, a produção nas minas na ilha e a segurança dos cidadãos americanos residentes lá residentes.

Uma junta formada principalmente na Flórida e em Nova York e liderada por cubanos exilados – alguns deles cidadãos americanos – fez lobby pela *Cuba Libre*, em que vendiam títulos da guerra nos Estados Unidos e contrabandeavam armas para a ilha. Os cubanos naturalizados cidadãos americanos voltaram à sua terra para lutar na insurgência. Não era surpresa o fato de que os cubanos tinham sentimentos mistos em relação à assistência americana. Alguns líderes cubanos duvidavam da capacidade de seu próprio povo de se autogovernar e temiam que o caos reinasse na ilha caso os negros ex-escravos assumissem o poder. Por isso, esses políticos mais conservadores eram abertos à ideia da tutela americana, ou mesmo a anexação, para a garantia dos interesses americanos. Outros como Martí, Góez e Maceo estavam ávidos pelo apoio americano, mas temiam que uma intervenção militar pudesse levar à dominação completa pelos Estados Unidos (LAFEBER, 1994).

Sobre a atuação da *yellow press* em relação a Cuba, afirma:

> The "yellow press" (so named for the "Yellow Kid", a popular cartoon character that appeared in its newly colored pages) helped make Cuba a cause célèbre in the United States. The mass-circulation newspaper came into its own in the 1890s. The New York dailies of William Randolph Hearst and Pulitzer engaged in a fierce, head-to-head competition with few restraints and fewer scruples about the truth. They eagerly disseminated stories furnished by the junta. Talented artists such as Frederic Remington and writers such as Richard Harding Davis portrayed the revolution as a simple morality play featuring the oppression of freedom-loving Cubans by evil Spaniards. The yellow press undoubtedly contributed to a war spirit, but Americans in areas where it did not circulate also strongly sympathized with Cuba. The Dubuque, Iowa, *Times*, for example, appealed to "men in whose breast the fire of patriotism burns" for the "annihilation of the Spanish dogs". The press did not create the

> differences between Cuba, Spain, and the United States that proved insoluble. War likely would have occurred without its agitation. (HERRING, 2008, p.311).

Gardner (1972) e Miller (2011) afirmam que a simpatia em relação a Cuba e aversão à Espanha gerava demandas cada vez mais apaixonadas pela intervenção no conflito e até mesmo a ida à guerra, mas que o sentimento não era compartilhado por todos americanos. Os empresários tinham medo de que a questão cubana atrapalhasse na recuperação econômica do país, enquanto outros americanos como os cubanos nascidos no país temiam que a vitória dos insurgentes ameaçasse os investimentos e o comércio com os Estados Unidos – o furor da questão tomou proporções políticas mais amplas a partir daí. Os Democratas, divididos, buscaram reunir o partido em torno da questão cubana e envergonhar os Republicanos e estes tentaram se desviar da oposição. As elites políticas e econômicas passaram gradualmente a concordar que o país deveria agir. O orgulho nacional, o sentimento de Destino Manifesto e a convicção de que os Estados Unidos eram uma potência em ascensão e, por isso, deveria assumir suas responsabilidades como tal, deram uma crescente urgência à crise cubana.

De acordo com Williams (2011), do momento em que tomou posse, em 1897, o presidente William McKinley foi tomado pela questão cubana. Por quase dois anos, o presidente pacientemente negociaria com os espanhóis, enquanto segurava a pressão doméstica, que pedia a guerra. Ao reverter a antiga tradição de aceitar a soberania espanhola na ilha, McKinley procurou por constante e crescente pressão diplomática dar fim às medidas do *reconcentrado* de Weyler e retirar a Espanha de Cuba sem declarar guerra. Inicialmente o presidente parecia ser bem-sucedido em sua empreitada. Por isso, em dezembro de 1897, o presidente William McKinley pediu aos americanos e ao Congresso que fosse dada uma chance para a adoção de reformas em seu discurso anual, sinalizando que essa seria a última chance para a Espanha.

No início de 1898, entretanto, os espanhóis não davam sinal de que realmente adotariam as medidas em Cuba. A resposta de McKinley foi enviar o navio *Maine* para Cuba, como demonstração de força e forma de persuadir os espanhóis a assumirem o compromisso previamente firmado. Ao mesmo tempo, os rebeldes cubanos aumentavam o tom de suas demandas por autonomia e independência e a pressão sobre o gabinete espanhol.

O governo espanhol recuou e chamou Weyler de volta ao país, além de prometer aos americanos que concederia autonomia aos cubanos. A Espanha já estava disposta a ceder no

sentido de criar mecanismos para que os cubanos governassem a ilha, mas os insurgentes, que já haviam depositado muitos recursos e o próprio sangue na busca pela independência, não aceitariam nada menos que o controle total e irrestrito da ilha, o que era inaceitável na visão dos espanhóis que tinham Cuba como o último território remanescente de seu antigo império nas Américas e cuja perda significaria a queda do governo e possivelmente da própria monarquia. Assim, a Espanha buscou segurar os ímpetos e cobranças americanas por meio de uma política dissimulada de procrastinação.

Por isso, Paterson (1998) afirma que, como forma de aplacar os ânimos americanos, o governo espanhol buscou agir. Em 17 de novembro, a Espanha libertou os prisioneiros americanos mantidos em Cuba e um mês depois foi revogada ordem que discriminava a exportação de tabaco da ilha para os Estados Unidos. Em 26 de outubro, cinco dias antes do limite estabelecido de 1º de novembro, a Espanha entregou a Woodford um programa de reformas a serem implementadas na ilha, conforme prometidas por Sagasta em junho: as operações militares não seriam interrompidas, mas os cubanos teriam direito ao autogoverno em todas as áreas, com exceção das relações exteriores, exército, marinha e justiça. No final do memorando de quinze páginas, expressavam o desejo sincero de que os Estados Unidos cortassem a ajuda financeira à Junta e a permissão de uso de portos americanos pelos rebeldes. Após intenso debate entre os poderes espanhóis, a Rainha Regente assinou as reformas e as transformou em lei, em 25 de novembro.

Assim, a tensão foi rompida com a aceitação, pela Espanha, de profundas reformas na ilha, conforme requisitado pelos americanos. De acordo com LaFeber (1994), a calma permaneceu durante sete semanas, entre 25 de novembro de 1897 e 12 de janeiro de 1898, mas nesse período forte agitação na opinião pública americana incitava o país a intervir mais energicamente, ou seja, a declarar guerra e apoiar os rebeldes rumo à independência. Essa pressão vinha de agentes governamentais pouco otimistas quanto à possibilidade da Espanha conseguir empregar as reformas em Cuba, assim como de colunistas de jornais que questionavam os ganhos dos Estados Unidos com a permanência da Espanha, tão próxima ao seu país. Em Cuba a situação não era melhor, com diversos grupos contrários a qualquer forma de continuação dos espanhóis da ilha e declarando que não aceitariam nada menos que a independência. Três grupos eram essenciais para que as reformas pudessem acontecer com sucesso, mas desde o início dois deles já se colocaram contra, os insurgentes e os proprietários de terra e capitalistas com investimentos na região.

No dia 12 de janeiro, o exército espanhol, terceiro grupo interessado e mais importante desse processo, agiu contra as reformas e a autonomia da proposta. Contudo, a revolta dos oficiais foi seguida pelo aumento das animosidades de todos os grupos envolvidos e a percepção, tanto de oficiais espanhóis, quanto americanos, de que o governo existente em Cuba não tinha mais capacidade de garantir a manutenção das propriedades e o bem-estar de americanos na ilha.

Herring (2008) afirma que, após consulta particular com o presidente, o deputado americano Robert Hill propôs na Câmara dos Deputados, em 18 de janeiro, que os Estados Unidos assumissem posição mais firme e interviessem em Cuba, a fim de garantir seus interesses e proteger a vida de cidadãos americanos. No mesmo dia, o Secretário Long passou a reorganizar a frota de navios americanos no Atlântico Sul ao reconhecer que a situação no Caribe piorava diariamente. Assim, o governo decidiu, no dia 24 do mesmo mês, enviar o cruzador blindado Maine para o porto de Havana, a fim de observar e reportar os acontecimentos na ilha. A decisão foi apoiada pelo governo espanhol como forma de mostrar apreço pelas decisões americanas e desescalar o conflito.

Ainda segundo Herring (2008), dois incidentes, no começo de 1898, quase acarretaram na guerra entre Estados Unidos e Espanha. Em 9 de fevereiro o periódico *New York World* publicou uma carta escrita por Enrique Dupuy de Lôme, o embaixador espanhol em Washington, direcionada a amigos em Cuba em que descrevia McKinley como fraco e incitador das massas, além abordar, de forma cínica, as promessas espanholas de reforma na ilha. Dado o contexto em que a carta foi enviada, os americanos passaram a desconfiar ainda mais dos espanhóis.

Miller (2011) afirma que o aumento das tensões foi acirrado quando o Departamento de Estado em Washington recebeu a cópia de uma carta privada escrita, no final de 1897, pelo ministro espanhol nos Estados Unidos, Enrique Dupuy de Lôme, para um amigo em Cuba. O ministro se opunha sistematicamente à guerra com os Estados Unidos e se frustrava frente à possibilidade do conflito. Em sua carta, de Lôme descrevia McKinley como “fraco e admirador das multidões’, além de suscetível às pressões da imprensa americana. Na carta, o ministro ainda sugeria que o governo espanhol rejeitava a demanda cubana por maior autonomia sem razões práticas, o que demonstraria a falta de sinceridade espanhola ao negociar ou em garantir a paz na ilha.

Pérez Jr. (1989) recorda que, menos de uma semana depois, o navio de guerra americano ISS *Maine* explodiu misteriosamente no porto de Havana, matando 266 marinheiros americanos. A catástrofe quase certamente foi resultado de explosão interna, mas os americanos buscaram explicações além: *Remeber the Maine, the hell with Spain* passou a bradar a população americana, especialmente depois que os jornais da época declaravam, de antemão, que a Espanha era culpada. McKinley tentou acalmar os ânimos, mas a situação beirou o limite quando o Congresso ameaçou tomar medidas às suas próprias custas e reconhecer os rebeldes cubanos como parte beligerante ou simplesmente declarar guerra à Espanha. Em março de 1898, uma comissão especial de inquérito americana, formada por oficiais navais dos Estados Unidos, publicou suas conclusões sobre a explosão do *Maine*: uma mina externa teria destruído o navio, mas sem apontar diretamente quem era o responsável, o que foi usado contra os espanhóis sem mais demora.

Ainda de acordo com Pérez Jr. (1989), a notícia causou revolta dentre os jornais americanos, em especial a *yellow press*, e incitou diversos políticos e personalidades a apoiarem o pedido de guerra contra a Espanha. Ainda assim, McKinley não declarou guerra imediatamente e passou a preparar o país para a possibilidade do conflito, após exigir dos espanhóis explicações acerca do acontecido. O presidente ainda demandaria indenização da Espanha caso a investigação do Departamento da Marinha concluísse que a explosão havia ocorrido de fora do Maine e não por alguma falha interna.

Ainda assim, LaFeber (1994) afirma que McKinley hesitava em levar o país à guerra, talvez pelas lembranças pessoais das perdas que testemunhou durante a Guerra Civil. Por isso, ele tentou ganhar tempo ao apontar uma comissão para que fosse investigada a causa da destruição do *Maine*. Finalmente, em abril, face à quase revolta do Congresso e sentindo ele mesmo ultrajado pelos eventos em questão, concordou com a declaração de guerra. No dia 6 de março de 1898, o presidente McKinley pediu cinquenta milhões de dólares para o Congresso em compras de armas e recebeu aprovação quase imediata. Segundo Jones (2001), o papel de McKinley nos eventos relacionados à Guerra Hispano-Americana é maior do que se previu nos primeiros estudos sobre o conflito. O presidente havia sido construído muitas vezes como reativo aos acontecimentos e constantemente pressionado a declarar guerra contra sua vontade. Jones (2001) afirma que o "verdadeiro" McKinley se encontrava entre os extremos; buscava de fato expandir os limites comerciais dos Estados Unidos, mas não era necessariamente um imperialista convicto a fim de sacrificar os recursos de seu país nessa empreitada.

Em suma, McKinley teria sido levado à guerra por pressões políticas e o desejo de ser reeleito em 1900. Seu partido majoritariamente pedia pela guerra enquanto os Democratas liderados por William Jennings Bryan clamavam por uma Cuba independente. O país parecia convergir em direção à guerra, McKinley percebia esse movimento e buscava planejar o melhor momento e forma de atuar nesse sentido, mas antes buscaria um último movimento para tentar resolver o litígio sem conflito direto.

De acordo com Herring (2008), uma última tentativa do presidente americano de tentar atingir seus objetivos sem ir à guerra fracassou. Buscando construir seu argumento com linguagem diplomática a fim de abrir caminho para possíveis interpretações, McKinley insistiu que a Espanha deveria sair da ilha ou enfrentar uma declaração de guerra pelos Estados Unidos. Na própria Espanha a oposição às concessões exigidas pelos americanos começou a crescer. Os espanhóis se ressentiam da acusação de terem explodido o *Maine* e as ameaças de intervenção em Cuba pelos Estados Unidos provocou uma onda de patriotismo principalmente entre os estudantes e a classe média e, assim como nos Estados Unidos, a imprensa incitou a revolta entre a população. Temendo pela sua sobrevivência política e até pela própria monarquia, o governo espanhol reconheceu que não poderia vencer uma guerra contra os americanos; ainda assim, em uma última proposta para ganhar tempo, aceitou as concessões, mas não aceitou o pedido principal de sair da ilha.

6.2 A Guerra Hispano-Americana

Segundo Jones (2001), a maneira ambígua com que o governo foi à guerra mascara sua firmeza em fazê-lo. O presidente não pediu ao Congresso por uma declaração de guerra. Ao contrário, ele deixou que os congressistas tomassem a iniciativa, a única vez em que isso aconteceu na história dos Estados Unidos. Ele buscava uma "intervenção neutra" que garantisse a maior liberdade de ação possível em Cuba. Seus apoiadores no Congresso o alertaram que seria um erro reconhecer como parte beligerante um povo pouco conhecido dos americanos e sugeriram que o presidente deveria estar em posição de insistir em um novo governo na ilha que mais trouxesse vantagens aos Estados Unidos. McKinley, seguindo tais conselhos, se afastou dos entusiastas que buscavam conectar a intervenção americana com o reconhecimento da independência cubana. Contudo, ele não poderia contrariar a Emenda Teller, que previa que

os Estados Unidos não poderiam anexar Cuba ao final da guerra. A emenda surgiu de vários esforços conjuntos: os que se opunham à anexação de territórios com grande número de negros ou católicos, aqueles que apoiavam a independência cubana e os congressistas ligados ao mercado doméstico de açúcar, incluindo o propositor da emenda, Senador Henry Teller, que temiam a competição cubana.

Para Williams (2011), McKinley moveu agressivamente o país em torno da maior das oportunidades que um adversário mais fraco oferecia. A economia espanhola era um décimo da economia americana, sua classe política era dividida e o que restava de seu império estava facilmente aberto à invasão por outros países. O presidente americano direcionou pessoalmente o ataque. O exército e a marinha dos Estados Unidos se moveram contra as forças espanholas em Cuba, com a ajuda de insurgentes, e ocuparam Porto Rico enquanto a marinha atacava a frota espanhola nas Filipinas, algo que já havia sido contemplado e planejado anos antes e que resultou naquele momento em uma vitória rápida e esmagadora com a conquista da Baía de Manila no dia 1ª de maio. Ao final do mês, os Estados Unidos já tinham enviado ordens para a movimentação de 20 mil soldados nas Filipinas.

Miller (2011) ainda aponta que, ao perceber que os Estados Unidos não aceitariam a adoção de medidas parciais e que a negativa da independência significaria guerra contra o país, a Espanha passou a buscar aliados no continente europeu. Todas as potências europeias, com exceção do Reino Unido (que precisava dos Estados Unidos como aliado a fim de conter o expansionismo alemão), expressaram simpatia à causa espanhola e acusaram McKinley de incitar a guerra como justificativa para tomar as terras da Espanha no hemisfério ocidental. Para infelicidade espanhola, a atuação dos países europeus não passou de declarações de simpatia ou desagrado em relação aos americanos – a Espanha estava isolada e teria que arcar com os custos de um conflito com os Estados Unidos sozinha.

Por fim, LaFeber (1994) recorda que quando a réplica espanhola ao presidente McKinley, no final de março, foi considerada insatisfatória, este enviou uma mensagem ao Congresso em 11 de abril de 189,8 pedindo autorização para usar a força se necessário para acabar com a guerra na ilha. A Espanha ainda tentou sinalizar que não desejava a guerra ao permitir aos seus militares em Cuba que adotassem um armistício unilateral, inútil aos olhos de Washington, que não aceitaria nada menos que a independência total da ilha.

O Congresso americano aprovou então uma resolução conjunta em apoio ao presidente William McKinley, com 42 votos a favor e 35 contra no Senado, e 311 votos a favor e 6 contra na Câmara. A medida não apenas autorizava, como direcionava o presidente a usar poder militar para retirar a Espanha do território cubano. Interessante notar que, nesse caso, o Congresso não hesitou em deixar claro que os Estados Unidos não buscariam a anexação da ilha – parte final da resolução conjunta proposta pelo senador Henry Teller, aprovada unanimemente, também conhecida por Emenda Teller. Ainda na parte final da resolução constava que a decisão americana de não anexar Cuba não diria respeito a outras ilhas e territórios, em alusão tácita a Porto Rico e às Filipinas. Como aponta Jones (2001), a Emenda Teller pode aparentar razões altruístas, mas existiam outras causas para sua proposição. Os produtores de açúcar, especialmente da Louisiana, defendiam a medida para que Cuba permanecesse fora do padrão tarifário dos Estados Unidos e, portanto, sujeitos à regulação própria. Existia, ainda, a preocupação de que, caso houvesse anexação, as dívidas cubanas seriam transmitidas ao governo americano. Por fim, havia o apelo racista de que a incorporação de não-brancos era indesejada. Sumner chegou a apontar que seria um "horror" a presença de senadores cubanos dentre as instituições democráticas e anglo-saxãs dos Estados Unidos. A Emenda Teller tornou-se, assim, uma grande conveniência para diversos grupos que se opunham à anexação de Cuba.

No mesmo dia, 20 de abril, em que a resolução conjunta foi tomada pelo Congresso o presidente a aprovou. Foi dado então um ultimato à Espanha para que se retirasse da ilha em três dias e no dia seguinte a Espanha rompeu relações diplomáticas com os Estados Unidos. No dia 23 de abril, o presidente William McKinley conclamou por 125.000 voluntários e dois dias depois assinou a resolução tornando efetiva a guerra a partir do dia 21 de abril.

Ainda segundo Jones (2001), os espanhóis tinham convicção de que perderiam a guerra ao mesmo tempo em que os Estados Unidos tinham certeza de que venceriam. Foram três meses ininterruptos de vitórias navais e terrestres dos Estados Unidos e a expansão dos investimentos em Defesa dos anos anteriores garantiu a superioridade militar americana frente aos ultrapassados navios espanhóis. O moral das tropas americanas permanecia alto, influenciado pelo então Secretário Assistente da Marinha, Theodore Roosevelt, que garantia vitórias seguidas aos Estados Unidos. Mesmo com um efetivo maior no território cubano, a Espanha não conseguiu afastar os americanos, devido aos bloqueios feitos pela marinha dos Estados Unidos e pela fadiga causada pelos anos de luta contra as guerrilhas cubanas.

Quando as forças americanas desembarcaram em Cuba encontraram pouca resistência espanhola e rapidamente cooperaram com os insurgentes. Em pouco tempo os americanos dominaram os espanhóis concentrados em Santiago e ocuparam a principal cidade do país. Após as vitórias americanas em Santiago de Cuba, em Guam, nas Filipinas e em Porto Rico, o embaixador espanhol em Paris solicitou a oficiais franceses que interviessem por um acordo de paz Imediatamente foram enviadas ao embaixador francês em Washington que assinou um armistício pela Espanha, efetivo a partir de 12 de agosto.

Segundo Stephanson (1995), quando a Espanha se rendeu, em julho de 1898, os Estados Unidos detinham o controle físico apenas da região sudeste de Cuba, de parte do litoral porto-riquenho e da Baía de Manila – fatos veementemente ignorados nas negociações de paz posteriormente, uma vez que o presidente McKinley já havia se decidido em favor da anexação desses territórios. O Havaí já havia sido aceito enquanto território da União naquele mesmo ano, mas o caso cubano era diferente, uma vez que as mãos do presidente estavam atadas pela Emenda Teller, aprovada pelo Congresso junto à autorização da guerra, no sentido de deixar claro que não havia intenção de exercer soberania, jurisdição ou controle da ilha, a não ser por razões de pacificação. Desde então, contudo, os americanos descobriram que os cubanos eram "mais negros" do que haviam imaginado – o que significava "menos civilizados" – e, por isso, precisariam da tutela extensiva dos Estados Unidos. A "pacificação" aconteceu de forma relativamente fácil com a Espanha fora do caminho. Aassim, em 1901, a ilha tornou-se nominalmente independente sob a proteção americana, concedendo aos Estados Unidos uma base naval de forma perpétua e os direitos de intervenção americana quando estes achassem conveniente, a fim de garantir a ordem. Foi dada pouca atenção ao caso de Porto Rico, que não foi contemplado pela Emenda Teller e cuja população não resistiu à ocupação americana. A ilha foi assim transformada em protetorado americano.

No discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1898, McKinley já falava após ter vencido a Espanha. Seu enunciado enumerou as tentativas americanas de resolução do conflito por meio de alternativas diplomáticas, além de ter apontado todos os cursos de ação disponíveis aos Estados Unidos antes da guerra ser declarada. O presidente ressaltou que foi dado à Espanha uma última chance de demonstrar vontade verdadeira de assumir reformas profundas na ilha, na direção de maior autonomia aos cubanos como demonstração de confiança à "boa vontade" dos americanos – logo em seguida, entretanto, McKinley (1898) afirmou ter sido infrutífera: "(...) little sign of real progress toward the pacification of Cuba. (...) No tangible relief was afforded the vast number of unhappy *reconcentrados*".

O presidente ainda discorreu sobre a explosão do navio de guerra americano *Maine*, que estava no porto de Havana, em razão de que a "mission of international courtesy and good will – a catastrophe the suspicious nature and horror of which stirred the nation's heart profoundly" (MCKINLEY, 1898). O episódio foi reconstruído por McKinley, de forma a demonstrar que a boa vontade dos americanos em ajudar na questão cubana resultou em danos maiores justamente à nação que não havia se envolvido diretamente. Criou-se uma narrativa em que os Estados Unidos eram vítimas da situação, do descontrole e da incapacidade espanhola em garantir a ordem e a paz:

> It is a striking evidence of the **poise and sturdy good sense distinguishing our national character** that this shocking blow, **falling upon a generous people** already **deeply touched by preceding events in Cuba**, did not move them to an instant desperate resolve to tolerate no longer the existence of **a condition of danger and disorder at our doors that made possible such a deed**, by whomsoever wrought. Yet the instinct of justice prevailed, and the nation anxiously awaited the result of the searching investigation at once set on foot. **The finding of the naval board of inquiry established that the origin of the explosion was external, by a submarine mine, and only halted through lack of positive testimony to fix the responsibility of its authorship**. (MCKINLEY, 1898, grifo nosso).

O presidente apontou que a investigação acerca da destruição do *Maine* concluiu que a causa da explosão foi supostamente externa ao navio, decorrente de uma mina submarina que, naquele contexto, só poderia ter sido colocada pelos espanhóis, que controlavam as águas cubanas. Nesse sentido, McKinley afirmou que as ações do governo espanhol ajudaram a reverberar a necessidade de urgência quanto à possibilidade da guerra, o que teria forçado o presidente a mobilizar a marinha americana:

> **Our coasts were practically undefended**. Our Navy needed large provision for increased ammunition and supplies, and even numbers to cope with any sudden attack from the **navy of Spain, which comprised modern vessels of the highest type of continental** perfection. Our Army also required enlargement of men and munitions. The details of the hurried preparation for the dreaded contingency are told in the reports of the Secretaries of War and of the Navy, and need not be repeated here. **It is sufficient to say that the outbreak of war when it did come found our nation not unprepared to meet the conflict**. (MCKINLEY, 1898, grifo nosso).

Repare-se que, novamente, há uma tentativa de construir a ideia de que os americanos (e não os cubanos) são vítimas estariam à beira de um ataque surpresa pelos espanhóis, sobre

os quais o trecho anterior aponta ter o presidente americano afirmado serem navios modernos e preparados. Há contradição nessa declaração, pois a Espanha já estava com o moral das tropas muito baixa devido à perpetuação do conflito, não tinha navios de guerra superiores aos americanos e nem demonstrava o mesmo poder que as demais potências europeias. Essa construção provavelmente é feita no sentido de demonstrar a necessidade da mobilização empreendida pelos Estados Unidos na preparação para a guerra, por isso a ideia de começar a narrativa apontando que a costa americana estava sem defesas e termina-lá apontando que o país entraria em guerra devidamente preparado.

A aproximação de um conflito armado entre Estados Unidos e Espanha, conforme afirma o presidente McKinley, o teria levado a procurar o Congresso a fim de definir que curso de ação tomar:

> I again reviewed the alternative courses of action which had been proposed, concluding that the only one consonant with international policy and compatible with our firm-set historical traditions was **intervention as a neutral to stop the war and check the hopeless sacrifice of life**, even though that resort involved "hostile constraint upon both the parties to the contest, as well to enforce a truce as to guide the eventual settlement." The grounds justifying that step were the interests of humanity, the duty to protect the life and property of our citizens in Cuba, the right to check injury to our commerce and people through the devastation of the island, and, most important, the need of removing at once and forever the constant menace and the burdens entailed upon our Government by the uncertainties and perils of the situation caused by the unendurable disturbance in Cuba. (MCKINLEY, 1898, grifo nosso).

Assim, McKinley revisa sua participação perante os congressistas ao justificar o que chama de uma intervenção "neutra", que teria o objetivo maior de interromper o conflito em Cuba, mas ainda não depõe sobre a situação posterior aos combates e ao status da ilha. O presidente reitera: "The only hope of relief and repose from a condition which can no longer be endured is the enforced pacification of Cuba. In the name of humanity, in the name of civilization, in behalf of endangered American interests which give us the right and the duty to act." (MCKINLEY, 1898). Esse trecho do discurso de McKinley mostra efetivamente como o presidente buscou construir a relação entre a justificativa para a ação e os interesses americanos diretamente atingidos na ilha. Os Estados Unidos teriam o direito e o dever de agir em relação a algo que aconteceria tão proximamente e envolveria diretamente tantos aspectos da vida americana.

O presidente então, justificando a ação militar, passará a exprimir comentários sobre o status formal de Cuba após o conflito. Primeiramente será expresso o seguinte:

> (...) to secure in the island the establishment of a s**table government**, capable of maintaining order and observing its international obligations, **insuring peace and tranquility of its citizens as well as our own**, and for the accomplishment of those ends to **use the military and naval forces of the United States as might be necessary**, with added authority to continue generous relief to the starving people of Cuba. (MCKINLEY, 1898, grifo nosso).

Nota-se que não é apontado quem compõe esse governo, se americanos ou cubanos. Adicionalmente, a tranquilidade e segurança dos americanos é colocada como prioridade nesse momento e o emprego de forças dos Estados Unidos é expresso como garantia de autoridade. A definição mais apropriada do status formal da ilha vem pouco depois, nesse mesmo discurso, quando McKinley afirma que o Congresso emitiu quatro declarações:

> First. **That the people of the island of Cuba are, and of right ought to be, free and independent**. Second. That it is the duty of the United States to demand, and **the Government of the United States does hereby demand, that the Government of Spain at once relinquish its authority and government in the island of Cuba** and withdraw its land and naval forces from Cuba and Cuban waters. Third. That the President of the United States be, and he hereby is, directed and empowered to **use the entire land and naval forces of the United States** and to call into the actual service of the United States the militia of the several States to such extent as may be necessary to carry these resolutions into effect. Fourth. **That the United States hereby disclaims any disposition or intention to exercise sovereignty, jurisdiction, or control over said island** except for the pacification thereof, and asserts its determination when that is accomplished to leave the government and control of the island to its people. (MCKINLEY, 1898, grifo nosso).

De acordo com LaFeber (1994) e Williams (2011), a resolução aprovada pelo Congresso tinha alguns objetivos, como: estabelecer que o jugo espanhol sobre Cuba havia acabado, que os cubanos seriam um povo livre e independente, que o presidente poderia tinha autorização para usar as forças armadas dos Estados Unidos a fim de garantir os dois objetivos anteriores e que o país não buscaria anexar, controlar ou exercer soberania sobre a ilha. O último ponto é o que chama mais atenção em razão das interpretações possíveis: há uma alusão tácita à Emenda Teller que proibia a anexação da ilha, que foi a forma que os anti-imperialistas do Congresso encontraram de prevenir que isso acontece. Mas a palavra *control* possivelmente poderia ser

interpretada no sentido de que os americanos não poderiam exercer demasiada influência nas questões internas do futuro governo independente de Cuba a ponto de isso ser apontado como controle. Ou seja, como será apontado mais à frente, a resolução do Congresso esbarra nas provisões da Emenda Platt, que será imposta aos cubanos posteriormente.

Sobre o conflito, McKinley exalta o que viria a ser conhecido como a "*splendid little war"* dos americanos, um conflito em que os Estados Unidos provaram seu poder e superioridade frente a uma potência europeia de forma rápida e impressionante:

> The maximum effective fighting force of the Navy during the war, separated into classes, was as follows: Four battle ships of the first class, 1 battle ship [sic] of the second class, 2 armored cruisers, 6 coast-defense monitors, 1 armored ram, 12 protected cruisers, 3 unprotected cruisers, 18 gunboats, 1 dynamite cruiser, 11 torpedo boats; vessels of the old Navy, including monitors, 14. Auxiliary Navy: 11 auxiliary cruisers, 28 converted yachts, 27 converted tugs, 19 converted colliers, 15 revenue cutters, 4 light-house tenders, and 19 miscellaneous vessels. (MCKINLEY, 1898).

O presidente afirmarou que não foi sua intenção narrara a "history of the extraordinary war", apesar de tê-lo feito com detalhes durante sua exposição nesse discurso sobre o Estado da União: "**after a few hours'** engagement affected the **total destruction of the Spanish fleet**. (...) **Not a life was** lost on our ships, the wounded only numbering seven, while not a vessel was materially injured. For this **gallant achievement** (...)." (MCKINLEY, 1898, grifo nosso). O presidente(1898) continua: "The next act of war thrilled not alone the hearts of our countrymen but the world by its exceptional heroism". Esse discurso é o primeiro em que são exaltadas características americanas de forma tão passional e subjetiva. Os discursos dos presidentes anteriormente analisados seguiam um determinado padrão de objetividade e limitação na descrição dos eventos. McKinley, nesse sentido, inaugura o período de discursos recheados de exaltações ufanistas e realizações da "civilização" americana.

Em relação a Porto Rico, McKinley afirma que a ilha se tornou uma "necessidade estratégica", que a chegada dos americanos foi recebida com entusiasmo pela população e que em todas as batalhas travadas pelos americanos o desfecho foi rápido e vitorioso.

De acordo com Walter Williams (1980), a principal dúvida, naquele momento, dizia respeito às Filipinas. O controle de Manila significaria vantagem estratégica e comercial por sua posição privilegiada em relação aos demais entrepostos da região e proximidade da China.

O presidente McKinley cogitou ficar com a cidade e reintegrar as Filipinas à Espanha, mas mudou de ideia quando percebeu as vantagens que teria frente às demais potências europeias que também almejavam melhores posições para comércio na Ásia e na China. Segundo Ngozi-Brown (1997), parte do desejo de manter as Filipinas resultava ainda da crença de que os filipinos não seriam suficientemente aptos a se governarem ou que a retomada pela Espanha significaria uma nova derrota para Alemanha ou França.

Assim, segundo LaFeber (1994), as negociações com a Espanha aconteceram em Paris quando a delegação americana chegou para a primeira sessão no Palácio Quai D'Orsay, no dia 29 de setembro. Dos cinco integrantes nomeados por McKinley quatro eram considerados expansionistas – três eram membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado, ou seja, futuramente seriam os mesmos que votariam o acordo de paz. Os objetivos da delegação eram muito claros: a independência de Cuba, a aquisição de Porto Rico e, pelo menos, a ilha de Luzon nas Filipinas, onde se encontrava Manila. Após quase um mês de negociações os americanos mudaram o tom e passaram a exigir controle total do arquipélago das Filipina. A demanda partia da visão de que separar Manila seria contra produtivo, uma vez que o conjunto faria maior sentido economicamente. Além disso, as demandas pela independência das Filipinas pelo líder insurgente, Emilio Aguinaldo, foram infrutíferas, uma vez que Washington considerava a possibilidade de um governo rebelde como instável e passível de conquista por potências europeias, em especial a Alemanha. A ideia de um protetorado surgiu, mas saiu de cogitação em vista das dificuldades que os Estados Unidos enfrentavam com o regime das ilhas Samoa.

Em dezembro de 1898, Estados Unidos e Espanha assinaram a paz com o Tratado de Paris. Os espanhóis concordaram em assumir as dívidas cubanas e aceitaram 20 milhões de dólares de compensação pelos americanos. Além disso, a Espanha resignava o direito de qualquer título ou soberania sobre as Filipinas, Guam[9], Porto Rico e demais ilhas nas Índias Ocidentais. Os habitantes dessas áreas teriam garantidos seus direitos religiosos, mas o Congresso ainda determinaria seus direitos civis e status político e aí reside o ponto essencial da discussão: os Estados Unidos não garantiram nem cidadania nem prometeram integração à nação americana.

Sobre as negociações de paz, McKinley (1898) aponta que os espanhóis mantinham o pedido de manutenção do arquipélago das Filipina, e o que se resolveu foi expresso em

[9] Sobre a atuação americana em Guam, indica-se o estudo de Burnett (2005).

protocolo comum, que atestava o fim da soberania espanhola em Cuba, a cessão de Porto Rico e outras ilhas nas Índias Ocidentais aos Estados Unidos. A ocupação americana nas Filipinas permaneceria até que um tratado de paz acertasse o status definitivo do arquipélago. Sobre as novas possessões, McKinley (1898) foi evasivo: "I do not discuss at this time the government of the future of the new possessions which will come to us as the result of the war with Spain" e isso se deve provavelmente ao fato de que o controle de áreas "coloniais" era algo novo aos Estados Unidos, cujo histórico não remonta a esse tipo de administração ou controle.

Segundo Zevin (1972) e Go (2007), as críticas não demoraram a aparecer e, já no início de 1898, os grupos anti-imperialistas acusavam o governo de corromper o idealismo americano e de agir de forma contraditória, ao anexar as Filipinas mas não seguir o mesmo curso com Cuba, por exemplo. Além disso, o argumento racista pautava-se na ideia de que a população branca do Havaí, Guam e Porto Rico seria numerosa o suficiente para a anexação, em contraste com os Filipinos de "pele escura" que eram de origem malaia, notadamente discriminados nos discursos darwinistas sociais. Mais um argumento dizia respeito à possibilidade do acirramento das rivalidades na região após maior envolvimento dos americanos. Ainda assim, e mesmo com o apoio de Andrew Carnegie, Mark Twain e outros notáveis, os anti-imperialistas foram incapazes de reverter as decisões do governo ou de pautar a agenda do período.

Por outro lado, Williams (2011) e Hunt (1987) afirmam que foram numerosas as associações e os empresários da época que apoiaram a decisão de McKinley, que tinha ainda o respaldo de Roosevelt, Lodge e outros importantes políticos da época. O acordo com a Espanha e a conquista dos novos territórios representariam uma demonstração da superioridade natural dos americanos frente aos latinos do mediterrâneo europeu. O argumento passaria então à noção de que os Estados Unidos teriam um papel a cumprir como raça superior e nação privilegiada: o de espalhar a civilidade aos demais povos bárbaros ou atrasados. A disputa imperial com as demais potências, como Japão e Alemanha, aconteceria naturalmente e os americanos deveriam assumir o "fardo" de garantir a expansão da democracia, da liberdade e da civilização como baluartes às demais nações.

No discurso sobre o Estado da União, de 1898, as novas conquistas extracontinentais são explicitadas como mais um motivo para que os Estados Unidos empenhem maior esforço na definição e construção de um canal ístmico. A nova configuração dos Estados Unidos enquanto potência imperial é destacada pelo presidente no final de seu discurso, de 1898:

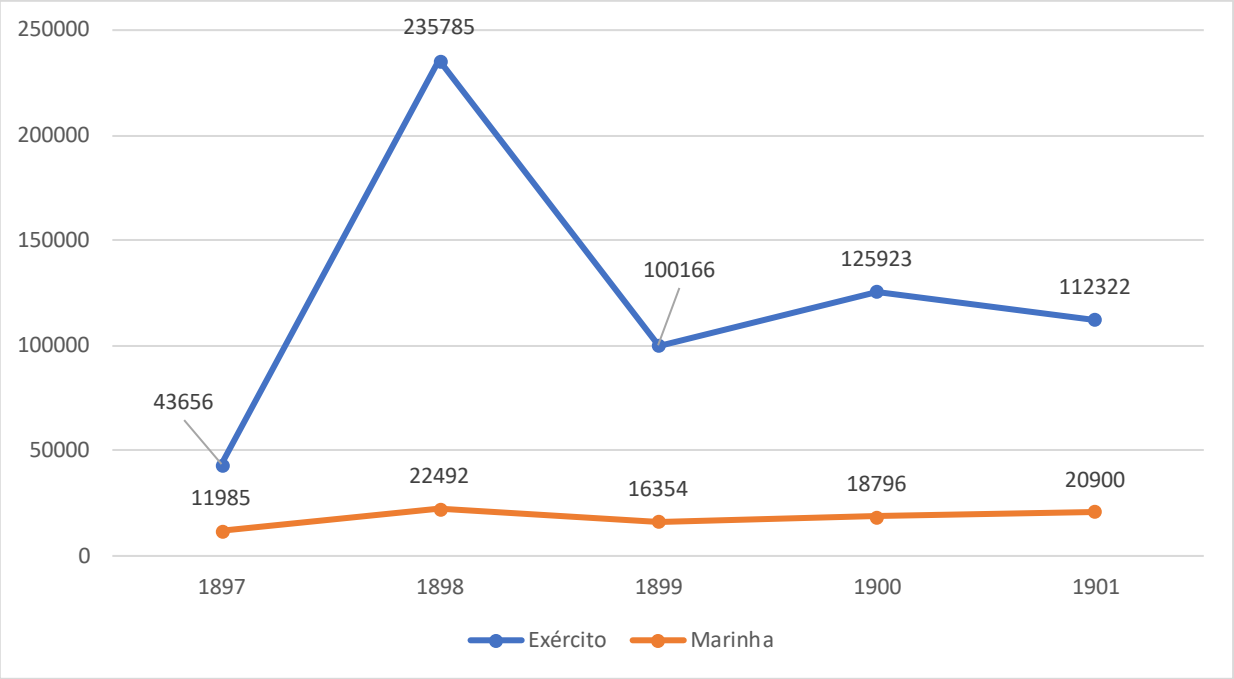
> **The annexation of Hawaii and the changed relations of the United States to Cuba, Puerto Rico, and the Philippines resulting from the war, compel the prompt adoption of a maritime policy by the United States.** There should be established regular and frequent steamship communication, encouraged by the United States, under the American flag, with the newly acquired islands. Spain furnished to its colonies, at an annual cost of about $2,000,000, steamship lines communicating with a portion of the world's markets, as well as with trade centers of the home Government. **The United States will not undertake to do less.** It is our duty to furnish the people of Hawaii with facilities, under national control, for their export and import trade. It will be conceded that the present situation calls for legislation which shall be prompt, durable, and liberal. (MCKINLEY, 1898, grifo nosso).

Apesar de parecer algo simples ou pouco importante, o estabelecimento de rotas marítimas para transporte e comunicação representam, ao longo da história dos Estados Unidos, a forma mais eficaz de garantir controle sobre seus territórios. Quando o presidente afirma que as novas possessões determinam a necessidade do estabelecimento de uma nova política marítima, explicita-se também o impulso imperial pelo que passará o país e os custos que envolvem esse novo status. A afirmação de que os Estados Unidos não ficarão "atrás" da Espanha, soberana anterior das possessões imperiais, demonstra também o ímpeto e a vontade em garantir que a presença do Estado seja eficiente não apenas nos territórios continentais, mas também além-mar. Outro exemplo da extensão imperial pode ser apontado em relação a mais um pedido que McKinley faz ao Congresso:

> The importance of legislation for the permanent increase of the Army is therefore manifest, and the recommendation of the Secretary of War for that purpose has my unqualified approval. There can be no question that at this time, and probably for some time in the future, 100,000 men will be none too many to meet the necessities of the situation. (MCKINLEY, 1898).

Os Estados Unidos romperam com uma longa tradição de evitar um numeroso exército fixo, justamente no momento em que despontam enquanto potência imperial. A despeito do tamanho do exército americano ser muito inferior às grandes potências continentais europeias, esse empenho demonstra a necessidade de uma força de prontidão e à disposição do governo federal para atuar na defesa dos interesses americanos que, somadso às constantes melhorias na Marinha, identificam um padrão de ascensão militar contínuo.

GRÁFICO 14 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo McKinley



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração nossa.

Em seu primeiro discurso sobre o Estado da União, McKinley fez inclusive um balanço do avanço na renovação da marinha do país:

> The present immediately effective force of the Navy consists of four battle ships of the first class, two of the second, and forty-eight other vessels, ranging from armored cruisers to torpedo boats. There are under construction five battle ships of the first class, sixteen torpedo boats, and one submarine boat. No provision has yet been made for the armor of three of the five battle ships, as it has been impossible to obtain it at the price fixed by Congress. It is of great importance that Congress provide this armor, as until then the ships are of no fighting value. The present naval force, especially in view of its increase by the ships now under construction, while not as large as that of a few other powers, is a formidable force; its vessels are the very best of each type; and with the increase that should be made to it from time to time in the future, and careful attention to keeping it in a high state of efficiency and repair, it is well adapted to the necessities of the country. (MCKINLEY, 1897b).

O presidente afirmou que a aquisição de novos navios de guerra só seriapossível se o Congresso autorizasse a liberação de novos recursos. Ressaltou que a marinha americana, apesar dos avanços, ainda era comparável às de outras potências. No mesmo discurso, ele justificou a aquisição de novos navios em, decorrência da defesa nacional e da piora do cenário externo em termos de rivalidades políticas, ao contrário da justificativa tradicional que envolvia a defesa dos interesses comerciais do país.

McKinley ainda afirmou que os Estados Unidos assumiram uma "responsabilidade perante o mundo" em relação aos cubanos e que teriam um papel fundamental na formação de um novo governo na ilha:

> The new Cuba yet to arise from the ashes of the past must needs be bound to us by ties of singular intimacy and strength if its enduring welfare is to be assured. Whether those ties shall be organic or conventional, the destinies of Cuba are in some rightful form and manner irrevocably linked with our own, but how and how far is for the future to determine in the ripeness of events. (MCKINLEY, 1899).

O presidente, contudo, não explicita como será esse governo e de que forma essa conexão com os Estados Unidos afetarão o futuro dos cubanos. Há uma indecisão ou mistério em relação ao que fazer com a ilha, uma vez que o governo fica impossibilitado de governar ou "controlar" diretamente Cuba, em decorrência da Emenda Teller.

Além disso, apesar da mudança de postura na atuação dos Estados Unidos em relação aos eventos acontecidos em 1898, o presidente insistiu em afirmar que o país não se afastaria de sua "traditional policy of not intruding upon, interfering with, or entangling itself in the political questions or policy or internal administration of any foreign state" (MCKINLEY, 1899). Inclusive, no mesmo discurso, o presidente pediu ao Congresso o aumento do orçamento para as forças armadas do país para que elas pudessem ao menos se igualar às demais potências. Os Estados Unidos já se colocavam em igualdade em termos simbólicos e empíricos após a expansão imperial.

Segundo Go (2007) e Williams (2011), sobre a constitucionalidade das aquisições territoriais, o Senador Orville Platt adotou uma posição que influenciaria diretamente nas decisões da Suprema Corte. O senador argumentou que os Estados Unidos, enquanto nação soberana, poderia incorporar qualquer território e instituir o tipo de governo que melhor conviesse à situação e ao povo envolvido. Ainda insistia que o país não tinha qualquer obrigação de conceder cidadania ou nacionalidade, portanto não deveria necessariamente assistir à população em questão com os mesmos direitos que os demais cidadãos americanos. Assim, como qualquer outra nação imperial, os Estados Unidos poderiam conquistar colônias, dependências e territórios a depender da necessidade e das questões estratégicas e comerciais.

De acordo com Fradera (2009), quando os Estados Unidos começaram sua expansão territorial com a anexação do Havaí e, depois, Cuba, Porto Rico e as Filipinas, os formadores de opinião pública do país estavam cientes dos problemas que o país enfrentaria para controlar lugares tão distantes (ideal e materialmente) do território continental. A presença direta dos Estados Unidos no Caribe e no Pacífico era uma reavaliação da ideia de República, afinal, se o país se envolvesse no governo e admitisse ser soberano sobre os territórios conquistados após o Tratado de Paris de 1898, qual seria o relacionamento entre esses governos e a Constituição nesses locais?

A partir desse momento, a criação de uma política colonial que respeitasse os princípios constitucionais e respondesse a essa questão passou a ser formulada. Segundo Zevin (1972), seria necessário encontrar uma resposta dentro dos limites da própria Constituição, por meio de decisões advindas do Congresso, considerado o corpo legítimo e qualificado para definir as condições a partir de então. Seguindo essas premissas, a legislatura se viu frente a três opções: lei marcial, governo civil republicano e centralizado e um sistema civil republicano de tipo federal com estados federados. Em tese, todas as garantias constitucionais – liberdades civis e políticas, igualdade fiscal e garantias contra abuso de algum poder – deveriam ser válidas em todos os estados da União e nos territórios incorporados independentemente das condições administrativas que fossem escolhidas ou adaptadas. A chave para a solução dessa equação residia justamente na ideia de "territórios", escolhida para se referir aos novos espaços adquiridos perante a cláusula territorial da terceira seção do artigo IV da Constituição (LAFEBER, 1994). Essa distinção permitiu a separação legal entre alguns dos mecanismos constitucionais entre o espaço continental clássico da república e os demais territórios conquistados, que passariam a ter status próprio – essa distinção não abriu brechas para uma ditadura ou coisa do tipo, mas permitiu que se emulasse parte das regras estabelecida pelas demais potências imperiais em seus domínios.

Fradera (2009) afirma que foi necessária, porém, a intervenção da Suprema Corte, nos chamados "casos insulares", para que se determinasse o status legal dos novos territórios. Para tanto, foi criada e justificada uma nova teoria constitucional que conseguisse distinguir as possibilidades legais dos americanos em relação aos povos dos espaços extracontinentais. Foi feita, então, uma distinção entre territórios "incorporados" e "desincorporados", sendo os primeiros aqueles que faziam parte direta da União e os outros os que pertenciam à União, mas que não estavam destinados a fazer parte dela. Nesse último caso, o Congresso americano teria plenos poderes (que não eram absolutos ou ditatoriais, cabe frisar) para definir as questões

administrativas e legais, desde que de acordo com os princípios constitucionais já existentes. Apesar disso, a lógica por trás da ideia de um "nacional" ou "cidadão" americano é que iria definir de fato a extensão dos direitos e das possibilidades práticas de cada indivíduo, o que, em última instância, significou a exclusão ou segregação de diversos grupos, a exemplo dos negros emancipados.

Culliname (2012) aponta que os sete primeiros casos foram decididos conjuntamente, em maio de 1901. A resposta da Suprema Corte não foi necessariamente alinhada com nenhum dos grupos interessados na questão, como o governo ou os anti-imperialistas. Criou-se o que, à época, convencionou-se chamar Doutrina da Incorporação. Essa doutrina determinava dois tipos de soberania americana nos territórios que poderiam ser incorporados ou não-incorporados, o que determinaria a distinção para um processo de afirmação de um acordo comum. Assim, se no acordo firmado fosse gerado um tratado de incorporação, os direitos constitucionais plenos seriam estendidos conjuntamente e o território seria parte plena da União. De outra forma, territórios não-incorporados teriam status diferenciado e não seriam cobertos pela Constituição dos Estados Unidos, permitindo também diferenciação entre cidadãos americanos e os povos desses territórios. Essa decisão pautou boa parte das discussões referentes à cidadania nos anos seguintes e chancelou políticas notadamente racistas e comumente exploratórias.

Segundo Finkelman (2008), em Downes v. Bidwell, a Suprema Corte dos Estados Unidos estabeleceu que o país não era apenas uma nação de estados e territórios temporários, mas uma nação de estados e potenciais territórios temporários. Apesar de os Estados Unidos sempre terem possuído territórios, assumia-se que estes se encontravam em fase transicional até serem estabelecidos sob a soberania plena dos americanos. Isso aconteceria após esses territórios atingirem um número de habitantes mínimo definido e constituições escritas, reafirmando o governo republicano. O Congresso poderia, então, anexar esses territórios como estados à União, o que de fato foi feito para trinta e um dos cinquenta estados.

Ainda segundo Finkelman (2008), a opinião concorrente do Juiz Edward White, entretanto, introduziu uma nova doutrina que distinguia entre os territórios "incorporados" dos Estados Unidos – os pertencentes à América do Norte continental e também Havaí e Alasca – dos territórios a não serem incorporados de Porto Rico, Filipinas e Guam – todos adquiridos da Guerra Hispano-Americana após o Tratado de Paris. Os Estados Unidos iriam anexar ainda a Samoa Americana, em 1899, em um acordo tripartite com a Alemanha e o Reino Unido e anexar

as Ilhas Virgens Americanas, em 1917, além de parte das Ilhas Mariana, em 1976. Sob a doutrina da incorporação do Juiz White, os territórios adquiridos nesse contexto permaneceriam indefinidamente fora da atuação política direta dos Estados Unidos, ou seja, não lhes seriam atribuídos os mesmos direitos e status legal.

De acordo com Burnett (2009), a corte decidiu que os habitantes nativos dos novos territórios anexados não eram mais *aliens* (cidadãos de outros países, alienados da nacionalidade americana), mas se recusou a decidir se eram cidadãos americanos. A relutância da corte buscava atuar no limbo, ao entender que esses povos conquistados não eram nem cidadãos nem *aliens*, mas algo no meio. Com o tempo, ficou resolvido que o status legal dos porto-riquenhos e dos filipinos era o de nacionais não-cidadãos, ou seja, membros **parciais** do corpo político americano, sujeitos à soberania americana, mas tendo negada cidadania aos seus habitantes.

Os casos insulares determinaram que os novos territórios anexados eram, como os demais, território "doméstico", mas não "parte dos Estados Unidos", argumento dentro da doutrina da incorporação territorial. Eram estrangeiros para os Estados Unidos, mas ainda continham um sentido doméstico. A doutrina da incorporação territorial, porém, não versou sobre o status da cidadania dos habitantes dos que vieram a ser conhecidos como "territórios desincorporados".

O conceito de cidadania tornou-se algo extremamente incerto e fortemente contestado décadas depois que a décima-quarta emenda o definiu (KEYSSAR, 2014). A emenda deveria ter supostamente enterrado qualquer dúvida a respeito do que significava ser um cidadão americano, terminando com a distinção entre cidadão e sujeito, e repudiando a possibilidade de existirem sujeitos americanos que não fossem cidadãos americanos. Ainda assim, as políticas imperiais do começo do século vinte abriram as portas para a reintrodução dessa distinção no sistema legal americano, estabelecendo que existiam pessoas nascidas em solo doméstico e sujeitas à soberania americana, consequentemente americanos e não *aliens* mas, ao mesmo tempo, não-cidadãos dos Estados Unidos. De acordo com Burnett (2009), a Suprema Corte reafirmaria esses princípios quando definiu que "a Constituição não necessariamente segue a bandeira", ou seja, os direitos de cidadania americana não seriam estendidos automaticamente aos habitantes dos territórios adquiridos.

A Guerra Hispano-Americana foi curta e pouco custosa, se comparada a outros conflitos entre grandes potências, mas teve importantes consequências. O conflito marcou o ápice da longa decadência espanhola enquanto potência europeia, ao mesmo tempo em que se definiu como ponto de inflexão à ascensão americana no cenário internacional e garantiu reconhecimento ao país como grande potência frente às demais.

6.3 Os espólios da guerra

De acordo com LaFeber (1994), McKinley ainda começou a fortificar o poder naval americano no Pacífico. Em meados de dezembro de 1897, o cruzador Raleigh se moveu do Mediterrâneo para o Esquadrão Asiático, a fim de observar mais atentamente o desenvolvimento da insurreição nas Filipinas, iniciada em 1896. No final deste mesmo ano, o Tenente William K. Kimball, oficial de inteligência da Marinha americana fortemente influenciado pelas ideias de Mahan, formulou um plano de batalha para uma possível ofensiva contra as Filipinas.

No contexto de maior atenção ao Extremo Oriente, McKinley submeteu um tratado de anexação do arquipélago do Havaí, em 1897. O Congresso iria levar tempo demais para aprovar uma resolução conjunta, mas o debate em torno da questão, que pautaria quase todo o ano seguinte ao pedido de ratificação pelo Presidente, demonstraria parte da política em voga nos meses antes da guerra com a Espanha. Segundo Williams (2011), em primeiro lugar, o aumento de assertividade e da presença japonesa forçariam os ideólogos do expansionismo americano a revisar as políticas para o Havaí e o argumento construído por Cleveland-Gresham. Em segundo lugar, o tratado de anexação quase foi aprovado no Congresso nos primeiros meses de 1898, pouco antes da guerra contra a Espanha, porque já se debatia e enfatizava a relação entre o controle formal do Havaí e a manutenção dos direitos comerciais americanos na Ásia-Pacífico.

Desde 1891, McKinley lutaria pela garantia de Pearl Harbor e ficaria atento à possibilidade de invasão por potências estrangeiras no Havaí, o que gerou sugestões de observadores políticos, à época, de que o novo governo buscaria anexar o arquipélago.

Segundo Williams (2011), a Alemanha quis protestar, mas desistiu da empreitada quando o Reino Unido evitou assinar uma nota conjunta. O Japão, contudo, protestou

fortemente, exigindo que seus cidadãos no Havaí fossem respeitados e tivessem seus direitos garantidos – algo que os americanos não poderiam ignorar uma vez que um quarto da população da ilha era formado por japoneses, além do fato de que o governo japonês chegaria a mandar um cruzador em julho do mesmo ano para Honolulu.

Diversos pontos da discussão sobre o Havaí pautariam o debate acerca das Filipinas, a partir de 1899, dentro e fora do Congresso americano. Segundo Jones (2001), poucos anti-anexacionistas falavam de ganhos comerciais, pois preferiam enfatizar argumentos constitucionais e raciais – a questão comercial era, de acordo com eles, garantida pela posse de Pearl Harbor. Os anexacionistas contra argumentavam que somente a posse de Pearl Harbor seria inútil contra possíveis inimigos se não houvesse controle das terras internas e que sem o controle total das ilhas qualquer potências estrangeiras poderiam forçar o governo do Havaí a firmar acordos comerciais melhores em detrimento dos americanos.

Segundo Link (1965), a ameaça representada pelos japoneses e o aumento das preocupações acerca da política asiática gerou o ímpeto necessário à aprovação do tratado de anexação no Senado, em fevereiro e março de 1898. A carta de de Lôme e a catástrofe do Maine formaram o contexto necessário à ratificação, mas ainda haviam dúvidas de se o governo teria a maioria necessária para aprovar a medida no Senado. Assim, em 16 de março, o Comitê de Relações Exteriores emitiu uma resolução conjunta em favor da anexação, o que requereria apenas maioria simples das duas casas do Congresso. Após intensos debates, em junho a Câmara aprovaria a resolução com 290 votos a favor e 91 contra e, em 6 de julho, o Senado aprovaria a medida por 42 a 21, tendo o presidente McKinley tornado oficial a anexação no dia seguinte.

Segundo Zevin (1972) e Go (2007), o Presidente proclamaria que a anexação marcava uma consequência inevitável de quase um século de interesse dos americanos pelas ilhas, apesar de as administrações anteriores terem mostrado que o alinhamentos dos governantes havaianos com os Estados Unidos poderia existir sem anexação e que esta não tinha nada de inevitável. A anexação do Havaí passa por questões ideológicas e estratégicas mais amplas, como a necessidade de garantir bases navais e entrepostos comerciais ao longo do Pacífico e a aproximação dos japoneses junto às ilhas.

De acordo com Lafeber (1994), a guerra contra a Espanha tornou óbvia a importância estratégica das ilhas e preocupações sobre possíveis expansões alemãs ou japoneses no Pacífico

reforçaram a questão. O Havaí assumiu um papel maior no conflito, ao prover uma série de recursos às tropas americanas nas Filipinas. Por essa razão, o presidente McKinley chegou a falar em anexar as ilhas sob os poderes presidenciais provenientes da guerra mas pouco depois que a Guerra Hispano-Americana teve início o presidente enviaria ao Congresso uma resolução para anexação do Havaí. Os legisladores declararam que as ilhas eram uma necessidade naval e militar, a "chave para o Pacífico" e que não anexá-las seria estupidez. A resolução, portanto, foi aprovada em julho sem dificuldades. A classe dominante não-havaiana (chamados de *haole*) comemorou, enquanto alguns nativos lamentariam o que consideravam a redução de seu status soberano.

A respeito da proposta de incorporação do Havaí ao território americano, McKinley afirmou que os interesses americanos exigiam a garantia da independência e das trocas comerciais com os havaianos, mas que tinha sido recorrente o medo de que potências estrangeiras pudessem aproveitar da vulnerabilidade do arquipélago e anexá-los às suas possessões:

> While consistently disavowing from a very early period any aggressive policy of absorption in regard to the Hawaiian group, a long series of declarations through three-quarters of a century has proclaimed the vital interest of the United States in the independent life of the Islands and their intimate commercial dependence upon this country. At the same time it has been repeatedly asserted that in no event could the entity of Hawaiian statehood cease by the passage of the Islands under the domination or influence of another power than the United States. Under these circumstances, the logic of events required that annexation, heretofore offered but declined, should in the ripeness of time come about as the natural result of the strengthening ties that bind us to those Islands, and be realized by the free will of the Hawaiian State. (MCKINLEY, 1897b).

McKinley apontou a forte ligação entre as duas nações, especialmente em relação às trocas comerciais. Naquele momento, a afirmação de que o território havaiano não poderia ser de outro Estado que não os Estados Unidos já demonstra como a Doutrina Monroe era percebida de forma expandida: a ideia de que o Havaí faria parte do Hemisfério Ocidental e, por isso, estaria coberto pelos princípios do não-envolvimento dos europeus (ou demais nações, como o Japão, por exemplo). Por isso, o presidente americano ainda ressaltou que o fortalecimento desses laços – a anexação – seria um movimento "natural", algo que o próprio Congresso deveria, portanto, corroborar.

A anexação envolveu a discussão sobre o status dos imigrantes asiáticos trabalhando na ilha. Por ser uma nação independente naquele momento, o Havaí não era obrigado a cumprir com a legislação que exigia a exclusão de chineses do território americano. McKinley, ao perceber que isso poderia atestar de alguma forma negativamente à anexação, afirma:

> If the treaty is confirmed as every consideration of dignity and honor requires, the wisdom of Congress will see to it that, **avoiding abrupt assimilation of elements perhaps hardly yet fitted to share in the highest franchises of citizenship**, and having due regard to the geographical conditions, the most just provisions for self-rule in local matters with the largest political liberties as an integral part of our Nation will be accorded to the Hawaiians. (MCKINLEY, 1897b, grifo nosso).

O presidente busca desconectar a concessão da cidadania americana aos havaianos da possibilidade que isso também aconteça em relação aos chineses – retratados reiteradamente de forma racista pelos presidentes americanos, enquanto inferiores e incapazes de assumir o "autogoverno" ou os padrões civilizatórios ocidentais. Essa diferenciação é ainda mais notável quando se percebe que os chineses são apontados tacitamente, mas os japoneses – que também se encontram em grande número no Havaí – são referidos nominalmente. McKinley garante que as questões colocadas pelos japoneses acerca do tratamento dos seus cidadãos já é objeto de negociação, não podendo ser dito o mesmo sobre os nacionais da China.

Segundo Miller (2011), os americanos encontravam-se convencidos de sua superioridade após sucessivas vitórias contra os espanhóis. Além do aumento do moral, subiam também as expectativas do que poderia ser feito para garantir os interesses do país após o conflito. Assim, os Estados Unidos passaram a enxergar as Filipinas como um portal para a China, o mercado mais desejado dentre as potências da época. Em razão da posse das Filipinas, o Havaí se converteria em posto naval de abastecimento e controle natural da rota para a Ásia, além de proteger os mares e garantir a livre circulação de navios e produtos americanos.

De acordo com Tyner (2006), pouco depois, em 13 de junho de 1900, foi aprovado o *Hawaiian Organic Act*, que sujeitava o Havaí às leis americanos e terminava parte dos contratos de trabalho existentes. A partir desse momento, tanto o *Chinese Exclusion Act*, de 1882, quanto o Gentlemen's Agreement preveniam a entrada de chineses e japoneses no Havaí; assim, a solução para a escassez de trabalhadores obrigou os proprietários de terras a voltarem suas atenções aos filipinos, considerados nacionais e excluídos das leis de migração federais.

Segundo Herring (2008), enquanto lutavam em Cuba, os Estados Unidos também se moveram rapidamente para tomar Porto Rico antes que a guerra terminasse. A ilha ocupava uma posição estratégica entre duas passagens oceânicas e era chamada de "Malta do Caribe" porque poderia defender um possível canal ístmico e a costa do Atlântico. Em contraste com Cuba, os Estados Unidos tinham relativamente pequeno comércio e poucos investimentos na ilha. Mas Blaine havia colocado Porto Rico como prioridade, especialmente pelo seu possível papel em relação ao futuro canal. Ao evitar que os americanos anexassem Cuba, a Emenda Teller provavelmente aumentou a importância de Porto Rico. Uma vez em guerra com os espanhóis, Porto Rico ainda significava a chance de expelir ainda mais a presença europeia no hemisféio. Alguns empresários e comerciantes recomendaram a tomada de Porto Rico logo no começo da guerra pelo seu valor estratégico e comercial e missionários protestantes expressam forte interesse em converter a ilha. Ao final de junho, o governo estava comprometido com a aquisição da ilha como parte do pagamento pelos custos da intervenção (GARCIA, 2000).

De acordo com Jones (2001), a principal preocupação americana era a de tomar Porto Rico antes que os espanhóis se rendessem. Em 7 de julho, a Casa Branca ordenou ao General Nelson A. Miles que se direcionasse a Porto Rico assim que a vitória em Cuba estivesse assegurada. O general desembarcou em Guánica no dia 25 do mesmo mês, sem grande oposição. Os porto-riquenhos eram relativamente pacíficos e prósperos e gozavam de grande autonomia por parte dos espanhóis. A maioria era favorável à presença americana e estava disposta a aceitar a tutela dos vizinhos ao norte. Assim, mesmo que os invasores americanos deixassem claro que tinham a intenção de tomar posse da ilha, encontraram pouca resistência e sofreram poucas baixas. A ocupação seria finalizada a tempo do pedido de paz pela Espanha em 7 de agosto – o país esperava manter Porto Rico, mas os Estados Unidos insistiram em tomar as ilhas enquanto "indenização pecuniária".

Segundo Garcia (2000), Porto Rico foi deixado em um limbo: não se tornaria um estado americano oficialmente, mas um protetorado cujos habitantes gozariam de status similar aos cidadãos dos Estados Unidos, algo similar a uma *Commonwealth*. Cuba conseguiu sua independência, mas de forma restrita. Depois que o Congresso descartou a possibilidade de anexação às vésperas da guerra em abril de 1898 por meio da Emenda Teller, o governo McKinley buscou garantir a independência cubana frente aos espanhóis. Apesar disso, três anos depois seria colocada em prática a Emenda Platt, desenhada pelo Secretário de Estado Elihu Root, que exigia o direito americano de enviar tropas a Cuba quando achasse necessário, bem como a provisão de bases navais na ilha e a limitação dos cubanos em assuntos de política

externa. O preço cobrado por Washington aos cubanos por sua independência pôde ser concretizado na emenda aprovada à constituição do novo país: o exército americano só iria finalizar sua ocupação em maio de 1902, mas a sobrevivência dos governos cubanos passou a depender diretamente dos recursos e do comércio com os americanos.

Sobre o resultado das políticas de McKinley para o Caribe, Michael Hunt aponta:

> With the entire Caribbean region sealed off from interlopers, McKinley's successors would watch over it like hawks. Theodore Roosevelt gave doctrinal voice to this expanded U.S position 1904 when he formally arrogated to the United States the role of policeman duty bound "to see the neighboring countries stable, orderly, and prosperous". Under this extension of the Monroe Doctrine, the American cop would impose good behavior on the "natives" while blocking European interlopers. The Germans were the prime suspects. Influential Americans promoted an image of them as naval rivals eager for empire and led by an impulsive, sometimes belligerent kaiser. (2007, p.56).

A tomada de ilhas se estendeu ao Pacífico. O aumento do interesse pelas grandes potências no leste asiático salientava a importância das diversas ilhas espalhadas pelo Oceano Pacífico. Antes de 1898, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos já se encontravam em competição aberta por esses territórios. De acordo com LaFeber (1994), para assegurar as estações de carga e abastecimento na rota dos navios que navegavam no sudoeste do oceano, McKinley ordenou, em 3 de junho, à Marinha que ocupasse uma das Ilhas Mariana, estrategicamente posicionados entre o Havaí e as Filipinas. Três navios de guerra americanos ainda fariam parada em Guam. Sem saber que Estados Unidos e Espanha estavam em guerra, a guarnição espanhola ali presente foi tomada de surpresa e feita prisioneira, enquanto a ilha era ocupada. Com Guam e as Filipinas, os Estados Unidos perceberam a necessidade de garantir uma estação de cabos submarinos para melhorar a comunicação entre suas possessões mais distantes. A Atoll de Wake, um pequeno território não habitado no centro do Pacífico, pareceu ser a melhor opção. Apesar de a Alemanha ter reivindicado as ilhas, os marinheiros americanos a ocuparam para os Estados Unidos, em janeiro de 1899. Ansiosos para fortalecer suas demandas em Samoa, os alemães não contestaram os americanos – que posteriormente descobririam que as Ilhas Wake não eram aptas a receber uma estação de cabos.

De acordo com Herring (2008), McKinley se moveu com maior cautela em relação às Filipinas. Inicialmente ele teria dado pistas de que devolveria as ilhas à Espanha e que os americanos ocupariam apenas um porto na região, depois deu a entender que ainda negociaria

especificamente sobre as ilhas. Mesmo antes de ter recebido a confirmação oficial pelo Almirante Dewey da vitória sobre os espanhóis, McKinley despachou 20 mil soldados para estabelecer uma autoridade americana nas Filipinas. Persuadido por missionários cristãos e empresários com interesses diretos no mercado asiático, o presidente confirmou o que parecia já ser sua decisão: de tomar todas as ilhas.

De acordo com Tyner (2006), restava a dúvida do que fazer com que esses territórios. A a primeira possibilidade, devolvê-los à Espanha, era pouco provável porque os Estados Unidos não apreciavam a ideia de abrir mão de territórios conquistados por meio da guerra. A segunda opção era a de ceder o arquipélago a uma outra potência, como Alemanha ou Japão, mas dada voracidade com que esses países buscavam aumentar seu poder colonial e a presença na região, seria pouco provável que aprovassem a perpetuação dos interesses comerciais americanos ali. Uma terceira escolha poderia ser a de ceder a soberania aos próprios filipinos, concedendo-lhes a independência, também descartada, haja visto que eles não teriam condições de garantir as defesas necessárias caso a própria Espanha ou outras potências resolvessem atacá-los, especialmente com a proximidade da marinha alemã na baía de Manila.

Walter Williams (1980) afirma que, em agosto, com a rendição espanhola em mãos, McKinley começou a pender em torno da decisão de anexar todo o território das Filipinas e não apenas a ilha de Luzon. Sob sua orientação, a delegação americana negociou os termos de paz em Paris e assinou o tratado de paz, em dezembro, que previa a transferência das Filipinas, Porto Rico e Guam aos Estados Unidos. McKinley então buscou convencer o Congresso, especialmente o Senado, que se encontrava dividido em relação à anexação completa das Filipinas, a aceitar o tratado,. Em fevereiro de 1899, o presidente usou todo seu poder de manobra para persuadir e conquistar a maioria necessária dos Republicanos e garantir o mínimo necessário de Democratas e Independentes. Assim, com 57 votos a favor, o presidente conseguiu a aprovação pela margem de um voto a mais que os dois terços necessários para a ratificação do tratado.

Assim, Frieden (1989) afirma que McKinley optou por manter posse das Filipinas, por razões econômicas e geopolíticas que levariam, em última instância, à Guerra Filipino-Americana, de 1899 a 1902. A colonização americana na região foi marcada pela violência dos dois lados e resultou na morte de mais de 42.000 americanos e aproximadamente 20.000 filipinos em combate e outros 200.000 de causas indiretas como a fome e doenças (WALTER WILLIAMS, 1980). A decisão de McKinley baseava-se na ideia de que os Estados Unidos

garantiriam para si uma base estratégica de abastecimento na Ásia-Pacífico que poderia, posteriormente, facilitar a entrada dos americanos no mercado chinês. As implicações internas e relacionadas ao status dos filipinos, contudo, não seriam facilmente resolvidas. De acordo com Hunt (1987) e Ngozi-Brown (1997), parte da solução veio da percepção biológica acerca dos filipinos, que eram descritos de forma infantil e como incapazes de se governarem. Mais ainda, sua classificação racial era similar à das mulheres, dos Afro-Americanos e dos Nativo-Americanos, ou seja, dos que deveriam se submeter à vontade e dominação da raça superior branca. O argumento ainda buscava construir a ideia de que os Estados Unidos agiam enquanto um "tutor benevolente" que ajudaria os filipinos a amadurecer adequadamente – era, portanto, o dever americano civilizar as Filipinas. Não à toa, o governador americano para as Filipinas, William Howard Taft, se referia aos filipinos como os "pequenos irmãos marrons" dos americanos.

Sobre a aquisição das Filipinas, McKinley (1899) diz estar convencido de que a população das ilhas aspirava à soberania americana e que à época "the insurgents and all others must recognize the military occupation and authority of the United States". Para o presidente, os filipinos entendiam que os americanos não ocupavam a ilha como invasores ou conquistadores, mas como "friends to protect the natives in their homes, in their employments, and in their personal and religious rights" – os americanos assumiriam uma função quase paterna, como alguém que acolhe uma criança indefesa contra uma ameaça indesejada, nesse caso, os espanhóis. McKinley ressaltava que as demandas dos insurgentes filipinos faziam parte de uma "ambição sinistra" de poucos líderes e sem apoio da população local e que a atuação americana era marcada pela bondade e paciência. Novamente, é possível perceber nesse sentido uma adequação da imagem do filipino enquanto indefeso, inocente e em necessidade do acolhimento de uma figura paternal, madura e mais forte.

Por fim, o presidente afirmou que o futuro das Filipinas não seria decidido por ele, mas pelo Congresso, apesar de alertar que "few graver responsibilities have ever been confined to us", com a finalidade de demonstrar que o país teria o dever de atuar em relação aos filipinos, caracterizados como fracos, indefesos e incapazes de se autogovernar:

> If we accept them in **a spirit worthy of our race and our traditions**, a great opportunity comes with them. The islands lie under the shelter of our flag. **They are ours by every title of law and equity**. They cannot be abandoned. **If we desert them we leave them at once to anarchy and finally to barbarism**. We fling them, a

> Golden apple of discord, **among the rival powers, no one of which could permit another to seize them unquestioned**. (...) The advent of Dewey's fleet in Manila Bay instead of being, as we tope, the **dawn of a new day of freedom and progress**, will have been the beginning of an era of misery and violence worse than any which has darkened their unhappy past. (MCKINLEY, 1899, grifo nosso).

Esse trecho do discurso de McKinley é emblemático, pois demonstra seu posicionamento sobre o que o país deveria fazer em relação às Filipinas. Há a retomada do mesmo discurso de superioridade/inferioridade, em que os americanos são apontados como a salvação e o resgate dos filipinos para uma nova era de "tutela" em direção ao mundo civilizado. O presidente apontou, com clareza, que o abandono dos americanos significaria a disputa imediata das demais potências em relação às ilhas e que a ausência dos Estados Unidos acarretaria na barbárie, corroborando o argumento de que os filipinos seriam incapazes de se autogovernarem e precisariam da ajuda de uma "entidade" superior a eles no caminho do engrandecimento nacional, o que seria atribuição justamente da "raça" e da "civilização" americana.

A presença americana nas Filipinas é, inclusive, apontada como graça divina, pela qual os filipinos deveriam agradecer: "(...) all the inhabitants of the Philippine Islands may come to look back with gratitude to the day when God gave victory to American arms at Manila and set their land under the sovereignty and the protection of the people of the United States." (MCKINLEY, 1900). Por fim, no discurso inaugural de seu segundo mandato, McKinley (1901) terá indicado que o Congresso não definiu o que deverá ser feito com as Filipinas, indicando a necessidade de urgência para a resolução dessa questão.

6.4 A Política de Portas Abertas e as relações com os países asiáticos

Tendo tomado os espólios da guerra contra a Espanha, o presidente McKinley passou a focar em novas iniciativas no oceano Pacífico. Em dezembro de 1899, ele concordou com os alemães e partilhou soberania sobre Samoa. No ano seguinte, seu Secretário de Estado, John Hay, emitiria a primeira de duas notas sobre as "portas abertas" que buscariam garantir o acesso americano ao mercado chinês em igualdade com as demais potências e evitaria a divisão colonial da China. Preocupações sobre acesso aos mercados e a igualdade na competição com

os demais países haviam se tornado os principais elementos da política americana para a região da Ásia-Pacífico.

Segundo Williams (1976), entre 1898 e 1900, os americanos sustentaram a estratégia de criar o que chamavam de "open field with no favor". O objetivo era bloquear a partição colonial de países como a China e aumentar a presença em colônias já existentes, aumentando o poder econômico dos Estados Unidos e a influência política a fim de permitir maior controle e aproximação.

Esthus (1959) e Fairbank (1970) explicam que, entre setembro e novembro de 1899, Hay enviou cartas aos representantes diplomáticos de Berlin, Londres, São Petersburgo, Paris, Roma e Tóquio sobre as expectativas americanas em relação à China. Em seu comunicado, o Secretário de Estado reforçava os princípios consagrados da nação mais favorecida e conclamava as demais potências a aceitar a divisão do país em áreas de influência com igualdade de oportunidades a todos, a fim de evitar controles tarifários no território chinês. O sucesso da sua política de portas abertas dependia de se as potências iriam publicamente negar aspirações imperialistas na China ou tacitamente admiti-las ao adotar o silêncio. Todos os governos enviaram réplicas a Washington, mas a maioria não se comprometia diretamente, uma vez que condicionavam sua aderência à política de portas abertas e à aceitação de seus princípios pelos demais Estados. Quando a Rússia indicou sua relutância em aceitar tais princípios, a demanda das outras potências poderia ser novamente levantada. Hay ignorou a resposta russa e anunciou, em março de 1900, que as potências teriam decidido unanimemente respeitar a política de portas abertas em uma declaração definitiva sobre o tema.

Segundo Gardner (1972), essa prática foi finalmente formulada, entre 1899 e 1900, em três despachos diplomáticos e ficou conhecida como as Notas da Política de Portas Abertas, em que os líderes americanos usavam da retórica da autodeterminação para mascarar uma sofisticada política imperialista. Essas notas propunham três pontos: o primeiro, os americanos insistiam pela igualdade de tratamento comercial e de navegação na China, incluindo nas áreas controladas por outras potências; em segundo lugar, anunciavam a determinação do país em assumir um papel mais efetivo na busca pela paz e estabilidade da China, por meio da preservação da integridades territorial e governamental desta; terceiro, reconheciam e reforçavma seu papel na supressão de rebeliões ou revoluções no território chinês que ameaçassem a influência dos poderes civilizados presentes.

De acordo com Fairbank (1970), a Revolta dos Boxers, na China, causou espanto e preocupação em relação à estabilidade do país: em 1900, Washington observou incrédulo e sem poder fazer nada naquele momento quando alguns de seus missionários (assim como de outros países) eram atacados e o bairro diplomático de Beijing era cercado. A resposta de McKinley foi a de lançar sua segunda maior empreitada militar no leste asiático, com o envio de 6 mil soldados (*China Relief Expedition)* que se uniriam a tropas de outros países no norte da China em missão de resgate e punição aos revoltosos. Esses soldados entraram em batalha até conseguirem chegar a Beijing, onde escoltaram os americanos e outros estrangeiros ameaçados e prenderam ou eliminaram os responsáveis pelos ataques. Ao mesmo tempo, Hay emitia sua segunda nota, interpretando a Política de Portas Abertas em termos mais amplos – à preocupação anterior de manter os mercados chineses acessíveis a todos, incluía agora um compromisso em salvaguardar a independência chinesa. Se as potências rivais fossem partir a China entre elas, os negócios dos Estados Unidos no país sofreriam diretamente; assim, essa Política de Portas Abertas atualizada buscava conectar oportunidades de comércio iguais (centrais na primeira nota) à influência política e cultural dos americanos no longo-prazo (ênfase da segunda nota).

Gardner (1972) e Link (1965) apontam que, mesmo agindo com as demais potências na questão, os Estados Unidos estavam sensíveis quanto aos seus próprios interesses e buscaram algum grau de independência. McKinley ordenou aos americanos que agissem separadamente dos demais quando pudessem e cooperassem quando fosse necessário e insistia para que ameaçassem os chineses de forma firme, mas justa. Os Estados Unidos buscaram usar sua influência para prevenir que o conflito se espalhasse para além do nordeste da China e o estabelecimento da paz resultasse em uma partilha formal. A emissão dessas declarações pelos americanos dizia respeito principalmente aos interesses americanos e qualquer benefício concedido à China era incidental e adjacente. McKinley e Hay pouco se preocupavam com o bem-estar dos chineses. As notas da Política de Portas Abertas satisfizeram a necessidade de ação sem atrair qualquer tipo de ameaça.

Sobre a série de distúrbios e a agitação contra estrangeiros na China, McKinley (1900) advertiu que isso seria resultado das "características raciais" dos chineses e que ações inflamadas seriam típicas de um povo "ignorante, supersticioso e mentiroso". Nota-se a diferença de tratamento entre chineses e japoneses pelo presidente, sendo os segundos apontados como "industriais, arrojados e modernos", em alusão à modernização ocorrida no país, que resultou no Japão enquanto grande potência do final do século dezenove. Frente às

agitações supracitadas, o governo McKinley propôs às demais potências que se reunissem em Beijing (nome atual para Peking à época), a fim de discutir reformas administrativas na China e de aproximar o país do Ocidente. O presidente, contudo, se limitou a enviar navios para observar o decorrer dos eventos relacionados à Revolta dos Boxers, em que os europeus e os japoneses enviaram tropas a fim de contê-los. A movimentação americana foi resguardada, no sentido de manter um navio de guerra proveniente das Filipinas para agir, apenas se necessário. McKinley também ressaltou sua preocupação em relação ao respeito à Política de Portas Abertas:

> **All the powers concur in emphatic disclaimers of any purpose of aggrandizement through the dismemberment of the Empire**. I am disposed to think that due compensation may be made in part by increased guarantees of security for foreign rights and immunities, and, most important of all, by the **opening of China to the equal commerce of all the world**. These views have been and will be earnestly advocated by our representatives. (MCKINLEY, 1900, grifo nosso).

Em contrapartida, a relação com os japoneses foi exaltada e apontada como tendo sido fortalecida ao longo dos anos anteriores. McKinley (1900) também apontou que o desenvolvimento do Japão demonstrou "the competence of the Japanese to hold a foremost place among modern peoples", muito distinto da construção feita em relação aos chineses e outros povos asiáticos.

De acordo com o presidente americano, o governo dos Estados Unidos percebia de forma negativa e atenta a atuação das potências europeias em relação ao território chinês e ressaltava a necessidade de garantir ganhos iguais entre todos os estrangeiros na China:

> **Our position among nations, having a large Pacific coast and a constantly expanding direct trade with the farther Orient, gives us the equitable claim** to consideration and friendly treatment in this regard, and it will be my aim to subserve our large interests in that quarter by all means appropriate to the co**nstant policy of our Government.** The territories of Kiao-chow, of Wei-hai-wei, and of Port Arthur and Talienwan, leased to Germany, Great Britain, and Russia, respectively, for terms of years, will, it is announced, be open to international commerce during such alien occupation; **and if no discriminating treatment of American citizens and their trade be found to exist or be hereafter developed, the desire of this Government would appear to be realized**. (MCKINLEY, 1898, grifo nosso).

No trecho anterior é possível perceber a vontade do presidente em ver respeitada a Política de Portas Abertas que seria empregada na China, a fim de que os produtos e os interesses americanos não fossem discriminados em decorrência da competição com a presença das demais potências.

No seu discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1899, o presidente americano retoma o argumento de que o comércio americano com a China seria importante para o país e que deveria manter-se aberta em razão dos "direitos comerciais" que os tratados entre os países garantiam. A expansão comercial no país asiático foi apontada como prioridade por McKinley (1899), que sugeriu, ainda, a formação de uma comissão para pesquisar os obstáculos e as oportunidades ao comércio americano na China.

As preocupações do governo americano, contudo, foram construídas de forma mais ampla, em que o comércio seria apenas uma das "frentes de batalha" entre as grandes potências na busca pela liderança:

> In this **age of keen rivalry among nations** for mastery in commerce, the **doctrine of evolution** and the **rule of the survival of the fittest** must be as inexorable in their operation as they are positive in the results they bring about. **The place won in the struggle** by an industrial people can only be held by unrelaxed endeavor and constant advance in achievement. The present extraordinary impetus in every line of American exportation and the astounding increase in the volume and value of **our share in the world's markets may not be attributed to accidental conditions**. (MCKINLEY, 1899, grifo nosso).

O trecho destacado anteriormente faz alusão direta a expressões bastante usadas no final do século dezenove que remontam ao que se convencionou chamar de "darwinismo social" e apontadas anteriormente: a ideia de que determinadas raças ou povos seriam mais evoluídos e, portanto, mais aptos à uma suposta "luta pela sobrevivência". Essas construções são carregadas de interpretações racistas e etnocêntricas da realidade, em que geralmente os povos anglo-aaxões e os teutônicos ocupariam o topo de uma pretensa hierarquia racial. Nesse sentido, o discurso de McKinley corrobora e reverbera a ideia de que a atuação americana por meio da expansão dos mercados não é acidental, mas fruto da capacidade própria de um povo "mais apto" que os demais. Sobre essa relação de proximidade entre determinadas raças consideradas "superiores", McKinley compara os americanos e os alemães:

> In all that promises closer relations of intercourse and commerce and a better understanding between **two races having so many traits in common**, Germany can be assured of the most cordial cooperation of this Government and people. **We may be rivals in many material paths**, **both our rivalry should be generous and open**, ever aiming toward the attainment of larger results and the **mutually beneficial advancement of each in the line of its adaptabilities**. (MCKINLEY, 1899, grifo nosso).

Há um apontamento do presidente americano em relação a supostos 'traços raciais" que assemelhariam e aproximariam os americanos e os alemães, que naturalmente seriam rivais – a eterna luta pela sobrevivência entre todas as raças – mas, por serem superiores, poderiam compartilhar de avanços mútuos que adviriam de suas características próprias. Nesse sentido, o que McKinley chama de *adaptabilities* faz referência à ideia de adaptação no sentido da evolução das espécies, em que o mais "apto" sobrevive, ou seja, o que melhor se adapta ao cenário de competição entre as nações naturalmente sobrevive.

Ainda em relação às disputas entre os americanos e europeus, cabe notar o que McKinley ressalta sobre a situação em Samoa: "The inconveniences and possible perils of the tripartite scheme of supervision and control in the Samoan group by powers having little interest in common in that quarter beyond commercial rivalry have been once more emphasized by the recent events". (MCKINLEY, 1899). O presidente retomou o discurso de seu antecessor, também contrário à empreitada que culminou na formação de um governo tripartite em Samoa, o qual chamou de "impracticable and unacceptable", especialmente após o aumento das disputas entre os interesses americanos e europeus no Pacífico e na Ásia, mas ressaltou que "to withdraw from the agreement and abandon the islands to Germany and Great Britain would not be compatible with our interests in the archipelago" (MCKINLEY, 1899) e, ainda, que os americanos detinham o controle do porto de Pago Pago e do papel estratégico da região para a garantia de mercados no Extremo Oriente. Por isso, o presidente anunciou que um novo acordo seria arranjado entre as três potências e que o Reino Unido delegaria aos americanos seus poderes na ilha como fiel representante. A declaração é importante, porque demonstra um episódio em que os britânicos prefereriram confiar na parceria com os americanos que disputar diretamente pela influência sobre as ilhas – passo que será seguido de outros no sentido de uma aliança anglo-americana e do estreitamento contínuo das relações entre os países em um contexto de diminuição do poder britânico e aumento relativo do poder das demais grandes potências como Estados Unidos, Alemanha e Japão.

De acordo com Rowe (1938), Estados Unidos e Japão compartilhavam dos mesmos objetivos em relação à ChinaÇ o desejo pela igualdade de oportunidade comercial e a preservação da integridade territorial chinesa, que que pautaram a chamada política de portas abertas (*Open Door Policy)*. No final do século XIX, os dois países representavam a ascensão de potências extra-europeias com capacidade de projetar poder e fazer frente aos europeus. O Japão havia investido na formação de uma Marinha e Exércitos fortes, além de grande capacidade industrial. Em março de 1898, os britânicos tentaram uma ação conjunta com os americanos, a fim de evitar a presença das demais potências europeias na China. Os americanos responderam negativamente, seguindo a política de McKinley ao terem declarado que os Estados Unidos buscariam privilégios similares aos das demais nações e que a ocupação dos territórios não seria preocupação para o governo americano desde que preservados os seus interesses comerciais. Pouco tempo depois, enviaria pedidos oficiais às potências para que mantivessem a igualdade de oportunidades de comércio aos americanos em suas áreas de influência, o que foi majoritariamente aceito.

Segundo LaFeber (1994), a relação da política de portas abertas com a preservação da integridade territorial chinesa é clara: ao mesmo tempo em que Hay buscava não contrariar a distribuição das esferas de influência como existiam, tentava garantir a liberdade de ação em termos comerciais, ao negociar igualdade com as demais potências sem necessariamente desafiá-las. A manutenção do status quo era favorável aos Estados Unidos, se se pensar que este não precisava ocupar os territórios para igualar as oportunidades de comércio e acesso aos mercados.

6.5 A hesitação do novo império

De acordo com Jones (2001), o primeiro conflito direto da Guerra Hispano-Americana não ocorreu em Cuba, mas nas Filipinas, quando o Comodoro George Dewey derrotou um esquadrão espanhol. O evento demonstra que, apesar da surpresa pelo conflito tão distante, os americanos já haviam se preparado para a possibilidade da guerra e da necessidade de garantir bom abastecimento para além do hemisfério ocidental – no caso, na Baía de Manila. O ocorrido se deu após movimentação da frota de Hong Kong a Manila por ordem de Theodore Roosevelt, antes mesmo da declaração de guerra. O Comodoro Dewey teve pouca resistência e conseguiu

o controle da Baía. Navios alemães, contudo, presentes na região, transmitiam maior sensação de insegurança quando sua movimentação foi interpretada como bloqueio. Na realidade, os alemães não desejavam entrar em conflito com os americanos, mas tomar os espólios da guerra caso estes se afastassem após a vitória. A presença alemã incentivou, mesmo que indiretamente, maior aproximação entre americanos e britânicos como contraposição ao expansionismo imperial da Alemanha. Durante esses eventos, a frota britânica chegou a estacionar entre os americanos e alemães como forma de demonstrar de que lado ficaria na eventualidade de um combate.

De acordo com Stephanson (1995), a anexação e pacificação das Filipinas, contudo, foi um desafio maior. A ex-colônia espanhola se encontrava a 7 mil milhas de distância e era composta por muitas ilhas, povos, línguas e, principalmente, um movimento nativo e nacionalista que foi às armas com a intenção de continuar lutando pela independência contra os Estados Unidos. Além disso, a oposição doméstica americana também dificultava a transformação do arquipélago em colônia formal. Mesmo assim, o acordo de paz com a Espanha foi ratificado no senado americano, em fevereiro de 1899, com a margem de um voto em seu favor. Ao mesmo tempo, começava nas Filipinas uma guerra de subjugação que iria, direta ou indiretamente, causar a morte de mais de 200 mil filipinos e envolveria ao longo de três anos mais de 127 mil soldados. A campanha final e vitoriosa contra os nacionalistas foi liderada pelo General Arthur Mac-Arthur. Contudo, sem experiência na administração colonial, os Estados Unidos tiveram que criar alianças com os povos nativos, a fim de governar a região, criando não apenas uma classe econômica e política "nacionalizada" no país, mas também o grupo que iria governar as Filipinas independentes futuramente.

Segundo Hunt (1987) e Ngozi-Brown (1997), a questão das Filipinas, que surgiria no mesmo ano, trazia à tona as mesmas questões. Os favoráveis à anexação argumentavam que os anglo-saxões eram mestres natos e habilmente capacitados a governar os demais. Muitos desses afirmavam que os filipinos eram uma raça inferior, infantil e imatura, que pedia pela tutela americana, enquanto outros, como o presidente McKinley, apontavam para a responsabilidade dos americanos em relação aos "irmãozinhos marrons" – alcunha de Taft e outros americanos para os filipinos. Os contrários à anexação também usavam de argumentos raciais, afirmando que os filipinos viviam em ambiente demasiadamente tropical, pouco adequado aos brancos. Além disso, esse povo não estaria mais apto a qualquer tipo de "melhoria", por ter sido submetido ao jugo espanhol – o Havaí ao menos já teria acumulado meio século de influência dos americanos. E, por fim, os filipinos carregariam consigo os mesmos traços desagradáveis

de outros povos – seriam ignorantes como os negros, infantis como os latinos, selvagens como os indígenas e impassivos como os orientais.

De acordo com Walter Williams (1980), devolver o arquipélago aos espanhóis seria um ato covarde e desumano, mas deixá-los à própria sorte seria irresponsável e desonroso. A superioridade racial carregava consigo obrigações que só poderiam ser ignoradas se questionassem a superioridade nela mesma; os que defendiam a anexação venceriam o debate por meio de argumentos raciais e retomariam a máxima do Destino Manifesto anglo-saxão e sua "obrigação" em atuar para "salvar" os povos menos civilizados.

Apesar disso, Welch Jr. (1974) e Gates (1979) recordam que as conquistas americanas nas Filipinas foram ameaçadas pelo crescente inquietamento dos insurgentes filipinos liderados por Aguinaldo. Cabe notar que este havia sido incentivado e apoiado pelos americanos contra a Espanha, tendo inclusive retornado do exílio em um navio americano e cultivado boas relações com o Comodoro Dewey. Não espanta, portanto, a esperança que Aguinaldo crescesse em relação à possibilidade da independência após a vitória americana contra os espanhóis. Os Estados Unidos chegaram a colocar em votação no Congresso a independência das Filipinas, em fevereiro de 1899, que não foi aprovada por margem pequena. Depois disso, a resposta de Aguinaldo foi declarar a independência da República das Filipinas, inclusive adotando uma nova constituição e formando um governo paralelo, na expectativa de que isso gerasse incentivos suficientes ao apoio de Washington, o que não aconteceu. A decisão americana de manter as ilhas impediu a formação de um governo independente e autônomo, como também o acesso a direitos civis e políticos da população. A insurreição filipina passou a mirar diretamente em alvos americanos depois disso, com a resposta de McKinley no envio de 70.000 militares à ilha, quatro vezes o contingente usado em Cuba. O conflito com as guerrilhas só acabaria em julho de 1902, após a morte de mais de 200.000 filipinos e 5.000 americanos. Os Estados Unidos enviaram 175.000 homens, no total, e gastaram mais de 160 milhões de dólares.

Além dos territórios previamente mencionados, os Estados Unidos ocuparam também as Ilhas Wake no Pacífico e firmaram acordo com Reino Unido e Alemanha com a concessão das Ilhas Tutuila no arquipélago de Samoa, que formavam o que se chamou posteriormente de Samoa Americana.

Em Cuba, Williams (2011) afirma que os Estados Unidos ignoraram o governo provisório estabelecido pelos insurgentes e se recusaram a reconhecê-los como parte

beligerante no conflito. Os americanos não consultaram os cubanos em relação às negociações de paz e não permitiram sequer a sua participação na cerimônia de rendição em Santiago. Aos insurgentes foi exigido que reconhecessem a autoridade militar dos Estados Unidos, o qual, para consternação geral, se recusava a garantir qualquer compromisso de independência futura.

Para Gates (1977), os Estados Unidos lidaram com as Filipinas de forma similar. Assim como em Cuba, encontraram insurgentes nas ilhas: tratava-se ainda da primeira revolta anti-colonial da região do Pacífico, orquestrada em 1896, pelas classes-médias das Filipinas, formada por revolucionários bem-educados e relativamente prósperos como seu líder Emilio Aguinaldo. Ao perceber a utilidade de Aguinaldo como forma de minar a autoridade espanhola, os oficiais americanos o ajudaram a retornar do exílio, talvez o iludindo com a promessa de que não permaneceriam nas Filipinas. Novamente nas ilhas, ele declararia a independência do país, estabeleceria uma ditadura provisória consigo mesmo enquanto líder. Os americanos, naquele momento, ignoraram as ações de Aguinaldo e concluíram que ele não tinha apoio popular nem poderia garantir a proteção das Filipinas contra os interesses europeus. McKinley descartou a possibilidade de independência das ilhas, rejeitou a formação de um protetorado americano e, ainda, instruiu o exército a compelir os rebeldes a aceitar sua autoridade. Os Estados Unidos, assim, se recusaram a reconhecer o governo de Emilio Aguinaldo e, em dezembro de 1898, o presidente americano declararia um governo militar para as Filipinas. McKinley se comprometeu a respeitar os direitos dos filipinos, mas não fez promessas sobre autogoverno.

Desde a metade de 1898 até a eleição de 1900, o debate sobre qual papel os Estados Unidos deveriam ter no mundo ganhou força e a questão central eram as Filipinas. Walter Williams (1980) afirma que defensores da anexação apontavam para as vantagens estratégicas e comerciais, a existência de portos e bases navais, e a proximidade ao mercado asiático. O próprio arquipélago já representava boa oportunidade de negócios com grande mercado interno, mas o desejo maior vinha da possibilidade de maiores investimentos na China. Além disso, pautando suas ações em termos raciais, por terem as instituições mais elevadas e serem superiores, de acordo com Ngozi-Brown (1997), os Estados Unidos tinham a obrigação de "resgatar" povos inferiores da barbárie e da ignorância, trazendo-os às bênçãos da civilização anglo-saxã. Havia o risco de que se os americanos saíssem das ilhas, outra nação europeia a ocuparia, como era o provável interesse dos alemães que acompanhavam de perto o desenrolar dos acontecimentos.

Segundo Culliname (2012), os movimentos anti-imperialistas que surgiram em 1898 não foram consequência imediata da Guerra Hispano-Americana. O país já tinha uma tradição de oposição ao imperialismo – especialmente quando entendida como colonialismo. Os movimentos já existentes eram presentes nos dois partidos políticos e em parte do que se entendia ser o padrão ideológico norte-americano de atuação em política externa. Isso significa que esses mesmos movimentos serviram de influência e inspiração para os agrupamentos formais que viriam a surgir após 1898.

De acordo com Williams (2011), as razões que incitavam a formação de coalizões anti-imperialistas eram muitas, mas as principais diziam respeito à questão racial e ao constante medo de uma miscigenação indesejada com povos que não saberiam assimilar as instituições norte-americanas, como também haviam razões de cunho econômico, notadamente protecionismo comercial e garantia de mercados. Os grupos anti-imperialismo dos Estados Unidos atuavam independentemente de partidos, inclusive reforçando essa característica, ao abrir suas fileiras aos que tivessem interesse. Não obstante, o único pré-requisito à filiação era o de ser cidadão americano, o que naturalmente excluía filipinos, porto-riquenhos, cubanos e etc. Cabe lembrar que a discussão sobre a cidadania americana estava latente no período e incitava discussões acaloradas no Congresso e na Suprema Corte do país. Os americanos tinham que lidar com a expansão territorial e as consequências desse projeto, ou seja, a diversidade de povos e culturas que estariam sob o seu controle. Essa variedade populacional e cultural era constantemente percebida de forma negativa, o que incentivava visões preconceituosas e construções baseadas em estereótipos que limitavam a colocar esses povos como inferiores aos americanos "natos".

Para Culliname (2012), o movimento anti-imperialista alertava sobre os riscos que a anexação traria para a "missão" americana e seus ideais e que a aquisição de territórios extracontinentais sem a perspectiva de pertencimento ao Estado violava a Constituição. Ademais, o expansionismo minava os princípios republicanos sobre os quais fora fundada a nação. Os Estados Unidos não poderiam se unir ao Velho Mundo na exploração de outros povos sem trair sua tradição anti-colonial e a formação de um império extracontinental exigiria a presença de um exército regular com aumento dos impostos, com custos diretos para a população americana. Por fim, argumentava-se que a anexação forçaria a participação dos Estados Unidos na política de poder das grandes potências no leste da Ásia e no Pacífico.

No longo prazo, os anti-imperialistas conseguiriam impor sua vontade, mas naquele momento os argumentos em favor da expansão territorial tiveram maior destaque e aceitação. O governo tirou vantagem disso e da maioria Republicana no Senado na hora de negociar a paz com a Espanha – o que foi conseguido por meio de uma inesperada atuação bipartidária. O Senado aprovaria o tratado de paz, em fevereiro de 1899, com uma votação favorável de 57-21, um voto a mais, apenas, do que era necessário, resultado da dissidência de onze Democratas.

Em relação à Cuba, ansioso em sair, mas determinado a manter o controle da nominalmente independente Cuba, LaFeber (1994) afirma que os Estados Unidos resolveram atuar por meio da Emenda Platt, a fim de criar e manter um protetorado no país. Redigida por Root e anexada a uma lei de orçamento militar aprovada pelo Congresso, em março de 1901, a emenda proibia Cuba de firmar qualquer acordo ou tratado que prejudicasse a sua independência, garantir concessões a qualquer potência estrangeira, ou contrair dívidas que não pudesse pagar. Adicionalmente, a Emenda Platt dava o poder aos Estados Unidos de intervir nos assuntos internos de Cuba e concedia aos americanos duas localidades para o estabelecimento de bases navais. Quando os cubanos se revoltaram contra essa óbvia violação de sua soberania, os americanos exigiriam que incorporassem a emenda à sua Constituição, sob o risco de serem indefinidamente ocupados pelas forças dos Estados Unidos, o que foi acatado.

6.6 As consequências da expansão imperial

De acordo com Hunt (1987), na virada do século, a pedra angular da ideologia da política externa americana estava devidamente colocada em seu lugar. Os americanos haviam sucumbido às tentações de uma política externa assertiva e nacionalista e, passo a passo, as atividades dessas políticas passaram a ocupar cargos mais elevados, vencendo o debate da época e desafiando críticos. Os líderes desse ativismo abraçaram uma definição mais ampla de segurança nacional que levaria a nação à grandeza. U uma multiplicidade de argumentos justificaria essa busca: os Estados Unidos deveriam superar as grandes potências; a atuação externa elevaria o caráter nacional, fortaleceria a unidade e o orgulho nacional e melhoraria a economia. A energia e a visão dos americanos seriam muito grandes para ficarem confinados aos limites domésticos.

Segundo Johnson (2009), os Estados Unidos nunca haviam sido um império colonial e não tinham histórico ou experiência de como administrar territórios fora do espaço continental. Mais ainda, o período em questão trata justamente da ascensão de novas nações no cenário internacional, como a Alemanha e o Japão, que igualmente buscaram garantir espaço e demandas específicas frente às potências já consolidadas. Quando encabeçou o processo de conquista dos novos territórios, os Estados Unidos foram expostos à influência que o estado imperial espanhol havia deixado com seus centros e corpos policiais de controle e divisão hierárquica. Apesar de adotarem uma retórica contrária à presença e ocupação colonial (até mesmo pelo passado americano de luta anticolonial), os americanos replicaram boa parte dos institutos e dos processos que a ex-metrópole deixara, no que consideravam como uma fusão de controles clássicos imperiais baseados na lei romana com a perspectiva liberal americana de formação estatal.

De acordo com Go (2007), Ngozi-Brown (1997), Garcia (2000), Adams (2009) e Vitalis (2010), depois de 1898, os Estados Unidos começaram a materializar o consenso nacional sobre a centralidade da ideia de raça para o conceito de nacionalidade em paralelo à percepção da superioridade euro-americana. Ao mesmo tempo, na periferia do sistema imperial americano, especialmente nas Filipinas, a política de Estado se pautava em divisões coloniais que exaltavam a relação de maioria/minoria, cristão/não-cristão, branco/não-branco etc.

Os proponentes desse ativismo buscaram conectar, de forma inseparável, as ideias de liberdade e grandeza – argumento de forte apelo à época que ainda buscava responder aos críticos das empreitadas expansionistas. Essa retórica estabelecia ligações diretas com o passado "místico" da nação e seu papel enquanto "farol da liberdade", uma nação nascida da luta contra a tirania que ainda tinha os ideais elevados de seus fundadores quando ao renascimento da civilização. A política externa poderia fornecer o senso de continuidade nacional que a esfera doméstica parecia incapaz de fazer.

Segundo Johnson (2009), no final do século XIX e começo do século XX, a formação estatal nos Estados Unidos foi influenciada por múltiplos processos de expansão que incluiram desde a conquista do meio-oeste e a subjugação dos indígenas até a formação de uma rede comercial global e a aquisição de colônias extracontinentais. A prática da dominação militar nos territórios e colônias adveio em parte da experiência com as guerras contra os nativos-americanos, nas décadas de 1870 e 1880, com o discurso de que os "não-brancos" eram inassimiláveis e indispostos ao compartilhamento dos valores e da moral ocidental e cristã.

Em contraste ao grande aparato estatal para a administração das colônias no caso europeu, os Estados Unidos preferiram atuar por meio de uma rede de conexões entre o público e o privado, portanto, delegando ou terceirizando parte do funcionalismo dessas atividades. Assim, pautava suas ações em maior consonância com uma administração local descentralizada, sem necessariamente abrir mão da Constituição enquanto norteadora. Longe da política típica de Washington, os escritórios coloniais puderam atuar mais livremente junto à iniciativa privada, no sentido de aplicar experimentos econômicos e sociais em diversos setores da vida cotidiana, como educação, saúde e habitação, por exemplo. Isso permitiu com que diversos processos fossem depois exportados, de volta à metrópole, a fim de contribuir para o desenvolvimento institucional e econômico do governo americano.

Segundo Jones (2001), os Estados Unidos haviam definitivamente se afastado do isolamento e se tornado parte integral da sociedade internacional ao virar do século. Mesmo que ainda não fosse reconhecido como potência de primeira classe, o país havia alcançado um status que gerava admiração e perplexidade após os eventos do final dos anos 1890. A guerra contra a Espanha e a libertação de Cuba, a anexação de ilhas no Caribe e no Pacífico, a colonização das Filipinas, a reaproximação do Reino Unido e a política de portas abertas na China eram exemplos da crescente atuação americana nas relações internacionais do período. Em 1899, o país ainda participou ativamente da Primeira Conferência Internacional pela Paz em Haia, na Holanda, convocada pelo czar russo a fim de encorajar o desarmamento e definir regras para a guerra e a disputa de territórios.

De acordo com Herring (2008) e Kissinger (1994), as potências europeias se preocupavam com a possibilidade de uma aliança formal entre Estados Unidos e Reino Unido, especialmente após o episódio venezuelano. Além disso, os britânicos adotaram posição parcial frente à Guerra Hispano-Americana em favor dos americanos. Os últimos, por sua vez, atuaram de forma recíproca na Guerra dos Bôeres, na África do Sul. As familiaridades sociais, econômicas e políticas entre os dois países ainda serviam de justificativa para a reaproximação anglo-americana em uma possível aliança. A aquisição de um império no Pacífico elevou os sonhos expansionistas em torno de um canal ístmico. A defesa do Havaí e das Filipinas requeria um acesso mais fácil ao Oceano Pacífico, o que já havia sido apontado durante a guerra, quando navio *Oregon* levou sessenta e oito dias para navegar do noroeste dos Estados Unidos, em Puget Sound, até Cuba. Um canal ainda daria competitividade aos Estados Unidos em relação aos mercados asiáticos. A disponibilidade das bases navais no Caribe agora oferecia os meios para defender o futuro canal. Assim, depois da guerra com a Espanha, o governo McKinley

pressionou o Reino Unido a anular o Tratado Clayton-Buwler. A proposição de leis, pelo Congresso americano, concernentes à construção do canal, sem citar o referido tratado, levou os britânicos a aceitarem nova negociação. Quando o Senado se opôs a um tratado que dava aos Estados Unidos o direito de construir e operar, mas não de fortificar o canal, o Departamento de Estado insistiu na reabertura das negociações. Preocupados com suas próprias questões de política externa e ansiosos em garantir o bom relacionamento com Washington, o Reino Unido concedeu ao Estados Unidos um novo tratado, em novembro de 1901, que conferia aos americanos o direito exclusivo de construir, operar e fortificar um canal – forte sinal da aceitação britânica em relação à proeminência americana no Caribe.

Além disso, Os Estados Unidos logo se viram em guerra contra Aguinaldo e os insurgentes. As tensões começaram principalmente a partir de 1º de fevereiro de 1899, quando diversos deles entraram em confronto com as forças americanas perto de Manila. Os americanos chamaram o conflito de Insurreição Filipina, nomeando os rebeldes de forma a que não transmitissem a ideia de governantes ou legítimos soberanos. Os filipinos enxergavam a continuação do conflito como uma guerra de independência travada por um governo legítimo contra um opressor externo. O resultado foi uma guerra brutal, com ódio dos dois lados alimentados por nacionalismo e questões raciais.

A partir de suas observações, Williams (2011) afirma que os imperialistas americanos extraíram quatro simples proposições que justificariam as conquistas extracontinentais. Em primeiro lugar, um império faria com que os americanos se sentissem bem ao realizar suas tarefas e ocupações. Enquanto povo superior no comando de uma civilização avançada, os americanos não eram menos aptos a exercer o domínio que qualquer outra nação imperial. A segunda proposição advogava que os avanços tecnológicos em defesa haviam diminuído os custos de controlar povos periféricos – e os europeus já atuavam dessa forma ao controlar seus impérios, tendo os americanos experimentado situação similar ao lidar com seus indígenas, por exemplo. Se os americanos foram capazes de "domar" os inferiores povos indígenas, também teriam a capacidade de fazê-lo nas Filipinas ou em qualquer outro lugar. O terceiro argumento dizia respeito à evolução das comunicações e dos transportes, que haviam permitido encurtar as distâncias dos americanos em relação aos demais povos do mundo, colocando-os em contato com raças que "necessitavam" do exemplo americano. Além disso, os inimigos também estariam mais próximos e as ameaças seriam cada vez maiores, o que exigira investimento e alerta constante por meio do controle de regiões estratégicas como estreitos, ilhas e canais. Por fim, a ideia de um império carregava consigo a promessa de benefícios domésticos, ou seja, a

interpretação de que todos no território continental também ganhariam. O império parecia ser a resposta ideal para a dinâmica econômica do país, que havia enfrentado crises de superprodução e precisava reiteradamente de novos mercados externamente – a garantia de territórios extracontinentais e a atuação direta pela busca desses mercados permitiria com que industriais e agricultores expandissem seus negócios, gerando mais empregos e prosperidade à nação como um todo.

Sobre os interesses americanos após a Guerra Hispano-Americana, Moniz Bandeira (2014) ressalta:

> Os Estados Unidos tinham interesses diretos nas ilhas pertencentes à Espanha. Esses interesses não eram meramente econômicos, relacionados com o açúcar, com o café e com o tabaco. Eram também estratégicos. O governo americano percebia o domínio de Cuba – da mesma forma que o de Porto Rico e o das Ilhas Virgens, cuja cessão o presidente McKinley buscara obter a Dinamarca com o objetivo de ali estabelecer uma base naval e um depósito de carvão – como fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e para a defesa do canal que projetava abrir no istmo do Panamá havia quase cinquenta anos. Também o arquipélago das Filipinas, onde os nativos lutavam desde 1896 contra o domínio da Espanha, revestia-se de enorme importância estratégica, porquanto possibilitava a preponderância dos Estados Unidos nos populosos mercados da Ásia. Entretanto, embora o Congresso americano, juntamente com a declaração de guerra à Espanha, houvesse aprovado a *Teller Amendment*, pela qual os Estados Unidos renunciavam a qualquer intenção de exercer "soberania, jurisdição e controle" sobre Cuba, salvo para o fim de a pacificar, McKinley tratou de apoderar-se de tudo o que restava do império espanhol, tanto no Caribe quanto no Pacífico. E conseguiu-o, o que sem a guerra não seria possível. Derrotada nas batalhas de El Caney e de San Juan, em 1º de julho de 1898, a Espanha, ao firmar o Tratado de Paris, em 10 de dezembro de 1898, não só renunciou definitivamente à soberania sobre Cuba, que alcançou uma independência apenas formal, como cedeu por US$ 20 milhões aos Estados Unidos, na condição de colônias, tanto o restante das Índias Ocidentais, inclusive Porto Rico, no Caribe, quanto Guam e o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico. A importância do potencial comércio com a China foi o fator subjacente no interesse dos Estados Unidos pelo poder naval no Pacífico e o que determinou finalmente a anexação do Havaí e de Samoa e a decisão de sustentar a ocupação das Filipinas. (p.47-48).

Os Estados Unidos teriam adotado a política da *benevolent assimilation*, como se o país estivesse fazendo um bem às Filipinas em aceitar tomar seu território como parte do território americano e "libertá-los" do jugo espanhol. O controle do arquipélago, contudo, não foi fácil: os filipinos se organizaram com a saída da Espanha e permaneceram lutando pela independência sob a liderança de Emilio Aguinaldo, usando as mesmas táticas de guerrilha conhecidas e sofridas pelos espanhóis. Sobre o resultado da guerra nas Filipinas, Moniz Bandeira aponta:

> A guerra nas Filipinas, a primeira para atender aos interesses imperialistas de grandes corporações, trustes e sindicatos, constituiu a primeira experiência dos Estados Unidos em contrainsurgência. E os norte-americanos trataram de reafirmar seu complexo de superioridade racial, contra os bárbaros, assim como de alcançar um *status* de potência mundial, maior do que o da Grã-Bretanha. Aguinaldo foi capturado em março de 1901. Contudo, a guerra prosseguiu, sob o comando do general Miguel Malvar, de Batanga, dada a residência de todo o povo e a sua completa unidade de ação. Essa guerra, que oficialmente os Estados Unidos sempre chamaram de insurreição das Filipinas, durou quatro anos, custou a vida de 4.000 soldados americanos, muitos mortos por doenças tropicais, bem como do general Henry C. Lawton na batalha de San Mateo (23/12/1899), e produziu maior impacto sobre os Estados Unidos, cuja despesas alcançaram o montante de US$ 600 milhões. E mesmo após o presidente Theodore Roosevelt haver proclamado, em 4 de julho de 1902, que a "*inssurection*" nas Filipinas havia terminado, muitas cidades e vilas permaneceram rebeladas e guerrilhas regionais e levantes esporádicos, promovidos pelas tribos em Luzon e por muçulmanos nas ilhas do sul, continuaram a ocorrer até a década seguinte, ou seja, até por volta de 1914. (2014, p.50-51).

McPherson (2006) afirma que a "libertação" das Filipinas da Espanha pelos Estados Unidos gerou uma crise existencial entre os americanos nos anos que se seguiram. Pela primeira vez na história americana, eventos para além da esfera nacional eram destacados na discussão sobre a identidade nacional – a ascensão americana (ou descenso, a depender de quem discutia a questão) ao poder mundial teria forçado o país a discutir seu papel como possível potência imperial e as consequências de assumir tal alcunha.

As Filipinas, peça central da iniciativa americana na Ásia, se tornaram quase que instantaneamente objeto de disputa. De acordo com Walter Williams (1980), o movimento de McKiney pela anexação do arquipélago, em 1898, gerou uma série de protestos no país, que ganharam força quando a resistência filipina, sob a liderança de Emilio Aguinaldo, desmentiu as noções americanas de passividade e gratidão pelos habitantes das ilhas. Apesar de mal armados, com pouca coordenação entre os rebeldes e sem uma base militar fixa, a guerrilha filipina desafiou os soldados americanos, que rapidamente adotaram uma linguagem desumanizadora para se referir a eles, com termos como *nigger* e *goo-goo*. Seguiram-se aos combates diversos episódios de tortura e atrocidades similares. O Congresso, a opinião pública e o regime colonial no arquipélago perceberam que a pacificação estava sendo custosa demais, com despesas que eventualmente atingiram 600 milhões de dólares e às custas de mais de 4 mil soldados.

Segundo Bailey (1937), apesar de os críticos de McKinley buscarem tornar a eleição presidencial de 1900 um referendo sobre imperialismo, o presidente venceu, a partir de uma

campanha fortemente conectada às questões domésticas. Ainda assim, os construtores do império americano diminuíram o tom das ações e iniciariam uma barganha tácita com os líderes filipinos, que também não estavam satisfeitos com os elevados custos e a viabilidade de lutar contra os americanos no longo-prazo

De acordo com Link (1965), a campanha de 1900, entre McKinley e Brian, foi bastante acirrada. Os Democratas buscavam formar uma coalizão anti-imperialista ao apontarem que democracia e imperialismo eram inconciliáveis e que os americanos abandonariam a liderança moral entre as nações se se pautasse em políticas desse tipo. Os Republicanos, especialmente os defensores do expansionismo americano, como Theodore Roosevet e Henry Cabot Lodge, argumentavam que era necessário defender a "honra nacional" e que a dominação dos povos inferiores faria parte do destino dos Estados Unidos. A vitória de McKinley, contudo, se mostraria fácil, mas não representaria necessariamente um endosso das práticas imperialistas.

A reeleição de McKinley, em 1900, com Theodore Roosevelt – herói de guerra naquele momento – ao seu lado, como vice, transmitiam a mensagem de que os americanos apoiavam uma presença maior no cenário internacional. Para além desta simbologia, indicava que a garantia da segurança dos Estados Unidos dependia de maior envolvimento em questões ligadas ao sistema internacional. A vitória sobre a Espanha havia dado aos americanos o primeiro contato com a ideia de um império e o país pareceu gostar de atuar assim dali para frente.

7 A CONSOLIDAÇÃO IMPERIAL

Neste último capítulo analisaremos de forma histórica e discursiva os governos de Theodore Roosevelt e William Taft. O primeiro assumiu após o assassinato de McKinley, tendo perpetuado boa parte de suas ações no sentido de garantir os territórios conquistados e fortalecer a presença americana no Hemisfério Ocidental por meio do Corolário Roosevelt. Taft, por sua vez, adotou um perfil distinto durante a consolidação imperial, atuando por meio de parcerias comerciais e financeiras e conectando os setores privados dos Estados Unidos com os governos caribenhos, principalmente.

7.1 O império no governo de Theodore Roosevelt

De acordo com Johnson (2009), sem um ministro ou representante colonial direto e centralizado, Washington administrava seus territórios extracontinentais por meio de um pequeno *Bureau* de Assuntos Insulares, subjugado ao Departamento da Guerra e cuja autoridade era delegada aos governadores locais. Dentro desses "estados substitutos" nas Filipinas, Porto Rico etc., o governo americano buscava controlar os nativos e garantir boas relações comerciais em cada uma das regiões, mas faltava poder burocrático, como no caso das instituições similares britânicas e holandesas. Por isso, ao contrário dos carreiristas coloniais dos demais países, uma série de outros indivíduos foram responsáveis pela construção imperial americana com maior circulação entre a metrópole e as colônias em contratos de tempo limitado – em diversas funções como botânicos, engenheiros civis, epidemiologistas, meteorologistas, missionários cristãos, policiais, agentes de saúde, professores, entre outros.

Segundo Jones (2001), Roosevelt usou a Casa Branca como plataforma de suas próprias convicções, um *bully pulpit*, como ficaria conhecida a prática de discursar energicamente. Urgia a população a apoiar o envolvimento do país em questões internacionais a partir de uma divisão simplista de mundo entre Estados civilizados e povos bárbaros. Advogava princípios darwinistas, ao determinar que os anglo-saxões representavam o que havia de melhor dentre as nações civilizadas e, por isso, deveriam aceitar o "fardo do homem branco", ao espalhar para os demais povos as luzes, a cultura, a liberdade e a ordem.

Para esse intuito, Roosevelt buscou inicialmente expandir o poder marítimo dos Estados Unidos. De acordo com Stillson (1961), quando se tornou presidente, a marinha contabilizava pouco menos que vinte navios realmente aptos à guerra e mais alguns em construção. Ao chegar em 1907, o país detinha a segunda maior e melhor frota do mundo, atrás apenas dos britânicos – disputando apenas com os alemães o posto de segundo e terceiro lugar, às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

O presidente iria defender a continuação dos investimentos e a expansão da Marinha como forma de garantir os interesses americanos:

> (...) we should need a thoroughly trained Navy of adequate size, or else be prepared definitely and for all time to abandon the idea that our nation is among those whose sons go down to the sea in ships. Unless our commerce is Always [sic] to be carried in foreign bottoms, we must have war craft to protect it" (ROOSEVELT, 1901).

Assim como McKinley e diferentemente dos presidentes que os antecedem, Roosevelt defendiae a expansão da marinha americana em virtude da necessidade de manter o país preparado para qualquer tipo de ameaça e demonstrava seu apreço pelo poder marítimo nesse sentido. Por isso, o presidente reforçava seu argumento ao propor que a melhor defesa e prevenção de conflitos seria a posse dos meios para vencê-los de antemão:

> Inasmuch, however, as the **American people have no thought of abandoning the path upon which they have entered**, and especially in view of the fact that the building of the **Isthmian Canal** is fast becoming one of the matters which the whole people are united in demanding, it is imperative that our Navy should be put and kept in the **highest state of efficiency**, and should be made to **answer to our growing needs**. So far from being in any way a provocation to war, an adequate and highly trained navy is the **best guaranty against war**, the **cheapest and most effective peace insurance**. **The cost of building and maintaining such a navy represents the very lightest premium for insuring peace which this nation can possibly pay**. (ROOSEVELT, 1901, grifo nosso).

A última parte do trecho anterior servia como resposta à crítica anti-imperialista de que o expansionismo marítimo e seus custos decorrentes seriam demasiadamente elevados e desnecessários ao desenvolvimento econômico do país. Roosevelt ia além, propondo que uma Marinha forte seria a única forma de garantir que os princípios da Doutrina Monroe fossem

respeitados e que as nações estrangeiras não perceberiam qualquer tipo de fraqueza nos Estados Unidos que incite à intervenção no hemisfério (ROOSEVELT, 1901).

O exemplo apresentado pelo presidente era o da guerra contra a Espanha, que teria sido facilmente vencida pelos americanos em razão dos investimentos feitos para a renovação das frotas a partir da década de 1880. Seu pedido era pra que tal empreitada continuasse:

> The Congressmen who voted years in advance the money to lay down the ships, to build the guns, to buy the armor-plate; the Department officials and the business men and wage-workers who furnished what the Congress had authorized; the Secretaries of the Navy who asked for and expended the appropriations; and finally the officers who, in fair weather and foul, on actual sea service, trained and disciplined the crews of the ships when there was no war in sight--all are entitled to a full share in the glory of Manila and Santiago, and the respect accorded by every true American to those who wrought such signal triumph for our country. **It was forethought and preparation which secured us the overwhelming triumph of 1898**. If we fail to show forethought and preparation now, there may come a time when disaster will befall us instead of triumph; and should this time come, the fault will rest primarily, not upon those whom the accident of events puts in supreme command at the moment, but upon those who have failed to prepare in advance. (ROOSEVELT, 1901, grifo nosso).

Assim, Roosevelt construiu sua narrativa a partir da ideia de que a atenção à Marinha deveria permanecer como uma política de longo-prazo, de atuação difusa entre os diversos poderes e constante atenção; caso contrário, conforme exposto pelo presidente, poderia chegar o momento em que a necessidade de empregar as forças marítimas viesse e o país não estivesse preparado – cenário negativo intencionalmente construído a fim de sensibilizar para sua demanda. Por isso, ainda afirmava: "It is important to have our Navy of adequate size, but it is even more important that ship for ship it should equal in efficiency any navy in the world" (ROOSEVELT, 1901). Os Estados Unidos definitivamente se percebiam enquanto grande potência em status similar às demais e a virada imperial da década anterior foi crucial nesse sentido, o que é corroborado pelo presidente Roosevelt: "The American people must either build and maintain an adequate navy or else make up their minds definitely to accept a secondary position in international affairs, not merely in political, but in commercial, matters" ROOSEVELT, 1901).

No ano seguinte, em seu discurso sobre o Estado da União, de 1902, o presidente asseverou que os objetivos de política externa do país não poderão ser atingidos se não forem feitos investimentos adequados na Marinha do país:

> We have deliberately made our own certain foreign policies which demand the possession of a first-class navy. The isthmian canal will greatly increase the efficiency of our Navy if the Navy is of sufficient size; but if we have an inadequate navy, then the building of the canal would be merely giving a hostage to any power of superior strength. The Monroe Doctrine should be treated as the cardinal feature of American foreign policy; but it would be worse than idle to assert it unless we intended to back it up, and it can be backed up only by a thoroughly good navy. A good navy is not a provocative of war. It is the surest guaranty of peace. (ROOSEVELT, 1902).

Assim, Roosevelt conectou a necessidade de investimentos ao estabelecimento de um canal ístmico no hemisfério, uma vez que, sem uma marinha plenamente capaz, não seria possível defender a neutralidade do canal e os interesses americanos frente às demais potências. Fez, também, ligação entre uma marinha forte e a Doutrina Monroe, em sentido similar, apontando que a paridade naval acarretaria em garantia de paz no continente: "The refusal to maintain such a navy would invite trouble, and if trouble came would insure disaster". (ROOSEVELT, 1902).

Em 1904, o presidente é mais enfático e ainda mais objetivo, no sentido de buscar conexões entre o investimento na Marinha e os objetivos de política externa do país:

> The strong arm of the Government in enforcing respect for its just rights in international matters is the Navy of the United States. I most earnestly recommend that there be no halt in the work of upbuilding the American Navy. **There is no more patriotic duty before us a people than to keep the Navy adequate to the needs of this country's position.** We have undertaken to build the **Isthmian Canal**. We have undertaken to secure for ourselves our just share in the **trade of the Orient**. We have undertaken to **protect our citizens** from proper treatment in foreign lands. We continue steadily to insist on the **application of the Monroe Doctrine to the Western Hemisphere**. (ROOSEVELT, 1904, grifo nosso).

A construção de uma marinha forte seria um "dever patriótico" frente à nova posição que o mais ocupava no cenário internacional e as atribuições que decorrem desse status. Roosevelt (1905) não escondeu sua preferência pelo poder marítimo, provavelmente influenciado pela proximidade ao capitão Alfred Thayer Mahan e pela atuação na marinha. Afirmou que uma boa forma de manter as forças marítimas do país à frente das demais nações seria por "(...) adding a single battleship to our navy each year, the superseded or outworn

vessels being laid up or broken up as they are thus replaced." (ROOSEVELT, 1905). Sobre o papel histórico da marinha para a segurança do país, Roosevelt complementa:

> The United States Navy is the surest guarantor of peace which this country possesses. It is earnestly to be wisht that we would profit by the teachings of history in this matter. A strong and wise people will study its own failures no less than its triumphs, for there is wisdom to be learned from the study of both, of the mistake as well as of the success. **For this purpose nothing could be more instructive than a rational study of the war of 1812, as it is told, for instance, by Captain Mahan.** There was only one way in which that war could have been avoided. If during the preceding twelve years a navy relatively as strong as that which this country now has had been built up, and an army provided relatively as good as that which the country now has, there never would have been the slightest necessity of fighting the war; and if the necessity had arisen the war would under such circumstances have ended with our speedy and overwhelming triumph. But our people during those twelve years refused to make any preparations whatever, regarding either the Army or the Navy. They saved a million or two of dollars by so doing; and in mere money paid a hundredfold for each million they thus saved during the three years of war which followed--a war which brought untold suffering upon our people, which at one time threatened the gravest national disaster, and which, in spite of the necessity of waging it, resulted merely in what was in effect a drawn battle, while the balance of defeat and triumph was almost even. (ROOSEVELT, 1906, grifo nosso).

A alusão direta à obra de Mahan demonstra como o presidente sofreu alguma influência do pensamento do capitão sobre a necessidade do poder marítimo para a defesa nacional e a prosperidade do país.

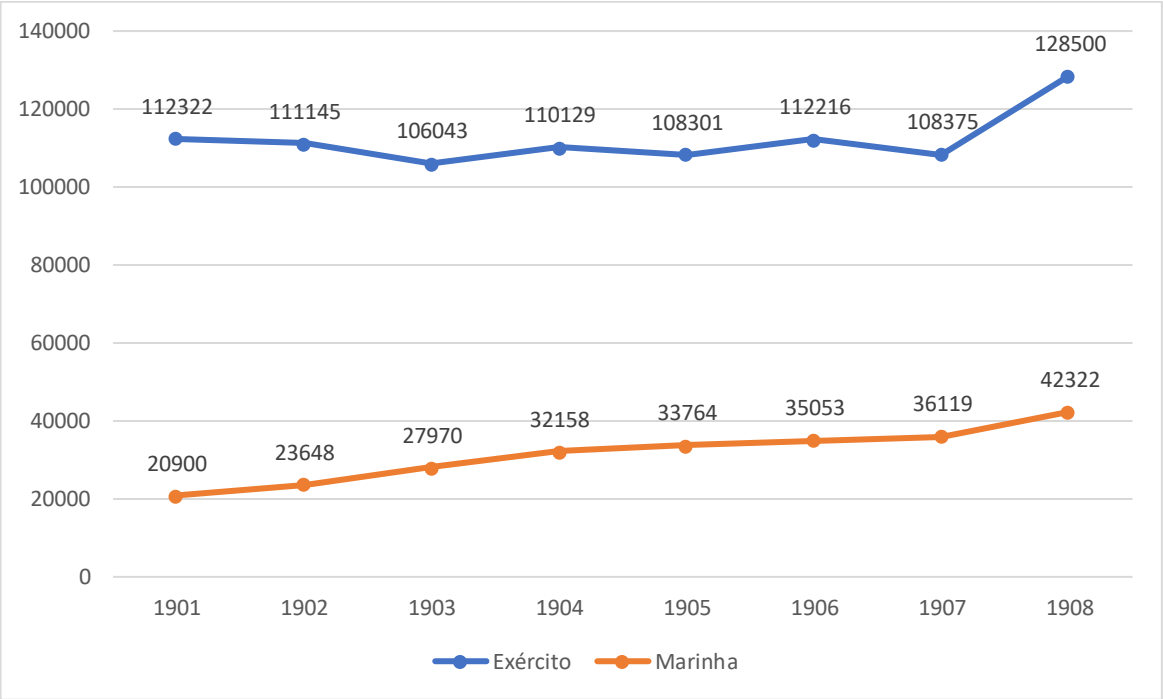
De acordo com Herring (2008), Roosevelt acreditava que a sua mais importante tarefa era guiar a nação em direção à liderança da corrente da História. Ele enxergava os povos "bárbaros" como a maior ameaça à civilização, por isso não tinha dificuldade em racionalizar o uso da força contra eles. Mas o presidente americano não tinha a mesma convicção ou destreza em como manter a paz dentre as nações "civilizadas".

O seu Secretário de Estado, Elihu Root, buscava promover a ordem por meio da extensão da lei, da aplicação do conhecimento e do uso do governo. Ele compartilhava do internacionalismo de Roosevelt e era especialmente comprometido em promover a abertura da economia mundial. Roosevelt e Root envidaram bastante atenção à modernização dos instrumentos de poder nacional. Suas reformas foram parte de uma tendência mundial em direção à profissionalização dos exércitos e dos serviços diplomáticos que se baseavam na ideia de que a guerra moderna e a diplomacia exigiam treinamento especializado e pessoal altamente qualificado. Acreditavam que, enquanto potência em ascensão em um mundo de constantes

tensões, os Estados Unidos deveriam patrocinar fortemente a formação de quadros capazes de defender seus interesses, promover seu comércio e levar ao mundo sua missão civilizatória.

"Discípulo" de Alfred Mahan e adepto da necessidade do poder marítimo, Roosevelt defendia a construção de uma marinha forte e moderna. Sob sua liderança, a Marinha completaria a transição de protetora de portos para uma frota moderna de navios de guerra – saltando de 11 navios, em 1898, para 36, em 1913, atrás apenas de Reino Unido e Alemanha. O crescimento forte e contínuo do poder naval em termos de efetivo total pode ser percebido no gráfico 14. O orçamento naval durante o governo Roosevelt chegou a exceder os 900 milhões de dólares e o número de marinheiros passou de 19 para mais de 40 mil (HERRING, 2008).

GRÁFICO 15 – Efetivo militar dos Estados Unidos no governo Roosevelt



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

Sobre o perfil[10] de Theodore Roosevelt, Hunt (1987) observa:

> The road to national greatness required unremitting struggle, so Roosevelt contended. A compulsive classifier even as youth, he took a lifelong interest in the natural order and its competitive features. By the 1880s he was avidly Darwinian in his views on international relations (as he was on domestic affairs). Conflict among nation was

[10] Um estudo sobre a origem de Theodore Roosevelt na política americana pode ser encontrado em Kohn (2006).

> natural. The fit would prevail and the weak go down to defeat and extinction. "All the great masterful races have been fighting races", he readily concluded. Set in competitive, sometimes violent world, the American nation had one supreme duty-to seek out challenges and master them, thereby promoting the hardihood essential to survival. With these Darwinism notions Roosevelt mixed what appears to have been a sublimated Calvinism that made him anxious about moral decline. To counter the constant tug of individual self-interest and corruptibility, he championed public responsibility and personal self-sacrifice. But moral flab could doom nations as surely as it could individuals. For the United States, commerce and industry were necessary but base pursuits that had to be tempered by international sacrifice and selflessness. Only by manfully confronting rivals and accepting the burden of rescuing stagnant, declining peoples could Americans maintain their vigorous character and their claims to greatness. (p.126).

Hunt (1987) ainda aponta que a concepção de grandeza nacional de Roosevelt se conectava diretamente à sua preocupação com as questões raciais. O presidente lia com voracidade e escrevia da mesma forma sobre o assunto; ao se expressar, buscava empregar a mesma linguagem pseudo-científica dos epítetos populares sobre a temática. Ele tomava o mundo como uma arena de eterna competição entre as raças e, portanto, entre as nações. O choque entre as raças civilizadas e as barbáricas era inevitável e o progresso só poderia vir pela submissão do homem civilizado sobre os demais bárbaros. Nesse contexto, Roosevelt obviamente entendia que a raça mais civilizada e, assim, superior, era a dos anglo-saxões, os quais descrevia como corajosos, empenhados, frios e inteligentes.

De acordo com Vitalis (2010) e Adams (2009), Roosevelt achava desprezível a passividade, a indisciplina e a fraqueza dos chineses, enquanto os filipinos eram caracterizados como selvagens. Dentre os orientais, apenas os japoneses escapariam a tais caracterizações. De fato, o presidente teria admirado a vitória do Japão sobre a China e a Rússia em confrontos diretos no continente asiático. Para ele, os latinos tinham "sangue quente" e eram covardes, politicamente incompetentes e chocantemente miscigenados.

Segundo Oyos (1996), as visões de mundo de Roosevelt o impeliram a apoiar uma política externa mais assertiva nas décadas de 1880 e 1890. Contra as pretensões alemãs em Samoa, os obstinados e insolentes chilenos, os opositores à anexação do Havaí e a intromissão dos britânicos nas Américas, Roosevelt chamava os Estados Unidos a assumir seu papel de grande potência e preponderância enquanto "polícia" do hemisfério e adjacências. Junto aos europeus, os americanos deveriam trazer ordem ao caos e, para isso, seria necessária uma marinha que fizesse jus a tais propostas (HUNT, 1987).

Roosevelt é objetivo em apontar que a expansão comercial dos Estados Unidos é essencial para a continuação do crescimento econômico e a defesa desses interesses se traduz em uma política externa mais ativa: "We have now reached the point in the development of our interests where we are not only able to supply our own markets but to produce a constantly growing surplus for which we must find markets abroad." (ROOSEVELT, 1901).

O grande arquiteto dessa máquina imperial teria sido Elihu Root, advogado nova-iorquino que serviu sucessivamente como Secretário da Guerra e Secretário de Estado, entre 1899 e 1909. Root formalizou esse sistema imperial *ad hoc* ao reorganizar elementos-chave do governo e das instituições americanas com o estabelecimento de uma complexa rede de ligações público-privadas enquanto presidente da *Carnegie Endowment for International Peace* (1910-1925) e depois do *Council on Foreign Relations* (1921). Esse sistema, também chamado de "império sem imperador", criado por Root, moveu os Estados Unidos de seu fechamento intracontinental e da diplomacia das canhoneiras para um novo sistema de poder próximo à hegemonia global baseada no direito internacional e na reconfiguração da ordem (conforme aconteceria poucas décadas depois) – chegando a ser conferido a ele o Prêmio Nobel da Paz em 1912.

Essa estratégia de construção hegemônica rendeu aos Estados Unidos uma série de vantagens durante e depois do processo de consolidação imperial: estabeleceu os Estados Unidos enquanto uma das grandes potências da época e grande mediador de conflitos internacionais, gerou maior legitimidade quanto à Doutrina Monroe e definitivamente cooptou as elites americanas em torno do projeto de Estado expansionista e imperial. Para tanto, foi essencial que o país tivesse evitado a lógica hierárquica clássica dos demais impérios, em favor principalmente da descentralização conectada a uma forte política de integração.

De acordo com Sexton (2011), os benefícios aos americanos eram auto evidentes: a Doutrina Monroe assegurava os interesses comerciais e estratégicos no Hemisfério Ocidental. Mas Roosevelt iria além, ao enfatizar que ela ainda seria responsável por uma constituição mais ampla da ideia de civilização. A Doutrina Monroe carregaria consigo as responsabilidades imperiais de espalhar a civilização aos demais povos, portanto compelia os Estados Unidos a promover seus valores e práticas políticas às nações menos civilizadas. Assim, ao estabelecer o controle do Hemisfério Ocidental, a Doutrina Monroe poderia eliminar a rivalidade das grandes potências na região, como Cuba e o canal ístmico na América Central. A hegemonia americana, nesse sentido, beneficiaria a todos, uma vez que preveniria potenciais guerras entre

as grandes potências civilizadas. De fato, Roosevelt lamentou não ter poder suficiente para implementar a Doutrina Monroe na China, onde a competição imperial ameaçava a estabilidade internacional.

Segundo Pérez Jr. (1982) e Sexton (2011), o casamento entre nacionalismo e internacionalismo ampliou o apelo da Doutrina Monroe. Essa convergência ajudou a criar uma nova Doutrina Monroe, mais explicitamente intervencionista e proativa que anteriormente, mas que ainda refletia uma certa ojeriza à ideia de anexar povos de diferentes raças em territórios não-contíguos. Para Moniz Bandeira (2014), a atuação americana na América-Latina pode ser percebida pela força da Doutrina Monroe e a incapacidade ou receio dos países europeus em reforçar sua presença na região. A despeito da constante divisão e partilha territorial dos territórios africanos e asiáticos, não houveram disputas ou rivalidades entre países europeus no hemisfério ocidental. O presidente Roosevelt ainda iria adicionar seu corolário à doutrina, reforçando o direito de intervenção pelos americanos em qualquer país latino-americano, no sentido de proteger os interesses dos Estados Unidos quando estes forem ameaçados, assumindo um papel de "protetor" do continente.

De acordo com Stephanson (1995), a estratégia de Roosevelt pode ser caracterizada pela dominação no Caribe, a balança de poder na Ásia e a desconexão dos problemas europeus, além da atuação conjunta às demais grandes potências no sentido de promover o que entendia como "paz, ordem e civilização".

Para Roosevelt, a história era entendida como um movimento linear entre o barbarismo e a civilização, por meio de um estado intermediário de despotismo. Essa visão tinha a influência do pensamento spenceriano, mas Roosevelt, na prática, dividia o mundo de 1900 em dois: a esfera da civilização (cristã, ocidental e anglófona) contra a esfera do barbarismo e o despotismo. Os impérios, assim, assumiriam uma dominação civilizacional, uma vez que teriam a necessidade histórica de estabelecer a ordem por meio da força na esfera inferior a fim de permitir que novos espaços e territórios fossem libertados para o interesse maior da humanidade.

De acordo com Thompson (2002), o conceito de ordem que Roosevelt tinha em mente era um sistema de proteção e obediência. O poder imperial faria as regras e puniria os transgressores, mas, ao mesmo tempo, seria impelido a prover proteção e exemplo. Isso legitimava a noção binária de povos selvagens em rumo à civilização e o papel dos civilizados

em liderá-los. Nesse sentido, Ayerbe (2002) aponta que a política de Roosevelt, também conhecido por *Big Stick*, promovia intervenções em uma série de países da América Central e do Caribe por meio de uso da força e da ameaça. Exemplos disso são a assinatura da Emenda Platt pelos cubanos em 1902, que estabelece a tutela americana sobre Cuba; o apoio dos Estados Unidos ao Panamá na insurreição contra a Colômbia, diretamente ligada à construção do canal do Panamá e posterior administração americana; a intervenção militar na República Dominicana etc.

Para Roosevelt, o mundo seria dividido em categorias raciais e civilizacionais e as grandes nações representariam o ápice dessa hierarquia em uma constante luta pela sobrevivência do mais forte e pela imposição de seus interesses em detrimento dos demais. Contudo, o presidente afirma que essas mesmas nações civilizadas teriam que agir no sentido de evitar que a barbárie reinasse em decorrência das disputas entre os povos ainda não tão evoluídos: "Wars with barbarous or semi-barbarous peoples come in an entirely different category, being merely a most regrettable but necessary international policy duty which must be performed for the sake of the welfare of mankind" (ROOSEVELT, 1901). Os Estados Unidos e as demais potências deveriam assumir, portanto, um papel de polícia internacional, a fim de garantir a estabilidade e a ordem no sistema internacional. Esse argumento é corroborado no discurso sobre o Estado da União, de 1902: "The last century has seen a marked diminution of wars between civilized powers; wars with uncivilized powers are largely mere matters of international police duty, essential for, the welfare of the world" (ROOSEVELT, 1902). Nesse sentido, a ideia de polícia do mundo seria encarnada pelas grandes potências, em geral, e pelos Estados Unidos, em particular, especialmente quando se conecta à ideia de supremacia hemisférica e atuação conhecida por política do *Big Stick*. O presidente ressaltou, ainda: "More and more the increasing interdependence and complexity of international political and economic relations render it incumbent on all civilized and orderly powers to insist on the proper policing of the world" (ROOSEVELT, 1902).

A caracterização dos Estados Unidos enquanto grande potência corroborava a ideia de um Destino Manifesto, em que o país é singular e destinado à ocupar tal posição:

> As a people we have played **a large part in the world**, and we are bent upon making our **future even larger than the past**. In particular, the events of the last four years have definitely decided that, for woe or for weal, **our place must be great among the nations**. We may either fall greatly or succeed greatly; but we can not avoid the

> **endeavor** from which either great failure or great success must come. Even if we would, **we can not play a small part**. If we should try, all that would follow would be that we should play a large part ignobly and shamefully. (ROOSEVELT, 1902, grifo nosso).

O presidente dedica longos trechos de seu discurso para a Doutrina Monroe: "The Monroe Doctrine should be the cardinal feature of the foreign policy of all the nations of the two Americas, as it is of the United States" (ROOSEVELT, 1901), em alusão à expectativa de que os demais países do hemisfério também pautassem suas políticas a partir da doutrina. Reitera o presidente seu significado:

> In other words, the Monroe Doctrine is a declaration that there must be **no territorial aggrandizement by any non-American power at the expense of any American power on American soil**. It is in no wise intended as hostile to any nation in the Old World. Still less is it intended to give cover to any aggression by one New World power at the expense of any other. It is simply a step, and a long step, toward assuring the universal peace of the world by securing the possibility of permanent peace on this hemisphere. (ROOSEVELT, 1901, grifo nosso).

Roosevelt ressaltou, ainda que a doutrina buscava garantir a independência e a segurança de nações "menores" do continente, novamente a partir da ideia de uma hierarquização natural entre os países e povos, e que "[t]his doctrine has nothing to do with the commercial relations of any American power (...), it is really a guaranty of the commercial Independence of the Americas" (ROOSEVELT, 1901). O presidente tentou dirimir possíveis críticas à Doutrina Monroe enquanto norteadora de princípios de privilégios ou exclusividade comerciais, mas ressaltou que os Estados Unidos, por meio dessa doutrina, não iria " guarantee any state against punishment if it misconducts itself, provided that punishment does not take the form of the acquisition of territory by any non-American power" (ROOSEVELT, 1901). Esse último trecho retrata o que viria a ser a interpretação americana em relação às cobranças europeias sobre a Venezuela e, posteriormente, outros países caribenhos.

Roosevelt irá se defender de supostas acusações acerca do uso da Doutrina Monroe como imposição imperial em relação ao resto do continente, especialmente após os eventos ocorridos na Venezuela: "It is not true that the United States feels any land hunger or entertains any projects as regards the other nations of the Western Hemisphere, save such as for their welfare" (ROOSEVELT, 1904). Percebe-se que a visão inicial acerca da Doutrina Monroe

como guardiã dos estados recém-independentes no começo do século dezenove passa a dar lugar à interpretação de que a mesma doutrina seja usada como legitimação de ações mais assertivas dos americanos, talvez mesmo em conluio ou comum acordo aos interesses europeus. Roosevelt defende que os países não teriam que se preocupar "(...) if it keeps and pays its obligations, it need fear no interference from the United States". (ROOSEVELT, 1904). Mais ainda, o presidente (1904) afirma que as intervenções efetuadas pelos americanos são resultantes de desordem e inabilidade para o governo de determinados países, o que "forçaria" os Estados Unidos a agir, mesmo que relutantes, em virtude do seu exercício enquanto "international police power".

> We would interfere with them only in the last resort, and then only if it became evident that their inability or unwillingness to do justice at home and abroad had violated the rights of the United States or had invited foreign aggression to the detriment of the entire body of American nations. It is a mere truism to say that every nation, whether in America or anywhere else, which desires to maintain its freedom, its independence, must ultimately realize that the right of such independence can not be separated from the responsibility of making good use of it. (ROOSEVELT, 1904).

Assim, Roosevelt reafirma os princípios tradicionais da Doutrina Monroe enquanto os que ainda norteariam a política externa dos Estados Unidos: a ideia de que a atuação americana se daria apenas no sentido de evitar que agressões ou interferências externas acontecesseam no hemisfério. Essas ações aconteceriam porque seriam, nas palavras de Roosevelt (1904), "our manifest duty" – o que dá a entender que a atuação enquanto polícia internacional também ocorre em virtude do Destino Manifesto do país e suas obrigações morais em agir.

É interessante perceber como a ideia de um sistema anárquico era apontada por Roosevelt:

> A man does not have to defend his rights with his own hand, because he can call upon the police, upon the sheriff's posse, upon the militia, or in certain extreme cases upon the army, to defend him. But there is no such sanction of force for international law. At present there could be no greater calamity than for the free peoples, the enlightened, independent, and peace-loving peoples, to disarm while yet leaving it open to any barbarism or despotism to remain armed. So long as the world is as unorganized as now the armies and navies of those peoples who on the whole stand for justice, offer not only the best, but the only possible, security for a just peace. For instance, if the United States alone, or in company only with the other nations that on the whole tend to act justly, disarmed, we might sometimes avoid bloodshed, but we would cease to be of weight in securing the peace of justice--the real peace for which the most law-

> abiding and high-minded men must at times be willing to fight. As the world is now, only that nation is equipped for peace that knows how to fight, and that will not shrink from fighting if ever the conditions become such that war is demanded in the name of the highest morality. (ROOSEVELT, 1905)

No caso do trecho anterior, a inexistência de uma entidade ou ator acima dos demais Estados como regulador ou com capacidade de coerção gera, de acordo com Roosevelt, a necessidade de que os Estados Unidos – e, na sua concepção de política internacional, as demais grandes potências – tenham poder suficiente para impor sua vontade quando for necessário. Roosevelt constrói seu argumento no sentido de que a paz e a "civilização" só podem existir quando há meios para garanti-los, o que, em última instância levaria, à ideia de "paz armada" do contexto internacional em questão como apontam Edward Hallet Carr e Norman Angell. Nesse sentido, Roosevelt apontava qual seria papel dos Estados Unidos, nesse sistema: "at present the practical thing to do is to try to minimize the number of cases in which it must be the arbiter, and to offer, at least to all civilized powers, some substitute for war which will be available in at least a considerable number of instances" (ROOSEVELT, 1905). O presidente ainda profetizaria a criação de uma organização multilateral a fim de diminuir os efeitos da anarquia do sistema: "Our aim should be from time to time to take such steps as may be possible toward creating something like an organization of the civilized nations, because as the world becomes more highly organized the need for navies and armies will diminish" (ROOSEVELT, 1905). Seu argumento foi reinterpretado por Wilson, menos de uma década depois, mas por razões distintas: justamente esse mundo mais "organizado" das nações "civilizadas" entraria em uma guerra mundial.

Ainda em relação à atuação americana no cenário internacional do começo do século vinte, Roosevelt afirmou:

> One of the most effective instruments for peace is the Monroe Doctrine as it has been and is being gradually develop by this Nation and accepted by other nations. No other policy could have been as efficient in promoting peace in the Western Hemisphere (...). When we announce a policy such as the Monroe Doctrine we thereby commit ourselves to the consequences of the policy, and those consequences from time to time alter.It is out of question to claim a right and yet shirk the responsibility for its exercise. Not only we, but all American republics who are benefited by the existence of the doctrine, must recognize the obligations each nation is under as regards foreign peoples no less than its duty to insist upon its own rights. (ROOSEVELT, 1905).

Há um reiterado desejo de demonstrar o caráter universal da Doutrina Monroe, apesar de ela ser empregada pelos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental. A ideia que se busca transmitir no trecho é a de que a política adotada pelos Estados Unidos no conjunto dos princípios estabelecidos da doutrina deve ser respeitada não apenas pelos estados americanos, mas por todas as outras nações, no sentido de que os americanos ficam incumbidos da tarefa de "policiar" a região enquanto grande potência do continente. O presidente novamente afirmou que os demais países do Hemisfério não devem temer os americanos em razão da Doutrina Monroe, especialmente os países mais "avançados" ao sul do continente, os quais Roosevelt reconhece terem alcançado um certo nível de "estabilidade, ordem e prosperidade" e que seriam entendidos mais propriamente como protetores menores da doutrina que como passíveis de sofrerem intervenções dos Estados Unidos[11].

7.1.1 O "novo" relacionamento com Cuba

Jones (2001) afirma que a insurreição nas Filipinas alertou os americanos de que o mesmo poderia acontecer em Cuba. Por isso, o Secretário da Guerra, Elihu Root, indicou o General Leonard Wood como governador militar de Cuba, para empregar políticas a fim de acabar com o surto de febre amarela e instituir um programa educacional, de emprego e estabilidade no governo, grande parte sem sucesso, o que levou à necessidade futura de maior envolvimento americano na ilha.

Segundo Dent (1999), no começo de 1902, Root trabalhou com o chefe da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Orvile Platt, com o intuito de criar uma lei para estabelecer formalmente um protetorado em Cuba até que a ilha tivesse capacidade de aprovar uma constituição satisfatória aos interesses americanos. De acordo com essa lei, chamada de Emenda Platt, Cuba seria nominalmente livre, mas não poderia assinar nenhum tratado ou tomar dinheiros emprestado sem aprovação de Washington, além de permitir aos Estados Unidos que interviesse no país caso achassem necessário, junto à a cessão de terras necessárias para o governo americano estabelecer postos navais e de abastecimento no Caribe.

---

[11] – Esse argumento corrobora a tese de Teixeira (2012) em relação à atuação difusa da Doutrina Monroe no continente

De acordo com LaFeber (1994), a Emenda Platt tornou-se um anexo à nova constituição cubana, de 1901, após forte pressão de Wood e garantia de Root de que os Estados Unidos não interviriam, a não ser que o governo cubano estivesse em perigo. Em 1903, Estados Unidos e Cuba formalizaram a emenda em um tratado e, um ano depois, a marinha americana construiu uma base naval em Guantánamo, próximo a Santiago – os EUA teriam o controle desse território perpetuamente. De acordo com Herring (2008), o tratado de reciprocidade, de 1903, fornecia a contrapartida à Emenda Platt. A guerra havia devastado Cuba e, quando chegou ao fim, os Estados Unidos buscaram construir uma estrutura econômica semi-colonial em torno da produção de açúcar e tabaco, ao conectá-las ao mercado americano. Usando o Havaí como modelo, os políticos americanos viam no livre-comércio o meio para promover a anexação de forma natural e voluntária. O tratado de reciprocidade buscaria reviver a indústria açucareira, fortalecer a posição das elites cubanas e promover os laços com os Estados Unidos, além de aprofundar a dependência de Cuba em poucas culturas e em apenas um mercado.

Segundo Pérez Jr. (1986), o acordo reforçou a presença americana na ilha: foram determinados mercados preferenciais e definida a dependência cubana em relação à produção de açúcar e tabaco. O acordo também foi importante ao desencorajar a diversificação econômica e a consolidação de grandes propriedades de terra nas mãos de estrangeiros, no desmanche das pequenas propriedades dos nativos. Os efeitos do acordo de reciprocidade não foram restritos à agricultura: as taxas de importação foram fortemente reduzidas para produtos americanos, que já estavam presentes anteriormente mas puderam se consolidar com quase monopólio.

O acordo provocou reclamações dos produtores americanos de cana-de-açúcar e beterraba e os nacionalistas cubanos protestaram que se tratava da substituição de uma metrópole colonial por outra. Aprovado em 1903, o tratado proveu as bases para as relações econômicas entre Cuba e Estados Unidos por mais de cinco décadas. A guerra de 1898 terminaria com Cuba se constituindo enquanto protetorado americano.

De acordo com Frieden (1989) e Lake (1988), as relações entre Estados Unidos e Cuba tornaram-se ainda mais interligadas, tendo o comércio e os investimentos entre os países mais que quadruplicado, entre meados de 1890 e 1913. Ao mesmo tempo, as intervenções dos marines americanos foram constantes, chegando inclusive a ocupar o governo durante certo período de instabilidade política. Apesar disso, Roosevelt permanecia firme na defesa de que os Estados Unidos não deveriam anexar a ilha como parte direta do seu território formal e questionava o que impedia os cubanos de se "comportar adequadamente". Por fim, designou ao

então amigo e Secretário da Guerra, William Howard Taft, que anteriormente havia sido governador das Filipinas, a missão de resolver os problemas da ilha.

De acordo com Williams (1980), a Emenda Platt estabeleceu um importante precedente para ações similares dos Estados Unidos em outras partes do hemisfério e tornou-se base para a política na América Latina. No início de seu governo, Roosevelt buscou demarcar os contornos de suas ações futuras ao desencorajar o engajamento das potências europeias nas questões do continente americano por meio do resgate da Doutrina Monroe e futuramente sua atualização, por meio do Corolário Roosevelt.

A atuação americana em Cuba é exaltada como um ponto de inflexão no destino da ilha, de forma positiva e sem igual: "Cuba will then start as her own mistress; and to the beautiful Queen of the Antilles, as she unfolds this new page of her destiny." (ROOSEVELT, 1901). O trecho anterior demonstra a forma como Roosevelt e muitos dos americanos à época percebiam Cuba: como uma donzela que havia se libertado da opressão e dos abusos dos espanhóis, brutos e insensíveis às necessidades e à beleza da ilha. Os Estados Unidos então surgiriam como um salvador, herói, que atua fortemente ligado à ideia de uma responsabilidade ou dever no sentido de levar a liberdade e permitir que Cuba "florescesse", novamente no sentido de fragilidade, cuidado e sensibilidade.

Para tanto, contudo, os americanos buscaram garantir que os cubanos aprovassem mudanças na sua constituição ao aprovarem a Emenda Platt: "In the case of Cuba, however, there are weighty **reasons of morality and of national interest** why the policy should be held to have a peculiar application" (ROOSEVELT, 1901, grifo nosso) – Roosevelt, portanto, demonstra objetivamente que os Estados Unidos até permitiriam que Cuba fosse independente, mas que razões morais e de interesse nacional teriam levado o país à "sugestão" da Emenda Platt na constituição cubana, no que complementa:

> Cuba has in her constitution affirmed what we desired. That we should stand in international matters, in closer and more friendly relations with us than with any other power; and we are bound by every consideration of honor and expediency to pass commercial measures in the interest of the island of her material well-being. (ROOSEVELT, 1901).

As afirmações de Roosevelt apontam justamente para a ideia de que a Emenda Platt serviu aos interesses americanos enquanto limitadora da soberania cubana, ao permitir que os Estados Unidos transformassem a ilha em uma espécie de protetorado e praticamente monopolizando suas relações comerciais, o que o presidente americano chama de "interesses de bem-estar materiais".

As ligações dos Estados Unidos com Cuba são objeto de discussão do presidente no discurso sobre o Estado da União, de 1902:

> **Cuba lies at our doors, and whatever affects her for good or for ill affects us also**. So much have our people felt this that in the Platt amendment we definitely took the ground that Cuba must hereafter have **closer political relations with us than with any other power**. Thus in a sense Cuba has become a **part of our international political system**. This makes it necessary that **in return she should be given some of the benefits of becoming part of our economic system.** It is, from our own standpoint, a short-sighted and mischievous policy to fail to recognize this need. Moreover, it is unworthy of **a mighty and generous nation, itself the greatest and most successful republic in history, to refuse to stretch out a helping hand to a young and weak sister republic just entering upon its career of independence**. We should always fearlessly insist upon our rights in the face of the strong, and we should with ungrudging hand do **our generous duty by the weak**. I urge the adoption of reciprocity with Cuba not only because it is eminently **for our own interests to control the Cuban market** and by every means to **foster our supremacy in the tropical lands and waters south of us**, but also because we, of of the **giant republic of the north**, should make all our sister nations of the American Continent feel that whenever they will permit it we desire to show ourselves disinterestedly and effectively their friend. (ROOSEVELT, 1902, grifo nosso)

O trecho anterior tem diversos significados. O primeiro e mais latente é a reafirmação de Cuba enquanto parte direta da influência americana. Para além dessa asserção, o presidente afirmou que a ilha é parte do "sistema político internacional" do país no sentido de que a soberania americana seria superior à própria ideia de soberania cubana na ilha e que, por essa razão, os cubanos deveriam devolver esse "benefício" com a concessão de seu mercado quase exclusivamente aos americanos. Roosevelt ainda destacou que os Estados Unidos agiram dessa forma enquanto uma nação "generosa", e ressaltou as características que fariam o país ser único dentre as grandes potências e que seu papel era o de tutelar os demais – "inferiores", "fracos", "incapazes", "dependentes" – com a ajuda americana. Por isso, é possível perceber semelhanças entre a forma como Roosevelt trata as suas possessões ultramarinas e o tratamento dado a Cuba: a ideia de uma ajuda paternal, sincera e desinteressada de quem já seria desenvolvido – maduro, evoluído, superior – em comparação aos outros povos em questão, como supostamente seriam

os cubanos. Por fim, nesse mesmo trecho é possível encontrar referência à ideia de supremacia americana no Hemisfério Ocidental como algo natural, decorrente da Doutrina Monroe e parte de um Destino Manifesto, que carregaria consigo deveres e responsabilidades, mas também os benefícios da influência e da presença comercial.

Cuba seria novamente palco de atuação dos americanos após o início de uma revolta na ilha. Roosevelt recorda o fato e a justiça das ações empreendidas:

> It was evident that chaos was impending, and there was every probability that if steps were not immediately taken by this Government to try to restore order the representatives of **various European nations in the island would apply to their respective governments for armed intervention** in order to protect the lives and property of their citizens. (...) In accordance with the so-called **Platt amendment**, which was embodied in the constitution of Cuba, I thereupon proclaimed a provisional government for the island, the Secretary of War acting as provisional governor until he could be replaced by Mr. Magoon, the late minister to Panama and governor of the Canal Zone on the Isthmus; troops were sent to support them and to relieve the Navy, the expedition being handled with most satisfactory speed and efficiency. The insurgent chiefs immediately agreed that their troops should lay down their arms and disband; and the agreement was carried out. (ROOSEVELT, 1906, grifo nosso).

A atuação americana é justificada por duas razões, nesse caso. A primeira diz respeito à Doutrina Monroe, de evitar que europeus interviesseam nas questões de países independentes do hemisfério. A segunda, pela Emenda Platt, invocada pelos Estados Unidos a fim de dar legitimidade à sua ação no país e de impor um governo provisório, que corrobora a primeira razão no contexto do Corolário Roosevelt, atuando por meio de uma intervenção direta nas relações políticas da ilha. O presidente ainda recordou que os Estados Unidos agiram diante de uma responsabilidade moral assumida perante as demais nações e que os americanos deveriam ter "bondade e paciência" para lidar com os cubanos – em mais alusão à ideia de que as revoltas são resultado de características raciais ou da imaturidade do povo e não da ocupação ou do controle americano na região.

7.1.2 O "experimento" das Filipinas

Herring (2008) afirma que o exército de ocupação americano, assim como os funcionários civis destacados para as Filipinas, levou a cabo a proposição de uma "assimilação

benevolente" de McKinley para as ilhas e buscaram neutralizar a resistência por meio de políticas coloniais. O exército desenvolveu um programa de pacificação, a fim de ganhar o apoio dos filipinos, construindo estradas e pontes, estabelecendo centros educacionais, promovendo campanhas contra a varíola e a lepra com a criação de institutos de saúde e distribuindo alimentos onde fosse necessário. Além disso, foi iniciada a reestruturação do antigo sistema legal espanhol, uma reforma fiscal e o estabelecimento de governos locais. McKinley enviaria William Howard Taft às Filipinas, em 1900, a fim de garantir a implementação dessas políticas e o governo geral das ilhas. Segundo Vitalis (2010), Taft compartilhava do ceticismo da maioria dos americanos quanto à capacidade dos filipinos de se autogovernarem, mas abraçou a ideia do presidente de que os Estados Unidos tinham o senso moral de ajudar os "irmãozinhos marrons".

De acordo com Walter Williams (1980), o novo governo liderado por Taft lançou uma iniciativa chamada de "política de atração", em que filipinos de classe alta e considerados ilustrados seriam educados nos Estados Unidos para aprender a governar a ilha durante a tutela provisória dos americanos e em um possível e futuro governo soberano, tendo esses filipinos ajudado a estabelecer um partido político e um periódico sob a supervisão dos americanos. O resultado esperado foi razoavelmente atingido: as políticas coloniais dos Estados Unidos drenaram o apoio da população em relação às reivindicações de Aguinaldo, ao mesmo tempo em que amenizaram a noção e o estigma do imperialismo direto. Ao mesmo tempo, setores americanos nas ilhas reforçavam seus laços com a antiga elite da era espanhola, garantindo que estes permaneceriam no poder mesmo depois da saída dos americanos (HERRING, 2008).

Apesar disso, foi ao mesmo tempo necessária a imposição da força pelos americanos a fim de suprimir a insurgência. O exército de ocupação atuaria por meio da "política de castigo", em que promoveria ações violentas contra bolsões de resistência. Mais ainda, os Estados Unidos entendiam a guerra contra Aguinaldo em termos raciais, um conflito da civilização contra a selvageria e a barbárie. As tropas americanas frequentemente usavam termos racistas para se referir aos inimigos como *nigger*, *dusky fellow*, *black evil* ou *goo-goo* (NGOZI-BROWN, 1887). Em Batangas, no final da guerra, os americanos se valeram de táticas similares às do General Weyler em Cuba, forçando o estabelecimento da população em áreas protegidas para isolar as guerrilhas daqueles que poderiam servir como fonte de abastecimento. O evento ficou conhecido mais pelo "Massacre de Batangiga", em que 48 americanos foram mortos. Esses acontecimentos aguçaram a oposição no plano doméstico, o que levou à formação de audiências congressuais para discutir a situação das Filipinas, entre janeiro e junho de 1902.

Ainda sobre a derrota da insurgência filipina:

> Americans too often ascribe the outcome of world events to what they themselves do or fail to do, but in the Philippine War the insurgents contributed mightily to their own defeat. Aguinaldo and his top field commander, a pharmacist, military buff, and admirer of Napoleon, foolishly adopted a conventional war strategy, suffering irreplaceable losses in early frontal assaults against U.S troops before belatedly resorting to guerrilla tactics. By the time they changed, the war may have been lost. Although the Filipinos fought bravely - the bolo-men sometimes with the machetes for which they were named- they lacked modern weapons and skilled leadership. Given the difficulties of geography, they could never establish centralized organization and command. Split into factions, they were vulnerable to U.S divide-and-conquer tactics. Aguinaldo and other insurgent leaders came from the rural gentry and never identified with the peasantry or developed programs to appeal to them. In some areas, the guerrillas alienated the population by seizing food and destroying property - some Filipinos, ironically, found their needs better met by Americans. The insurgents placed far too much hope in the election of Bryan in 1900 and found his defeat hugely demoralizing. The capture of Aguinaldo in march 1901 in a daring raid by Filipino Scouts allied with the United States and posing as rebel reinforcements came at a time when the insurgents were already reeling from military defeats. If not the turning point the war, it helped break the back of the rebellion, although fighting persisted in remote areas for years. (HERRING, 2008, p328-329).

Nesse sentido, em 4 de julho de 1902 – dia da independência americana –, Theodore Roosevelt decidiu declarar o fim da guerra e a confirmação da soberania americana nas ilhas. A vitória aconteceu ao custo de mais de 4 mil mortos americanos e outros 2,8 mil feridos, além de ter exigido o empenho de mais de 600 milhões de dólares. Estima-se que morreram 20 mil filipinos em ação e outros 200 mil civis em causas relacionadas (HERRING, 2008).

De acordo com Barrett (1899), a posição das Filipinas era de significância comercial e estratégica incomensurável, comparável à do Japão em relação ao continente asiático e a de Cuba em relação ao continente norte-americano. Esse mesmo autor, em relato sobre a visão americana à época, afirma ainda que os Filipinos não eram industriais ou financistas como os japoneses, mas que se comparavam favoravelmente em inteligência e sobriedade em relação aos anameses, siameses, malaios e javaneses. Tinham uma "boa" natureza, eram doces e dispostos, além de comumente educados. Se lhes faltava honestidade e moralidade, isso poderia ser corrigido por meio do ensino e do exemplo. Os Estados Unidos teriam, portanto, a responsabilidade moral de usar de sua influência, liderança e exemplo em favor dos Filipinos. Com os valores morais e a ética cristã dos americanos, seus métodos educacionais, engenheiros e construtores, as Filipinas poderiam evoluir suficientemente e se inspirar na qualidade e no espírito do povo americano.

A relação de Roosevelt com as Filipinas seria marcada por traços paternalistas, em que os Estados Unidos assumiriam a posição de levar a civilização, a modernidade e os valores cristãos ao que chama de uma nação em "(...) widely different stages of progress toward civilization" (ROOSEVELT, 1901). Por isso, os americanos deveriam agir no sentido de ajudar a superar os desafios que os filipinos teriam rumo ao autogoverno em decorrência de sua "raça inferior":

> In dealing with the Philippine people we must show both **patience and strength, forbearance and steadfast resolution**. Our aim is high. We do not desire to do for the islands merely what was elsewhere done for **tropic peoples** by even the best foreign governments. We hope to do for them what has never before been done for any people of the tropics – to **make them fit for self-government** after the **fashion of the really free nations**. (ROOSEVELT, 1901, grifo nosso).

A narrativa paternalista é reafirmada pelas características que os americanos deveriam assumir ao lidar com os filipinos – infantis, imaturos, inferiores, subdesenvolvidos, tropicais etc. Interessante, ainda, perceber a relação entre o que Roosevelt entende pelo colonialismo tradicional dos europeus e a atuação americana após a Guerra Hispano-Americana, em que as ações dos Estados Unidos nas suas possessões extracontinentais seriam percebidas de forma distinta: o país, ao invés de explorar seus novos territórios, buscaria mais que isso, isto é, cumprir um papel de guardião, protetor, pai, superior em levar os demais povos rumos à civilização e torná-los aptos a se aproximarem do Ocidente de forma verdadeiramente livre. Os americanos, portanto, estariam cumprindo apenas seu Destino Manifesto e sua atuação deveria ser entendida como natural naquele momento:

> History may safely be challenged to show a single instance in which a **masterful race such as ours**, having **been forced** by the exigencies of war to take possession of an alien land, has behaved to its inhabitants with the **disinterested zeal** for their progress that our people have shown in the Philippines. To leave the islands at this time would mean that they would fall into a welter of murderous anarchy. Such desertion of duty on our part would be a crime against humanity. (ROOSEVELT, 1901, grifo nosso).

O trecho anterior retoma o que seria considerada a singularidade de seu país, em que não teria havido na História qualquer outra empreitada na qual uma suposta raça superior tenha agido de forma tão benevolente às inferiores. Mais que isso, a recusa em assumir tal papel

resultaria "naturalmente" no fim da segurança e na garantia de crescente evolução dos filipinos que lá "dependeriam" dos Estados Unidos. De acordo com Roosevelt (1901), os americanos estariam ansiosos em conceder a independência e o direito ao autogoverno aos filipinos, mas isso não poderia ser feito pela responsabilidade assumida pelo país, pelo "fardo" carregado desde que assumiram o controle das ilhas – em alusão à ideia do "fardo do homem branco" em relação aos demais povos supostamente inferiores – e porque os filipinos "eram inaptos" à independência naquele momento.

O presidente americano discorreu sobre o papel da atuação americana na "pacificação" da ilha com a sua ocupação:

> Not only does each Filipino enjoy such rights to life, liberty, and the pursuit of happiness as he has never before known during the recorded history of the islands, but the people taken as a whole now enjoy a measure of self-government greater than that granted to any other Orientals by any foreign power and greater than that enjoyed by any other Orientals under their own governments, save the Japanese alone. We have not gone too far in granting these rights of liberty and self-government; but we have certainly gone to the limit that in the interests of the Philippine people themselves it was wise or just to go. (ROOSEVELT, 1902).

Roosevelt afirmou que os americanos eram responsáveis pelo grau inédito de liberdade e desenvolvimento vivido pelos filipinos, e destacou novamente o aspecto singular de sua atuação ao apontar que a nenhum outro povo "oriental" foram concedidos ou conquistados tamanhos "benefícios". A única exceção seria justamente os japoneses, povo admirado por Roosevelt e construído de forma distinta dos demais asiáticos. Essa liberdade, ainda apontou Roosevelt, estaria no "limite" certo, pois seu discurso apontou para a ideia de que os filipinos não tinham capacidade de se governarem e que maior autonomia não seria prudente.

> (...) it remains true that few indeed have been the instances in which war has been waged by a civilized power against semicivilized or barbarous forces where there has been so little wrongdoing by the victors as in the Philippine Islands. On the other hand, the amount of difficult, important, and beneficent work which has been done is well-nigh incalculable. (ROOSEVELT, 1902).

A continuação do argumento de Roosevelt, apresentada no trecho anterior, demonstra sua crença no papel diferenciado dos americanos enquanto "propagadores" da civilização em

relação a povos inferiores. A ocupação americana não foi retratada como colonização, conquista ou afins, mas sempre no sentido de uma responsabilidade, de um dever moral em um eterno conflito entre a civilização e a barbárie.

A abordagem racista de Roosevelt em relação aos filipinos permaneceu em seu discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1904:

> The Philippine people, or, to speak more accurately, the many tribes, and even races, sundered from one another more or less sharply, who go to make up the people of the Philippine Islands, contain many elements of good, and some elements which we have a right to hope stand for progress. **At present they are utterly incapable of existing in independence at all or of building up a civilization of their own. I firmly believe that we can help them to rise higher and higher in the scale of civilization and of capacity for self-government**, and I most earnestly hope that in the end they will be able to stand, if not entirely alone, yet in some such relation to the United States as Cuba now stands. (ROOSEVELT, 1904, grifo nosso).

O presidente novamente afirmou que os filipinos eram incapazes de governar seu próprio país, portanto, inferiores em uma suposta "hierarquia racial". Os americanos teriam o papel de ajudar os filipinos a "evoluírem", enquanto civilização, por já estarem em posição "superior". No final do trecho ainda é possível perceber que o presidente não acreditava plenamente na possibilidade de que os filipinos viessem a se "desenvolver plenamente" e sugeriu que futuramente, se fosse possível, a região tivesse o mesmo status que Cuba, que naquele momento também sofria com a tutela indireta dos americanos por meio da Emenda Platt. O então presidente novamente recorda do exemplo colonial dos europeus, dessa vez de forma direta:

> But our chief reason for continuing to hold them must be that we ought in good faith to try to do our share of the world's work, and this particular piece of work has been imposed upon us by the results of the war with Spain. The problem presented to us in the Philippine Islands is akin to, but not exactly like, the problems presented to the other great civilized powers which have possessions in the Orient. There are points of resemblance in our work to the work which is being done by the British in India and Egypt, by the French in Algiers, by the Dutch in Java, by the Russians in Turkestan, by the Japanese in Formosa; but more distinctly than any of these powers we are endeavoring to develop the natives themselves so that they shall take an ever-increasing share in their own government, and as far as is prudent we are already admitting their representatives to a governmental equality with our own. (ROOSEVELT, 1904).

Roosevelt aponta que os americanos seriam para os filipinos o mesmo que os europeus para diversos outros povos colonizados ou conquistados e que os Estados Unidos, dentre as grandes potências, não teriam se eximido do seu "papel" civilizatório: há uma colocação do Ocidente enquanto categoria à parte do mundo civilizado, superior e detentora de uma moral elevada em que os demais povos, bárbaros ou semi-civilizados, deveriam se espelhar.

Segundo Herring (2008), no longo-prazo, os Estados Unidos colocariam as Filipinas em um curso muito diferente do de Porto Rico. Desde o princípio, o jugo americano foi justificado em torno de "nobres intenções". A *Schurmann Commission*, de 1899, recomendou uma eventual independência para as ilhas, mas os políticos americanos estavam divididos sobre uma maior atuação no país naquele momento. Os filipinos tinham opiniões diversas; aqueles que se beneficiavam do relacionamento colonial reconheciam os possíveis perigos que adviriam da independência e temiam especialmente a ocupação japonesa.

De acordo com Kramer (2009), o regime colonial americano nas Filipinas estabeleceu um sistema racial bifurcado de controle: os cristãos teriam direito ao autogoverno parcial e local, enquanto os não-cristãos seriam governados exclusivamente pelos políticos e militares americanos. Depois de 1905, essa distinção seria territorializada, na forma de "províncias especiais": a Província de Montanha para os animistas de Luzon e a Província de Moro para os muçulmanos do sudeste do arquipélago. O eixo territorial e político central do regime colonial ficaria, portanto, demarcado em linhas que resgatavam o passado colonial espanhol.

A elite filipina assumia retórica pró-independência, mas atuava principalmente pelo lobby aos Democratas nos Estados Unidos – os quais venderiam a presidência, em 1912, levando à introdução de um programa de "Filipinização", em que os filipinos ganhariam assentos no conselho de governo e papéis mais importantes na burocracia das ilhas. Hunt (2007) aponta que foi justamente a acomodação das elites agrárias filipinas com as autoridades americanas que levaram ao fim formal da guerra, em 1903, apesar de que a resistência persistiria por alguns anos. Foi concedido aos americanos o controle colonial imediato em troca da promessa de independência dentro do futuro próximo e, nesse ínterim, a participação direta na condução do país.

Sobre os resultados práticos e subjetivos da barganha:

> While this bargain preserved the form of American tutelage, it proved in practice a retreat from the dreams of uplift and advantage that had inspired the colonial decision in the first place. American proconsuls arrived with dreams of making the islands an advanced base for free men and free markets but quickly found themselves bogged down in the wearisome details of administration. I the end they were unable to deliver on the U.S commitment to develop the economy, upgrade basic education, and democratize the political system in preparation for independence. The elite that U.S authorities had embraced operated from family-dominated regional bases, with each family seeking to capture the benefits of controlling the government in Manila while neglecting public goods. The resulting social and economic order was marked by yawning gaps between the privileged and the poor. While the American performance at nation building fell far short of the promise, the Philippines itself turned into a point of strategic vulnerability for U.S forces in the Pacific and a source of competition for American farmers. (HUNT, 2007, p.54).

Em relação à imigração de filipinos, Tyner (2006) afirma ter começado justamente com a colonização americana das ilhas. Inicialmente, políticas educacionais contribuíram para que estudantes filipinos obtivessem diplomas em universidades americanas, chamados de *pensionados*. Outros filipinos ainda migraram por meio de empregos na marinha do país, especialmente quando os Estados Unidos "pacificaram" as Filipinas, pois muitos deles passaram a trabalhar nos navios ocupando posições "menores" como as de cozinheiros, garçons, lavadores de pratos ou camareiros.

O maior contingente de migração filipina para os Estados Unidos, contudo, foi o de trabalhadores comuns. Como resultado da anexação americana das Filipinas, eles encontravam maior liberdade para migrar para o território continental e também para o Havaí enquanto nacionais, apesar de não desfrutarem dos mesmos benefícios e privilégios que um cidadão americano possuía. Inicialmente, a *Hawaiian Sugar Planter's Association* (HSPA) recrutou filipinos a partir de 1906, mas grandes massas migratórias só ocorreriam a partir de 1909 e, a partir dali, mais de 120.000 filipinos migrariam para Havaí – de onde parte deles sairia em direção ao continente americano, especialmente a Califórnia.

A migração filipina também era dominada por homens e, ao contrário de chineses e japoneses, parte destes demandou juridicamente a possibilidade de relacionamentos inter-raciais e o direito de se casar com mulheres brancas. Isso levou a um grande debate nas cortes americanas quanto à classificação dos filipinos racialmente, pois eles próprios se intitulavam malaios, em oposição aos mongóis ou negros, e também porque as duas últimas já eram excluídas por lei das relações com brancos. Quando essa divisão racial foi aceita e colocada em prática, as cortes estaduais, em especial a californiana, aprovaram emendas às leis anti-miscigenação para incluir os malaios enquanto raça excluída de relações inter-raciais.

De acordo com Johnson (2009), a atuação americana nas Filipinas ainda criou um precedente para a proibição das drogas localmente. Entre 1906 e 1908, o regime colonial proibiu o consumo de ópio nas ilhas, experimentando legislação e controle que mais tarde seriam copiados pelo Congresso americano ao ser aprovada a Harrison Narcotics Act, de 1914 – o início da política proibicionista dos Estados Unidos e primeira lei federal de controle sobre o consumo.

7.1.3 A Política de Portas Abertas no contexto das disputas imperiais

Segundo Herring (2008), os Estados Unidos tiveram interesse nas Filipinas em parte pela proximidade ao mercado chinês e não é coincidência o fato de que a aquisição das ilhas aconteceu ao mesmo tempo em que o país assumiu um papel mais efetivo nas relações com os países asiáticos. Ao final da década de 1890, a China se tornaria o centro das rivalidades entre as grandes potências. Por quase meio século, as potências europeias, além dos Estados Unidos, se emaranharam pela divisão da soberania do país e depois da Guerra Sino-Japonesa, de 1894-1895, exploraram as fraquezas chineses com a divisão de áreas de influência que os concediam concessões comerciais exclusivas em áreas como mineração, energia e transportes.

Segundo Esthus (1959), o governo americano demonstrou pouco interesse na China durante a idade dourada, mas, na década de 1890, as pressões aumentaram por um maior envolvimento. O comércio e os investimentos dos Estados Unidos, tanto domésticos quanto externos, cresciam a passos largos, o que colocou em movimento a busca pela garantia do mercado chinês. A ameaça de partilha da China após a Guerra Sino-Japonesa criou a pressão necessária à comunidade comercial dos Estados Unidos para que fossem buscadas alternativas para a proteção das exportações americanas ao país asiático. Nesse contexto, os missionários americanos que já atuavam no país, junto dos *China hands* – grupo de diplomatas que se diziam encarregados de levar a China ao mundo moderno –, constituíram a chamada Política de Portas Abertas que buscava tornar os Estados Unidos responsável pela prevenção de futuras investidas à soberania chinesa. Alguns políticos e pensadores americanos de fato percebiam a China como a próxima fronteira de atuação dos Estados Unidos, corroborando o argumento da necessidade de garantir a presença na região (HERRING, 2008).

As relações domésticas e externas entre China e Estados Unidos pautariam parte do debate sobre o país à época, a exemplo dos anos anteriores. De acordo com Soennichsen (2011),

a China, ainda enfraquecida pela derrota ao Japão na guerra Sino-Japonesa de 1898, chegou a protestar as mudanças nas relações entre seu país, o Havaí e as Filipinas. Porém, sabidos da fraqueza chinesa, os legisladores americanos tomaram vantagem da situação e introdução nova legislação anti-chineses. Leis dos acordos estabelecidos foram introduzidas em 1901 e 1902 e o resultado foi a lei de 1902 que reencaminhava e estendia as leis existentes a todas as possessões extracontinentais dos Estados Unidos.

Em seu primeiro discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1901, Roosevelt reforçou a necessidade de aumentar a restrição em relação aos trabalhadores chineses que entravam ilegalmente no país. Seu argumento se pautou na necessidade de proteger os empregos dos americanos, mas apelou para o caráter racial, como feito por outros presidentes anteriormente. Sobre os chineses, o então presidente declarou que: "(...) yet represent a standard of living so depressed that they can undersell our men in the labor market and drag them to a lower level." (ROOSEVELT, 1901). Nesse sentido, o presidente não apenas apontou os cidadãos da China como responsáveis por um modo de vida "inferior" como também uma influência negativa aos próprios americanos e, por isso, deveria agir para restringir fortemente essa presença.

Roosevelt ainda reforçou o perfil do imigrante desejado nos Estados Unidos:

> We need very honest and efficient immigrant fitted to become an American citizen (...). We should aim to exclude absolutely not only all persons who are known to be believers in anarchistic principles or members of anarchistic societies, but also persons who are of a low moral tendency or of unsavory reputation. (...) Secure a careful and not merely perfunctory educational test some inteligente capacity to appreciate American institutions and act sanely as American citizens (...). Finally, all persons should be excluded who are below a certain standard of economic fitness to enter our industrial field as competitors with American labor. (ROOSEVELT, 1901).

As referências relativas ao anarquismo são construídas em virtude do assassinato do presidente McKinley, morto por um anarquista nesse mesmo ano. Além disso, é possível verificar o limitado perfil de imigrante que Roosevelt tenta definir ao impor uma série de limitações com capacidade de gerar barreiras em diversos aspectos. Nos testes "educacionais" existiria uma separação natural entre aqueles considerados "civilizados" e, portanto, aptos a atuar dentro dos limites das instituições americanas, daqueles "não-civilizados". A menção a

uma aptidão financeira também iria na contramão do aspecto mais comum aos imigrantes, que é justamente da busca de melhores condições de vida e de trabalho fora de seu país de origem.

A tese do "trabalhador mais apto" é reforçada também no que diz respeito à imigração no Havaí, em que o presidente propõe o desenvolvimento das ilhas de acordo com "traditional American lines" e sem o advento do que chama de "cheap labor", referindo-se diretamente aos chineses lá presentes (ROOSEVELT, 1901). Ainda nesse sentido, Roosevelt aponta que existem, portanto, dois tipos de imigrantes: "We can not have too much immigration of the right kind, and we should **have mone at all of the wrong kind**. The need is to devise some system by which **undesirable immigrants shall be kept out entirely**" (ROOSEVELT, 1903, grifo nosso).

Sobre a presença na China, o presidente definiu a posição americana da seguinte forma: "Owing to the rapid growth of our power and our interests on the Pacific, whatever happens in China must be the keenest national concern to us" (ROOSEVELT, 1901), demonstrando que a agitação política no país gerava preocupação entre os americanos.

Roosevelt irá defender a Política de Portas Abertas como o meio de aplacar os anseios expansionistas dos europeus e garantir a presença dos Estados Unidos na China:

> **We advocate the "open door"** with all that it implies; not merely the procurement of enlarged commercial opportunities on the coasts, but access to the interior by the waterways with which China has been so extraordinarily favored. Only by bringing the people of China into peaceful and friendly community of trade with all the peoples of the earth can the work now auspiciously begun be carried to fruition. In the attainment of this purpose **we necessarily claim parity of treatment, under the conventions, throughout the Empire for our trade and our citizens with those of all other powers**. (ROOSEVELT, 1901, grifo nosso).

O trecho demonstra a vontade dos americanos em garantir que o território chinês não fosse objeto de exploração colonial, a fim de que o mercado do país permanecesse aberto aos produtos e à expansão comercial americana. Para tanto, o presidente se eximia de uma política agressiva no sentido unilateral, preferindo construir com os demais países presentes na China uma série de acordos para a perpetuação de seus objetivos.

Segundo Vevier (1955), a China avisou aos americanos que iria revogar o acordo de 1894 em 1904, anos depois de sua aprovação. O país ainda propôs negociações para um novo

acordo de imigração, em resposta, mas o Congresso dobrou-se às pressões por maior exclusão e tornou permanentes as restrições impostas aos imigrantes chineses no final do século dezenove. A lei foi aprovada em ambas as casas e assinada por Theodore Roosevelt, em 1904. Nesse ínterim, a Agência de Imigração dos Estados Unidos interpretou as leis de exclusão de forma arbitrária e discriminatória, por vezes interrogando, ameaçando e humilhando os chineses que tentavam entrar no país.

A raiva dos chineses explodiu em boicote aos produtos americanos, em 1905. De acordo com Fairbank (1970), o boicote foi um dos primeiros sinais de um nascente sentimento nacionalista dentre os chineses, após serem sujeitados à dominação e exploração estrangeira. Os chineses americanos ajudaram a instigar o boicote e o apoiaram com contribuições em dinheiro. Eles reclamavam da atuação americana que desrespeitava direitos humanos básicos e empunhavam cartazes e placas contra os Estados Unidos, chegando até a destruir propriedades de americanos. O governo chinês não apoiou oficialmente os protestos, mas não se preocupou em dispersá-los. O resultado foi que o boicote chinês aos produtos americanos se espalhou de Shanghai a Guandgong e Fujian, Canton, Shantou, Fuzhou e Xiamen, além de outras regiões portuárias. Mesmo não sendo um grande sucesso, o boicote fez as exportações americanas para a China diminuírem 50%, entre 1904 e 1906, e forçou os oficiais de imigração a melhorarem o tratamento dado aos chineses e a trocar parte destes no departamento de imigração e serviço consular. Outro resultado foi a mudança no número de certificados rejeitados, de 29%, em 1905, para 6%, em 1906 (HERRING, 2008).

Para acalmar a China e seus cidadãos, segundo Esthus (1959), Roosevelt se comprometeu a implementar as leis existentes de forma mais igualitária e pressionou os agentes de imigração para que alterassem seu comportamento. Contudo, ele não assumiria riscos para garantir essa igualdade, especialmente ao lembrar que seu poder no Congresso e nos estados era limitado. Roosevelt garantiu aos defensores das leis de exclusão que continuaria a se opor à admissão de trabalhadores chineses e quando o boicote se espalhou na China, resultando na morte de cinco cidadãos americanos, exigiu o fim dos protestos e reforçou as forças militares em torno do país. Nesse sentido, o presidente americano permitiu a entrada de estudantes, empresários e profissionais liberais vindos da China como forma de fazer "justice and courtesy" aos chineses (ROOSEVELT, 1905).

O boicote foi perdendo força sem conseguir resultados práticos. Os manifestantes discordavam sobre qual tática de ação seguir e superestimavam a sua capacidade de exercer

pressão econômica sobre os Estados Unidos. Os defensores dos atos de exclusão continuariam a controlar o Congresso, a agência de imigração suavizaria temporariamente seus métodos e os americanos em geral continuariam a maltratar os chineses que moravam no país.

Os Estados Unidos, ainda assim, buscaram combater o sentimento anti-americano na China ao perdoar a dívida decorrida da indenização pela Rebelião dos Boxers, o que, na verdade, foi um ato calculado de interesses. Para Roosevelt, o perdão da dívida era o substituto ideal em relação à recusa do Congresso em modificar as leis de exclusão. Para os mercadores e missionários que buscavam aumentar a influência e o comércio na China, oferecia meios de atenuar a indignação chinesa (HERRING, 2008).

Com a exclusão e o número cada vez menor de chineses entrando no país, outros trabalhadores do campo tiveram que ser encontrados. Como as leis diziam respeito quase totalmente aos chineses, os trabalhadores japoneses estavam livres para entrar nos Estados Unidos e eram recrutados por agricultores de toda a Califórnia. Por volta de 1900, mais de 24 mil japoneses viviam no país e esse número triplicou, em 1910.

> The chief difference between Chinese and Japanese workers was the strength of their respective governments. China had never been able to flex any muscle when it came to protesting the treatment of its people while in the United States. But, Japan in the early years of the twentieth century was a strong and militaristic nation. In 1906, when California implemented a program to separate Japanese children from White children in schools, Japan threatened war. When Americans began to demonstrate some of the same attitudes toward the Japanese as they had towards the Chinese, the Japanese government again protested loudly. Japan and the United States finally agreed on a system wherein Japan controlled the number of its own citizens travelling to the United States. (SOENNICHSEN, 2011, p.86).

De acordo Williams (1976), Theodore Roosevelt iria futuramente afirmar que considerava a Política de Portas Abertas uma mera extensão da Doutrina Monroe para a Ásia e o resto do mundo. Combinada com as ações relacionadas em Cuba e as Filipinas, a formulação da Política de Portas Abertas e a intervenção contra revolucionária na China serviram para clarificar e estabelecer uma política americana que permaneceria inalterada durante muitas décadas.

A Política de Portas Abertas sustentou a tradicional crença de que a expansão econômica e política era necessária ao alterar a ênfase anterior da necessidade de adquirir territórios

contíguos para as demandas de um novo sistema capitalista e industrial de novos mercados e matérias-primas.

7.1.4 As relações com os japoneses

Segundo Hunt (2007), os sucessores de McKinley tiveram dificuldade para encontrar uma política adequada ao crescente papel americano enquanto grande potência na região da Ásia-Pacífico. Theodore Roosevelt buscou usar de sua experiência no Departamento da Marinha e seu interesse nas grandes questões de política internacional da época. Como presidente, ele entendeu que a melhor forma de perpetuar os ganhos de seu antecessor seria por meio de um "cercamento" estratégico da região e gradual diminuição do papel americano ali. Ele reconhecia que o poder naval japonês havia tornado as Filipinas uma "responsabilidade estratégica" para os americanos – a que também chamava de "calcanhar de Aquiles" –, então buscou cultivar boas relações com o Japão, ao reconhecer o papel de líder desse país no nordeste asiático.

Segundo Herring (2008), questões migratórias e a discriminação contra os japoneses geraram medo de uma guerra contra o Japão, em 1907. Ironicamente, as restrições à imigração chinesa concomitantes à crescente busca por trabalho barato levaram a um grande fluxo de trabalhadores japoneses a migrar, especialmente para o Havaí. Essa repentina migração provocou ressentimentos dentre a classe trabalhadora americana contra aqueles que supostamente roubariam postos de trabalho e ameaçariam o modo de vida americano. O ponto de inflexão para a crise aconteceu em virtude de uma redistribuição de alunos no sistema educacional de São Francisco, cuja justificativa oficial era a de que o número de vagas havia diminuído em razão do terremoto recente. De fato, a questão era notadamente racial: o Conselho Escolar de São Francisco resolveu, em outubro de 1906, realocar as crianças chineses, coreanas e japoneses em escolas à parte dos brancos.

De acordo com Tyner (2006), em São Francisco, na Califórnia, os partidos políticos por vezes baseavam suas campanhas em plataformas anti-orientais. Havia, inclusive, uma aproximação muito grande entre as propostas de separação dos brancos e os orientais com aquelas propostas anteriormente no pós-Guerra Civil acerca dos negros emancipados. Essa decisão fazia parte de um contexto ainda mais amplo, uma vez que desde o século dezessete, os Estados Unidos foram marcados pela proibição e criminalização das relações inter-raciais,

no aspecto social e sexual. No contexto anglo-americano, da ciência às artes e a à literatura, surgiam discussões acerca da necessidade de se garantir a pureza das raças e os perigos que a miscigenação traria enquanto degradação racial.

Segundo Williams (1980), especialmente a partir de 1906, o sentimento anti-japonês aumentou e foram reportados diversos casos de violência com imigrantes, como boicotes a lojas e restaurantes de japoneses e ataques de grupos mascarados. Nesse contexto, em 11 de outubro de 1906, sob pressão de grupos como o *Asiatic Exclusion Group*, o Conselho de Educação de São Francisco ordenou que todas as crianças japonesas e coreanas fossem retiradas das escolas para crianças brancas e enviadas às escolas chinesas.

De acordo com Hunt (1987), o presidente Theodore Roosevelt pessoalmente era a favor da exclusão dos asiáticos, mas não concordava com a forma que os governantes californianos comandaram a situação dos imigrantes no estado. A maior preocupação do presidente dizia respeito a como o Japão enxergaria essas ações – em 1905, os japoneses derrotaram os russos na Guerro Russo-Japonesa e emergiam como grande potência no cenário internacional. Isso significava que os Estados Unidos não poderiam adotar a mesma restrição migratória aplicada aos chineses, especialmente porque os americanos não tinham interesse de confrontar o Japão naquele momento e arriscar perder acesso aos mercados asiáticos e aos produtos japoneses.

Essa movimentação estremeceu as relações com uma nação que poderia fazer mais que um boicote contra os Estados Unidos. Apesar disso, Herring (2008) afirma que o governo japonês não estava disposto a declarar guerra por conta de um problema considerado pequeno, mas não deixava de se sentir insultado e compelido a responder aos protestos de seus cidadãos. Roosevelt, por sua vez, compartilhava de parte dos preconceitos raciais dos californianos, exceção feita justamente aos japoneses, a quem considerava um povo asiático diferente dos demais. Mas o presidente sabia também que o Japão representava uma possível ameaça às Filipinas e ao Havaí. De forma privada, Roosevelt enfureceu-se com as decisões do Conselho Escolar e publicamente condenou a ordem se segregação como absurdas, mas ele não podia forçar os californianos a rescindirem suas ações, uma vez que se tratava de questões locais, para além da atuação federal. Assim, tratou o problema por meio do oferecimento, aos japoneses, de um tratado de exclusão mútua dos trabalhadores dos dois países – o que foi tomado como ofensa pela natureza unilateral da proposta e a forma condescendente com que o presidente americano tratou a situação.

O presidente americano buscou demonstrar em seu discurso sobre o Estado da União, de dezembro de 1906, que os episódios de hostilidade contra os japoneses nos Estados Unidos eram esporádicos e limitados e que os condena gravemente. Ele ainda exaltou a qualidade do povo japonês:

> The friendship between the United States and Japan has been continuous since the time, over half a century ago, when Commodore Perry, by his expedition to Japan, first opened the islands to western civilization. Since then the growth of Japan has been literally astounding. There is not only nothing to parallel it, but nothing to approach it in the history of civilized mankind. Japan has a glorious and ancient past. Her civilization is older than that of the nations of northern Europe--the nations from whom the people of the United States have chiefly sprung. But fifty years ago Japan's development was still that of the Middle Ages. During that fifty years the progress of the country in every walk in life has been a marvel to mankind, and she now stands as one of the greatest of civilized nations; great in the arts of war and in the arts of peace; great in military, in industrial, in artistic development and achievement. (ROOSEVELT, 1906).

É possível perceber como o presidente buscou relacionar a construção da amizade entre os dois países ao longo do tempo como demonstração de sua admiração e respeito pelo Japão. Mais impressionante é como esse discurso era muito diferente daquele usado para retratar chineses e filipinos, por exemplo, cujos países são apontados como atrasados, semi ou não-civilizados, de forma instrumental e paternalista. No caso do Japão, a ideia de uma civilização "muito antiga", mais ainda que os "europeus do norte" de onde supostamente se originou a "civilização" americana, buscava apresentar credenciais de um povo com sabedoria milenar e capacidade de adaptação – no sentido do darwinismo social, de sobrevivência. As capacidades dos japoneses seriam tantas que essse povo teria em pouco saído da "Idade Média" e alcançado as demais nações europeias em grau similar de civilização. Após essa exposição, Roosevelt apontoua seu descontentamento em relação às políticas do Conselho de Educação de São Francisco:

> But here and there a most unworthy feeling has manifested itself toward the Japanese--the feeling that has been shown in shutting them out from the common schools in San Francisco, and in mutterings against them in one or two other places, because of their efficiency as workers. To shut them out from the public schools is a **wicked absurdity**, when there are no first-class colleges in the land, including the universities and colleges of California, which do not gladly welcome Japanese students and on which Japanese students do not reflect credit. We have as much to learn from Japan as Japan has to learn from us; and no nation is fit to teach unless it is also willing to learn. Throughout Japan Americans are well treated, and any failure on the part of

> Americans at home to treat the Japanese with a like courtesy and consideration is by just so much a confession of inferiority in our civilization. (ROOSEVELT, 1906, grifo nosso).

Roosevelt aponta que os japoneses, enquanto civilização em similar escala hierárquica, deveriam ocupar as melhores escolas do país e que tratá-los mal decorreria na interpretação de que os americanos são menos evoluídos. As hipérboles usadas pelo presidente americano demonstram como ele toma os japoneses como "quase iguais", mas a ausência dos chineses e coreanos desse enunciado evidencia ainda como os demais povos asiáticos são percebidos. A atuação de Roosevelt se limita aos japoneses, não mencionando em momento algum de seus discursos que as mesmas regras aplicadas a estes deveriam também ser revertidas ao trato com os chineses, por exemplo.

De acordo com Gardner (1972), sem sucesso ao negociar com californianos ou japoneses, Roosevelt buscou garantir no Congresso leis que baniam a imigração do Havaí, Canadá e México, a fim de interromper as fontes da imigração japonesa sem citá-la nominalmente. Ele ainda usou sua influência para evitar que os legisladores da Califórnia aprovassem leis discriminatórias e a revogação das ordens pelo Conselho de Educação de São Francisco por meio de seus políticos locais. Como parte do que ficou conhecido como o *Gentleman´s Agreement*, o Japão concordou em restringir a imigração de trabalhadores para os Estados Unidos.

No curto prazo, a crise persistiu. De acordo com Neu (1966), a imigração japonesa aumentou em seguida do *Gentleman´s Agreement*, acarretando na pior das tensões na costa oeste. As revoltas anti-japonesas na Califórnia seguiriam provocando o Japão, o que era corroborado por periódicos e afirmações preconceituosas dos dois lados. Aproveitando-se do temor de um novo conflito na Ásia, Roosevelt conseguiria a aprovação pelo Congresso da construção de quatro novos navios de guerra e a formulação pela Marinha do *War Plan Orange*, uma estratégia de atuação contra os japoneses em que estes foram declarados potenciais inimigos pela primeira vez. Para a sorte de Roosevelt, os japoneses cortaram o fluxo de trabalhadores cumprindo sua parte do *Gentleman´s Agreement* e apaziguando a agitação na Califórnia. (HERRING, 2008).

> Similar to the exclusion of Chinese women, the Gentleman´s Agreement did little to assuage the growing demand for total exclusion. Unlike the Congressional actions directed toward China, however, Japan´s increasing military power in the Pacific tempered any inclination to give in to calls for the total exclusion of Japanese immigrants. However, exclusionist demands did continue, especially in California. Racial prejudice combined with a sense of economic competition. For example, in 1910s, Japanese immigrants, using intensive farming techniques, produced more than tem percent of California produce while owning one percent of its farmland. Consequently, in 1913 the California legislature passed the racist Alien Land Law, which provided that "All aliens eligible to citizenship may acquire, possess, enjoy, transmit and inherit real property or any interest therein". Since the Naturalization Act of 1870 denied Asians the right to become citizens, the Land Naw precluded Japanese from owning property. (TYNER, 2006, p.58).

Apesar da crise, Pickus (2005) recorda que Roosevelt expressava grande admiração pelas realizações da civilização japonesa, sugerindo que esta havia alcançado o mesmo grau civilizatório que os Estados Unidos em alguns aspectos, – apesar de ter apoiado o Gentlemen's Agreement, de 1907, que barrava a imigração japonesa, pela sua aversão à miscigenação racial que poderia resultar dessa presença e por acreditar que os americanos e japoneses eram povos com costumes e valores irreconciliáveis.

7.1.5 O "surgimento" do Panamá

Segundo Sexton (2011), ao mesmo tempo em que os tomadores de decisão americanos implementavam a Emenda Platt, também desenvolviam uma política intervencionista em relação à construção de um canal ístmico na América Central. A chance de uma ação unilateral em relação a essa questão se intensificou, na década de 1890, e um dos que mais apoiava a ideia era Alfred Mahan, cujos escritos exaltavam a necessidade de controle dos mares e a conexão entre o oceano Pacífico e Atlântico.

De acordo com Jones (2001), os primeiros anos no gabinete presidencial tiveram as atenções fortemente voltadas para a construção de um canal ístmico conectando os oceanos Atlântico e Pacífico. Tendo participado diretamente da Guerra Hispano-Americana, Roosevelt viu de perto as dificuldades em movimentar frotas inteiras através das Américas para atingir a Ásia, o que exigia, à época, aproximadamente sessenta e oito dias de viagem. O presidente McKinley já havia ressaltado a importância de construir um canal para garantir os interesses do país e facilitar a ocupação dos recém-ocupados territórios no Pacífico anteriormente. A oportunidade surgiu quando a companhia francesa New Panama Canal Company havia comprado a companhia anterior Lesseps, que cuidava da construção de um canal na região do

Panamá sob concessão da Colômbia e propunha a venda, agora aos Estados Unidos, pela quantia de aproximadamente 109 milhões de dólares.

Imediatamente após as negociações de paz da Guerra Hispano-Americana, McKinley instruiu o Secretário de Estado, John Hay, a conversar com o embaixador britânico em Washington, Sir Julian Pauncefote, para que revisassem a proibição de construção conjunta e controle de provisões do *Clayton-Bulwer Treaty*, de 1850. Os dois chegaram a um acordo, em fevereiro de 1900, que permitiu aos Estados Unidos construir e administrar um canal mas sem fortificá-lo. O *Hay-Pauncefote Treaty*, contudo, sofreu com as discussões eleitorais do período, tendo os democratas o denunciado como capitulação aos britânicos, e garantindo a oposição automática dos irlandeses-americanos a qualquer aproximação do país ao Reino Unido. À época governador de Nova York, Roosevelt já alertava que o controle americano do canal era vital para a garantia dos interesses americanos em termos de segurança e cumprimento da Doutrina Monroe no hemisfério. Assim, Roosevelt procurou seu amigo e senador Henry Cabot Lodge, assim como outros Republicanos próximos, para que insistissem em controle total dos americanos sobre o canal. As negociações do tratado foram então rechaçadas pelos britânicos quando estas demandas foram colocadas em formas de emendas.

De acordo com Alstyne (1980), pouco após tornar-se presidente, em setembro de 1901, Roosevelt chamou os britânicos a negociarem novamente. Hay, que permaneceu como Secretário de Estado, atuou conjuntamente a Lodge. Em novembro, Hay assinou um segundo acordo com Pauncefote que permitia aos Estados Unidos construir o canal e, por entendimento tácito, fortificá-lo. A única estipulação no segundo acordo era que os Estados Unidos deveriam garantir igual acesso a todos os demais navios comerciais e de guerra das outras nações. Na prática, os britânicos tinham pouca margem de manobra em assinar ou não o acordo. A guerra contra os bôeres na África do Sul deixava o país sem aliados e aquela seria uma boa hora para estreitar as relações entre os países. Assim, os americanos propositalmente adotaram neutralidade frente à atuação britânica contra os bôeres (apesar de publicamente os apoiarem). O resultado final desse processo culminou no pacto anglo-americano, aprovado pelo Senado em dezembro daquele ano, e ,a aprovação do segundo *Hay-Pauncefote Treaty*, que retirava os Estados Unidos das amarras do *Clayton-Bulwer Treaty* e incentivava uma constante e crescente reaproximação entre os dois países.

Enquanto Hay e Pauncefote negociavam um acordo, a Comissão Walker, estabelecida no governo McKinley para tratar do canal, completava seus estudos sobre a melhor localização

para estabelecer um canal na América Central. A comissão concluiu que a melhor rota seria através da Nicarágua. Apesar de que os rios do país eram considerados demasiadamente rasos para um canal mais amplo, a rota seria construída com menores custos do que no Panamá, devido principalmente ao fato de que o segundo caso teria problemas com elevações acima e abaixo do nível do mar difíceis de equalizar em um canal contíguo. Mas a outra razão que impedia a construção de um canal no Panamá, naquele momento, era a pedida financeira da New Panama Canal Company pelos direitos de construção adquiridos da Colômbia.

LaFeber (1994) afirma que, em janeiro de 1902, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei Hepburn, que projetava a construção de um canal na Nicarágua. Quando restava apenas a decisão do Senado, a New Panama Canal Company diminuiu o que pedia para 40 milhões de dólares, valor estimado do capital empregado pela companhia. Essa mudança tornaria a construção do canal no Panamá menos custosa que a mesma projetada na Nicarágua e lobistas contratados pela companhia buscaram usar desse argumento para convencer os senadores a rejeitarem a lei já aprovada pela Câmara. Um último fator ainda serviu para influenciar os senadores pendentes à substituição pelo Panamá: um vulcão entrou em erupção em uma ilha do Caribe, matando mais de 30.000 pessoas, e menos de duas semanas depois outro vulcão, na Nicarágua, ameaçou o mesmo feito.

Assim, o Congresso dos Estados Unidos mudou seu posicionamento em favor da construção do canal no Panamá após a aprovação de uma emenda à Lei Hepburn e a aprovação do presidente, em junho de 1902. O próximo desafio seria a Colômbia. LaFeber (1994) aponta que Roosevelt e Hay acreditavam que haviam feito os arranjos com o ditador colombiano, José Marroquín, para a aquisição dos direitos de propriedade e construção do canal. Apesar disso, o encarregado das negociações pelo governo colombiano em Washington, Tomás Herrán, demandou taxas maiores pela concessão do território que as oferecidas pelos americanos. A reação de Hay foi alertar que os Estados Unidos abandonariam o projeto no Panamá e voltariam a envidar esforços para a construção na Nicarágua, forçando o colombiano a diminuir suas pretensões. Em janeiro de 1903, Herrán assinou um tratado garantindo aos Estados Unidos o controle de uma faixa de terra de aproximadamente seis milhas de largura conectando os dois oceanos por um período de cem anos – que na verdade seria perpétuo, uma vez que a renovação dependeria unicamente do governo americano. Herring (2008) afirma que por essas concessões, a Colômbia receberia 10 milhões de dólares de imediato e pagamentos anuais de 250.000 dólares em nove anos, tempo estimado para construção do canal. Pouco menos de uma semana depois de assinado o acordo, Herrán recebeu um telegrama de Bogotá o direcionando a atrasar

as negociações até receber novas instruções, mas o colombiano não seguiu o recebido e tampouco informou Hay de tais instruções. O Senado dos Estados Unidos agiu rápido e aprovou o Acordo Herrán em março.

A Colômbia, entretanto, rejeitou o acordo. O governo colombiano, soberano legal do Panamá, denunciou a concessão como inconstitucional e desaprovou todas as demais provisões relacionadas à zona do canal como violação da soberania do país. A primeira razão era financeira: Marroquín queria mais dinheiro para reabastecer os cofres do país após uma longa guerra civil.

De acordo com Williams (2011), a reviravolta proposta pelo presidente colombiano enfureceu Roosevelt. Legalmente, porém, a Colômbia tinha o direito de cobrar o que achasse conveniente. O Panamá era uma colônia colombiana e os líderes colombianos ficaram particularmente irritados com as negociações entre Hay e Herrán e a consequente ausência de futuras negociações sobre o próprio território. O governo colombiano exigia um pagamento similar ao da companhia francesa e aproveitou para protelar as negociações, uma vez que a concessão dos franceses terminaria em outubro de 1904, quando o governo da Colômbia poderia vender os direitos diretamente aos Estados Unidos. O Congresso colombiano foi convocado e denunciou o *Hay-Herrán Treaty*. Por fim, em agosto de 1903, o senado colombiano unanimemente o recusou.

Roosevelt se negou a negociar novamente com os colombianos. O governo considerou a tomada de território necessária à construção do canal sob os termos de da concepção internacional do domínio iminente. Mas as ações dos insurgentes panamenhos pouparam Roosevelt de ordenar uma franca anexação colonial. Philippe Bunau-Varilla, lobista do New Panama Canal Company, informou ao governo americano que as condições no Panamá beiravam a revolução e consequente libertação do jugo colombiano. Roosevelt percebeu a oportunidade para nutrir relações com um parceiro que parecia mais disposto a negociar as questões do canal.

Herring (2008) afirma que a ação colombiana gerou uma resposta rápida da população que vivia no Panamá, tanto de nativos quanto de americanos residentes. Eles não queriam desperdiçar a oportunidade de garantir o desenvolvimento da região e a entrada de volumosos recursos no país. Após constantes reuniões e trocas de mensagens, passou-se à ideia de que

seria necessário garantir a independência do Panamá antes que outro canal fosse negociado, ou seja, antes que os Estados Unidos voltassem a procurar a Nicarágua e fizessem acordo similar.

LaFeber (1994) sustenta que os fatos apontam para uma conspiração entre os panamenhos a fim de formar um governo próprio, separado da Colômbia. O principal problema seria a forma de garantir o processo, uma vez que as forças colombianas na região eram superiores às dos separatistas: o apoio dos Estados Unidos seria essencial. A chave para a atuação americana restava no Tratado de 1846 com a Colômbia (então Nova Granada), no qual os Estados Unidos garantiriam a neutralidade do Panamá – seis vezes antes as tropas americanas já haviam atuado na região para restaurar a ordem, sendo quatro delas a pedido da própria Colômbia. Agora, a ideia seria acusar a Colômbia de ameaçar a ordem no Panamá, em uma interpretação do tratado às avessas, a fim de garantir os interesses estadunidenses na região. Uma vez que os representantes panamenhos tiveram a confirmação dos americanos de que estes não interviriam em favor dos colombianos caso houvesse algum conflito, aguardaram o melhor momento para agir. Os separatistas aguardaram navios e tropas americanas atracarem no porto de Colón e, quanto a revolta teve início, atuaram no sentido de resguardar os oficiais panamenhos e subornar os colombianos para que se retirassem, o que foi atendido prontamente. Conta a história que a revolução foi um sucesso com o custo de duas baixas: um transeunte desavisado e um macaco.

Manuel Amador tornou-se o presidente da nova república e, em seu discurso de posse, agradeceu efusivamente aos americanos pela liberdade concedida. Os Estados Unidos, contudo, se negaram a aceitar a cumplicidade no ocorrido, mas três dias depois reconheceram o novo país e estacionaram tropas na Cidade do Panamá a fim de evitar tentativas colombianas de retomar controle do território (JONES, 2001). Pouco após o reconhecimento da soberania panamenha sobre o território foram reiniciadas as discussões para construção do canal. Hay apresentou a mesma proposta anterior a Bunau-Varilla, representante panamenho e, menos de um dia depois, foi assinado um novo acordo. Segundo Alstyne (1980), o *Hay-Bunau-Varilla Treaty*, de 1903, era mais generoso aos americanos que o anterior, *Hay-Herrán*: o novo acordo garantia, agora, uma faixa conectando os oceanos com largura de dez milhas, onde seria a chamada "zona do canal". Apesar de o Panamá receber a soberania sobre a Cidade do Panamá e Colón, os Estados Unidos tinham garantidos amplo controle sobre a zona que conectava as duas cidades. O Senado americano aprovou o tratado, em 23 de fevereiro de 1904, estabelecendo então uma espécie de protetorado americano sobre o Panamá.

Para garantir que o acordo também fosse aprovado no Panamá, os representantes panamenhos em Washington enviaram um telegrama avisando que a recusa significaria o fim da proteção americana em relação ao governo colombiano e a procura, pela Nicarágua, deproposta similar de construção do canal. Assim, o governo panamenho rapidamente aprovou o *Hay-Bunau-Varilla Treaty*. (JONES, 2001).

Roosevelt aponta, em seus discursos, a constante negociação com a Colômbia para que fosse assinado um tratado que permitisse aos Estados Unidos construir e operar um canal ístmico no hemisfério e, por fim, reconheceu o surgimento do Panamá enquanto Estado soberano e detentor dos direitos de construção, que anteriormente eram negociados na construção do canal com a Colômbia:

> A new Republic, that of Panama, which was at one time a sovereign state, and at another time a mere department of the successive confederations known as New Granada and Columbia, has now succeeded to the rights which first one and then the other formerly exercised over the Isthmus. But as long as the Isthmus endures, the mere geographical fact of its existence, and the peculiar interest therein which is required by our position, perpetuate the solemn contract which binds the holders of the territory to respect our right to freedom of transit across it, and binds us in return to safeguard for the Isthmus and the world the exercise of that inestimable privilege. (ROOSEVELT, 1903).

O presidente reforçou que a região foi sempre instável, tendo presenciado revoltas, protestos e manifestações de todas as formas em torno da ideia de um Estado independente. Por isso, os americanos acolheram positivamente a ideia de um novo país que optasse pela estabilidade e ordem na região e negociassem abertamente e com mais privilégios a construção do canal ístmico. O presidente recordou as tentativas anteriores de negociação com Nicarágua e Colômbia: "We have done our duty to others in letter and in spirit, and we have shown the utmost forbearance in exacting our own rights" (ROOSEVELT, 1903). Por fim, afirmou que as negociações passadas não foram bem sucedidas em virtude da procrastinação ou da má-vontade dos demais países, em especial da Colômbia:

> In drawing up this treaty every concession was made to the people and to the Government of Colombia. We were more than just in dealing with them. Our generosity was such as to make it a serious question whether we had not gone too far in their interest at the expense of our own; for in our scrupulous desire to pay all possible heed, not merely to the real but even to the fancied rights of our weaker

> neighbor, who already owed so much to our protection and forbearance, we yielded in all possible ways to her desires in drawing up the treaty. Nevertheless the Government of Colombia not merely repudiated the treaty, but repudiated it in such manner as to make it evident by the time the Colombian Congress adjourned that not the scantiest hope remained of ever getting a satisfactory treaty from them. The Government of Colombia made the treaty, and yet when the Colombian Congress was called to ratify it the vote against ratification was unanimous. It does not appear that the Government made any real effort to secure ratification. (ROOSEVELT, 1903).

Roosevelt apontou que o governo americano havia sido "generoso" em todas as suas propostas e que os colombianos atuaram de forma "ingrata" ao rejeitar ao tratado. As palavras do presidente buscaram justificar o posterior reconhecimento da soberania do Panamá, mas também as ações que levaram à capacidade dos panamenhos em se levantar contra os colombianos: "(...) the United States gave notice that it would permit the landing of no expeditionary force, the arrival of which would mean chaos and destruction along the line of the railroad and of the proposed Canal, and an interruption of transit as an inevitable consequence" (ROOSEVELT, 1903). No discurso do presidente americano, segue-se a esse trecho anterior uma lista de eventos a fim de demonstrar que os colombianos não tinham a capacidade de manter a soberania da região e que uma ação distinta das que haviam sido empenhadas anteriormente se mostrava necessária para que os interesses dos americanos fossem preservados:

> In short, the experience of over half a century has shown **Colombia to be utterly incapable of keeping order on the Isthmus**. Only the active interference of the United States has enabled her to preserve so much as a semblance of sovereignty. **Had it not been for the exercise by the United States of the police power in her interest, her connection with the Isthmus would have been sundered long ago**. In 1856, in 1860, in 1873, in 1885, in 1901, and again in 1902, sailors and marines from United States war ships were forced to land in order to patrol the Isthmus, to protect life and property, and to see that the transit across the Isthmus was kept open. In 1861, in 1862, in 1885, and in 1900, the Colombian Government asked that the United States Government would land troops to protect its interests and maintain order on the Isthmus. (ROOSEVELT, 1903, grifo nosso).

No trecho anterior é interessante apontar a referência à ideia de polícia do hemisfério, como propõe a interpretação de Roosevelt acerca do papel americano no continente. É importante assinalar que a decorrência dessa ação, de forma contínua, levou à separação do Panamá. Por fim, Roosevelt ressaltou que os americanos "perderam a paciência" após décadas de "obrigações cumpridas" na região sem receber o que seria "devido" em troca; que os

colombianos poderiam ter aceitado o tratado anteriormente oferecido, mas preferiram protelar ou renegociar o que já havia sido estabelecido; e que quando nova revolta aconteceu na mesma região de várias outras anteriores, os Estados Unidos perceberam que a Colômbia não teria condições de sozinha aplacar os ânimos, o que resultou na criação do Estado do Panamá, com o qual os americanos tratariam diretamente sobre a construção do canal (ROOSEVELT, 1903):

> Every effort has been made by the Government of the United States to persuade Colombia to follow a course which was essentially not only to our interests and to the interests of the world, but to the interests of Colombia itself. These efforts have failed; and Colombia, by her persistence in repulsing the advances that have been made, has forced us, for the sake of our own honor, and of the interest and well-being, not merely of our own people, but of the people of the Isthmus of Panama and the people of the civilized countries of the world, to take decisive steps to bring to an end a condition of affairs which had become intolerable. The new Republic of Panama immediately offered to negotiate a treaty with us. (ROOSEVELT, 1903).

Assim, o presidente afirmou que os Estados Unidos atuaram no sentido de garantir a independência e a soberania do Panamá e, por isso, lhes seriam concedidos para "(...) perpetuity the use, occupation, and control of a strip of ten miles and extending three nautical miles into the sea at their terminal" (ROOSEVELT, 1903), além do controle das ferrovias e dos direitos de propriedade do canal e das respectivas companhias responsáveis. Mais importante, os Estados Unidos ganharam o direito de construir fortificações e usar da força, se necessário, para garantir a proteção do canal.

7.1.6 A segunda crise da Venezuela

De acordo com Herring (2008), a crise da dívida venezuelana provocou uma outra crise, em 1902. O ditador Cipriano Castro declarou moratória em relação aos empréstimos realizados pelos britânicos e insistiu que os reclamantes deveriam buscar justiça nas cortes venezuelanas. As grandes potências europeias, prejudicadas com a declaração, informaram aos americanos, ao final daquele ano, que iriam coletar o que lhes era devido e pela força, se necessário.

Segundo Scudder (1939), por três anos a Venezuela esteve sob o jugo do ditador Castro e os interesses estrangeiros no país eram grandes em razão dos contratos de ferrovias, minas e

bancos, entre outros. Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos tinham forte presença e interesse em garantir maior influência no país. Assim, os americanos começaram a se preocupar com o governo de Castro quando seus empresários e investidores alertaram sobre as ações do ditador: a inadimplência de títulos do governo, a destruição de navios estrangeiros e um clima instável para os negócios. Quando os alemães inicialmente propuseram algum tipo de punição para restaurar a ordem, o fizeram com receio de como isso poderia ser recebido pelos americanos: o embaixador alemão propôs à Secretaria de Estado um plano de ação que incluía um bloqueio dos portos venezuelanos e, se necessário, a ocupação temporária de alguns portos e alfândegas.

Segundo Jones (2001), quando a Alemanha notificou sua intenção de enviar uma expedição punitiva à Venezuela, em 1901, os Estados Unidos hesitaram. Roosevelt afirmou que ações desse tipo, mesmo vindo de nações não-americanas, não sofreriam a censura dos EUA, a não ser que envolvesse aquisição de território. Theodore Roosevelt parecia buscar um meio-termo entre a intervenção dos Estados Unidos e a anexação de fato, mas o país atuaria como "guardião" dos demais Estados americanos do continente, supervisionando a relação destes com os europeus. O governo americano não encontrou razão para recusar, desde que os alemães dessem garantias de que as medidas fossem temporárias e sem segundas intenções. Os britânicos, que também tinham negócios na Venezuela, se juntaram aos alemães na empreitada.

Herring (2008) recorda que as ações punitivas tiveram início, em 9 de dezembro de 1901, e não ocorreram necessariamente conforme o combinado. Nesse mesmo dia, os alemães apreenderam várias canhoneiras venezuelanas e afundaram outras duas. No dia seguinte, os britânicos desembarcaram no país e, no dia 13, em retaliação por insultos feitos ao navio britânico *Topaz*, cruzadores britânicos e alemães bombardearam os fortes de Puerto Cabello. No dia 20 de dezembro, o bloqueio era oficialmente anunciado. Durante esses eventos, é importante apontar que não houve interferência ou protesto de Washington, pois o governo americano concordava com a intervenção, mesmo que parte da opinião pública já se mostrasse receosa com a presença de potências europeias na região. No dia 16, quatro dias antes do bloqueio oficial, Reino Unido e Alemanha concordaram em uma proposta de arbitragem pedida por Castro via Washington e, ao aceitar, requereram a Roosevelt que fosse o mediador. Apesar do ego inflado e querido aceitar, o presidente americano não o pôde por se considerar poder interessado na questão, e submeteu a arbitragem à Corte de Haia.

Assim, LaFeber (1994) aponta que o conflito ganhou maior destaque quando os britânicos dominaram dois fortes e colocaram em terra suas tropas e os alemães destruíam barcos venezuelanos. A reação americana tornou-se maior após o bombardeio alemão do território venezuelano, forçando o presidente Roosevelt a insistir na arbitragem do litígio. Os países europeus concordaram, mas mantiveram o bloqueio. O presidente americano queria resolver de uma vez a questão, por achar que a atuação de potências europeias no hemisfério enfraquecia a agenda americana na região e diminuía a credibilidade da Doutrina Monroe, além de forçar a intervenção dos Estados Unidos.

Austen Chamberlain, Lord Cranborne e outros representantes britânicos fizeram questão de avisar que o Reino Unido não tinha interesse ou intenção de violar a Doutrina Monroe. O Primeiro-Ministro Balfour, o Duque de Devonshire e outros influentes políticos britânicos também buscaram deixar claro que em momento algum a política empregada na Venezuela desafiava a Doutrina Monroe, a quem apoiavam sem ressalvas. É possível perceber que um dos resultados dessa crise é o de apontar a importância que os britânicos deram à garantia de que não tinham qualquer vontade ou intenção de minimamente sugerir que buscassem quebrar o status quo estabelecido pela Doutrina Monroe.

Os alemães acharam o tom dos britânicos condescendente e não adotaram a mesma retórica. Eles estariam errados, contudo, uma vez que tanto Reino Unido quanto a própria doutrina sairiam fortalecidos após a crise. Os britânicos buscavam duas coisas com seu apoio à doutrina: o direito de intervir na América do Sul quando seus interesses estivessem ameaçados e a garantia dos Estados Unidos de que estes o fariam, se necessário.

De acordo com Jones (2001), em 13 fevereiro de 1903, Alemanha e Reino Unido levantaram o bloqueio e apresentaram suas demandas à Corte Permanente de Arbitragem, em Haia. Para os britânicos, seguir a Alemanha foi considerado um erro e o Primeiro-Ministro Arthur Balfour renunciou expressamente a qualquer pleito de cunho territorial, além de reconhecer a Doutrina Monroe como instrumento do direito internacional. A Corte de Haia decidiu em favor da Alemanha e do Reino Unido, o que gerou alerta pelos americanos de que a decisão se tornasse um precedente aos europeus nas suas questões em aberto com os latino-americanos e, assim, os incitasse à constante intervenção.

Com o resultado, a Venezuela se comprometia a submeter 30% dos ganhos alfandegários para o pagamento das demandas dos reclamantes. Para além das questões

materiais, cabe ressaltar que dali surgiu uma nova configuração para o relacionamento entre Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha: os britânicos garantiram seus interesses e estreitaram as relações com os americanos e os alemães passaram a ser vistos como uma potência hostil frente aos aliados anglo-americanos (SCUDDER, 1939).

O episódio na Venezuela convenceu os políticos e oficiais americanos a tomarem atitudes frente a futuras intervenções europeias. O Reino Unido e a Alemanha encorajaram os Estados Unidos a assumir a posição de "polícia do hemisfério" e, em maio de 1904, durante um jantar que celebrava o aniversário da independência cubana, Root emitiria uma declaração que seria chamada de Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Buscava-se reafirmar as intenções originais da Doutrina Monroe ao reverter uma de suas premissas-chave, além de garantir, de forma explícita aos Estados Unidos, o direito de intervir quando este achasse necessário, eliminando qualquer dúvida sobre quem controlava a região (HERRING, 2008).

De acordo com Williams (1976), a dominação econômica dos Estados sobre os países latino-americanos havia deixado-os presos em um círculo vicioso de dívida externa e autoritarismo doméstico. Nesse sentido, os Estados Unidos atuavam por meio do discurso civilizatório, mas ações similares pelos europeus eram consideradas como ameaças e violação da Doutrina Monroe.

Porém, o Corolário Roosevelt não seria a primeira tentativa de "reforma" à Doutrina Monroe. O Chanceler argentino, Luis Maria Drago, fez uma proposta, em 1902, para romper esse círculo. Mesmo que aceitasse a ideia de um sistema hemisfério e a realidade da predominância americana, Drago buscou construir uma relação mais parelha que buscasse maior independência e ganhos aos países latino-americanos. Ele sugeriu uma política hemisférica que lidasse com a ameaça de intervenção europeia em casos de reembolsos das dívidas. Essa política viria a ser chamada de Doutrina Drago, que chamava os países do Hemisfério Ocidental a declarar uma oposição conjunta a qualquer forma de interferência relacionada às dívidas externas.

Luis Drago se opôs ao uso da força para coletar débitos venezuelanos e, em 1902, notificou Roosevelt que a perda de investimentos era um risco natural nos negócios, inclusive os feitos no estrangeiro. Seu argumento chegou a ser incorporado ao direito internacional pela Segunda Conferência de Haia, de 1907. Os Estados Unidos aprovaram a doutrina, mas

estipularam que a intervenção seria aceitável somente se a nação devedora rejeitasse a arbitragem ou se recusasse a seguir a decisão arbitrada (JONES, 2001).

Segundo LaFeber (1994), apesar de ter certa simpatia em relação a Doutrina Drago, Roosevelt rejeitou o banimento total da possibilidade de intervenções para a coleta de pagamentos das dívidas. Ele preferia o unilateralismo da Doutrina Monroe ao multilateralismo da Doutrina Drago, porque queria preservar a liberdade de agir no futuro, particularmente na Venezuela, onde Castro continuava a não cooperar com os americanos e europeus. Roosevelt acreditava, ainda, que a proposta de Drago expunha os Estados Unidos à possibilidade de ser subrepresentado por povos "semibárbaros" edesagradava quanto à possibilidade de ver limitado o poder de intervir diretamente quando necessário aos interesses americanos.

O novo Corolário à Doutrina Monroe, como o governo Roosevelt chamaria a política, explicitamente transformava a mensagem não-intervencionista, de 1823, em uma chamada proativa pela intervenção. Roosevelt buscou intervir no Caribe em nome da civilização ocidental, a fim de evitar que as potências europeias fizessem exatamente o mesmo na região. A ameaça europeia a Santo Domingo forneceu o pretexto, mais que a lógica, para o Corolário Roosevelt.

> This new "Corollary of the Monroe Doctrine", as the Roosevelt administration called it, explicitly transformed the negatively framed and noninterventionist message of 1823 into a proactive call for intervention. Its logic was rich with irony. Roosevelt sought to intervene in the Caribbean on behalf of Western civilization to preempt European powers from advancing that same civilization in the same place. The European threat to Santo Domingo provided the pretext, rather than the rationale, for the Roosevelt Corollary. Throughout his political career, Roosevelt campaigned for an assertive and interventionist foreign policy. He called for war against Chile in 1891; he rattled the saber during the Venezuela crisis of 1895-96, he repeatedly made the case for naval buildup; he beat the war drum in 1898 and helped formulate the "large policy" of colonial expansion; he sought to control Cuba under the Platt regime; he helped pry Panama out of the hands of Colombia. Roosevelt believed that such actions advanced national interests, promoted "civilization" where it needed to be promoted, and furthered the cause of world peace by preempting great-power rivalry. "It is our duty", the President declared, "to police these countries in the interest of order and civilization. (SEXTON, 2011, p.229-230).

O Corolário Roosevelt anunciava que as intenções dos Estados Unidos de exercer um "poder de política internacional" no Caribe eram firmes e irrevogáveis, apesar de isso não ter lançado os americanos em direção a um programa de colonialismo formal ou expansão territorial na região. Contido por adversários domésticos e os compromissos nas Filipinas e em

Cuba, o governo Roosevelt buscou limitar suas empreitadas no Caribe sem abandonar seu objetivo maior de estabelecer sua hegemonia. O governo restringiu a ideia da intervenção à nova posição de administrador alfandegário em diversos momentos: treinou guardas alfandegários para que os dominicanos pudessem futuramente assumir o controle das alfândegas e delegou a bancos privados de Wall Street que administrassem e consolidassem a dívida dominicana (SEXTON, 2011).

7.1.7 A intervenção na República Dominicana

De acordo com Herring (2008), o governo aplicou o Corolário pela primeira vez na República Dominicana. Mesmo antes da declaração de Root, o país caribenho enfrentava convulsão social e política – o grande fluxo de investimentos americanos junto à conversão da economia da ilha para a exportação desestabilizou a vida na República Dominicana. A nação estava em dívida com os credores americanos e europeus e não tinha recursos para pagá-los. O ditador Carlos Morales, a fim de se salvar das forças internas e dos credores externos, propôs a criação de um protetorado americano na ilha. Temeroso de nova intervenção europeia como a que havia acontecido na Venezuela, Roosevelt resolveu agir.

Segundo Jones (2001), o governo dominicano devia aproximadamente 32 milhões de dólares a um conjunto de países, inclusive Alemanha e Estados Unidos, e protelava o início dos pagamentos com constantes atrasos e cancelamento do envio das remessas de lucros das empresas envolvidas. Roosevelt foi pressionado a agir, especialmente após o precedente estabelecido na Venezuela.

Em maio de 1904, o presidente americano indicou como procederia em uma carta ao Secretário da Guerra. Roosevelt afirmava que os Estados Unidos atuariam de forma amigável com qualquer nação que agisse de forma "responsável" no cenário internacional. Em dezembro do mesmo ano direcionou mensagem ao Congresso, afirmando que o país deveria manter a ordem no hemisfério como forma de garantir segurança. Nesse contexto, a situação na República Dominicana foi usada como justificativa para a declaração de que os Estados Unidos assumiriam o papel de policiar e controlar o hemisfério. Essa atuação ficou conhecida pelo Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe e definiu grande parte da política do país para o continente americano.

Ainda em dezembro, os Estados Unidos abriram negociações com a República Dominicana. De acordo com LaFeber (1994), o acordo resultante autorizava empresas americanas a administrar os escritórios aduaneiros de dois portos do país até que os credores recebessem o que lhes fosse de direito. Os europeus foram contrários à medida, alegando que isso geraria uma corrida para administrar os demais postos aduaneiros e, de fato, isso forçou o governo dominicano a pedir aos Estados Unidos que tomassem controle sobre todos os postos, a fim de que fossem administrados adequadamente e pudessem sanar as dívidas do país. Nos Estados Unidos, os Democratas também expressavam desconfiança com a medida, questionando sua constitucionalidade. Ainda assim, Roosevelt enviou o acordo para aprovação no Senado, em janeiro de 1905. Nesse acordo, o presidente indicou um americano para cuidar de receber as taxas e responsabilidades aduaneiras, sendo 45% dos fundos enviados aos cofres dominicanos e o restante para um fundo creditado em um banco de Nova York reservado para os credores. Se o Senado se opusesse ao acordo, a quantia total seria naturalmente destinada aos dominicanos, mas nenhum curso de ação foi tomado e o Senado preferiu adiar as sessões relacionadas sem aprovar a medida, conforme requisitado por Roosevelt.

O presidente, a partir dos eventos ocorridos durante as crises venezuelas, alertou os demais países do hemisfério que "(...) we must make it evident that we do not intend to permit the Monroe Doctrine to be used by any nation on this Continent as a shield to protect it from the consequences of its own misdeeds against foreign nations" (ROOSEVELT, 1905). A mensagem serviu a dois objetivos, que viriam a corroborar o Coroloário Roosevelt: primeiro, para avisar aos europeus que os americanos permitiriam um certo grau de autonomia nas cobranças de dívidas na região, desde que respeitados os princípios da doutrina e que os Estados Unidos não bancariam toda e qualquer empreitada a fim de defender governos "culpados" pela situação financeira de seus países; segundo, que os países do hemisfério não deveriam invocar a Doutrina Monroe sem justificativa, sob o risco de não serem socorridos ou de não terem o auxílio dos americanos no processo de cobrança das dívidas em favor dos europeus.

Roosevelt (1905) afirmou que a intervenção externa na República Dominicana era "iminente" e que a ocupação por uma potência europeia não aconteceu pela atuação direta dos Estados Unidos a fim de defender o país de intervenção estrangeira. O resultado, na prática, foi uma intervenção pelos americanos, que tomaram posse das alfândegas e, por meio de ação direta nas finanças do país, determinaram o pagamento aos europeus da renda futura que os dominicanos obtivessem. É possível apontar que o Corolário Roosevelt desvia a política tradicional dos Estados Unidos, de não-envolvimento e não-intervenção, para uma que previne

o envolvimento e a intervenção europeias pela intervenção e o envolvimento direto dos americanos.

O que os Estados Unidos desenvolveram para a República Dominicana foi chamado de "substituição neo-colonial". O presidente americano não tinha qualquer interesse em anexar ou transformar o país em protetorado americano. Por isso, buscou outros meios para estabilizar o país política e economicamente e garantir o controle americano sem que isso necessariamente gerasse algum tipo de responsabilidade formal. Acompanhado de dois navios de guerra, um diplomata americano junto de um oficial da Marinha negociou um tratado dando aos Estados Unidos o controle das alfândegas e determinando que 45% das receitas destas seriam destinadas às necessidades domésticas e o restante para o pagamento dos credores externos. Quando o Senado se recusou a ratificar o tratado, Roosevelt alertou sobre a possibilidade de intervenção estrangeira. A resposta foi a aprovação do tratado, em 1907 (HERRING, 2008).

7.2 O império consolidado

De acordo com Hunt (2007), a doutrina de Roosevelt serviu de forma adjacente para uma série de intervenções nas décadas seguintes. O governo Roosevelt seria responsável pela separação do Panamá da Colômbia, em 1903, com olhos para a construção e administração do canal interoceânico que permitiria aos navios americanos reduzir o tempo e os custos das viagens, além de o Panamá se tornar o segundo protetorado americano no Caribe. O presidente ainda enviou tropas e conselheiros à República Dominicana, em 1905, a fim de garantir a estabilidade política e as reformas fiscais do país. Roosevelt ainda faria uma intervenção militar em Cuba, onde as tropas permaneceriam, entre 1906 e 1909, e outra na Nicarágua, onde também ocupou, primeiro depondo o ditador do país, em 1910, e depois usando empréstimos e supervisão financeira a fim de remodelar o cenário político posterior – mandariam *marines* ao país novamente, em 1912.

Para Finkelman (2008), quando Theodore Roosevelt emitiu seu Corolário à Doutrina Monroe, em 1904, a perspectiva de proteção americana aos demais Estados assumiu outra forma. No começo do século XX, os Estados Unidos já eram uma potência econômica e militar e suas intervenções na América do Sul tinham mais a ver com interesses econômicos que solidariedade regional. De uma forma deturpada e contraditória, os americanos haviam se tornado os colonizadores que a Doutrina Monroe supostamente deveria combater.

Teixeira (2012), contudo, aponta que os tomadores de decisão americanos, em especial o presidente Roosevelt e seu Secretário de Estado, Elihu Root, percebiam não apenas a distância geográfica como empecilho a um maior envolvimento do país com as relações sul-americanas, mas também por um suposto nível organizacional distinto, superior aos países da bacia do Caribe, por exemplo – o que seria uma demonstração de que a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt seriam aplicados de forma distinta e não homogênea à toda a região, tendo sua ênfase se concentrado nos países caribenhos e centro-americanos, por exemplo.

Hunt (2007) ainda aponta que a evolução do corpo burocrático americano também foi consequência do período imperial. O Estado empregava mais e melhor, a fim de garantir que suas políticas e programas fossem bem atendidos domesticamente e no exterior. O número de civis empregados aumentou de 50 mil, em 1871, para 231 mil, em 1901, e 645 mil, em 1920. Esses funcionários estavam se tornando mais profissionais, menos ligados a padrinhos políticos e, portanto, servidores mais eficientes. De 1890 até a véspera da Primeira Guerra Mundial, o governo americano consumia recursos em torno de 3% do PIB do país, consideravelmente menos que todas as outras grandes potências, mas o PIB americano sozinho era muito maior que a de todos os outros – mais que o dobro da economia britânica e alemã, e quase quatro vezes maior que a economia francesa, em 1913.

Sobre o investimento em pessoal nos Departamentos do Exército:

> Like the State Department, the army was undergoing its own slow but steady transformation. From 1871 until the late 1890s the force never exceeded 30,000 men, sufficient to wage the mopping up campaigns against Indians and to break labor protests but not to meet the demand for expeditionary and occupation forces that could be deployed to Cuba, the Philippines, China, or Mexico. War with Spain entailed a rapid increase of the army to 210,000. The commitment in the Philippines alone required 70,000 troops at the height of pacification, and thereafter down to U.S entry into World War 1 the standing army's overall strength ranged between 64,000 and 108,000 men (backed by a marine force of 5,000-10,000 for use primarily in the Caribbean region). In the wake of the war with Spain, the army gave increasing attention to professional standards and a central staff to plan and direct operations. The growing complexity and scale of industrial warfare- the number of men to be mobilized, trained, transported, and supported on the battlefield- put a premium on thorough advanced preparation by skilled personnel engaged in careful coordination (HUNT, 2007, p.71).

Enquanto geria a ocupação de Cuba, de Porto Rico e das Filipinas, Root pressionou por maior profissionalismo de seu estafe. Ele desenvolveu um sistema educacional específico para

funcionários do Departamento de Estado e conseguiu aprovação do Congresso para aumentar o tamanho do exército do país. O sistema de milícias estaduais estava muito entranhado na cultura dos Estados unidos, mas Root conseguiu aplicar padrões e normas federais à Guarda Nacional e conectá-las mais diretamente às forças regulares de forma a integrá-las, quando fosse necessário.

Sobre a expansão da Marinha no período, Michael Hunt afirma:

> In the 1880s Congress began appropriating finds for modern naval force that would easily defeat a dilapidated Spanish fleet in 1898. The navy continued to grow under Theodore Roosevelt, a friend of Mahan's and a convert to his offensive battle-fleet concept. By the outbreak of war in Europe the U.S Navy had achieved world-class status with 25 capital ships (including 10 major battleships called dreadnoughts) compared to Britain's 46 (including 33 dreadnoughts) and Germany's 30 (including 22 dreadnoughts). (HUNT, 2007, p.73).

Hunt (1987) afirma que a atuação de Roosevelt na Ásia tinha limites. Apesar de, como presidente, ter aceito a primazia dos interesses japoneses na China, ele não podia tornar público seu repúdio à noção de que os Estados Unidos deveriam servir como protetor dos chineses ou que a China constituiria um importante mercado, ao menos no longo prazo. Também não poderia ignorar as Filipinas, apesar de ter percebido que as perdas e os problemas se acumulavam. O presidente concluiria que os Estados Unidos não tinham escolha e deveriam permanecer de vinte a quarenta anos para civilizar as ilhas e garantir uma presença militar forte no Pacífico, a fim de conter os avanços japoneses.

A Europa figurou em terceiro lugar nas preocupações americanas na virada do século. Dentro de uma década e meia, contudo, o país seria tomado pela rivalidade anglo-germânica que colocaria o continente europeu na centralidade da política externa americana. A chave para isso adviria da reaproximação história com os britânicos, inspirada pelo sentimento de anglo-saxonismo perpetuado pela elite política americana. Os britânicos eram considerados "parentes" que compartilhavam a mesma devoção a uma liberdade ordeira, ao livre-comércio e à busca pela estabilidade do sistema internacional. Quanto aos alemães, passaram a ser gradualmente construídos como arrogantes, belicosos e despóticos – a transformação destes enquanto inimigos comuns aos anglo-saxões teria implicações estratégicas importantes.

Williams (1980) afirma que Roosevelt não restringiu seu poder de política à América Latina, tendo buscado agir principalmente na garantia da Política de Portas Abertas na China como parte de um "grande interesse global". Nos anos de seu governo, contudo, ele deixou claro que sua ideia sobre a atuação dos Estados Unidos, enquanto polícia internacional, incluiria a ação de outros países "civilizados" do planeta. Na sua intervenção da Guerra Russo-Japonesa e na disputa entre França, Alemanha e Reino Unido pelo controle do Marrocos, o presidente americano não deixou dúvidas de que considerava necessário manter a ordem tanto entre os países ricos e desenvolvidos quanto na periferia do sistema e especialmente na fronteira entre esses dois mundos.

Nesse sentido e em relação à Guerra Russo-Japonesa, Jones (2001) afirma que o governo americano adotou um discurso oficial de neutralidade, porém o favorecimento aos japoneses era notável no que dizia respeito à política de portas abertas na China. Roosevelt desgostava da Rússia, que considerava atrasada, enquanto exaltava o industrialismo e a eficiência japonesa. Ele estava determinado a forçar que França (aliada da Rússia) e Alemanha (que havia apoiado os russos em conflitos na Ásia) não negassem ao Japão os espólios da guerra. O presidente percebeu que o resultado da Guerra Russo-Japonesa determinaria o equilíbrio de poder naquela parte do mundo e, portanto, afetaria os interesses americanos, especialmente na China e nas Filipinas.

A guerra era demasiadamente custosa para a Rússia, que já enfrentava problemas internos. França e Alemanha não intervieram diretamente, ocupadas demais com disputas imperialistas no continente africano. Os Estados Unidos, então, optaram por favorecer aquele que oferecesse apoio em relação à política de portas abertas, que veio do Japão, não da Rússia. Roosevelt entendia sua importância naquele momento: se ficasse do lado "certo" teria condições mais favoráveis de negociar os interesses americanos na região e, assim, apostou no Japão.

De acordo com Kissinger (1994), o presidente também mediou a conferência de paz entre os países na base naval de Portsmouth, em New Hampshire, em agosto de 1905. Após difíceis negociações, chegou-se a um acordo e foi assinado o Tratado de Portsmouth, em 5 de setembro do mesmo ano. O Japão retomou o que havia perdido na guerra com a China, entre 1894-1895, e a Rússia ainda reconheceria os interesses especiais do Japão na Coreia e no sul de Sakhalin. A Manchúria retornou à jurisdição chinesa e todos os soldados japoneses e russos deveriam voltar aos seus países, a não ser os que atuavam na guarda da ferrovia. A Rússia

permaneceu como força a ser levada em conta na região, mas o Japão emergiu da Guerra Russo-Japonesa como a potência dominante no Leste Asiático.

Os resultados da Conferência de Portsmouth eram confusos, uma vez que as relações americanas com os dois países endureceram após as negociações chegarem ao fim – os Estados Unidos seriam apontados como responsáveis pelas perdas de ambos. Demonstrações de ódio contra os americanos aconteceram em Tóquio e outras cidades do Japão, como consequência. Ao final, o governo americano reclamou de discriminação comercial nas áreas controladas pelos japoneses, em fevereiro de 1906, em clara demonstração de que o Japão não tinha intenção de respeitar a política de portas abertas.

Outra parte importante das relações entre Estados Unidos e Japão diz respeito ao memorando de entendimentos Taft-Katsura, de julho de 1905. Trata-se de um documento secreto, em que os americanos reconheciam os interesses especiais do Japão na Manchúria, após negociações com o Primeiro-Ministro japonês, Taro Katsura. À época, Taft atuou como Secretário da Guerra nas negociações, a fim de estabelecer que os Estados Unidos abdicariam de qualquer demanda na Coreia enquanto os japoneses fizessem o mesmo em relação às Filipinas. Um anos após Roosevelt aprovar o memorando, os Estados Unidos fecharam sua delegação diplomática na Coreia e passaram a conduzir seus negócios na região por meio de Tóquio (JONES, 2001).

7.3 O governo Taft e a Diplomacia do Dólar

Segundo Rosenberg (1982), cálculos geopolíticos e a obsessão pela honra nacional de Theodore Roosevelt deram lugar a outra forma de fazer política durante o governo de William Howard Taft. Este era um globalista que via a política internacional em termos comerciais; seu governo pressionou fortemente pela expansão comercial e econômica em todas regiões do planeta e não apenas no Hemisfério Ocidental. Sua abordagem, chamada de "diplomacia do dólar", era baseada na teoria de que o crescimento dos laços econômicos privados melhoraria tanto a posição estratégica dos Estados Unidos quando aumentaria a prosperidade econômica do país.

Com Taft, a diplomacia do dólar visava a substituição das "balas" por dólares ao usar bancos privados enquanto instrumentos de política pública. Apesar disso, foram poucas as

iniciativas bem-sucedidas de seu governo, mas a presença comercial dos Estados Unidos ganhou novos mercados e conseguiu manter-se entre as principais economias do mundo.

De acordo com Jones (2001), o presidente Taft seguiu o exemplo de Roosevelt ao usar a Doutrina Monroe como base para sua política para a América Latina. Durante seu governo, os Estados Unidos aprofundaram sua influência econômica nos países da região, especialmente os da América Central e Caribe por meio da chamada diplomacia do dólar (*dollar diplomacy*). A partir da ideia de "substituir balas por dólares", a política externa americana seguiria interesses comerciais em detrimento de uma presença mais assertiva ou que abusasse da via militar. Parte desse curso de ação teria vindo da insatisfação que Taft nutria pela invocação constante das forças armadas pelo ex-presidente Roosevelt a fim de garantir os interesses do país na região.

William Taft, em seu discurso inaugural, de março de 1909, afirmou que a política externa do país tinha o objetivo de sempre promover a paz por meio de todos os instrumentos possíveis, dentro da ordem diplomática existente. Ainda apontou que, em relação à Política de Portas Abertas, o país pretendia reforçar essa prática e manter seus interesses no Extremo Oriente. Nesse mesmo discurso, Taft falou sobre os custos da manutenção imperial, considerados "necessários" para que o governo possa manter o exército e a marinha preparados em caso de necessidade e que desde a Guerra Hispano-Americana o país assumiu "a position of influence among the nations that it never had before" (TAFT, 1909a).

O presidente americano afirmou que a expansão comercial pautaria as relações exteriores do país em razão da necessidade econômica: "Today, more than ever before, American capital is seeking investment in foreign countries, and American products are more and more generally seeking markets" (TAFT, 1909b). Esse argumento foi retomado no último discurso de Taft sobre o Estado da União, em dezembro de 1912, quando disse: "The tremendous growth of the export trade of the United States has already made that trade a very real factor in the industrial and commercial prosperity of the country". (TAFT, 1912).

No final de seu mandato, Taft pareceu querer explicar suas ações quando buscava definir a Diplomacia do Dólar:

> The diplomacy of the present administration has sought to respond to modern ideas of commercial intercourse. This policy has been characterized as substituting dollars

> for bullets. It is one that appeals alike to idealistic humanitarian sentiments, to the dictates of sound policy and strategy, and to legitimate commercial aims. It I is an effort frankly directed to the increase of American trade upon the axiomatic principle that the Government of the United States shall extend all proper support to every legitimate and beneficial American enterprise abroad. (TAFT, 1912).

Chama a atenção o fato de que Taft chama sua política de "idealista" e "humanitária", ao mesmo tempo em que dispunha de uma forte carga instrumental no sentido de aumentar a presença americana nos mercados externos a partir do comércio e dos investimentos. É possível perceber uma tentativa de se afastar das administrações anteriores, que usaram em demasia das intervenções e incursões militares a fim de garantir supostos interesses americanos. Taft propôs uma abordagem distinta, que chamou de idealista, mas é justificada em termos práticos e ganhos financeiros para o país, que traria a paz, em última instância.

Sobre a Doutrina Monroe, Taft reiterou seus princípios enquanto parte da política externa do país, reafirmando a ideia de que a doutrina não poderia ser utilizada como forma de escapar de obrigações financeiras – remetendo aos episódios ocorridos no governo anterior (CAMPBELL, 1966; MINGER, 1961).

Em relação à Doutrina Monroe, será em seu último discurso sobre o Estado da União que Taft afirmaria algo já apontado nessa pesquisa e que corrobora a visão de Teixeira (2012): "(...) it is obvious that the Monroe doctrine is more vital in the neighborhood of the Panama Canal and the zone of the Caribbean than anywhere else. There, too, the maintenance of that doctrine falls most heavily upon the United States" (TAFT, 1912). Isso pôde ser constatado nas diversas intervenções americanas das décadas anteriores e mesmo no governo Taft a partir da Diplomacia do Dólar, que empregou suas práticas majoritariamente na região do Caribe, que o presidente considerava ter afastado as ameaças existentes:

> (...) the menace of foreign creditors and the menace of revolutionary disorder (...) by assisting those Republics to rehabilitate their finances, to establish their currency on a stable basis, to remove the customs house from the danger of revolutions by arranging for their secure administration, and to establish reliable banks (TAFT, 1912).

Em seu último discurso sobre o Estado da União, em 1912, Taft afirmou que os Estados Unidos "(...) have emerged full grown as a peer in the great concourse of nations (...). The nation is now matured to continue in its foreign relations those temporary expedients natural do a people to whom domestic affairs are the sole concern". Esse trecho é marcante pela afirmação

objetiva de um presidente de que os Estados Unidos devem assumir uma posição em que os objetivos de política externa teriam o mesmo valor que os de política doméstica. Em tese, esses dois aspectos do Estado americano já tinham valores equivalentes há algum tempo, com oscilações entre um e outro a depender do contexto e do governo em questão, mas é interessante perceber que Taft afirma isso como forma de exprimir uma mudança que acontecia com maior ênfase e devido ao forte internacionalismo dos últimos dois presidentes. Por fim, cabe apontar o fechamento de seu último discurso como alusão a esse processo de reconhecimento da grandeza nacional:

> We have no desire for war. We would go as far as any nation in the world to avoid war, **but we are a world power**. Our population, our wealth, our definite policies, our responsibilities in the Pacific and the Atlantic, our defense of the Panama Canal, together with our enormous world trade and our missionary outposts on the frontiers of civilization, require us to **recognize our position as one of the foremost in the family of nations**, and to clothe ourselves with sufficient naval power to give force to our reasonable demands, and to give weight to our influence in those directions of progress that a powerful Christian nation should advocate. (TAFT, 1912, grifo nosso).

7.3.1 A atuação americana no Caribe

De acordo com Williams (2011), ao final de 1911, o governo nicaraguense ameaçou cancelar as concessões de minas em controle de empresários dos Estados Unidos e executou dois americanos por apoiar financeiramente uma revolução contra o governo vigente. Por essa razão, o governo Taft enviou marines para ajudar a constituir um novo governo.

O senado se opunha a um acordo com a Nicarágua como o que havia sido negociado com Honduras, no mesmo ano, que autorizaria os Estados Unidos a emprestar dinheiro e tomar para si o controle dos postos aduaneiros do país. Um acordo desse, segundo os democratas, levaria a um controle excessivo dos americanos em questões que não lhe competiam e gerariam um precedente negativo, a exemplo da necessidade de intervir constantemente na República Dominicana. Além disso, os senadores argumentavam que o presidente assumia autoridade excessiva ao negociar tratados desse tipo e apenas os levava para o senado aprovar, ignorando possíveis discussões ou necessidades internas aos partidos.

Segundo Herring (2008), Taft e Knox adotariam o modelo usado na República Dominicana para desenvolver uma política chamada de "diplomacia do dólar", que seria aplicada principalmente na América Central. Eles buscavam eliminar a influência política e econômica dos europeus, além de promover a estabilidade política e a responsabilidade fiscal por meio de conselheiros americanos nesses países – com o que ficou conhecido posteriormente como a substituição de "*dollars for bullets"*. A atuação desses especialistas americanos buscaria modernizar as atrasadas economias desses países ao impor o padrão-ouro lastreado com o dólar, atualizar a estrutura fiscal e promover a coleta de impostos, gerir as alfândegas e reformular os impostos e taxas. Taft e Knox buscariam implementar a diplomacia do dólar incialmente por meio de tratados. Quando o Senado e alguns países da América Central se recusaram a cooperar, eles se voltaram ao que foi chamado de "colonialismo por contrato" – acordos construídos entre as empresas e companhias americanas sob a supervisão do Departamento de Estado, que Knox chamaria de "supervisão benevolente".

De acordo com Campbell (1966), a diplomacia do dólar na América Central produziu poucos acordos, não gerou a estabilidade esperada e levou à crescente intervenção militar. Parte do problema estava relacionado ao comportamento adotado; Knox tinha pouco apreço pelos países centro-americanos e a intromissão constante gerou oposições nacionalistas na região. Guatemala e Costa Rica rejeitaram sem rodeios as propostas americanas, tendo se voltado depois aos europeus para refinanciar suas dívidas. O congresso de Honduras se recusou a "transformar o país em uma dependência administrativa". Na própria República Dominicana, modelo para a atuação nos demais países, o acordo de 1907 seria quebrado cinco anos depois, em meio à desordem política; quando os rebeldes retomaram o controle de diversas alfândegas, Taft enviou os *marines* para aplacar a revolta e convocar novas eleições.

Herring (2008) afirma que os esforços para estabilizar a Nicarágua por meio da diplomacia do dólar também exigiram a atuação do exército americano. O ditador nacionalista José Santos Zelaya demonstrou seu descontentamento com a escolha do Panamá para a construção do canal ao dar a entender que poderia negociar tratado similar com os europeus. Mais ainda, ele tinha planos de conquista na região e quando ameaçou invadir El Salvador, em 1909, os Estados Unidos censuraram fortemente, tendo os investidores americanos incitado a rebelião no país. Quando dois americanos que apoiavam os rebeldes foram capturados e executados, os Estados Unidos romperam relações e se comprometeram a apreender e julgar Zelaya, que fugiu para o México.

Em relação à Nicarágua, Taft afirmaria que o presidente Zelaya "(...) kept Central America in constant tension or turmoil". (TAFT, 1909b) eE que a posição do país, próxima aos Estados Unidos e à região onde era construído um canal ístmico, delegava aos americanos o papel de investigar se os eventos na Nicarágua poderiam afetar os interesses envolvidos. Por este motivo, Taft (1910) enviou navios de guerra para a região a fim de "(...) protect Americans and their interests, and remained there until the war was over and peace had returned to that unfortunate country". No ano seguinte, Taft (1911) atuaria no sentido de promover os interesses econômicos dos Estados Unidos no país que, após a saída de Zelaya, intervieram aos americanos com um pedido de empréstimo, além da atribuição a um especialista americano do controle das alfândegas do país.

Depois de uma nova mudança no governo nicaraguense, os Estados Unidos viriam a negociar um tratado ao estilo do dominicano com Adolfo Díaz, ligado aos investidores americanos. Entretanto, o Senado já se colocava frontalmente contra as políticas da diplomacia do dólar e o acordo nunca passou do Comitê de Relações Exteriores. Outros tratados e uma outra revolução levariam novamente à intervenção militar. Ao perceber que o Senado não aprovaria o tratado proposto, Taft buscou a negociação de um acordo privado em que os banqueiros americanos dariam ao governo Díaz recursos em troca do controle do Banco Nacional da Nicarágua e 51% de posse sobre as ferrovias, que ligou fortemente o país à economia americana e incentivou o comércio entre os dois países (CAMPBELL, 1966). Posteriormente, os Estados Unidos ainda enviariam 2.700 *marines* para aplacar uma nova rebelião, em 1912, e deixariam uma "guarda" de algumas centenas de soldados para simbolizar a sua presença na região. Pouco antes de deixar o cargo, Taft ainda negociaria um novo tratado que pagaria 3 bilhões de dólares à Nicarágua em troca de uma base naval e os direitos de construção de um canal no país, que só seria ratificado em 1916.

Mais uma revolução surgiu na Nicarágua, dessa vez no final de 1912, e novamente o governo americano enviou tropas – cerca de 2000 marines. Eles foram responsáveis por acabar com a rebelião, expulsar os líderes insurgentes e estacionar uma pequena legião de guarda na capital Manágua, que permaneceria até 1933 (HERRING, 2008).

Taft também aplicou sua política de substituir intervenções armadas por empréstimos e investimentos em Honduras, onde o presidente afirma que a dívida estaria concentrada nas mãos dos europeus: "The Republic of Honduras has for many years been burdened with a heavy bonded debt held in Europe." (TAFT, 1910). É possível apontar a ligação entre a Diplomacia

do Dólar e a Doutrina Monroe em virtude da ideia de que Taft tinha a intenção de afastar os europeus do continente ao repassar as dívidas para credores americanos, ficando todo o processo no continente, portanto. Isso foi efetivamente feito em Honduras: "American bankers undertook to do this and to advance funds for railway and other improvements contributing directly to the country´s prosperity and commerce" (TAFT, 1910).

Um caso interessante é o da Guatemala, em que o presidente Taft (1912) afirmou ter recebido um pedido de ajuda dos britânicos a fim de cobrar as dívidas e restabelecer a ordem nas finanças do país. É possível perceber que o Reino Unido aceitou a atribuição concedida aos americanos pela Doutrina Monroe e recorreu ao intermédio destes para garantir seus interesses no hemisfério, o que reforça a aproximação anglo-americana do período.

Sobre a atuação americana no Canal do Panamá, Taft (1910) seguiu na mesma linha discursiva proposta por Roosevelt e afirmou que a construção do canal no Panamá delegava aos Estados Unidos o papel de garantidor da paz na região, para o qual seriam necessários investimentos nas forças armadas, especialmente na Marinha. É interessante o apontamento de Taft (1911) em relação à condição da frota americana: "The fleet was deficient in the numbers of torpedo destroyers, in cruisers, and in colliers, as well as in large battleship cruisers, which are now becoming a very important feature of foreign navies, notably the British, German, and Japanese." A comparação com a marinha de outros países havia sido utilizada por outros presidentes antes de Taft, mas não de forma nominal. O reconhecimento do poder alemão e japonês, mais que o britânico, chama a atenção em um contexto político do cenário internacional que apontava para o aumento das rivalidades com a ascensão justamente dessas duas novas potências.

7.3.2 A política americana para a Ásia e o Pacífico

De acordo com Hunt (2007), ao contrário de Roosevelt, William Howard Taft negava a diminuição gradativa do "destino manifesto" americano em relação à região do Pacífico. Seu Secretário de Estado, Philander C. Knox, buscou uma posição mais assertiva do país na política e na economia chinesas. Com sua nova abordagem, Taft e Knox esperavam que o comércio exterior e os investimentos na China (e nos demais países da periferia do sistema) promovessem

prosperidade e paz. Por isso, os interesses das empresas e companhias americanas mereciam suporte adequado e oficial do governo.

Em relação às políticas de exclusão de chineses, Taft reiterou as já existentes, sobre os quais afirmava serem indivíduos "who cannot be amalgamated with our population" e que as ações do governo buscariam "minimize the evils likely to arise from such immigration" (TAFT, 1909a). Não é possível, portanto, perceber mudança na política migratória existente ou na retórica usada para combatê-la ou descrevê-la. Em relação à Política de Portas Abertas, Taft apontou que permaneceria "(...) its policy of supporting the principle of equality of opportunity and scrupulous respect for the integrity of the Chinese Empire, to which policy are pledged the interested Powers of both East and West" (1909b), demonstrando sua expectativa de que as grandes potências com interesses na China mantivessem o mercado chinês aberto aos produtos e aos investimentos americanos.

Herring (2008) aponta que Roosevelt tinha dúvidas sobre essa política e alertou a Taft, em 1909, que a defesa da Política de Portas Abertas na China poderia levar à guerra com o Japão. A replica, feita por Knox, buscou indicar determinação em contestar as pretensões japonesas à hegemonia regional e promover a influência americana na China. Knox ainda indicou que não renunciaria à Política de Portas Abertas ou desconsideraria a possibilidade da guerra contra o Japão em defesa desta política. Entretanto, os empresários e banqueiros críticos à diplomacia do dólar não viam seus papéis nessas políticas da mesma forma que o governo e diminuíram suas expectativas em relação ao mercado chinês, ao mesmo tempo em que olhavam mais atentamente ao Japão enquanto mercado mais promissor e maior força do desenvolvimento econômico regional.

Ao aplicar a diplomacia do dólar no leste asiático, o governo Taft rompeu fortemente com as políticas de seu antecessor. Segundo LaFeber (1994), Roosevelt tinha pouca simpatia pela China e não assumiria compromissos demasiadamente custosos em razão da Política de Portas Abertas. Sua maior preocupação era a defesa das Filipinas em relação ao Japão. Incitado por Willard Straight, ex-cônsul general em Mudken, na China, Taft e Knox passaram a enxergar a China e especialmente a Manchúria como propícias ao incremento do comércio e dos investimentos americanos, além de se aproximarem da ideia de uma China independente e amigável. Temerosos das ações japonesas, eles buscaram usar capital privado americano para impedir a expansão japonesa e assegurar a independência da China – o que era bem acolhido

entre os políticos chineses que olhavam para os Estados Unidos como possíveis contrapesos às intenções de Rússia e Japão.

No discurso sobre o Estado da União, de 1910, Taft apontou para as relações empíricas da Diplomacia do Dólar na China, ao afirmar que negociações foram iniciadas para que um empréstimo fosse concedido aos chineses a fim de atrair investimentos ao país:

> The application of the principle underlying the policy of the United States in regard to the Hukuang Loan, viz., that of the internationalization of the foreign interest in such of the railways of China as may be financed by foreign countries, was suggested on a broader scale by the Secretary of State in a proposal for internationalization and commercial neutralization of all the railways of Manchuria. (TAFT, 1910).

A empreitada fazia parte da conjunção entre a Política de Portas Abertas e a Diplomacia do Dólar, no sentido de aumentar os investimentos americanos na região por meio de um consórcio entre as grandes potências da região. Assim, Taft buscava, ao mesmo tempo, garantir a presença de recursos americanos nos projetos de infraestrutura e demais investimentos do país enquanto inseria os europeus no processo, reiterando a ideia de um mercado aberto a todos os interessados. Taft definiu mais objetivamente sua política nos seguintes termos:

> The policy of this Government in these matters has been directed by a desire to make the use of American capital in the development of China an instrument in the promotion of China's welfare and material prosperity without prejudice to her legitimate rights as an independent political power. (TAFT, 1910).

A prática estabelecida por Taft era uma tentativa de fortalecer o governo central chinês sem romper os interesses dos europeus e dos japoneses, além de garantir a integridade territorial da China ao longo do processo. Essa política ainda previa o envio de especialistas americanos a fim de ajudar, enquanto consultores, a aplicação e o uso dos recursos que fossem obtidos pelos empréstimos e investimentos: "(...) it is realized that an expert will be necessary, and this Government has received assurances from China that such an adviser, who shall be an American, will be engaged." (TAFT, 1910).

O movimento para promover os investimentos americanos em relação às ferrovias chineses foi contraprodutivo. Os americanos já haviam percebido que o controle das ferrovias

era essencial para o poder político e econômico na região, por isso Taft intercedeu pessoalmente com os chineses a fim de assegurar aos Estados Unidos a participação de igual parte dos empréstimos internacionais que seriam usados para a construção de uma ferrovia no sudeste da China. Os oficiais chineses concordaram com os termos, mas se recusaram a pressionar as outras nações a fazê-lo. As demais potências eventualmente aceitariam a participação americana, mas o acordo nunca foi terminado. Ao mesmo tempo, o governador-geral da Manchúria, com o apoio de Beijing, idealizou um plano para garantir o financiamento americano da ferrovia Trans-Manchuriana, a fim de conter o crescente poder de Rússia e Japão. Knox rapidamente concordou e ainda propôs a internacionalização de todas as ferrovias da Manchúria, uma empreitada sem precedentes e uma tentativa direta de conter a influência japonesa.

Em 1911, Taft comemorava a conclusão de dois empréstimos internacionais para a China, com a participação dos americanos, britânicos, franceses e alemães "(...) upon equal terms". O presidente reiterava a presença dos países interessados na promoção do comércio chinês e afirmava que o governo americano proveria os recursos adicionais necessários para a conclusão de reformas financeiras na China – tendo sido aprovado também pelos demais parceiros na região. Taft definiu novamente a política para a China: "(...) como cooperative policy of good understanding which has been fostered by the international projects referred to above and the general sympathy of view among all the Powers interested in the Far East" (TAFT, 1911).

Em seu último discurso sobre o Estado da União, Taft (1912) afirmou que sua política para a China buscou garantir a perpetuação da Política de Portas Abertas, ao encorajar novos investimentos no país e uma abordagem mais prática que envolvesse ganhos tangíveis para todas as partes interessadas. Contudo, segundo Herring (2008), o esquema não foi bem-sucedido. Esperando dividir Rússia e Japão, Knox e Taft conseguiram exatamente o oposto. Em julho de 1910, os dois países dividiram a Manchúria em esferas de influência e concordaram em cooperar na manutenção do status quo. A iniciativa de Knox dependia do apoio de outras potências, mas o Reino Unido se recusou a contrariar o Japão, seu novo aliado na Ásia, e a França não se oporia à Rússia.

Apenas em seu último discurso sobre o Estado da União Taft abordou com maior ênfase o status das Filipinas. Porém, a construção identitária dos filipinos não é distinta de seus antecessores: "In the Philippine Islands we have embarked upon an experiment unprecedented

in dealing with dependent people. We are developing their conditions exclusively for their own welfare" (TAFT, 1912). Novamente os filipinos são construídos de forma negativa, como dependentes, inferiores, imaturos e inaptos à prática do governo. Reitera-se, ainda, o argumento de Roosevelt de que o papel dos americanos no país é único e distinto do status de "colonizador", atuando por obrigação moral e não por "ganhos próprios". Assim, a missão americana seria a de "(...) endeavoring to evolve a homogeneous people fit to determine, when the time arrives, their own destiny" (TAFT, 1912) – essa narrativa retomava a ideia de hierarquias raciais e da noção de aptidão enquanto exclusividade de determinados povos, no sentido de que os americanos trabalhariam para "adequar" os filipinos às demandas da civilização. Taft (1912) afirmou que os americanos encontraram os filipinos "(...) wholly untrained in government", visão etnocêntrica a respeito das capacidades do povo das ilhas de se governarem que não pelo modo ocidental.

7.3.3 A Libéria enquanto ponto fora da curva

O governo Taft também tentou utilizar da diplomacia do dólar na Libéria. Em 1908, esse país africano, que havia sido no século dezenove por colonizadores compostos principalmente de ex-escravos, estava profundamente em dívida com os credores britânicos, além de estar enfrentando uma rebelião interna e disputas de fronteira. Por isso, de acordo com LaFeber (1994), uma comissão nos Estados Unidos alertou que a incapacidade de resolver tais problemas poderia levar a Libéria a ser colonizada por alguma potência estrangeira e recomendou que se usasse o modelo aplicado na República Dominicana junto ao exército, a fim de ajudar na construção de uma força nacional que pudesse proteger as fronteiras do país. Taft aprovou a proposta e sugeriu um empréstimo junto ao envio de um navio de guerra para conter a rebelião. Porém, quando o Congresso bloqueou o tratado da Nicarágua, o governo trabalhou por um contrato entre a iniciativa privada e a Libéria sob a supervisão do Departamento de Estado. O acordo, contudo não funcionou, e pouco tempo depois o país voltaria a enfrentar revoltas e disputas internas.

Taft afirmou, em seu primeiro discurso sobre o Estado da União, de 1909, que havia enviado uma comissão em navios americanos para a Libéria, a fim de investigar os interesses dos Estados Unidos e dos americanos no país. Justificou, ainda, o interesse em razão de ser um tratado assinado pelos países anteriormente: "In an early treaty with Liberia there is provision

under which the United States may be called upon for advice or assistance" (TAFT, 1909b). Dessa forma, o presidente americano afirmou, em 1911, que empregaria na Libéria a mesma política adotada nos países da América Central, com empréstimo e oferecimento de mão-de-obra especializada, a fim de prestar consultoria na reforma dos mecanismos burocráticos e financeiros do país.

Em 1912, Taft afirmou que foram concluídas as negociações e que a Libéria receberia um empréstimo de banqueiros americanos para cumprir com suas dívidas com países europeus. A diferença para os casos caribenhos é que os liberianos teriam, ainda, o suporte de três oficiais do exército americano para treinar as forças do país, a fim de que a Libéria pudesse se proteger de empreitadas estrangeiras no futuro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro governo analisado nesta pesquisa, de Andrew Johnson, se destaca pelas discussões relacionadas ao papel do negro na sociedade americana, tendo essa questão sido central nos embates políticos domésticos e na incapacidade do presidente de formar maiorias congressuais que o permitissem atuar mais livremente. Seu governo foi pautado pelo seguimento estrito da constitucionalidade e por um legalismo de base moral, que sustentava afirmações que os estados sulistas jamais deixariam a União e, por isso, não deveriam sofrer qualquer tipo de "punição" ou status distinto do governo federal. Conforme apresentado, essa visão não foi aceita pela maioria Republicana que dominava o Congresso à época, especialmente os considerados Radicais dentro do partido, que trabalharam no sentido de derrubar os vetos presidenciais às emendas constitucionais que eram aprovadas, a fim de garantir uma efetividade maior da União na concessão de direitos à população negra do país.

Nesse sentido, o governo de Johnson e mesmo outros governos que viriam depois são marcados pela incapacidade de gerar um consenso a respeito da ideia de nação. A relação com o território e as definições econômicas do futuro do país foram definidas com a vitória do Norte depois da Guerra Civil, mas isso não acarretou necessariamente no reconhecimento de um país unido em causa comum ou que compartilhasse as mesmas definições do que viria a ser o "americano". Por isso, nos governos do período que é conhecido como "Reconstrução", a construção da ideia de "americano" e do que se entende por características dessa "americanidade" é difusa e depende do emissor. O presidente, por exemplo, define o americano de forma ampla, mas entende que os princípios republicanos e constitucionais seriam superiores a qualquer forma de atuação do governo federal em detrimento dos estados; nesse sentido, o presidente define o negro enquanto cidadão secundário desse processo, uma vez que não lhe garante os mesmos direitos eleitorais, por exemplo, em virtude do papel dos estados. Para os sulistas, a apreciação do que vem a ser o "americano" é ainda mais radical, limitada aos brancos, e com diferenciação expressa por meio de novas leis discriminatórias e até mesmo violência. Para os nortistas também não há consenso, pelo contrário, existe um senso de imposição da vontade sobre os sulistas, considerados no limbo do processo de serem readmitidos à União e, por essa mesma razão, "semi-americanos", ou seja, cidadãos de classe inferior àqueles que venceram a guerra – posição corroborada pelos Republicanos Radicais, que incluíam os negros

na sua percepção acerca do "americano", mas excluía os brancos sulistas desse processo a partir dos mesmos argumentos nortistas.

Dessa forma, é difícil apontar com exatidão qual ideia de "americano" definia o governo Johnson, uma vez que a multiplicidade de atores com capacidade para impor sua vontade ou expressar energicamente seus interesses impossibilita a unificação de significantes. Ainda assim, partindo-se do suposto que os Republicanos nortistas foram os vencedores da Guerra Fria e impuseram ao Sul limitações político-eleitorais, derrubaram os vetos presidenciais às suas iniciativas e garantiram a maioria do Congresso durante todo esse processo, a sua ideia de "americano" pode ser apontada como a majoritária, o que não significa dizer que ela exclua necessariamente as construções sulistas, Radicais ou de Johnson.

Durante o período do governo Johnson fala-se pouco sobre a chegada de imigrantes, geralmente de forma positiva, especialmente porque trata-se de um período em que a construção de ferrovias continua forte no país e norteia parte dos investimentos do pós-Guerra Civil. Assim, os chineses que futuramente seriam execrados são chamados de "celestiais" pelos americanos pelo seu trabalho incansável e fonte de mão-de-obra barata. A própria ideia em relação aos países asiáticos é pouco trabalhada, pois é mencionada a possibilidade de um "grande mercado", mas sempre de forma distante, em que a questão geográfica se mantém como barreira e os interesses de política externa e não se chega a pensar em uma política específica para o continente. Porém, cabe ressaltar que, em 1868, foi firmado o Tratado Burlingame, que facilitaria a imigração chinesa nos Estados Unidos.

Apesar da atuação do Secretário de Estado de Johnson, Seward, em trabalhar, desde a década de 1860, com proposições que se assemelham às iniciativas expansionistas do final do século, a política externa do país é bastante restrita em virtude de um tradicional isolamento, em que os europeus são construídos de forma negativa – a relação entre dentro/fora é trabalhada com os significantes de república/monarquia, ordem/caos, moderno/antigo. Dessa forma, os países europeus são mencionados apenas rapidamente nos discursos presidenciais, tendo o Reino Unido ocupado algum destaque em decorrência das disputas fronteiriças e da ajuda oferecida aos Estados Confederados durante a Guerra Civil, motivo pelo qual o governo americano cobrou reparações. Johnson conecta a ideia de republicanismo à noção de americanidade, como se os dois fossem parte de uma coisa só, e a narrativa do Destino Manifesto é representada em torno da singularidade do país enquanto uma república que viria a servir de exemplo aos demais países – em contraposição às monarquias e ao cenário de

disputas constantes no território europeu – a partir do "experimento" imaginado pelos Pais Fundadores quando da fundação do país e adoção da Constituição.

Assim, o presidente, de forma reiterada, aponta que as relações com os europeus são "cordiais", mas a partir do zelo aos princípios de não-envolvimento e isolacionismo. Esses mesmos princípios apontam para uma Doutrina Monroe focada quase exclusivamente na garantia da integridade territorial dos países independentes do hemisfério, sob uma perspectiva reativa, a fim de evitar a interferência dos europeus nas relações políticas dos países americanos. Apesar de tudo, se existiram iniciativas de expansão ou de pensar mais profundamente nesse sentido, foram coibidas pelo contexto político doméstico e pela incapacidade do presidente em impor qualquer política em decorrência do controle Republicano no Congresso.

Durante o governo Grant, as disputas políticas e eleitorais entre Republicanos e Democratas, nortistas e sulistas, pautariam a ordem do dia. Isso demonstra como o país ainda não havia cicatrizado as feridas deixadas pela Guerra Civil e pela presença militar do governo federal nos estados do Sul. A pressão por uma resolução da situação dos negros e o retorno dos estados sulistas à plenitude de seus poderes diminuiu o poder de barganha do presidente, que teve de atuar por meio leis consideradas tirânicas por parte dos americanos, como as que foram aprovadas a fim de combater o aumento da violência e o surgimento de grupos como a Ku Klux Khan. Mais ainda, o presidente pôde fazer pouco para limitar a atuação dos legisladores sulistas quando criaram os Black Codes e restringiram fortemente a cidadania dos negros nos seus estados. Contudo, o que definiu os rumos da década de 1870 foi o Pânico de 1873.

A depressão econômica decorrente da quebra de uma série de bancos, em 1873, gerou uma série de consequências no plano doméstico e internacional. As ferrovias que haviam sido o carro-chefe do crescimento econômico do país passarão por uma crise profunda e terá início um processo forte de fusão e aquisição de empresas na formação de oligopólios em alguns setores da economia americana. A justificativa da época para a crise foi a superprodução e os culpados pela falta de emprego, especialmente no oeste do país, foram os imigrantes, particularmente os chineses. Dessa forma, muitos políticos seriam eleitos a partir de plataformas de restrição de imigrantes e advogando pela busca de novos mercados para desafogar a produção interna, o que é corroborado pelos discursos do presidente no mesmo sentido.

Para Ulysses Grant, os americanos teriam que expandir sua participação no mercado internacional a fim de que a capacidade produtiva permanecesse alta e o país pudesse gerar

empregos e renda para a população. Sua política externa chega a ser interpretada como confusa, porque o presidente defende os princípios tradicionais de não-envolvimento e não-interferência, mas luta pela anexação da ilha de Hispaniola no Caribe. Há, portanto, um paradoxo que seguirá e pautará a política externa do país em diversos governos do pós-Guerra Civil: o argumento da necessidade de novos mercados e a defesa de um isolamento das grandes questões de política internacional. É um dilema, mas nem tanto: esse isolamento refere-se principalmente à possibilidade de os Estados Unidos se envolverem diretamente com as questões relacionadas às alianças, rivalidades e disputas entre os europeus, ainda mais nesse período de expansão imperialista. Por isso, a expansão comercial é vista de forma natural, como parte de um "Destino Manifesto" – o país teria as condições "naturais" para garantir a maior parcela dos mercados porque o povo americano seria "produtivo e industrial".

Dessa forma, a expansão comercial não seria "expansionismo", porque não foi encarada como a prática adotada pelos europeus de colonização e conquista territorial. Nesse sentido, os princípios de não-intervenção e não-envolvimento seriam respeitados, somando-se aí a negação de toda e qualquer possibilidade de expansão "colonial", o que era reiteradamente justificado pelo passado do país enquanto ex-colônia e a partir de um "dever moral" para com os demais povos que buscassem se libertar do jugo e da exploração europeia. A relação república/monarquia ainda persiste na narrativa construída por Grant e novamente é associada à ideia de que o Hemisfério Ocidental é área "exclusiva" para o regime republicano. Por isso, todos os territórios, países e colônias do continente "naturalmente" se tornarão repúblicas no futuro e os Estados Unidos liderarão esse processo como parte de sua responsabilidade "natural" derivada de seu Destino Manifesto.

A empreitada de Grant a fim de anexar a ilha de Hispaniola fracassou porque o presidente não conseguiu convencer os senadores americanos a respeito da necessidade estratégica da ilha para o país. Para os senadores, especialmente Sumner, que liderou o Comitê de Relações Exteriores, a anexação era uma forma de atuação imperialista e esse significante por si só carregava a ideia de similaridade à atuação europeia, o aumento dos custos, a necessidade de haver um exército fixo maior, ou seja, uma ação que violaria a própria natureza do que era ser americano. Além disso, a justificativa em torno da recusa da proposta de Grant também foi rodeada de preconceitos raciais em relação aos povos que habitavam na ilha, considerados inaptos ao autogoverno, às instituições americanas e possíveis corruptores dos valores do país.

É possível perceber uma similaridade entre a concessão da cidadania aos negros nos Estados Unidos com o discurso que pauta a negação da possibilidade de concessão da cidadania aos povos da ilha de Hispaniola. A mesma relação superior/inferior, apto/inapto, branco/negro é reiterada como forma de definir quem é o americano e quem é o outro que ameaça suas instituições, seu modo de vida, seu *self*. Ainda assim, Grant insistiu em sua ideia ao invocar a Doutrina Monroe a fim de legitimar o pedido de anexação: a tentativa buscava alertar para o "valor estratégico" da ilha, que "naturalmente" geraria a cobiça dos europeus e os atrairia para o hemisfério. Esse discurso, contudo, não teve resultado, porque o Senado não havia de fato estabelecido relações empíricas que apontassem para esse curso. A Doutrina Monroe ainda não era percebida de forma proativa, no sentido de garantir a atuação preventiva dos Estados Unidos nos países do continente, mas como defesa e na tentativa de afastar previamente a possibilidade das ameaças externas – o que mudará depois da Guerra Hispano-Americana e, principalmente, durante o governo Roosevelt.

A revolta em Cuba pautou boa parte da política externa do governo Grant. A Espanha foi o centro da construção negativa enquanto processo que a usava de metonímia para os europeus e era, portanto, rechaçada por tudo que representava de diferente dos americanos: monárquica, imperial e católica. O interesse americano na ilha, contudo, decorre principalmente da proximidade geográfica e da presença de investimentos americanos, especialmente na produção de tabaco e açúcar. Nesse sentido, o presidente demonstra sua preocupação com o futuro de Cuba ao lembrar dos interesses americanos e da necessidade que os espanhóis teriam de preservar as propriedades e as vidas dos americanos lá residentes. Entretanto, mesmo tendo elevado o tom em alguns momentos de seus discursos sobre os eventos em Cuba, Grant não extrapola a política tradicional de não-intervenção, promovendo os interesses americanos pela proposição dos bons ofícios na resolução do conflito e alertando aos demais países europeus que não interviessem na questão. A ideia era que Cuba estava subjugada à soberania espanhola, mas se essa relação fosse rompida definitivamente, os Estados Unidos não aceitariam a presença de outra potência para substituir a Espanha.

Durante o governo Grant também foi possível perceber um passo importante para a normalização das relações anglo-americanas com o Tratado de Washington, de 1871, que versava sobre questões territoriais e fronteiriças na América do Norte. Foi firmado ainda um tratado de reciprocidade com os havaianos, ponto de inflexão das relações entre Estados Unidos e Havaí que culminaria poucas décadas depois na anexação das ilhas ao território americano. Naquele momento já se discutia a possibilidade de aquisição das ilhas, mas o debate era insípido

para gerar qualquer ação mais decisiva. Apesar disso, o tratado é entendido como contraponto à presença estrangeira naquela região do Pacífico e garantiu aos Estados Unidos virtual controle da soberania do arquipélago, uma vez que os havaianos não poderiam ceder seu território ou fazer concessões a potências estrangeiras que não os Estados Unidos. Novamente, esse tipo de ação foi justificada não como expansionismo ou imperialismo americano, mas como contraposição ao imperialismo e à expansão territorial europeia. Os Estados Unidos atuariam pelo comércio, a fim de garantir seus interesses, a partir de uma interpretação própria do que era entendido como "conquista" ou "controle". No Pacífico, os Estados Unidos estabeleceram também uma base naval em Pago Pago, em Samoa e, junto ao Havaí, determinaram a presença do país de forma definitiva no oceano.

Para a Ásia, Grant assumiu postura mais assertiva que Johnson, mas ainda muito tímida se comparada a de governos que o sucederam. O Pânico de 1873 gerou um discurso forte de combate aos imigrantes e os chineses que anteriormente eram chamados de "celestiais" passaram a ser construídos como culpados. Adicionalmente, a dispersão desse povo pelo território americano, em especial o oeste do país, geraria uma aproximação que reforçaria as diferenças. A ideia que os americanos tinham da China e do Japão era carregada de misticismo e exotismo, pela grande diferença cultural e geográfica e a proximidade e a presença cotidiana desses chineses, juntada aos relatos de missionários que voltavam da China mudaram essa percepção de apenas "diferente" para inferior, sujo, corrupto e pagão. Essa construção identitária seria atribuída aos chineses como forma de justificar a ideia de que eles não eram "aptos" a viver nos Estados Unidos, a compartilhar da cidadania, das instituições e dos valores do país e, em última instância, estariam corrompendo os americanos. Assim, a narrativa mais utilizada para determinar o chinês como "outro" foi a de construí-lo a partir da imagem dos *coolies*, intermediários no processo de trânsito de chineses escravizados na Ásia e levados para trabalhar em diversas partes do mundo contra sua vontade – os americanos assumiriam que todos os chineses eram *coolies* ou trabalhadores forçados, portanto, inferiores aos americanos, livres e íntegros, de qualquer forma que se buscasse entender essa diferenciação.

Rutherford Hayes assumiu a Casa Branca após um confuso pleito em que perderia nos votos populares, mas ganharia no voto do colegiado, depois que uma comissão eleitoral delegasse votos em disputa. Para assumir, teve que firmar o Compromisso de 1877, em que garantia aos americanos o fim das intervenções pelo governo militar nos estados do Sul, o que de fato cumpriu. Esse arranjo foi ainda responsável pelo fim do programa da Reconstrução e a saída da questão dos negros na sociedade americana como pauta principal do debate político,

que se concentraria principalmente na necessidade de garantias ao crescimento econômico – o período foi marcado por sucessivas crises e greves gerais.

A partir de um discurso de que era necessário superar as questões do passado – em alusão às disputas com os sulistas, a questão dos negros e o programa da Reconstrução –, Hayes adotou uma política externa enquanto política comercial. Suas propostas tinham caráter fortemente tradicionais, na defesa dos princípios clássicos de política externa do país, como a não-intervenção e o não-envolvimento, além da reiterada alusão aos objetivos da Doutrina Monroe. Sua meta era a de aumentar a presença comercial americana em outros países, principalmente no Hemisfério Ocidental, de forma a garantir que esses mercados pudessem receber produtos americanos e incentivar a indústria do país. Por isso, muito do discurso relacionado à defesa dos interesses americanos esteve associada à ideia de que a Doutrina Monroe serviria como protetora da atuação americana quanto à necessidade de construção de um canal ístmico e ao aumento das relações comerciais. Ao contrário dos chineses, que continuaram a sofrer perseguição nos Estados Unidos, os japoneses eram retratados como um povo que se destinava à grandeza, que simulava o Ocidente e demonstrava capacidade de se tornar "civilizado". Quanto aos chineses, foi no governo Hayes a aprovação do Tratado Angell, que iniciou o processo de maior rigidez à entrada de trabalhadores do país nos Estados Unidos.

Essa política ganhou força e marcou definitivamente a exclusão dos trabalhadores provenientes da China a partir do *Chinese Exclusion Act*, de 1882, aprovado por Chester Arthur. Para além da questão dos chineses, o governo Arthur carregava similaridades e pode ser entendido como continuidade ao governo Hayes – é possível apontar para uma linha de atuação da política externa americana comum do governo Hayes ao governo Harrison. Arthur também defendia os princípios tradicionais de não-envolvimento e não-intervenção, além do uso da arbitragem e dos bons ofícios como instrumentos de resolução de conflitos. A expansão comercial permanecia como resposta às crises econômicas e a área estratégica de atuação continuava sendo o Hemisfério Ocidental, onde se encontrava a maior parte dos investimentos americanos. Nesse sentido, é possível perceber que a relação de maior presença comercial seria justificada por uma maior dependência dos mercados latino-americanos dos Estados Unidos, no que se chamou de um "alargamento" das relações hemisféricas no período.

O governo Arthur chegou a propor um tratado com a Nicarágua para a construção de um canal ístmico, mas o Congresso resistiu à tentativa de romper com as proposições do *Calyton-Buwler Treaty*. Foi em seu governo que começaram os pedidos mais enfáticos pela

renovação da Marinha, que seriam parcialmente atendidos e pautariam demandas similares dos presidentes posteriores. A proposta de modernização e ampliação da frota americana era pautada pela necessidade de defender os interesses comerciais americanos e se defender de possíveis agressões externas ao continente, devido à maior presença do país no Oceano Pacífico. Mas reitera-se o fato de que não há busca de justificação para a renovação da Marinha em decorrência de possíveis expansões territoriais, anexações ou status de grande potência – discurso que será construído posteriormente.

O primeiro governo Cleveland é marcado pelo reforço ao isolacionismo e aos princípios da não-intervenção e do não-envolvimento. O presidente era crítico quanto à possibilidade de os Estados Unidos atuarem mais assertivamente fora do continente ou em relação ao controle e governança diretos em outras regiões. Ainda assim, o discurso foi diferente da prática; Cleveland defendia que o país deveria expandir suas relações comerciais como os demais presidentes antes dele e reforçava os princípios da política externa americana, mas foi responsável pelo envio de tropas à Colômbia a fim de reprimir grupos insurgentes, no que considerava uma ameaça à "estabilidade" na região, onde supostamente se construiria um canal. Nesse sentido, a intervenção ocorre no contexto de saída da Nicarágua enquanto parceira no projeto de construção do canal ístmico, o que provavelmente não configura coincidência.

É interessante apontar, ainda, que apesar do discurso de apoio às práticas isolacionistas, Cleveland buscou demarcar a posição americana em relação às possessões espanholas no Caribe, determinando que Cuba e Porto Rico fossem partes "indissociáveis" do sistema econômico americano – em alusão similar ao status do Havaí, com quem os Estados Unidos tinham um tratado de reciprocidade em vigor que limitava a soberania das ilhas e gerava exclusividade comercial. Para Cleveland, a Espanha deveria assumir o papel de "facilitadora" do processo de entrada de investimentos e produto americanos em suas possessões – o discurso, portanto, corrobora a ideia de um hemisfério cuja predominância é americana e o curso "natural" dos territórios é seguir rumo à independência e ao republicanismo. A dissonância entre discurso e prática de Cleveland marca seu governo e pautará também sua segunda passagem pela Casa Branca, sobre a qual falaremos posteriormente nesta seção.

O discurso e a prática no governo Cleveland podem ser associados sem contradições na avaliação que o presidente fez sobre a atuação americana em Samoa, onde entendeu que a governança das ilhas com os britânicos e os alemães representava um desvio dos princípios de não-envolvimento e da própria Doutrina Monroe, uma vez que os europeus estariam presentes.

Em relação à China, o governo Cleveland foi responsável pelo aumento das restrições aos chineses, com justificativas mais racialmente discriminatórias que os governos anteriores, a partir da lógica de diferenciação entre americanos – íntegros, valorosos, trabalhadores, industriais, brancos, ocidentais, anglo-saxões, ordeiros, portanto, civilizados e superiores – e chineses – fracos, preguiçosos, corruptos, inaptos, sujos, portanto, semi-civilizados/bárbaros e inferiores. No âmbito legal ainda foram aprovadas duas leis, a *Scott Act* e a *Geary Act*, que limitavam ainda mais a presença dos cidadãos da China no país e restringiam seus direitos enquanto estivessem nos Estados Unidos. Sobre a renovação da marinha americana, Cleveland defendeu seu aumento e modernização, mas sua justificativa foi além da esfera comercial, demonstrando a necessidade de investimentos para o país tivesse meios de se proteger caso fosse necessário – discurso que será reiterado futuramente por outros presidentes.

Benjamin Harrison não se distanciou dos seus antecessores, defendeu os mesmos princípios e o fortalecimento das relações hemisféricas. Em seu governo foi realizada a Conferência de Washington, que reuniu líderes dos países do continente com o intuito de promover o comércio e outras atividades adjacentes. Para além das questões comerciais, havia o intuito de reforçar a crença na Doutrina Monroe, enquanto mecanismo de proteção contra ameaças externas, e de tentar criar instrumentos comuns de finanças internacionais. O encontro, contudo, não gerou os resultados esperados, principalmente pela negação dos Democratas, maioria do Congresso à época, de ratificar os poucos tratados acordados.

Os objetivos mais simbólicos da Conferência dizem, ainda, respeito à tentativa de Harrison em estabelecer maior controle sobre os governos latino-americanos, considerados instáveis e propensos a constantes trocas de poder. O governo à época achava que essa instabilidade poderia chamar a atenção dos europeus, a fim de reconquistar territórios na região – o que seria uma violação da Doutrina Monroe, à qual Harrison buscou que os representantes hemisféricos aceitassem formalmente como forma de demonstrar coesão política. O governo Harrison conseguiu estabelecer tratado de reciprocidade com a Espanha em relação a Cuba e Porto Rico, objetivo antigo dos governos americanos, que chamaria de "arranjo especial", o que demonstrava, desde aquele momento, o status que as ilhas tinham para os interesses americanos na região. Quanto ao Havaí, foi feito um reforço ao tratado de reciprocidade existente, que reconhecia o arquipélago como parte do Hemisfério Ocidental, conferindo-lhe os mesmos benefícios concernentes à Doutrina Monroe e delegando aos americanos a possibilidade de construírem uma base naval em Pearl Harbor.

O segundo governo Cleveland marca o fim do período de acomodação da política externa dos Estados Unidos, último antes de McKinley e a Guerra Hispano-Americana, portanto. O discurso anti-imperialista, da década de 1890, ganhou força com o presidente e a mesma narrativa de não-intervenção e não-envolvimento, além da defesa da Doutrina Monroe, foi reiterada. Durante seu governo os Estados Unidos passaram por mais uma forte crise, o Pânico de 1893, que foi seguido de depressão econômica, cuja causa novamente foi atrelada à ideia da superprodução, o que levou ao fortalecimento da necessidade de os americanos expandirem ainda mais sua presença comercial – nesse período, inclusive, surge e ganha destaque no pensamento político do país a tese do fechamento da fronteira, apontando para a constante necessidade da expansão do país a fim de garantir a estabilidade e a coesão internas.

O debate entre imperialistas e anti-imperialistas seria vencido pelos primeiros, mas a narrativa dos dois grupos se baseou em construções de hierarquia racial a fim de justificar cada ponto de vista. Os primeiros entendiam que os Estados Unidos teriam um Destino Manifesto a ser cumprido pela expansão das instituições e valores enquanto povo superior aos demais, enquanto o segundo grupo afirmava que justamente a inferioridade e a incapacidade dos demais povos é que deveria afastar os americanos de empreitadas que pudessem corromper suas instituições e valores. Em termos práticos, nos anos seguintes ganharia o debate uma corrente mais próxima aos imperialistas, os considerados "pragmáticos", que buscaram instrumentalizar a ação externa enquanto forma de garantir os interesses do país em termos estratégicos e comerciais.

As disputas fronteiriças com a Venezuela demonstraram como os Estados Unidos passaram a entender a Doutrina Monroe de forma distinta, menos reativa que nos governos anteriores. Nesse sentido, a postura mais firme dos americanos em evitar a presença europeia no continente é ainda corroborada por um papel de intermediador: os Estados Unidos passaram a servir de terceiro interessado em disputas entre europeus e latino-americanos sem, contudo, assumir posição favorável aos países do hemisfério *a priori*. As ações empenhas por Cleveland na primeira crise da Venezuela marcam ainda o reconhecimento britânico da supremacia americana no continente, que virá a ser reforçado nos anos seguintes.

A revolta em Cuba pautou boa parte da agenda externa dos Estados Unidos, no final da década, e os eventos ocorridos no governo Cleveland se estenderiam ao seguinte com consequências diretas às sucessivas administrações. Os problemas tiveram início após a aprovação pelos Estados Unidos da Tarifa Wilson-Gorman, de 1894, que restringia direitos

comerciais dos cubanos no mercado americano e levou à crise econômica na ilha. O aumento das hostilidades chamou a atenção dos americanos, que adotaram discurso similar ao da revolta anterior, apontando para a necessidade de defender os interesses e as vidas dos americanos em Cuba, mas é possível perceber que a ilha tem maior destaque que anteriormente, sendo considerada parte de um mesmo sistema econômico a que os Estados Unidos liderariam. Assim, a destruição decorrente do conflito entre insurgentes e espanhol significou a apreensão dos americanos por terem seus investimentos diretamente ameaçados, o que também foi realçado pela imprensa da época e pela pressão da opinião pública que cobrava por ações mais enérgicas do país. Disso pode-se concluir que o país havia superado o trauma da Guerra Civil e parecia se eximir do medo de um conflito maior, tendo parte da imprensa requisitado intervenção direta do país na ilha. Cleveland, entretanto, assumiu sua posição anti-imperialista e entendia que ações mais assertivas em relação à Cuba violariam os tradicionais princípios americanos de política externa, tendo optado pela pressão sobre os espanhóis por maior autonomia aos cubanos.

Essa mesma postura anti-imperialista também vai postergar os planos da anexação do Havaí, a qual Cleveland considerava desnecessária e sem justificativa prática. Em relação ao Japão, é no seu governo que ganha força a construção discursiva em relação à grandeza dos japoneses, povo que teria capacidades e virtudes "quase" ocidentais em decorrência da modernização por que passou o país. Por isso, é possível perceber que há uma transformação identitária em curso do Japão, que se inicia em governos anteriores de forma tímida e ganhará corpo nos governos sucedem a Cleveland.

A Guerra Hispano-Americana, enquanto consequência do agravamento da insurgência cubana e da crise entre Estados Unidos e Espanha, deu início ao período imperial na história americana. Nesse sentido, a *splendid little war* usou da Doutrina Monroe como forma de legitimar a retirada dos últimos resquícios de possessões espanholas no hemisfério por meio de construções discursivas muito próprias, mas que retomam narrativas anteriores. A identidade americana foi construída em torno dos significantes do salvador, liberador, guardião, herói, exemplo em relação à Cuba, cuja identificação foi feita em torno da ideia de indefesa, fraca, explorada, inocente e carente. Assim, a ideia que mais chama a atenção, nesse sentido, é de uma relação de diferenciação binária entre masculino/feminino, superior/inferior, soberano/dependente, entre outros. Portanto, a Emenda Teller à constituição americana e a Emenda Platt à constituição cubana reforçam a ideia de tutela, protetorado, dependência e

submissão, usa de premissas raciais e hierárquicas para apresentar os cubanos como incapazes e inferiores.

Os americanos, tanto em relação à Cuba quanto às Filipinas, se colocam enquanto responsáveis moralmente, e isso acontecerá nos governos McKinley em diante, . Esses povos seriam inferiores, não-civilizados, não-brancos, não-anglo-saxões, a partir da lógica da predestinação, de um Destino Manifesto. Os americanos teriam o dever de agir para resgatar esses povos do histórico de ocupação inferior, colonial, católica, latina dos espanhóis e levá-los à civilização plena. Essa formação identitária é sempre construída em base moral como justificativa das ocupações em detrimento de uma possível interpretação dos Estados Unidos enquanto colonizadores. Os americanos tentam, assim, se distanciar da imagem de império colonial, agressivo e europeu para se auto-definirem a partir da ideia da "assimilação benevolente". Por isso mesmo, quando se referem aos demais povos e a essa responsabilidade, os presidentes alertam para a necessidade de "bondade e paciência", como se estivessem lidando com crianças, jovens e afins, ou seja, com pessoas imaturas, incapazes, dependentes, explosivas, despreparadas, inaptas etc. Os americanos, no auge do processo civilizatório, teriam que ser moralmente superiores e aceitar que o "fardo do homem branco" pressupõe transmitir suas instituições e seus valores aos povos supostamente inferiores.

Especialmente nos governos McKinley e Roosevelt, que melhor expressam o espírito de época em questão, ganha destaque a narrativa do darwinismo social enquanto legitimador social. Os termos spencerianos de "sobrevivência do mais apto" e "luta pela sobrevivência" ganham um sentido próprio em meio às disputas imperialistas do final do século dezenove e começo do século vinte. Assim, os Estados Unidos a partir da lógica identiária expressa nos discursos desses presidentes, encarnariam um ator como os demais, mas que se vê como o mais apto por ser representado por um conjunto de significantes em torno do que se convencionou chamar de anglo-saxonismo, em que os povos do norte da Europa e os americanos representariam o ápice da escala racial em relação à capacidade de adaptação e, portanto, aptidão à sobrevivência e dominação dos demais povos. Essa correlação é ainda apresentada de forma similar quando os americanos se referem aos alemães enquanto parte da raça teutônica, cujas características seriam muito próximas às do anglo-saxões, ao passo que os latinos (europeus e americanos) e os orientais (com exceção dos japoneses) são construídos de forma negativa, conforme já apresentado.

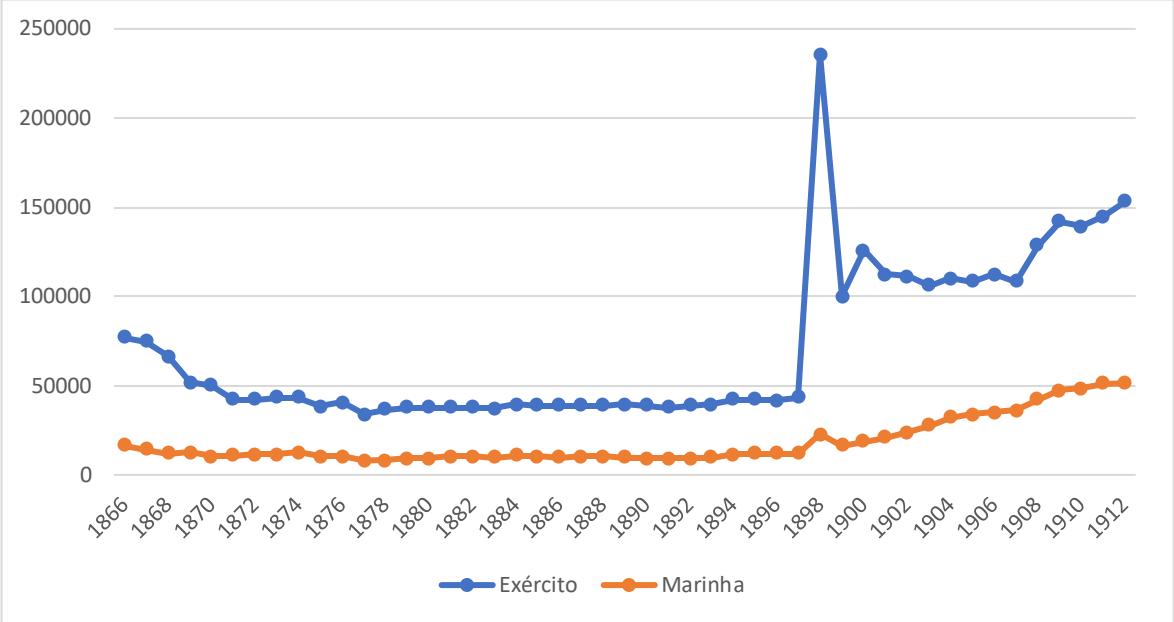
Durante o governo Roosevelt, a Doutrina Monroe ainda ganharia um Corolário que pautou as ações em relação aos países do hemisfério. Roosevelt conseguiu dar novo ímpeto e sentido à Doutrina Monroe, atribuindo-lhe caráter proativo, de ação direta, para a garantia dos interesses americanos, preventivamente à atuação dos europeus no hemisfério. Assim, os americanos enviaram tropas ou interviram em questões comerciais ou disputas entre latino-americanos e europeus para demonstrar o engajamento do país e restringir a capacidade das demais potências em exercer influência sobre os países do hemisfério.

O governo Taft representa uma mudança de atuação no período imperial, ao propor a Diplomacia do Dólar e a substituição das "balas por dólares". Isso não significa que os americanos tenham abandonado as políticas expansionistas, mas que assumiram um outro padrão a partir do imperialismo econômico e de maior vinculação entre as finanças dos Estados Unidos com outros países, especialmente os caribenhos. O mesmo discurso de superioridade/inferioridade é reconstruído no sentido de demonstrar que os povos que recebem ajuda dos americanos o fazem por não terem condições "naturais" de resolver seus problemas sozinhos e a Doutrina Monroe/Corolário Roosevelt são empreendidos a fim de garantir que os europeus não se engajassem diretamente na região.

O crescimento imperial acontece a partir da Guerra Hispano-Americana, mas os sinais já puderam ser percebidos anteriormente. Conforme apresentados nessa pesquisa, algumas iniciativas foram feitas por grupos isolados ou Secretários de Estado que defendiam uma presença mais assertiva do país, especialmente no Pacífico e no Caribe – as duas grandes áreas de atuação imperial americana. Esses movimentos, contudo, não foram exitosos porque lhes faltavam um consenso entre o governo, a opinião pública e uma ideologia imperial capaz de dar liga a nessa narrativa. A Guerra Civil fez com que os americanos voltassem suas atenções para as questões domésticas, relegando a política externa ao segundo plano das preocupações nacionais e, apenas na década de 1880 em diante, quando surgem novas ideias, publicações e pensadores capazes de influenciar e recriar a percepção dos americanos, em geral, e dos presidentes, em particular, que o país demonstra unir a vontade (aspecto subjetivo) com o poder (aspecto material) na busca de uma posição mais efetiva no cenário internacional. A Guerra Hispano-Americana, nesse sentido, apesar de ter sido evitada até certo ponto, representou o grande ponto de inflexão desse momento, em que os Estados Unidos parecem ter se desamarrado do que o prendia, em termos de expandir efetivamente seu território e sua influência no hemisfério (especialmente na América Central e Caribe) e na região do que entende por Ásia-Pacífico.

Uma das consequências do período imperial é o crescimento das forças armadas regulares do país, que têm um salto depois da Guerra Hispano-Americana e estabilizam em número muito superiores dos anteriores ao conflito (conforme gráfico 15).

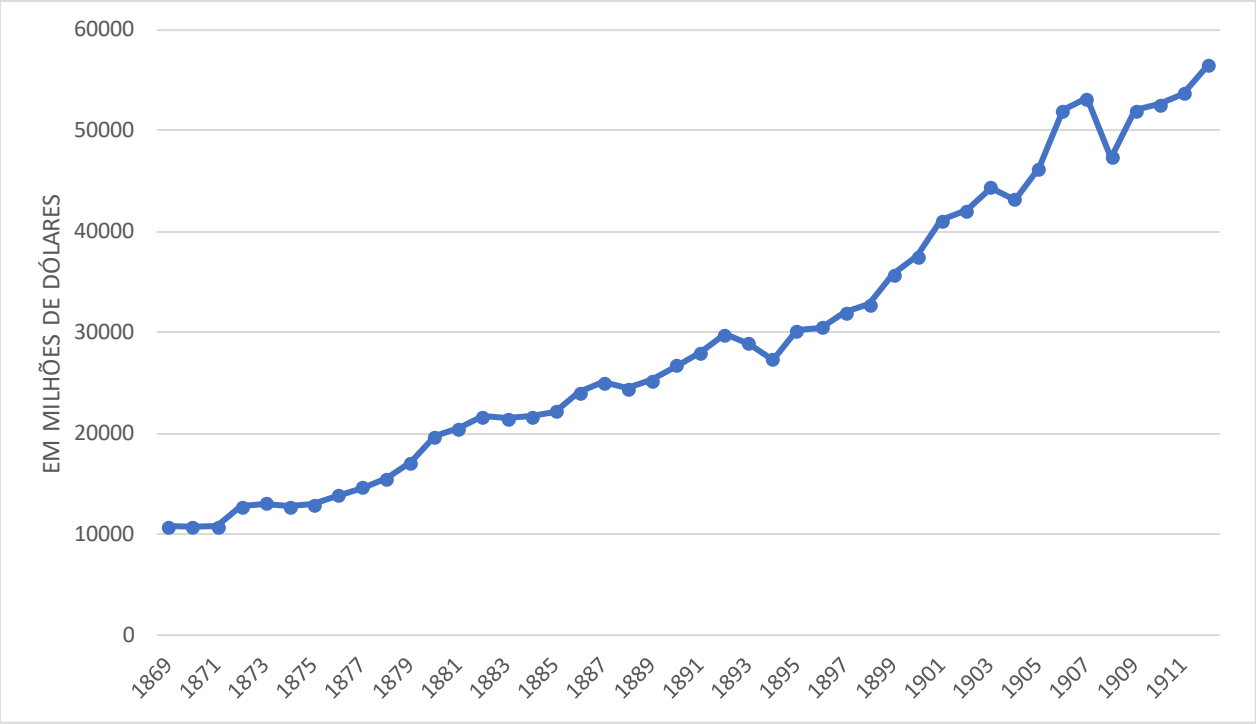
GRÁFICO 16 – Efetivo militar dos Estados Unidos em período selecionado



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

O valor dado à Marinha, particularmente, demonstra a necessidade de garantir os meios para defender as possessões extracontinentais e fazer frente às ameaças percebidas pelos europeus nos diversos cenários de atuação americana. O discurso de um Destino Manifesto, de uma ação providencial, de um povo único, singular e especial ganha força e se conecta diretamente às ideias darwinistas sociais do final do século dezenove na tentativa de legitimar a incorporação de povos e territórios. Os Estados Unidos, portanto, assumem que são um império, mas um "império diferente", que não atua por cobiça, riqueza ou ganhos em causa própria – mas um país que age de forma benevolente, preocupada, a tutelar, guiar os demais. O país também testemunhou o aumento do crescimento econômico, a partir de 1898, em que a inclinação da curva demonstra um ponto de inflexão a partir da Guerra Hispano-Americana e o controle e/ou possessão de diversos territórios (conforme gráfio 16).

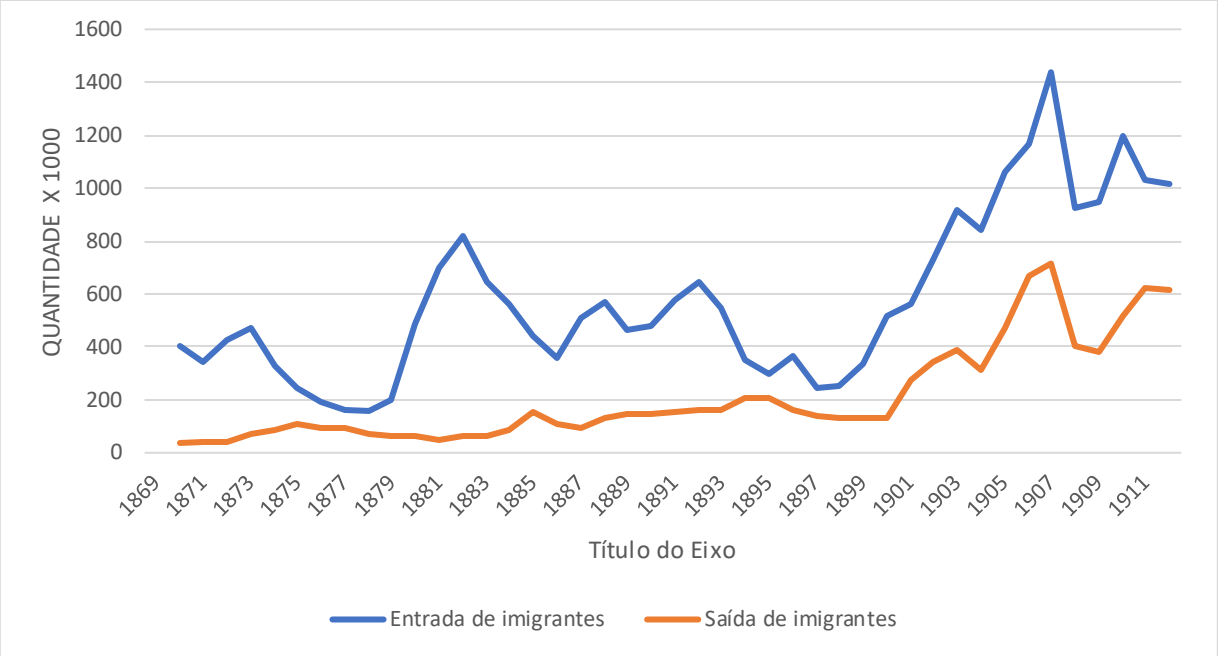
GRÁFICO 17 – Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos em período selecionado



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

Ademais, apesar das diversas tentativas de limitação da imigração e do controle dos que viriam a ser "bons imigrantes", o processo de expansão e anexação de territórios acarretou no aumento no número de estrangeiros no país, enquanto consequência direta da maior facilidade de entrada para alguns povos.

GRÁFICO 18 – Entrada e saída de imigrantes nos Estados Unidos (1870-1912)



Fonte: Carter et al, 2006. Elaboração própria.

É possível perceber, ainda, que os picos e quedas na quantidade de imigrantes têm correlação com os períodos de crise econômica, mas nessa pesquisa esse apontamento não foi comprovado por métodos quantitativos, cabendo a necessidade de maior aprofundamento nesse sentido.

Por fim, cabe apontar que é interessante o *timing* em que essa pesquisa é terminada, de exacerbação das disputas políticas, étnicas e sociais nos Estados Unidos e no mundo. Depois de mais de um século, as mesmas características de significação entre dentro/fora e eu/outro ainda são responsáveis pela exclusão e discriminação de povos e culturas. A ascensão de diversos líderes conservadores no Hemisfério Ocidental, mas também na Europa e no Japão soba narrativa do "outro" enquanto inferior e ameaçador ao "meu" estilo de vida, demonstra que, a despeito do que muito se afirma, a "evolução" não acontece de forma linear e contínua. As identidades, os atores, o "outro" são construídos em processos de reconfiguração, negação e assimilação, que carregam consigo preconceitos, amores e ódios.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Bluford. World Conquerors or a Dying People? Racial Theory, Regional Anxiety, and the Brahmin Anglo-Saxonists. **The Journal of the Gilded Age and Progressive Era**, v. 8, n. 2, p. 189-2015, 2009.

AGIUS, Christine. Social Constructivism. In: COLLINS, Alan (ed.). **Contemporary Security Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010

ALSTYNE, Richard W. Van. The Panama Canal: a Classical Case for an Imperial Hangover. **Journal of Contemporary History,** v. 15, n.2, p. 299-316, 1980.

ARGERSINGER, Peter H. The value of the Vote: Political Representation in the Gilded Age. **The Journal of American History**, v. 76, n.1, p. 59-90, 1989.

ARTHUR, Chester. **First Annual Message**. December 6, 1881. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29522. Último acesso em 12 maio 2017.

ARTHUR, Chester. **Second Annual Message**. December 4, 1882. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29523. Último acesso em 12 maio 2017.

ARTHUR, Chester. **Third Annual Message**. December 4, 1883. Disponível em http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29524. Último acesso em 12 maio 2017.

ARTHUR, Chester. **Fourth Annual Message**. December 1, 1884. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29525.Último acesso em 12 maio 2017.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BAILEY, Thomas A. Was the Presidential Election of 1900 A Mandate on Imperialism? **The Mississippi Valley Historical Review**, v. 24, n.1, p. 43-52, 1937.

BANNISTER, Robert C. **Social Darwinism**: Science and Myth in Anglo-American Social Thought. Philadelphia: Temple University Press, 1979.

BARRETT, John. **The Philippine Islands and America's Interests in the Far East**. Hong Kong: Kelly & Walsh, 1899.

BARREYRE, Nicolas. The Politics of Economic Crises: The Panic of 1873, the End of Reconstruction, and the Realignment of American Politics. **The Journal of the Gilded Age and Progressive Era**, v. 10, n.4, p. 403-423, 2011.

BLAKESLEE, George H. True Pan-Americanism: A Policy of Cooperation with Other American Republics. **The Journal of Race Development**, v. 7, n. 3, p. 342, 1917.

BOYLE, T. The Venezuela Crisis and the Liberal Opposition, 1985-96. **The Journal of Modern History**, v. 50, n. 3, D1185-D1212, 1978.

BURNETT, Christina Duffy. Empire and the Transformation of Citizenship. In: McCOY, ALFRED W.; SCARANO, Francisco A. **Colonial Crucible**: Empire in the making of the modern American State. Madison: The University of Wisconsin Press, 2009.

BURNETT, Christina Duffy. The Edges of Empire and the Limits of Sovereignty: American Guano Islands. **American Quarterly**, v. 57, n. 3, p. 779-803, 2005.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CAMPBELL, John P. Taft, Roosevelt, and the Arbitration Treaties of 1911. **The Journal of American History**, v. 53, n. 2, p. 279-298, 1966.

CAMPBELL, Alexander Elmslie (ed.) **Expansion and Imperialism**. New York: Harper & Row, 1970.

CAMPBELL, David. **Writing Security**: United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.

CARTER ET AL. **Historical Statistics of the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CLEVELAND, Grover. **Inaugural Address**, March 4, 1885a. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25824. Último acesso em 12 maio 2017.

CLEVELAND, Grover. **First Annual Message (first term)**, December 8, 1885b. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29526. Último acesso em 12 maio 2017.

CLEVELAND, Grover. **Second Annual Message (first term)**, December 6, 1886. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29527. Último acesso em 12 maio 2017.

CLEVELAND, Grover. **Fourth Annual Message (first term)**, December 3, 1888. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29529. Último acesso em 12 maio de 2017.

CLEVELAND, Grover. **First Annual Message (second term)**, December 4, 1893. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29534. Último acesso em 12 maio 2017.

CLEVELAND, Grover. **Second Annual Message (second term)**, December 3, 1894. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29535. Último acesso em 12 maio 2017.

CLEVELAND, Grover. **Third Annual Message (second term)**, December 2, 1895. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29536. Último acesso em 12 maio 2017.

CLEVELAND, Grover. **Fourth Annual Message (second term)**, December 7, 1896. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29537. Último acesso em 12 maio 2017.

CRAPOL, Edward P.; SCHONBERGER, Howard. The shift to Global Expansion, 1865-1900. In: WILLIAMS, William Appleman. **From Colony to Empire**: Essays in the History of American Foreign Relations. New York: John Wiley & Sons, 1972.

CRAVEN, Avery. **Reconstruction**: The ending of the Civil War. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969.

CULLINANE, Michael Patrick. **Liberty and American Anti-Imperialism**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

DENT, David W. **The Legacy of the Monroe Doctrine**: a reference guide to U.S. involvement in Latin America and the Caribbean. Westport: Greenwood Press, 1999.

DICKENS, Peter. **Social Darwinism**: linking evolutionary thought to social theory. Buckingham: Open University Press, 2000.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Conceito, 2008, p.26

ESTHUS, Raymond A. The Changing Concept of the Open Door, 1899-1910. **The Mississippi Valley Historical Review**, v. 46, n. 3, p. 435-454, 1959.

FAIRBANK, John K. "American China Policy" to 1898: A Misconception. **Pacific Historical Review**, v. 39, n. 4, p. 409-420, 1970.

FENSTERWALD, Bernard. The Anatomy of American "Isolationism" and Expansionism. Part I. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 2, n. 2, p. 111-139, 1958.

FINKELMAN, Paul (ed.). **Milestone Documents in American History**: Exploring the Primary Sources that Shaped America: Volume 1: 1763 – 1823. Dallas: Schlager Group, 2008.

FRADERA, Josep M. Reading Imperial Transitions: Spanish Contraction, British Expansion, and American Irruption. In: McCOY, Alfred W.; SCARANO, Francisco A. **Colonial Crucible**: Empire in the making of the modern American State. Madison: The University of Wisconsin Press, 2009.

FRANKLIN, John Hope. Reconstruction and the Negro. In: HYMAN, Harold M. **New Frontiers of the American Reconstruction**. Chicago: University of Illinois Press, 1966.

FRIEDEN, Jeffry A. The Economics of Intervention: American Overseas Investments and Relations with Underdeveloped Areas, 1890-1950. **Comparative Studies in Society and History**, n. 31, n. 1, p. 55-80, 1989.

GARCIA, Gervasio Luis. I am the Other: Puerto Rico in the Eyes of North Americans, 1898. **The Journal of American History**, v. 87, n. 1, p. 39-64, 2000.

GARDNER, Lloyd. A Progressive Foreign Policy, 1900-1921. In: WILLIAMS, William Appleman. **From Colony to Empire**: Essays in the History of American Foreign Relations. New York: John Wiley & Sons, 1972.

GATES, John M. Philippine Guerrillas, American Anti-Imperialists, and the Election of 1900. **Pacific Historical Review**, v. 46, n. 1, p. 51-64, 1977.

GERSTLE, Gary. **Liberty and Coercion**: The paradox of American government from the founding to the present. Princeton University Press, New Jersey, 2015.

GIBRAN, Muhammad Khalil. **The condemnation of blackness**: race, crime, and the making of modern urban America. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

GO, Julian. The Provinciality of American Empire: "Liberal Exceptionalism" and U.S. Colonial Rule, 1898-1912. **Comparative Studies in Society and History**, v. 49, n. 1, p. 74-108, 2007.

GOLDMAN, Eric F. **Rendezvous with Destiny**. Chicago: Ivan R. Dee, 1952.

GRANT, Ulysses. **First Annual Message**, December 6, 1869. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29510. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses. **Second Annual Message**, December 5, 1870. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29511. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses. **Third Annual Message**, December 4, 1871. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29512. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses. **Fourth Annual Message**, December 2, 1872. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29513. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses. **Inaugural Address**, March 4, 1873a. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25821. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses.: **Fifth Annual Message**, December 1, 1873b. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29514. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses. **Sixth Annual Message**, December 7, 1874. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29515. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses. **Seventh Annual Message**, December 7, 1875. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29516. Último acesso em 12 maio 2017.

GRANT, Ulysses. **Eighth Annual Message**, December 5, 1876. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29517. Último acesso em 12 maio 2017.

HAMMETT, Hugh B. The Cleveland Administration and Anglo-American Naval Friction in Hawaii, 1893-1894. **Military Affairs**, v. 40, n.1, p. 27-32, 1976.

HANSEN, Lene. **Security as practice**: discourse analysis and the Bosnian war. London: Routledge, 2006.

HARRISON, Benjamin. Inaugural Address, March 4, 1889a. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25825. Último acesso em 12 maio 2017.

HARRISON, Benjamin. First Annual Message, December 3, 1889b. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29530. Último acesso em 12 maio 2017.

HARRISON, Benjamin. Second Annual Message, December 1, 1890. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29531. Último acesso em 12 maio 2017.

HARRISON, Benjamin. Third Annual Message, December 9, 1891. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29532. Último acesso em 12 maio 2017.

HARRISON, Benjamin. Fourth Annual Message, December 6, 1892. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29533. Último acesso em 12 maio 2017.

HAYES, Rutherford. Inaugural Address, March 5, 1877a. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25822. Último acesso em 12 maio 2017.

HAYES, Rutherford. First Annual Message, December 3, 1877b. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29518. Último acesso em 12 maio 2017.

HAYES, Rutherford. Second Annual Message, December 2, 1878. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29519. Último acesso em 12 maio 2017.

HAYES, Rutherford. Third Annual Message, December 1, 1879. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29520. Último acesso em 12 maio 2017.

HAYES, Rutherford. Fourth Annual Message, December 6, 1880. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29521. Último acesso em 12 maio 2017.

HERRING, George C. **From Colony to Superpower**: US foreign relations since 1776. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIERS, Wesley. Party Matters: Racial Closure in the Nineteenth-Century United States. **Social Science History**, v. 37, n. 2, p. 255-308, 2013.

HUNT, Michael H. **The American ascendancy**: how the United States gained and wielded global dominance. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

HUNT, Michael H. **Ideology and U.S. Foreign Policy**. New Haven: Yale University Press, 2009.

HYMAN, Harold M. Reconstruction and Political-Constitutional Institutions: The Popular Expression. In: HYMAN, Harold M. **New Frontiers of the American Reconstruction**. Chicago: University of Illinois Press, 1966.

JOHNSON, Andrew. **First Annual Message**, December 4, 1865. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29506. Último acesso em 12 maio 2017.

JOHNSON, Andrew. **Second Annual Message**, December 3, 1866. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29507. Último acesso em 12 maio 2017.

JOHNSON, Andrew. **Third Annual Message**, December 3, 1867. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29508. Último acesso em 12 maio 2017.

JOHNSON, Andrew. **Fourth Annual Message**, December 9, 1868. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29509. Último acesso em 12 maio 2017.

JONES, Howard. **Crucible of Power**: A History of U.S. Foreign Relations Since 1897. Wilmington: Scholarly Resources Inc., 2001.

KAGAN, Robert. **Dangerous Nation**. New York: Vintage Books, 2007.

KARSTEN, Peter. **The Naval Aristocracy**: The Golden Age of Annapolis and the Emergence of Modern American Navalism. Annapolis: Naval Institute Press, 1972.

KARSTEN, Peter. **The Military in America**: From the Colonial Era to the Present. New York: The Free Press, 1980.

KELLY, Alfred H. Comment on Harold M. Hyman's Paper. In: HYMAN, Harold M. **New Frontiers of the American Reconstruction**. Chicago: University of Illinois Press, 1966.

KEYSSAR, Alexander. **O Direito de Voto**: A controversa histórica da democracia nos Estados Unidos. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

KIERNAN, V. G. **Estados Unidos**: o novo imperialismo: da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

KING, Desmond. **The liberty of strangers**: making the American nation. New York: Oxford University Press, 2005.

KING, Desmont; TUCK, Stephen. De-Centring the South: America's Nationwide White Supremacist Order after Reconstruction. **Past & Present**, v. 1, n. 194, p. 213-253, 2007.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.

KRAMER, Paul A. Race, Empire, and Transnational History. In: McCOY, Alfred W.; SCARANO, Francisco A. **Colonial Crucible**: Empire in the making of the modern American State. Madison: The University of Wisconsin Press, 2009.

LAFEBER, Walter. **The American Age**: United States foreign policy at home and abroad. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

LAFEBER, Walter. **The New Empire**: An Interpretation of American Expansion 1860-1898. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

LAKE, David A. The State and American Trade Strategy in the Pre-Hegemonic Era. **International Organization**, v. 42, n. 1, p. 33-58, 1988.

LAPID, Yosef. The Third Debate: on the prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LEUCHTENBURG, William E. Progressivism and Imperialism: The Progressive Movement and American Foreign Policy, 1898-1916. **The Mississippi Valley Historical Review**, v. 39, n. 3, 1952.

LINK, Arthur S. **História Moderna dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Zahar, Brasil. 1965.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Problem of Asia and Its Effect upon International Policies**. Port Washington: Kennikat Press, 1970.

MAHAN, Alfred Thayer. **Panama Canal & Sea Power in the Pacific**: an original study in naval strategy. Albuquerque: The American Classical College Press, 1977.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. New York: Dover Publications, 1987.

MANTELL, Martin E. **Johnson, Grant, and the Politics of Reconstruction**. New York: Columbia University Press, 1973.

McCORMICK, Thomas. From old Empire to new: the changing and tactics of American Empire. In: McCOY, Alfred W.; SCARANO, Francisco A. **Colonial Crucible**: Empire in the making of the modern American State. Madison: The University of Wisconsin Press, 2009.

MCKINLEY, William. **Inaugural Address**, March 4, 1897a. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25827. Último acesso em 12 maio 2017.

MCKINLEY, William. **First Annual Message**, December 6, 1897b. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29538. Último acesso em 12 maio 2017.

MCKINLEY, William. **Second Annual Message**, December 5, 1898. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29539. Último acesso em 12 maio 2017.

MCKINLEY, William. **Third Annual Message**, December 5, 1899. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29540. Último acesso em 12 maio 2017.

MCKINLEY, William. **Fourth Annual Message**, December 3, 1900. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29541. Último acesso em 12 maio 2017.

MCKINLEY, William. **Inaugural Address**, March 4, 1901. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25828. Último acesso em 12 maio 2017.

McPHERSON, Alan. Americanism against American Empire. In: KAZIN, Michael; MCCARTIN, Joseph A. **Americanism**: New Perspectives on the History of an Ideal. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

MILLER, Bonnie M. The Image-Makers' Arsenal in an Age of War and Empire, 1898-1899: A Carton Essay, Featuring the Work of Charles Bartholomew (of the "Minneapolis Journal")

And Albert Wilbur Steele (of the "Denver Post"). **Journal of American Studies**, Vol. 45, No. 1, p. 53-75, 2011.

MINGER, Ralph Edin. Taft´s Mission to Japan: A study in Personal Diplomacy. **Pacific Historical Review**, v. 30, n. 3, p. 279-294, 1961.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do Império Americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NELSON, Scott Reynolds. A Storm of Cheap Goods: New American Commodities and the Panic of 1873. **The Journal of the Gilded Age and Progressive Era**, v. 10, n. 4, p. 447-453, 2011.

NEU, Charles E. Theodore Roosevelt and American Involvement in the Far-East, 1901-1909. **Pacific Historical Review**, v. 35, v. 4, p. 433-449, 1966.

NGOZI-BROWN, Scot. African-American Soldiers and Filipinos: Racial Imperialism, Jim Crow and Social Relations. **The Journal of Negro History**, v. 82, n. 1, p. 42-53, 1997.

OROZCO, José Luis. **Notas y nuevas notas del país darwiniano**. Mexicali: Universidad Autónoma de Baja California, 1994.

ORTEGA Y MEDINA, Juan A. **Destino Manifesto**: Sus razones históricas y su raíz teológica. México, D.F.: Editorial Patria, 1989.

OYOS, Matthew M. Theodore Roosevelt and the Implement of War. **The Journal of Military History**, v. 60, n. 4, p. 631, 1996.

PATERSON, Thomas G. U. S. Intervention in Cuba, 1898: Interpreting the Spanish-American-Cuban-Filipino War. **OAH Magazine of History**, v. 12, n. 3, p. 5-10, 1998.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? 2ª ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PÉREZ JR, Louis A. Intervention, Hegemony, and Dependency: The United States in the circum-Caribbean, 1898-1980. **Pacific Historical Review**, v. 51, n. 2, p. 165, 1982.

PÉREZ JR., Louis A. **Cuba Under the Platt Amendment (1902-1934)**. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1986.

PÉREZ JR, Louis A. The Meaning of the Maine: Causation and the Historiography of the Spanish-American War. **Pacific Historical Review**, v. 58, n. 3, p. 293-322, 1989.

PICKUS, Noah. **True Faith and Allegiance**: Immigration and American Civic Nationalism. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PLETCHER, David M. Reciprocity and Latin America in the Early 1890s: A Foretaste of the Dollar Diplomacy. **Pacific Historical Review**, v. 47, n. 1, p. 53-89, 1978.

REED, James Eldin. American Foreign Policy, The Politics of Missions and Josiah Strong, 1890-1900. **Church History**, v. 41, n. 2, p. 230-245, 1972.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RICOUER, Paul. **O Processo Metafórico como Cognição, Imaginação e Sentimento**. In: SACKS, Sheldon (org.) Da Metáfora. São Paulo: EDUC, 1992.

ROJO, Luiza Martín. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre "racismo". In: IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ROOSEVELT, Theodore. **First Annual Message**, December 3, 1901. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29542. Último acesso em 12 maio 2017.

ROOSEVELT, Theodore. **Second Annual Message**, December 2, 1902. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29543. Último acesso em 12 maio 2017.

ROOSEVELT, Theodore. **Third Annual Message**, December 7, 1903. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29544. Último acesso em 12 maio 2017.

ROOSEVELT, Theodore. **Fourth Annual Message**, December 6, 1904. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29545. Último acesso em 12 maio 2017.

ROOSEVELT, Theodore. **Fifth Annual Message**, December 5, 1905. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29546. Último acesso em 12 maio 2017.

ROOSEVELT, Theodore. **Sixth Annual Message**, December 3, 1906. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29547. Último acesso em 12 maio 2017.

ROWE, David Nelson. **A comparative analysis of the historical background of the Monroe Doctrine and the Open Door Policy in the Far East**. Chicago: The University of Chicago Libraries, 1938.

SCHNEIROV, Richard. Thoughts on Periodizing the Gilded Age: Capital Accumulation, Society, and Politics, 1873-1898. **The Journal of the Gilded Age and Progressive Era**, v. 5, n. 3, p. 189-224, 2006.

SCHONBERG, Karl L. **Constructing 21st Century U.S. Foreign Policy**: Identity, Ideology and America's World Role in a New Era. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

SCUDDER, Evarts Seelye. **The Monroe Doctrine and World Peace**. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1939.

SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine**: Empire and Nation in Nineteenth-Century America. New York: Hill and Wang, 2011.

SILBER, Nina. **The Romance of Reunion**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1993.

SIMPSON, Brooks D. **The Reconstruction Presidents**. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.

SOENNICHSEN, John. **The Chinese Exclusion Act of 1882**. Santa Barbara: Greenwood, 2011.

STEPHANSON, Anders. **Manifest Destiny**: American expansionism and the empire of right. New York: Hill and Wang, 1995.

STILLSON, Albert C. Military Policy Without Political Guidance: Theodore Roosevelt's Navy. **Military Affairs**, v. 25, n. 1, p. 18-31, 1961.

TAFT, William Howard. **Inaugural Address**, March 4, 1909a. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25830. Último acesso em 12 maio 2017.

TAFT, William Howard. **First Annual Message**, December 7, 1909b. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29550. Último acesso em 12 maio 2017.

TAFT, William Howard. **Second Annual Message**, December 6, 1910. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29551. Último acesso em 12 maio 2017.

TAFT, William Howard. **Third Annual Message**, December 5, 1911. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29552. Último acesso em 12 maio 2017.

TAFT, William Howard. **Fourth Annual Message**, December 3, 1912. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29553. Último acesso em 12 maio 2017.

TEIXEIRA, Carlos G. Poggio. **Brazil, the United States and the South America subsystem**: Regional Politics and the Absent Empire. United Kingdom: Lexington Books, 2012.

TELGEN, Diane. **The Gilded Age**. Detroit: Omnigraphics, 2012.

THOMPSON, Lanny. The Imperial Republic: A Comparison of the Insular Territories under U.S. Dominion after 1898. **Pacific Historical Review**, v. 71, n. 4, p. 535-574, 2002.

TINDALL, George Brown; SHI, David E. **America**: A Narrative Story. New York: W. W. Norton & Company, 2004.

TURK, Richard W. **The Ambiguous Relationship**: Theodore Roosevelt and Alfred Thayer Mahan. New York: Greenwood Press, 1987.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American history**. Lexington: BiblioBazaaar, 2008.

TYNER, James A. **Oriental Bodies**: Discourse and Discipline in U.S. Immigration Policy, 1875-1942. New York: Lexington Books, 2006.

VEVIER, Charles. The Open Door: An Idea in Action, 1906-1913. **Pacific Historical Review**, v. 24, n. 1, p. 49-62, 1955.

VITALIS, Robert. The Noble American Science of Imperial Relations and Its Laws of Race Development. **Comparative Studies in Society and History**, v. 52, n. 4, p. 909-938, 2010.

WALKER, R. B. J. 1993**. Inside/outside**: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTER WILLIAMS, L. United States Indian Policy and the Debate over Philippine Annexation: Implications for Origins of American Imperialism. **The Journal of American History**, v. 66, n. 4, p. 810-831, 1980.

WEINBERG, Albert K. **Manifest Destiny**: A Study of Nationalist Expansionism in American History. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1935.

WELCH JR, Richard E. American Atrocities in the Philippines: The Indictment and the Response. **Pacific Historical Review**, v. 43, n. 2, p. 233-253, 1974.

WICKS, Daniel H. Dress Rehearsal: United States Intervention on the Isthmus of Panama, 1885. **Pacific Historical Review**, v. 49, n. 4, p. 581-605, 1980.

WILLIAMS, William Appleman. **America Confronts a Revolutionary World**: 1776-1976. New York: William Morrow and Company, 1976.

WILLIAMS, William Appleman. **Empire as a way of life**. Oxford University Press. Brooklyn, New York, 1980.

WILLIAMS, William Appleman. **The Contours of American History**. New York: Verso, 2011.

WOODWARD, C. Vann. Seeds of Failure in Radical Race Policy. In: HYMAN, Harold M. **New Frontiers of the American Reconstruction**. Chicago: University of Illinois Press, 1966.

ZEVIN, Robert. An Interpretation of American Imperialism. **The Journal of Economic History**, v. 32, n. 1, p. 316-360, 1972.

ZHU, Liping. **The road to Chinese exclusion**: The Denver Riot, 1880 Election, and rise of the west. Lawrence: University Press of Kansas, 2013.

APÊNDICE 1 – ELEIÇÕES AMERICANAS ENTRE 1868 E 1908

ANO	CANDIDATOS	PARTIDO POLÍTICO	VOTOS RECEBIDOS	
			COLÉGIO ELEITORAL	ELEITORES
1868	Ulysses Grant	Republicano	214	3103421
	Horatio Seymour	Democrata	80	2706829
	Nulos	-	23	-
1872	Ulysses Grant	Republicano	286	3596745
	Horace Greeley	Democrata	3	2843446
	Charles O'Connor	*Straight Democratic*	0	29489
	Thomas A. Hendricks	Democrata Independente	42	-
	B. Gratz Brown	Democrata	18	-
	Charles J. Jenkins	Democrata	2	-
	David Davis	Democrata	1	-
	Nulos	-	17	-
1876	Rutherford B. Hayes	Republicano	185	4036572
	Samuel J. Tilden	Democrata	184	4284020
	Peter Cooper	*Greenback*	0	81737
1880	James A. Garfield	Republicano	214	4453295
	Winsfield S. Hancock	Democrata	155	4414082
	James B. Weaver	*Grreenback-Labor*	0	308578
	Neal Dow	*Prohibition*	0	10305

	Grover Cleveland	Democrata	219	4879507
	James G. Blaine	Republicano	182	4850293
1884	Benjamin F. Butler	*Greenback-Labor*	0	175370
	John P. St. John	*Prohibition*	0	150369
	Benjamin Harrison	Republicano	233	5447129
	Grover Cleveland	Democrata	168	5537857
1888	Clinton B. Fisk	*Prohibition*	0	249506
	Anson J. Streeter	*Union Labor*	0	146935
	Grover Cleveland	Democrata	277	5555426
	Benjamin Harrison	Republicano	145	5182690
	James B. Weaver	*People´s*	22	1029846
1892	John Bidwell	*Prohibition*	0	264133
	Simon Wing	*Socialist Labor*	0	21164
	William McKinley	Republicano	271	7218491
	William J. Bryan	Democrata	176	6356734
	John M. Palmer	*Prohibition*	0	208914
1896	Joshua Levering	Socialista	0	87814
	Charles H. Hatchett	*People´s*	0	50373
	Charles E. Bentley	*Socialista Labor*	0	39739
	William McKinley	Republicano	292	7218491
1900	William J. Bryan	Democrata	155	6356734

	John C. Wooley	*Prohibition*	0	208914
	Eugene V. Debs	Socialista	0	87814
	Wharton Barker	*People´s*	0	50373
	Joseph F. Malloney	*Socialist Labor*	0	39739
	Theodore Roosevelt	Republicano	336	7628461
	Alton B. Parker	Democrata	140	5084223
	Eugene V. Debs	Socialista	0	402283
1904	Silas C. Swallow	*Prohibition*	0	258536
	Thomas E. Watson	*People´s*	0	117183
	Charles H. Corregan	*Socialist Labor*	0	31249
	Wiiliam H. Taft	Republicano	321	7675320
	William J. Bryan	Democrata	162	6412294
	Eugene V. Debs	Socialista	0	420793
	Eugene W. Chafin	*Prohibition*	0	253840
1908	Thomas L. Hisgen	Independente	0	82872
	Thomas E. Watson	*People´s*	0	29100
	August Gillhaus	*Socialist Labor*	0	14021

CARTER ET AL. Historical Statistics of the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.